

REINVENTANDO PRÁTICAS NA AMÉRICA DO SUL: OS CASOS DO COLETIVO ESCALAR E DA FUNDACIÓN OASIS URBANO ENTRE 2010 E 2024.

LAÍS DA SILVA CERQUEIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

FACULDADE DE ARQUITETURA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

LAÍS DA SILVA CERQUEIRA

**REINVENTANDO PRÁTICAS NA AMÉRICA DO SUL: OS CASOS DO COLETIVO
ESCALAR E DA FUNDACIÓN OASIS URBANO ENTRE 2010 E 2024.**

Salvador, 2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

LAÍS DA SILVA CERQUEIRA

**REINVENTANDO PRÁTICAS NA AMÉRICA DO SUL: OS CASOS DO COLETIVO
ESCALAR E DA FUNDACIÓN OASIS URBANO ENTRE 2010 E 2024.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia – UFBA, como pré-requisito para obtenção do grau de Doutor em Arquitetura e Urbanismo. Área de concentração: Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Huapaya Espinoza

Salvador, 2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI)
Biblioteca da Faculdade de Arquitetura (BIB/FA)

C416

Cerqueira, Laís da Silva.

Reinventando práticas na América do Sul [recurso eletrônico] : os casos do coletivo escalar e da Fundación Oasis entre 2010 e 2024 / Laís da Silva Cerqueira. – Salvador, 2025.

228 p. : il.

Tese – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. 2025.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Huapaya Espinoza

1. Arquitetos – Coletivos – América do Sul. 2. Coletivo Escalar.
3. Fundación Oasis Urbano. I. Huapaya Espinoza, José Carlos. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura. III. Título.

CDU: 711.4(8)

Responsável técnico: Jeã Carlo Madureira - CRB/5-1531

LAÍS DA SILVA CERQUEIRA

**REINVENTANDO PRÁTICAS NA AMÉRICA DO SUL: OS CASOS DO COLETIVO
ESCALAR E DA FUNDACIÓN OASIS URBANO ENTRE 2010 E 2024.**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. Área de concentração: Urbanismo.

Banca Examinadora

José Carlos Huapaya Espinoza – **Orientador**

Doutor em Urbanismo – Universidade Federal da Bahia
PPGAU/UFBA

Thaís Troncon Rosa

Doutora em Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo
PPGAU/UFBA

Liana Silvia de Viveiros e Oliveira

Doutora em Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal da Bahia
PPGAU/UFBA

Clarissa Figueiredo Sampaio Freitas

Doutora Arquitetura e Urbanismo - Universidade de Brasília
PPGAU/UFC

Armando Arteaga Rosero

Doutor em Urbanismo – Universidad Politécnica de Cataluña
Universidad Nacional de Colombia - Sede Medellín.



Universidade Federal da Bahia
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
(PPG-AU)

ATA N° 1

Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO (PPG-AU), realizada em 17/10/2025 para procedimento de defesa da Tese de DOUTORADO EM ARQUITETURA E URBANISMO no. 1, área de concentração Urbanismo, do(a) candidato(a) LAIS DA SILVA CERQUEIRA, de matrícula 2021100950, intitulada Reinventando práticas na América do Sul: Os casos do Coletivo Escalar e da Fundación Oasis Urbano entre 2010 e 2024. Às 10:00 do citado dia, A definir, foi aberta a sessão pelo(a) presidente da banca examinadora Prof. Dr. JOSE CARLOS HUAPAYA ESPINOZA que apresentou os outros membros da banca: Profº. Dra. LIANA SILVIA DE VIVEIROS E OLIVEIRA, Profº. Dra. THAIS TRONCON ROSA, Prof. Dr. ARMANDO JOAQUIN ARTEAGA ROSERO e Profº. Dra. CLARISSA FIGUEIREDO SAMPAIO FREITAS. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo(a) presidente que passou a palavra ao(a) examinado(a) para apresentação do trabalho de Doutorado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo candidato, tendo a banca examinadora APROVADO o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo(a) presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.

Dr. ARMANDO JOAQUIN ARTEAGA ROSERO

Examinador Externo à Instituição

Dra. CLARISSA FIGUEIREDO SAMPAIO FREITAS, UFC

Examinadora Externa à Instituição

Dra. LIANA SILVIA DE VIVEIROS E OLIVEIRA, UFBA

Examinadora Interna

Dra. THAIS TRONCON ROSA, UFBA

Examinadora Interna

Dr. JOSE CARLOS HUAPAYA ESPINOZA, UFBA

Presidente



Universidade Federal da Bahia

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

(PPG-AU)

Laís da Silva Cerqueira
LAIS DA SILVA CERQUEIRA

Doutorando(a)

Para minha família, minha base.

A todos os que acreditam em cidades mais justas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço profundamente ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (PPG/AU-UFBA), a toda equipe de professores e funcionários que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho. Em especial, registro meu reconhecimento ao professor Dr. José Carlos Huapaya Espinoza, meu orientador, por sua condução generosa e competente ao longo deste percurso. Sua orientação foi além dos aspectos técnicos e acadêmicos, estendendo-se às vivências cotidianas que moldam o ser pesquisador. Tenho imensa admiração e gratidão por todos os aprendizados que compartilhou comigo.

Agradeço à Professora Doutora Liana Silvia de Viveiros e Oliveira, à Professora Doutora Thaís Troncon Rosa, à Professora Doutora Clarissa Figueiredo Sampaio Freitas e ao Professor Doutor Armando Arteaga Rosero por gentilmente aceitarem compor a banca avaliadora. Suas contribuições, por meio de questionamentos e observações precisas, foram fundamentais não apenas para o aprimoramento deste trabalho, mas também para abrir caminhos importantes para reflexões futuras.

Sou grata à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de doutorado, e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela oportunidade do doutorado sanduíche (SWE), por meio do projeto “Pensar e fazer cidades na América Latina”. Essa experiência foi transformadora: além de aprofundar minha pesquisa em Medellín, permitiu-me vivenciar a cidade, conhecer outras realidades urbanas e refletir sobre o que é ser pesquisadora e mulher latina nesse contexto.

Agradeço especialmente ao Prof. Dr. Armando Arteaga Rosero, por sua acolhida e orientação atenta durante minha estadia em Medellín. Seu olhar sensível e generoso foi fundamental para minha imersão na cidade e na pesquisa. Ao Prof. Oscar Santana, por sua mediação com os coletivos de arquitetura e por tornar possíveis importantes conexões. ¡Muchas gracias!

Durante esse período, pude contar com a amizade e o apoio de muitas pessoas que foram essenciais. À Eulália Hernández, que se tornou uma grande amiga e

foi peça-chave no meu processo de pesquisa e adaptação. À equipe da Fundación Oasis Urbano, em especial Cielo, Max, Dubian e Albert; a Carolina Restrepo, do Más Urbano; a Laura Sofia Montoya, do Proyecto NN; a Juan Miguel Durán e Maryelín Botero Ocampo, do Coonvite; e a Ana Mercedes Velásquez, da Ciudad Creativa. Agradeço também a Seraphime, Carol, Hami, Paula e Julian, amizades preciosas que levo para além deste período. E, claro, a todos os entrevistados que dedicaram seu tempo para compartilhar suas experiências e visões sobre Medellín — meu mais sincero agradecimento.

Ao Coletivo Escalar, minha casa política e afetiva, deixo meu carinho e reconhecimento pela troca constante, que reafirma diariamente a importância de seguir lutando por cidades mais justas. Em especial, à Clara, Luísa e Mariana, pela generosidade da entrevista e pelas potentes reflexões.

Minha gratidão se estende à minha família, base de tudo que sou. Aos meus pais, Ana e João, dedico esta conquista. O amor imenso que me ofereceram e os valores que me ensinaram são o que me sustentam. À minha avó Val, pelo carinho e cuidado constantes. Ao Ricardo Duarte, por sua parceria, paciência e amor diários — companheiro de vida e aprendizado. E a todos os meus amigos, que estiveram sempre por perto, nos dias bons e ruins, mas especialmente a: Lari, Bruninha, Mima, Dilton e Ruh. Obrigada por me escutarem, discutirem comigo e por contribuírem tanto com este trabalho. Vocês foram fundamentais.

CERQUEIRA, Laís da Silva. **Reinventando práticas na América do Sul: Os casos do Coletivo Escalar e da Fundación Oasis Urbano entre 2010 e 2024**, 2025. 203 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2025.

RESUMO

Esta tese investiga a atuação de coletivos de arquitetos urbanistas que trabalham em bairros autoconstruídos na América do Sul, com foco na análise de seus métodos, ferramentas e impactos, tendo como estudos de caso os coletivos Escalar (em Salvador, Brasil) e Fundación Oasis Urbano (em Medellín, Colômbia), no período de 2010 a 2024. A tese parte do princípio de que os coletivos de arquitetos urbanistas contemporâneos articulam arquitetura e urbanismo em práticas, metodologias e ferramentas que rompem com os moldes tradicionais da prática profissional, sendo que, no Brasil, a assessoria técnica se destaca por articular de modo mais explícito suas práticas às disputas políticas e territoriais. A pesquisa analisa os contextos históricos, sociais e urbanos que influenciaram o surgimento dessas iniciativas no Brasil e na Colômbia, trazendo desde uma perspectiva histórica a uma consolidação do modelo neoliberal nas cidades latino-americanas. Os coletivos emergem como agentes críticos que atuam junto a territórios populares, propondo alternativas às práticas hegemônicas e colocando a participação como eixo central de transformação. A análise da trajetória e atuação dos dois coletivos, a partir de projetos desenvolvidos em Salvador e Medellín, revela metodologias pautadas pela escuta, mediação e construção coletiva. A pesquisa identifica aproximações e diferenças entre as experiências, apontando tanto o potencial transformador das práticas colaborativas quanto seus limites, como a incompatibilidade com os tempos institucionais, a apropriação neoliberal de iniciativas locais, a mercantilização do conhecimento e a fragilidade da representação comunitária. Ainda que essas ações estejam mais próximas das dinâmicas e necessidades locais, nem sempre produzem mudanças estruturais ou duradouras, especialmente quando absorvidas por lógicas mercadológicas. Assim, a tese propõe uma reflexão crítica sobre os caminhos e desafios da atuação coletiva na construção de uma cidade mais democrática e situada na realidade latino-americana.

Palavras - chave: coletivos de arquitetos, assessoria técnica, América do sul, Coletivo Escalar, Fundación Oasis Urbano.

CERQUEIRA, Laís da Silva. **Reinventando prácticas na América do Sul: Os casos do Coletivo Escalar e da Fundación Oasis Urbano entre 2010 e 2024**, 2025. 203 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2025.

RESUMEN

Esta tesis investiga la actuación de colectivos de arquitectos urbanistas que trabajan en barrios autoconstruidos en América del Sur, centrándose en el análisis de sus métodos, herramientas e impactos, tomando como casos de estudio los colectivos Escalar (en Salvador, Brasil) y Fundación Oasis Urbano (en Medellín, Colombia), en el período comprendido entre 2010 y 2024. La tesis parte del principio de que los colectivos de arquitectos urbanistas contemporáneos articulan la arquitectura y el urbanismo en prácticas, metodologías y herramientas que rompen con los moldes tradicionales de la práctica profesional, y en Brasil, la asesoría técnica se destaca por articular de manera más explícita sus prácticas con las disputas políticas y territoriales. La investigación analiza los contextos históricos, sociales y urbanos que influyeron en el surgimiento de estas iniciativas en Brasil y Colombia, aportando desde una perspectiva histórica una consolidación del modelo neoliberal en las ciudades latinoamericanas. Los colectivos emergen como agentes críticos que actúan junto a los territorios populares, proponiendo alternativas a las prácticas hegemónicas y situando la participación como eje central de la transformación. El análisis de la trayectoria y la actuación de ambos colectivos, a partir de proyectos desarrollados en Salvador y Medellín, revela metodologías basadas en la escucha, la mediación y la construcción colectiva. La investigación identifica similitudes y diferencias entre las experiencias, señalando tanto el potencial transformador de las prácticas colaborativas como sus límites, tales como la apropiación neoliberal de iniciativas locales, la mercantilización del conocimiento y la fragilidad de la representación comunitaria. Aunque estas acciones están más cerca de las dinámicas y necesidades locales, no siempre producen cambios estructurales o duraderos, especialmente cuando son absorbidas por lógicas mercantiles. Así, la tesis propone una reflexión crítica sobre los caminos y retos de la acción colectiva en la construcción de una ciudad más democrática y situada en la realidad latinoamericana. Palabras clave: colectivos de arquitectos, asesoramiento técnico, América del Sur, Colectivo Escalar, Fundación Oasis Urbano.

CERQUEIRA, Laís da Silva. **Reinventando práticas na América do Sul: Os casos do Coletivo Escalar e da Fundación Oasis Urbano entre 2010 e 2024**, 2025. 203 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2025.

ABSTRACT

This thesis investigates the work of urban architect collectives working in self-built neighborhoods in South America, focusing on the analysis of their methods, tools, and impacts, using the collectives Escalar (in Salvador, Brazil) and Fundación Oasis Urbano (in Medellín, Colombia) as case studies, covering the period from 2010 to 2024. The thesis is based on the principle that contemporary urban architect collectives combine architecture and urbanism in practices, methodologies, and tools that break with traditional models of professional practice. In Brazil, technical advisory services stand out for more explicitly linking their practices to political and territorial disputes. The research analyzes the historical, social, and urban contexts that influenced the emergence of these initiatives in Brazil and Colombia, bringing a historical perspective to the consolidation of the neoliberal model in Latin American cities. The collectives emerge as critical agents that work with popular territories, proposing alternatives to hegemonic practices and placing participation at the center of transformation. An analysis of the trajectory and activities of the two collectives, based on projects developed in Salvador and Medellín, reveals methodologies guided by listening, mediation, and collective construction. The research identifies similarities and differences between the experiences, pointing out both the transformative potential of collaborative practices and their limitations, such as incompatibility with institutional timelines, neoliberal appropriation of local initiatives, commodification of knowledge, and the fragility of community representation. Although these actions are closer to local dynamics and needs, they do not always produce structural or lasting changes, especially when absorbed by market logic. Thus, the thesis proposes a critical reflection on the paths and challenges of collective action in the construction of a more democratic city situated in the Latin American reality. Keywords: architects' collectives, technical advisory services, South America, Coletivo Escalar, Fundación Oasis Urbano.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Capa da Revista Arquitectura Viva. Ao lado, imagem da plataforma "Arquitecturas Coletivas". Fonte: Site da Revista Arquitectura Viva. Disponível em: <https://arquitecturaviva.com/publications/av/spanish-collectives>. Acesso em: 24 fev. 2025. Print do site. Disponível em: <https://arquitecturascolectivas.net/> Acesso em: 24 fev. 2025 94
- Figura 2 - Linha do tempo dos dois coletivos de arquitetura que tem em Salvador (Brasil), indicando o início dos trabalhos. Fonre: Autoria própria, 2025... 104
- Figura 3 - Imagem do instagram do Coletivo Escalar com informações sobre a Campanha Zeis Já. Fonte: Instagram do Coletivo Escalar. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CTzhq0nAf51/>. Acesso em: 24 mar. 2025. 106
- Figura 4 - Logomarca do Coletivo Escalar. Fonte: Instagram do Coletivo. Disponível em: <https://www.instagram.com/coletivoescalar/>. Acesso em: 24 mar. 2025. 107
- Figura 5 - Tempo de atuação de cada um dos coletivos de arquitetura de Medellín (Colômbia) em uma linha do tempo. Fonte: Autoria própria, 2023. 113
- Figura 6 - Logomarca da Fundación Oasis Urbano. Fonte: Retirado do site da Fundación: Disponível em: <https://www.oasisurbano.org/> Acesso em: 13 mar. 2025. 114
- Figura 7 - Capa do livro "Moravia Manifesto" publicado em 2019. Fonte: Site do grupo. Disponível em: <https://www.oasisurbano.org/es#manifesto> Acesso em: 25 mar. 2025. 116
- Figura 8 - Imagem do Instagram da Fundación Oasis Urbano que mostra a divulgação do Festival Internacional de Cine Comunitário (FICCMoravia) em 2025. Fonte: Instagram do grupo. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DBmzAUUsvtZ/>. Acesso em: 25 mar. 2025. 118
- Figura 9 - Trecho da Contenção da Encosta da Rua Nova República a partir do quintal de um dos vizinhos. Fonte: Dossiê Encosta, Coletivo Escalar, 2020. 128
- Figura 10 - Malha de relações que foram acionadas para tentar resolver a problemática. Fonte: Dossiê Encosta, Coletivo Escalar, 2020. 128
- Figura 11 - Mapa de localização da Nova República. Fonte: Dossiê Encosta, Coletivo Escalar, 2020..... 129
- Figura 12 - Publicações realizadas pelo Coletivo Escalar nas redes sociais. Fonte: @Coletivo Escalar. Disponível em: https://www.instagram.com/p/C69wneCJsZy/?img_index=2. Acesso em: 20 fev. 2025..... 131

Figura 13 – Publicações realizadas pelo Coletivo Escalar nas redes sociais. Fonte: @Coletivo Escalar. Disponível em: https://www.instagram.com/p/C69wneCJsZy/?img_index=2 . Acesso em: 20 fev. 2025.....	132
Figura 14 - Locais onde foram inseridas as pias comunitárias nas comunidades parceiras dos coletivos de assessoria técnica popular. Fonte: Coletivo Escalar, 2022. Disponível em: https://www.facebook.com/forumpopular.ne/photos/a.120151402690936/320296312676443/ . Acesso em: 04 jun.2022	134
Figura 15 - Fotos do processo de montagem das pias comunitárias na Campanha #UmaMãoLavaOutra na cidade de Salvador - Ba. Fonte: Coletivo Escalar, 2022. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CGbCnL1FFg5/ . Acesso em: 04 jun. 2022	134
Figura 16 - Publicações realizadas pelo Coletivo Escalar nas redes sociais. Fonte: @Coletivo Escalar. Disponível em: https://www.instagram.com/p/C69wneCJsZy/?img_index=2 . Acesso em: 20 fev. 2025.....	135
Figura 17 – Mapa de localização de Moravia. Fonte: Autoria própria, 2023.....	137
Figura 18 - Fotos da escada que passou pela intervenção. Fonte: Autoria própria, 2023.	139
Figura 19 - Fotos do processo de desenho e discussão do Mapa de Moravia em 2019. Fonte: Fundación Oasis Urbano, 2024. Disponível em: https://www.oasisurbano.org/es#projects-top Acesso em: 13 mar. 2024.	141
Figura 20 - Fotos do Mapa de Moravia em 2023. Fonte: Autoria própria, 2023.....	142
Figura 21 - Dia de las velas em Medellín. A Celebração acontece ao redor do mapa. Fonte: Fundación Oasis Urbano. Disponível em: https://www.instagram.com/fundacionoasisurbano/ Acesso em: 14 dez. 2024	142
Figura 22 - Processo de reforma no Parque de la Virgen em Moravia para colocação de bancos em concreto Fonte: Fundación Oasis Urbano, 2024. Disponível em: https://www.instagram.com/fundacionoasisurbano/ Acesso em: 14 dez. 2024	143
Figura 23 – Fotos do Parquecito depois de reformado em 2022. Fonte: Autoria própria 2023.....	144
Figura 24 - Esquema que relaciona os três pontos de análise sobre os coletivos de arquitetos. Fonte: Autoria própria, 2025.....	147
Figura 25 - Esquema que relaciona os seis pontos destrinchados na tabela 3, que faz a análise sobre os coletivos de arquitetos. Fonte: Autoria própria, 2025....	148

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Características que cada autor atribui aos coletivos de arquitetos. Fonte: Autoria própria, 2025.....	Erro! Indicador não definido.
Tabela 2 - Resumo da tabela de caracterização dos coletivos de arquitetos desenvolvida com os autores e a identificação dos coletivos estudados. Fonte: Autoria própria, 2025.....	123
Tabela 3 - Caracterização das ações dos dois coletivos em dois projetos diferentes. Fonte: Autoria própria, 2025.....	150
Tabela 4 - Ficha do Coletivo Escalar. Fonte: Autoria própria, 2025.....	200
Tabela 5 - Ficha da Fundación Oasis Urbano. Fonte: Autoria própria, 2025.....	201

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACCS Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade

ATHIS Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social

BCH Banco Central Hipotecário

BID Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIP/ZIP Bairros/Zonas de Intervenção Prioritária

BNH Banco Nacional de Habitação

CAU-BA Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Bahia

CCF Caixas de Compensação Familiar

CEPAL Comissão Econômica para a América Latina

CINVA Centro Interamericano de Vivienda y Planeamiento

CIAM Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna

CNPJ Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CONDER Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia

COURB Encontro de Urbanismo Colaborativo

DIY Do it your self

DIWO Do it with others

EDU Empresa de Desarrollo Urbano

EJ Empresa Júnior

ELN Ejército de Liberación Nacional

Embasa Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.

EMAU	Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo
ENANPARQ	Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo
ENANPUR	Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
EPM	Empresas Públicas de Medellín
EPUCS	Escritório de Planejamento e Urbanismo da Cidade do Salvador
EUA	Estados Unidos da América
FAUFBA	Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia
FeNEA	Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura
FARC	Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colômbia
FARC-EP	Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia - Ejército del Pueblo
FATP/NE	Fórum de Assessoria Técnica Popular do Nordeste
FIIU	Foro Internacional de Intervenciones Urbanas
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
FNRU	Fórum Nacional da Reforma Urbana
FUCVAM	Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mútua
GTZ	Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit
ICT	Instituto de Crédito Territorial
JAC	Lei Nacional de Juntas de Ação Comunal
MLB	Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas

MoMA	Museum of Modern Art
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
M.I.A.R.	Movimiento Italiano para la Arquitectura Racionalista
MCMV	Programa Minha Casa, Minha Vida
OSC	Organização da Sociedade Civil
PlanHab	Plano Nacional da Habitação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POT	Planes de Ordenamiento Territorial
PREVI	Proyecto Experimental de Vivienda
PRIMED	Programa de Mejoramiento Integral de Barrios Subnormales en Medellín
PUI	Proyectos Urbanos Integrales
PUI-NOR	Programa Urbano Integral da Zona Noroeste
RAU+E	Residência Acadêmica em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia
RATP/NE	Rede de Assessoria Técnica Popular do Nordeste
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SERFHAU	Serviço Federal para Habitação e Urbanismo
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SNP	Secretaria Nacional de Periferias
SWE	Doutorado Sanduíche no Exterior
SIAP	Sociedade Interamericana de Planejamento
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

TFG	Trabalho Final de Graduação
TIC	Tecnologias de Informação e comunicação
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UCL	University College London
UNAL	Universidade Nacional da Colômbia
UNEB	Universidade Estadual da Bahia

Sumário

CAPÍTULO 1 – PERSPECTIVAS INICIAIS SOBRE O TRABALHO	1
1.1 APRESENTAÇÃO.....	1
1.2 PROCESSOS METODOLÓGICOS	18
1.3 ESTADO DA ARTE	24
1.4 ESTRUTURA DA TESE.....	34
CAPÍTULO 2 – BASE. DO IDEAL MODERNISTA À CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS COLETIVAS	36
2.1 O DECLÍNIO DA EXPERIÊNCIA MODERNISTA E A EMERGÊNCIA DE NOVAS PERSPECTIVAS URBANAS.	36
2.2 “CIDADES LATINOAMERICANAS” - PARTICIPAÇÃO E AUTOCONSTRUÇÃO.....	44
2.3 BRASIL: A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E A LEI DA ATHIS DE 2008	52
2.4 COLÔMBIA: A CONSTITUIÇÃO DE 1991 E O URBANISMO SOCIAL	65
CAPÍTULO 3 – ESTRUTURA. OS COLETIVOS DE ARQUITETURA	78
3.1 FORMA GERAL: ENTENDENDO O CONTEXTO.....	78
3.2 DO ESTRELATO À EMERGÊNCIA DE NOVAS PRÁTICAS	82
3.3 COLETIVOS DE ARQUITETURA DO SÉCULO XXI: CARACTERIZAÇÕES E DESAFIOS	90
CAPÍTULO 4 – AÇÃO. MÉTODOS, FERRAMENTAS E IMPACTOS: COLETIVO ESCALAR E FUNDACIÓN OASIS URBANO.	102
4.2 – APRESENTANDO OS COLETIVOS	104
4.2.1 COLETIVOS EM SALVADOR - O COLETIVO ESCALAR	104
4.2.2 COLETIVOS EM MEDELLÍN - FUNDACIÓN OASIS URBANO.....	111
4.2.3 – APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS: UM OLHAR SOBRE OS DOIS COLETIVOS.....	119
4.3 – APRESENTANDO AS AÇÕES	127
4.3.1 – AÇÕES NA NOVA REPÚBLICA	127
4.3.2 - AÇÕES EM MORAVIA	136
4.3.3 – APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS: UM OLHAR SOBRE OS DOIS PROJETOS	144
REFLEXÕES FINAIS	157
REFERÊNCIAS.....	177

APÊNDICES	199
APÊNDICE 1 – REDES SOCIAIS DOS COLETIVOS ESTUDADOS.....	199
APÊNDICE 2 - TABELA COM INFORMAÇÕES GERAIS DO COLETIVO ESCALAR.	200
APÊNDICE 3 - TABELA COM INFORMAÇÕES GERAIS DA FUNDACIÓN OASIS URBANO.	201
APÊNDICE 4 – MODELO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA REALIZADA COM OS COLETIVOS DE ARQUITETOS URBANISTAS.	202
APÊNDICE 5 – MODELO DO QUESTIONÁRIO REALIZADO COM OS COLETIVOS.....	204
APÊNDICE 6 – MODELO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM OS LÍDERES COMUNITÁRIOS.	207

CAPÍTULO 1 – PERSPECTIVAS INICIAIS SOBRE O TRABALHO

1.1 APRESENTAÇÃO

As cidades passam por transformações constantes que revelam as dimensões econômicas, sociais e culturais de uma sociedade (CARLOS, 2021). Face a isto, a produção da cidade neoliberal faz do espaço físico produto e condição do processo produtivo, no qual vemos o reflexo das contradições postas como resultado de uma cidade segregadora e desigual (CARLOS, 2021). Neste campo, o Estado se vê refém (quando não, aliado) desta produção, refletindo lógicas de exclusão e demonstrando a necessidade de mudanças nos processos de desenvolvimento e gestão dos espaços da cidade, adaptando os sistemas burocrático-administrativos (CARLOS, 2007). Essas transformações remetem para a necessidade de uma esfera pública de participação democrática mais inclusiva e de direitos (HARVEY *et al.*, 2013) e revelam modificações no planejamento urbano, necessárias enquanto práticas que buscam o comum (ROLNIK, 2021). Estas práticas têm se apresentado, diante da falta de reação do poder público, na forma de coletivos, organizações ou movimentos que buscam uma atuação direta na cidade, por vezes como forma alternativa ou ativista.

Esta pesquisa de doutorado busca explorar como tema central as ações, em bairros autoconstruídos, de coletivos formados por arquitetos urbanistas na América do Sul, a partir dos seus métodos, ferramentas e impactos, tendo como objeto de estudo dois coletivos de cidades diferentes: Medellín (Colômbia) e Salvador (Brasil), entre o período de 2010 a 2024. Para tal partimos da seguinte hipótese: **Os coletivos de arquitetos urbanistas¹ contemporâneos articulam arquitetura e urbanismo em práticas, metodologias e ferramentas que rompem com os moldes tradicionais da prática profissional, sendo que, no Brasil, a assessoria técnica se destaca por articular de modo mais explícito suas práticas às disputas políticas e territoriais.**

¹ A escolha por nomear como “arquitetos urbanistas” e não como “arquitetos e urbanistas” surge a partir deste entendimento do campo coletivo perpassar pela arquitetura e urbanismo de forma fluída e conectada, como um elemento único, fruto das demandas sociais, políticas e dos processos de desenvolvimento das ações destes grupos.

Essa hipótese emerge correlata a uma série de outros questionamentos que servem como premissas para o desenvolvimento desta tese, dentre eles podemos mencionar: 1) Como esses coletivos atuam, quais atores participam e quais metodologias e ferramentas são por eles utilizadas? 2) Quais as semelhanças e diferenças nas formas de atuação desenvolvidas por esses coletivos em duas cidades diferentes da América do Sul?

O desenvolvimento desta tese é fruto de inquietações pessoais durante o percurso acadêmico, começando desde a graduação, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), até aos dias atuais. Ainda enquanto estudante de graduação, pude participar de uma série de iniciativas estudantis: A Projecta (Empresa Junior de Arquitetura e Urbanismo)², de 2009 a 2011, que naquele momento atuava junto à população de baixa renda que gostaria de contratar um arquiteto para reformar a casa, ou realizar a regularização fundiária através do usucapião³; e o Curiar, Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU)⁴ da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA), entre 2012 e 2015, atuando junto às comunidades do Gantois e Binóculo, vizinhas à Universidade, através do desenvolvimento de intervenções em espaços públicos, com a realização de oficinas, mapeamentos, cartografias e, em outros casos, “metendo a mão na massa” no desenvolvimento da intervenção da Escada do Gantois e limpeza da rua para desenvolvimento de projetos táticos e experimentais.

Já no mestrado⁵, a escolha da temática surgiu como reflexo desta trajetória acadêmica, quando me debrucei sobre os coletivos de estudantes que desenvolviam atividades fora do âmbito acadêmico e de forma independente, em

² Empresa Junior é uma associação sem fins lucrativos que é gerida pelos estudantes universitários com o objetivo de fomentar a prática profissional, gerar autonomia e aproximar os estudantes do mercado de trabalho, oferecendo serviços de baixo custo a comunidades locais.

Elas precisam estar associadas a uma Instituição de Ensino Superior (SEBRAE, 2024). A Projecta é a Empresa Junior de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFBA.

³ Usucapião é um artigo do Código Civil Brasileiro (artigo 1240) e da Constituição Federal (artigo 183) que permite adquirir a propriedade imóvel ou móvel por meio do uso prolongado ou contínuo.

⁴ O Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU) é uma iniciativa da Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura (FeNEA) e se insere no ponto relacionado à extensão, na tríade universitária, pois precisa ser desenvolvida e gerida pelos estudantes, com a orientação de um professor (o que garante a responsabilidade técnica e legal dos projetos, quando necessário) (FeNEA, 2025).

⁵ O mestrado em Urbanismo Sustentável e Ordenamento do Território foi realizado em Portugal na Universidade Nova de Lisboa, de 2016 a 2018.

comunidades de duas cidades distintas: Salvador (Brasil) e Lisboa (Portugal), buscando identificar como estes coletivos, que surgem a partir das vivências universitárias, colaboram para as transformações urbanas e sociais, evidenciando o papel da universidade como possível estimuladora na construção da função social do arquiteto urbanista.

Os resultados desta dissertação revelaram que apesar de serem países com realidades sociais, econômicas, políticas e culturais diferentes, porém, de ligação histórica colonial, foi possível perceber muitas semelhanças e poucas diferenças na forma como as ações eram desenvolvidas e o reflexo disto nas transformações urbano e sociais. Isto pode se traduzir no conceito de intercâmbio de ideias e experiências entre cidades, como aponta Novick (2009), e da comunicação em rede, refletida nas redes sociais e plataformas digitais, fruto das relações globalizadas atuais (CASTELLS, 2015). Já as diferenças ficaram evidentes, principalmente, quando se percebe a realidade urbana onde os projetos foram realizados (caracterizando as urgências e demandas de cada uma das cidades), as iniciativas públicas⁶ criadas para dar base (e controle) às intervenções comunitárias e associativas em Portugal e a relação dos grupos com a universidade, destacando a questão da extensão universitária como possibilitadora de conexões reais entre a faculdade e a sociedade.

Os resultados da dissertação também indicaram alguns pontos que foram importantes para a escolha da temática desta tese como: 1) a condição de estudante limita a possibilidade de ação, e assim, as transformações possíveis; 2) a realidade política e econômica de continentes tão diferentes reflete diretamente nas transformações realizadas, principalmente por conta do apoio financeiro⁷ disponibilizado para iniciativas comunitárias e chances de realização

⁶ Como por exemplo o Programa BIP/ZIP, LisBOA Ideia e Orçamento Participativo.

⁷ Por Portugal fazer parte da União Europeia, possui uma série de financiamentos específicos associados às cidades e as redes de governança, como por exemplo o URBACT, que é um programa de cooperação territorial, de aprendizagem coletiva e troca de experiências e soluções comuns para o desenvolvimento urbano sustentável e integrado (DGT, 2024). Além disso, a cidade de Lisboa, especificamente, possui iniciativas governamentais que dão suporte financeiro a intervenções comunitárias em Bairros/Zonas de Intervenção Prioritária, conhecido na cidade como BIP/ZIP. Apesar de no Brasil existir a Lei 11888/2008, não há uma destinação específica de recurso para aplicação desta lei.

efetiva da intervenção por questões legislativas⁸. Foi a partir desta constatação que se orientou, como indício investigativo, a reflexão desta tese e a escolha por trabalhar com coletivos de arquitetos urbanistas (e não mais estudantes) em dois países diferentes da América do Sul (com realidades sociais, urbanas e históricas mais próximas).

Além destas questões acadêmicas, o campo profissional também instigou a busca por entender melhor, e de forma crítica, como são as ações dos coletivos de arquitetos urbanistas, já que a autora faz parte do Escalar⁹, um coletivo de assessoria técnica popular em Salvador (que surgiu em 2019, a partir de trabalhos de extensão realizados pelos integrantes). Como cofundadora e voluntária, observo os debates, dificuldades, dinâmicas e lutas constantes que acontecem no cotidiano das ações deste coletivo, e fico me questionando sobre as possibilidades futuras de permanência, reafirmação e ampliação deste tipo de ação e campo profissional. Vale destacar que esta atuação apresenta em sua raiz a luta de outros movimentos anteriores de arquitetos, sociólogos, geógrafos e outros profissionais, especialmente na América Latina, na tentativa de buscar um olhar mais atento à potência da autoconstrução e à urgência do Direito à Cidade, o que, neste caso, é entendido a partir da possibilidade de mudança e reinvenção, sob o exercício do poder e direito coletivo, indo além da percepção do Direito à Cidade como direito de acesso (à moradia, mobilidade, infraestrutura) (HARVEY, 2014). Porém, como contraponto atual, é necessário entender também como se dá a relação entre essas recentes formas

⁸ Em países como o Brasil, diferente de Portugal, os bairros autoconstruídos, refletem, por questões históricas e sociais um espaço construído que não segue as regras formais legislativas e que não possuem controle estatal forte, permitindo, por vezes, que a intervenção extragovernamental dos espaços aconteça com maior liberdade. Por isso, muitas vezes, no desenvolver das intervenções os grupos brasileiros não tinham a barreira legislativa que os impedia de realizar um projeto em um espaço do bairro, sem precisar passar pelos processos burocráticos e administrativos da Prefeitura, diferente de Portugal, onde esta possibilidade não existia.

⁹ Este será um dos coletivos estudados. A escolha refere-se à aproximação com os métodos, ferramentas e impactos da ação do grupo no território e como forma de fazer uma autocrítica dos processos e resultados, a fim de melhorar e entender possíveis mudanças nas estratégias, utilizando a Perspectiva Situada como forma de criticar a questionável neutralidade científica. Por isso, este estudo preza pela seriedade e veracidade das informações prestadas, buscando um olhar crítico que contribua para a produção acadêmica e ação coletiva na construção das cidades.

democráticas, a participação e a cidadania na esfera do neoliberalismo (DAGNINO, 2004).

A partir deste caminho, a escolha por trabalhar com cidades do Brasil e da Colômbia se desenvolve de maneira mais objetiva e direta. A decisão em estudar o Brasil vem do interesse de entender melhor a atuação desses coletivos de arquitetos urbanistas que trabalham com a autoconstrução e poder perceber as possíveis trocas com os espaços da América do Sul, as proximidades e diferenças, reforçando a reflexão do estudo de realidades (sociais, econômicas, políticas e físicas) mais próximas, enfatizando, inclusive, a maior necessidade de diálogo e cooperação, entre o Brasil e outros países da América do Sul, em diversos âmbitos (profissional, acadêmico e social).

Além disso, no Brasil, a criação da Lei Federal nº 11.888 de 24 de dezembro de 2008, conhecida como Lei da Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social, Lei da ATHIS, assegura, no primeiro artigo, que “o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia” (BRASIL, 2008, p.1), abrangendo também a qualificação do espaço do entorno da edificação, o que levou ao surgimento de um campo profissional específico no Brasil, que teve sua maior força expressiva em São Paulo, onde esses tipos de atuação foram mais reconhecidos, como no exemplo da USINA CTAH¹⁰.

No entanto, o Nordeste vem se destacando no cenário atual a partir dos coletivos de assessoria técnica¹¹ que formam a Rede de Assessoria Técnica Popular do Nordeste (RATP/NE) com o objetivo de realizar a troca de experiências, metodologias e referências, mas também para a construção do Fórum de

¹⁰ A Usina - Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado (CTAH) foi fundada em 1990, com inspiração nas experiências uruguaias da Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua (FUCVAM), nos anos 1980, e tem atuação em assessoria técnica junto à movimentos sociais para articular e mobilizar fundos públicos em contexto de luta pela Reforma Urbana e Agrária (VILAÇA; CONSTANTE, 2015).

¹¹ Que pautam suas ações principalmente pela Lei 11.888/2008 que proporciona o direito à assistência técnica pública e gratuita para famílias de baixa renda, assegurando o direito à moradia que inclui a qualificação do sítio urbano (BRASIL, 2008).

Assessoria Técnica Popular do Nordeste¹², evento que promove o debate acerca da assessoria técnica popular, das problemáticas das nossas cidades, mas também de soluções, métodos e alternativas. Por isso, Salvador, no Brasil, foi escolhida pela necessidade de explorar outras cidades fora do eixo Rio de Janeiro - São Paulo, valorizando os grupos atuantes no Nordeste e fortalecendo a visibilidade de ações, comunidades e coletivos muitas vezes esquecidos dentro do cenário brasileiro.

Além disso, observa-se também uma movimentação de diversos atores na tentativa de implementar ações que viabilizem a aplicação da Lei da ATHIS. Além dos editais do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU-BR), que incentivam práticas de assessoria e assistência técnica, algumas iniciativas recentes do governo federal também merecem destaque. Desde a posse do presidente Lula em 2023 e a criação da Secretaria Nacional de Periferias (SNP), vinculada ao Ministério das Cidades, o programa Periferia Viva vem promovendo, por meio das Residências Universitárias¹³, a implantação de Postos Territoriais. Neles, a metodologia prevê a atuação de equipes de assessoria técnica responsáveis pelo desenvolvimento de projetos, pela articulação de ações e pelo planejamento dos territórios. Complementarmente, o Prêmio Periferia Viva reconhece o trabalho de associações, organizações comunitárias e coletivos, conferindo visibilidade pública a lutas cotidianas de diversos movimentos sociais. O impacto dessas iniciativas, bem como as problemáticas envolvidas em sua implementação, ainda demandam análises futuras, que poderão aprofundar a compreensão sobre a relevância dessas experiências para as políticas públicas brasileiras. Contudo, podem revelar

¹² Nas duas edições do Fórum de Assessoria Técnica do Nordeste, mais de 450 pessoas se inscreveram e participaram do evento que sempre acontece em cidades do Nordeste (FERNANDES; PONTE, 2022). Além disso, no Prêmio Periferia Viva, promovido pelo Governo Federal, o Nordeste se destacou, estando entre as duas primeiras colocações (PRÊMIO PREFERIA VIVA, 2024). O Fórum foi mais bem explicado na nota 170.

¹³ É um curso de pós-graduação que articula a formação com atividades de extensão. É voltado para profissionais de arquitetura, urbanismo e áreas afins que visam atuar com assistência técnica, habitação e Direito à Cidade, trabalhando diretamente com a população que não tem recursos para acessar este tipo de serviço, fazendo relação direta com a legislação 11.888/2008, na perspectiva de implementação desta lei Federal. A FAUFBA foi pioneira na implantação deste curso de pós-graduação denominado Residência Acadêmica em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (RAU+E), em 2011 (RAU+E, 2025).

caminhos de movimentação e atuação desses tipos de iniciativas e da possibilidade de aplicação da lei.

Foram esses caminhos que deram sustentação ao desenvolvimento desta hipótese, na qual o Brasil se destaca por possuir, em sua legislação, uma tentativa de oferecer suporte arquitetônico e urbanístico às famílias de menor poder aquisitivo. Essa lei possibilitou um novo olhar sobre as formas de atuação profissional, estimulou mudanças e questionamentos no âmbito universitário, fomentou a criação de especializações na área e impulsionou o surgimento de articulações e coletivos comprometidos com uma prática popular e politicamente mais efetiva.

A escolha pela Colômbia surge por ser um país que se destacou por aplicar, a partir de 2004, uma série de transformações políticas¹⁴ e urbanas que buscavam um compromisso cidadão e estavam baseadas em princípios como a autonomia política e defesa do interesse coletivo sobre o particular, especificamente na cidade de Medellín, conhecido como “Modelo Medellín” (ARTEAGA ROSERO; AGUDELO PATIÑO; QUINCHÍA ROLDÁN, 2018). Esses programas e projetos de mobilidade, arte e educação, levaram à criação e melhora dos espaços públicos da cidade, com a construção de equipamentos culturais e sociais, principalmente nas zonas com maiores índices de violência e desigualdade, resultando em diminuição da criminalidade (MEDELLÍN CÓMO VAMOS, 2024). No entanto, apesar de haver uma tentativa do Estado em realizar um planejamento urbano, com consequências como a diminuição da violência e aumento da turistificação, houve uma abordagem empreendedora na aplicação do chamado “Modelo Medellín” que articulava parcerias público privadas na realização das propostas que inclui-se no modelo de gestão neoliberal implementado em diversas cidades do mundo (ZERBINATO, AVELAR, REZENDE, OLIVEIRA, 2021).

Vale a pena destacar que os processos desenvolvidos a partir de 2004, se inspiraram em outras iniciativas políticas, sociais e urbanas que demonstraram

¹⁴ Os programas sociais e transformações urbanas foram resultado de esforços conjuntos de diversos atores públicos, privados, comunitários e sociais. Este tema será aprofundado no decorrer da tese.

a potencialidade que a transformação urbana poderia causar, como no exemplo do Programa Integral de Melhoramento de Bairros Informais de Medellín - PRIMED¹⁵. Isto pôde, de algum modo, ter estimulado¹⁶ a criação de coletivos de arquitetos urbanistas, já que, principalmente no “Modelo Medellín” alguns projetos e iniciativas eram desenvolvidos a partir de concursos de arquitetura e urbanismo, permitindo a participação ampla dos profissionais, tanto dos recém-formados, como dos que já tinham experiência prévia. Outra influência foi o surgimento, a partir de 2010, dos coletivos de arquitetos na Espanha e a divulgação que este tipo de iniciativa teve em revistas especializadas e plataformas digitais, tanto na Colômbia, como no Brasil¹⁷.

Há, portanto, em cada um dos dois países escolhidos, o desenvolvimento de processos governamentais específicos que podem ter estimulado a criação, desenvolvimento e ação dos coletivos de arquitetos urbanistas, a partir do início do século XXI. Nesse sentido, é possível perceber o destaque que os coletivos de arquitetos urbanistas tem tido na América do Sul, a partir do surgimento de eventos exclusivos para esses tipos de discussão como o Foro Internacional de Intervenciones Urbanas (FIIU), que acontece anualmente, desde 2016, circulando por diversos países da América Latina¹⁸, apresentando diversas formas de atuações coletivas, métodos e discursos, não se limitando aos coletivos de arquitetos urbanistas, mas também sendo um ponto de encontro destes grupos; do Fórum de Assessoria Técnica Popular do Nordeste, com duas edições, 2020 e 2022¹⁹, que aborda as ações e discussões sobre a assessoria técnica popular, focando no encontro e na troca de experiências entre grupos da região Nordeste Brasileira, com incidência quase majoritária de coletivos com a

¹⁵ O PRIMED foi um programa que buscava intervir nas áreas autoconstruídas, através de uma aliança de cooperação entre os governos local, nacional e alemão, inspirando-se na experiência de Moravia, na década de 1980. Aplicava uma metodologia de intervenção participativa, melhorando as condições de alguns assentamentos precários, apesar das dificuldades envolvidas (SÁNCHEZ MAZO, 2014).

¹⁶ Assim como foi possível no Brasil com a Lei da ATHIS e a formação de grupos como a USINA.

¹⁷ Como veremos no capítulo 3.

¹⁸ De 2016 a 2019 aconteceu em Lima, Peru (FIIU 1, 2, 3 e 4). Em 2020 e 2021 o evento foi online por conta da pandemia de COVID19 (FIIU 5 e 6), e em 2022, aconteceu em Lima, Peru (FIIU 7), em 2023, Rio de Janeiro, Brasil (FIIU 8) e em 2024, Bogotá e Medellín, Colômbia (FIIU 9). O FIIU 10 acontecerá em Cusco, Peru em 2025. Em 2019 o FIIU se associou ao Placemaking America Latina e passou a unificar dois encontros: o FIIU, propriamente dito e o Encuentro Placemaking Latinoamerica.

¹⁹ Em 2020 aconteceu em Recife, Pernambuco. Em 2022 em Fortaleza, Ceará. Em 2025 acontecerá em Aracaju, Sergipe.

maioria dos integrantes arquitetos urbanistas; e do Encontro de Urbanismo Colaborativo (COURB), que aconteceu anualmente no Brasil por 4 anos (o último foi realizado em 2019 e depois da pandemia não aconteceram mais eventos) e em diversas cidades brasileiras²⁰, promovendo o compartilhamento de ideias sobre a construção de cidades mais democráticas (COURB, 2022). Estes são três exemplos de eventos que apresentam diversas formas de atuações coletivas que ressaltam questões culturais, espaciais, educacionais e tecnológicas, através de coletivos, movimentos, ativismos, grupos e/ou associações.

Esta pesquisa busca entender, também, o surgimento destes tipos de coletivos como objetos que revelam a crise democrática e representativa pela qual o modelo político administrativo vem passando (BASSANI, 2016), indicando a necessidade do cidadão de querer participar de forma mais próxima dos planejamentos e decisões da sua rua, bairro ou cidade, principalmente nos casos de omissão do poder público que é onde, geralmente, há mais urgências, e onde as pessoas já estão habituadas a lidar, sem apoio governamental, com seus problemas sociais e urbanos, como é possível ver no histórico de construção dos bairros populares das cidades. O desenvolvimento desta pesquisa salienta a importância de olhar com mais atenção para a atuação destes coletivos, promovendo reflexões, análises e críticas sobre suas ações, enriquecendo o debate sobre as formas de construção das cidades contemporâneas, abordando, inclusive, as forças neoliberais, as problemáticas associadas ao financiamento, organização e consequências das atuações para os próprios atores e espaços envolvidos no projeto. Além disso, amplifica e busca trazer maior visibilidade à atuação desses coletivos, enxergando-os como possibilidade futura de construção de cidades mais democráticas, além da possibilidade de atuação profissional.

Nesse sentido, há ainda uma reflexão sobre a realidade social e urbana presente nos países da América do Sul, onde fenômenos históricos, como a autoconstrução de assentamentos urbanos, derivados de processos como a

²⁰ O primeiro COURB aconteceu em Curitiba, Paraná, em 2016; o segundo em Brasília, em 2017; o terceiro em Fortaleza, Ceará, em 2018 e o último em Belém, Pará, em 2019.

industrialização e globalização, levam ao enraizamento de resultados semelhantes de aumento populacional, demanda por recursos ambientais, de serviço e habitação (ZUQUIM; MAZO; BRANDÃO, 2013), conduzindo a uma urgência maior na atuação político-administrativa. Sobre esta questão Mazo (2017) afirma que:

Frente à negligência das estruturas político-econômicas, os moradores da cidade popular têm satisfeito suas necessidades básicas por conta própria, em um contexto histórico de intensa luta social e violência (SÁNCHEZ MAZO, 2017, p. 24).

Além disso, é importante salientar o percurso histórico latino-americano no debate sobre a produção das cidades, principalmente a partir de 1960, onde se constata o contexto dos territórios populares na paisagem urbana. Essa realidade ampliou o debate sobre a forma de construção e desenvolvimento das cidades, onde diversos autores²¹, iniciativas²² e reflexões se estabeleceram, servindo como base para os discursos e atuações contemporâneas. Outro ponto importante de destacar são os movimentos populares urbanos das últimas décadas, produzidos especialmente na América Latina, que conduziram a movimentos de Reforma Urbana, que começaram no Brasil e se estenderam para outros lugares, mesclando acadêmicos e grupos profissionais através da participação militante (MONTANER; MUXI, 2014)²³. Além disso, vale a pena entender, conceituar e diferenciar, na Europa e Estados Unidos, antes do século XXI, a constituição de outras formas de agrupamentos interdisciplinares ou multidisciplinares, em que os arquitetos estavam envolvidos, como maneira de ruptura da atuação profissional, representação ou debate vigentes à época, mesmo que com propósitos e atuações diferentes dos coletivos de arquitetos atuais²⁴.

²¹ Como Padre Louis Joseph Lebret, John F. C. Turner e Carlos Nelson Ferreira dos Santos, que serão analisados no capítulo 2.

²² Como Cajueiro Seco ou Arquitetura Nova, que serão explorados no capítulo 2.

²³ Como no caso de produções acadêmicas como a Revista “Café de las ciudades” em Buenos Aires e “Foro” na Colômbia.

²⁴ Como no exemplo do ARCHIGRAM, que em meados do século XX propuseram uma nova forma de representar e olhar a arquitetura e as cidades, refletindo as mudanças tecnológicas, culturais e econômicas (SILVA, 2004) e o TEAM X, formados por arquitetos que se contrapuseram aos debates levantados pelos CIAMs em relação ao modelo de cidade proposto, sugerindo uma nova forma de olhar a produção moderna, a partir de um olhar horizontal e cotidiano, como potência para a apreensão das cidades (QUEIROZ et al, 2016). Veremos mais sobre isto no próximo capítulo.

Segundo Novick (2009) há ainda nas cidades, e na forma de estudá-las, um intercâmbio, não somente de objetos, mas também de pessoas, experiências, saberes e ideias, que se intensificou mais no final do século XX, que é essencial na construção e modificação das áreas urbanas. Sabe-se ainda que existiu uma necessidade de aproximação entre as realidades latino-americanas principalmente no campo histórico e social, que aconteceu em diversos âmbitos, como exemplo, nos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos, a partir de 1920, e nos Congressos da Sociedade Interamericana de Planejamento (SIAP), em meados da década de 1960, onde se buscou “elaborar uma base teórica que explique o fenômeno da cidade latino-americana” sob a própria ótica latino-americana, ignorando modelos elaborados por europeus e estadunidenses, o que levou a uma mudança na compreensão destas cidades (HUAPAYA ESPINOZA, 2015). Sobre isto:

Essa “nova” visão foi decisiva para relativizar a ideia do controle racional da forma da cidade, pelo contrário, áreas antes desconsideradas ou consideradas como “irracionais” (favelas, *barriadas*, por exemplo), passaram a formar parte da realidade urbana latino-americana (HUAPAYA ESPINOZA, 2015, p. 85).

A caracterização dos coletivos perpassa pelo entendimento da formação de um agrupamento de pessoas que se reúnem em prol de um interesse comum, abrangendo numerosos significados e temporalidades (SUAREZ, 2020), podendo existir coletivo de arte, mobilidade, cultura, teatro, saúde e urbano, por exemplo. É importante destacar que cada coletivo se autodenomina de uma forma diferente e que esta nomenclatura nem sempre está associada à definição ou conceituação daquela palavra, mas, por vezes, ao código jurídico no qual o grupo se enquadra ou a uma afinidade conceitual de algum termo que leva o grupo a escolher determinada nomenclatura. Por isso, há uma dificuldade de escolher uma definição que represente todos os coletivos e propostas por eles desenvolvidas, já que, apesar de realizarem projetos, metodologias e ações parecidas, cada um escolhe uma forma de se autonomear.

Esta diversidade nos reafirma a infinidade de articulações e ações possíveis, que, no caso de coletivos que tem como premissa o espaço urbano, remetem a necessidade que o cidadão tem em adequar a realidade ao desejo da vida nas cidades, legitimando-o como espaço de reivindicação e transformação

(HARVEY, 2014). Além disso, a forma como a cidade é produzida e articulada pelo poder público e seus apoiadores está desgastada e, cada vez mais, não tem representado a demanda cidadã, que busca a participação e olhar mais atento ao local, independente dos ciclos eleitorais (MONTANER; MUXÍ, 2014). Os modelos de participação formalizados pelas legislações ou escolhidos pelas demandas privadas e públicas, principalmente, também não estão dando conta da exigência popular, representando, na maioria dos casos, um tipo de participação, que segundo Gohn (2019) é institucionalizada, e que Santos (2020, p. 41) denomina de “negada, consultiva ou ativa”, enquanto a população tem buscado cada vez mais a “participação deliberativa” onde, segundo o mesmo autor, há um entendimento que a população é sujeito pleno de ação.

Além disso, a falta de financiamento é um reflexo da estruturação social, política e econômica, onde há uma priorização do capital em prol do social, e onde os recursos são destinados à retroalimentação do sistema capitalista e neoliberal, revelando as dinâmicas cotidianas individuais e coletivas, como também as lutas e relações contraditórias das diferentes classes que disputam esses espaços. É neste momento que as capturas neoliberais tendem a acontecer e que alguns coletivos acabam se perdendo nas suas premissas iniciais, como acontece em alguns editais de financiamento. Diante disto, o papel do poder público seria fundamental na garantia dos direitos básicos como moradia e infraestruturas, principalmente a quem mais precisa.

Observa-se também, em diferentes partes da cidade, a atuação de lógicas neoliberais que, ao se apropriarem de iniciativas colaborativas, instrumentalizam suas abordagens e produções urbanas. Essa captura resulta na desarticulação das práticas voltadas à construção de espaços comuns, favorecendo a privatização do território urbano por meio de ações individuais marcadas pela segregação, especulação imobiliária e gentrificação. Existem, ainda, processos que evidenciam as ausências históricas da administração pública, especialmente nos territórios autoconstruídos, onde as demandas urbanas se apresentam com maior urgência. Tais dinâmicas atendem prioritariamente às exigências do mercado, em detrimento da promoção de uma cidade mais inclusiva, baseada em práticas coletivas e solidárias.

Assim, os coletivos que serão estudados nesta tese se referem, especificamente, aos que, pelo menos em sua maioria, são arquitetos urbanistas (o que não exclui a participação de outras áreas profissionais), que trabalham com metodologias participativas e colaborativas e com ações em bairros autoconstruídos. A opção por trabalhar com este tipo de coletivo surge por entender que a formação e estudo universitário específico sobre a arquitetura e a cidade revelam uma ação, metodologia, discurso, projetos, participação e resultados diferentes de outros coletivos sem arquitetos. Essas diferenças podem estar associadas ao processo de desenvolvimento da proposta, que envolve uma responsabilidade técnica construtiva e uma intenção de transformação da realidade sócio urbana para a promoção de cidades mais justas. Além disso, para facilitar a leitura, chamaremos nesta tese os coletivos de arquitetos urbanistas como coletivos de arquitetos, considerando que nos dois países e objetos de estudo selecionados os integrantes são majoritariamente arquitetos urbanistas.²⁵

Nas ações dos coletivos de arquitetos em espaços públicos há um grande potencial sociopolítico para a realização do compartilhamento de poder, desenvolvido a partir de diferentes atores com objetivos comuns (SÁNCHEZ MAZO, 2017). As atuações revelam questões relativas à: falta de resposta dos organismos públicos às necessidades dos cidadãos e desenvolvimento de uma cidade mais justa, se enxergando como colaboradores dessas novas formas de produzir, atuar e gerir as cidades, ampliando o debate sobre o sistema formal de estruturação e ordenamento democrático; falta de aplicabilidade das leis que garantiriam a ação destes profissionais no território; e luta e garantia de direitos sociais e urbanos como à cidade, à moradia e à participação na construção dos espaços. Elas são promovidas a partir de metodologias e estratégias de ação, planejamento e gestão dos espaços urbanos junto com os diferentes atores (associações comunitárias, movimentos sociais, universidades ou grupos organizados). No entanto, esses coletivos podem apresentar um discurso (oriundo dos estudos acadêmicos) aliado a teorias como Direito à Cidade,

²⁵ Apesar de existir na Bahia um curso exclusivamente de Urbanismo, na Universidade Estadual da Bahia (UNEBA), nos coletivos de Salvador estudados há uma predominância de arquitetos urbanistas e não tem nenhum integrante, até o momento, que seja somente urbanista, o que facilita ainda mais a escolha da nomenclatura.

urbanidade e produção do espaço urbano que podem ser esvaziadas durante o processo, levando à banalização no uso dos termos e enfraquecimento da sua potência reivindicatória (OLIVEIRA; NETO, 2020).

As ações têm características diversas (relacionadas à agentes, dimensão da ação, financiamento, metodologia, ferramentas e produtos desenvolvidos), demonstrando a complexidade das problemáticas urbanas das cidades latino-americanas. Revelam também a influência dos acontecimentos históricos internos e particulares de cada cidade ou país, aliado a fatores externos que derivam especificamente da Europa e América do Norte, e do desenvolvimento das redes e plataformas de comunicação contemporâneas, resultando em métodos e ferramentas adaptadas a cada projeto, como veremos no decorrer desta pesquisa.

É neste contexto que esta pesquisa de doutorado pretende se debruçar, pautando a necessidade de entender duas realidades de ação de coletivos de arquitetos diferentes da América do Sul²⁶, entendendo que, no Brasil, há uma legislação específica que pode pautar um tipo de atuação, voltada para a assessoria técnica, onde os coletivos de arquitetos desenvolvem práticas que extrapolam o exercício profissional técnico, configurando-se também como uma forma de luta coletiva, comunitária e territorial, distinguindo-se de outras experiências sul-americanas. Para isso, os dois coletivos escolhidos serão o Escalar (Salvador, Brasil) e a Fundación Oasis Urbano (Medellín, Colômbia). Os dois apresentam três características importantes para análise: Ser formado majoritariamente por arquitetos urbanistas, com metodologias participativas e com atuação em bairros autoconstruídos. Além disso, ambos realizam projetos fora do eixo da capital de seus respectivos países, possuem em sites e redes

²⁶ A princípio pensou-se em estudar o Peru e o Brasil, já que foi esse primeiro país onde aconteceram os primeiros eventos do Festival Internacional de Intervenções Urbanas – FIU. No entanto, como a maioria dos coletivos ativos se mantém na capital, Lima, e um dos objetivos era estudar coletivos de fora dos eixos principais do país, buscou-se um coletivo de outra cidade, que pudesse ter características semelhantes, mas, quando aconteceu o contato inicial, foi informado que o coletivo, *Espacio Expresión*, já não estava ativo. Neste momento, a Colômbia, que também já estava apontada como um dos possíveis países a serem estudados, passou a ser uma opção, principalmente por conta do histórico das intervenções que aconteceram em Medellín, diante da proposta do “Urbanismo Social”, no intuito de entender uma possível interferência deste movimento político na formação dos coletivos de arquitetos que trabalham em bairros autoconstruídos, como esta pesquisa entende que a Lei 11.888/2008 é para a formação dos grupos no Brasil.

sociais as propostas e projetos sistematizados, ou são coletivos em que há uma facilidade de acesso às ações, métodos e ferramentas.

A Fundación Oasis Urbano “es un colectivo intercultural y multidisciplinario que promueve la co-producción de espacios comunes y ciudades dignas de vivir.” (FUNDACIÓN OASIS URBANO, 2023), com sede em Moravia, Comuna 4, Medellín, Colômbia. Iniciou seu trabalho como Urban Lab Medellín - Berlin em 2016, a partir da iniciativa dos arquitetos alemães Maximilian Becker, Tobias Schrammek e Albert Kreisel, que se reuniram com vizinhos do bairro e decidiram criar um vínculo, além da amizade, para desenvolver projetos arquitetônicos, urbanos e culturais. Atualmente o grupo é formado por esses mesmos arquitetos alemães (que não moram na Colômbia, mas que vão duas ou três vezes no ano, em momentos específicos de ação), exceto Tobias Schrammek²⁷, uma líder comunitária colombiana do bairro, Cielo María Holguín Ramírez, e agraga parceiros artistas e construtores do bairro. Trabalham especificamente no bairro de Moravia onde ocorrem a grande maioria das ações do coletivo, que envolvem parcerias internacionais e nacionais com faculdades, empresas e institutos públicos e privados.

O Escalar – Coletivo de Assessoria Técnica Popular – é uma entidade privada sem fins lucrativos, formada por sete arquitetos urbanistas e uma licenciada em geografia. Fundada em 2019 e formalizada em 2020, desenvolve trabalhos em articulação com movimentos sociais, organizações comunitárias e outros grupos e coletivos, em especial na cidade de Salvador, no estado da Bahia (Brasil). As ações da entidade estão inseridas no campo da assessoria técnica popular, no âmbito das ciências sociais aplicadas, a partir de uma disposição técnica, ética e política que visa contribuir para a democratização da cidade (ESCALAR, 2025). Nesse sentido, os trabalhos desenvolvidos pelas/os integrantes buscam respeitar a história e a memória local, contribuindo com reivindicações em torno da justiça racial, social e ambiental, tendo como objetivos centrais o direito à moradia digna, à cidade e ao território e propondo processos que envolvem a interação entre diferentes sujeitos, saberes e linguagens (ESCALAR, 2025).

²⁷ Que está afastado oficialmente, mas participa pontualmente de algumas ações.

Importante destacar que a autora desta tese, faz parte deste grupo desde a fundação, em 2019, e entende que incluir este coletivo no estudo também é uma forma de entender as próprias nuances, dificuldades e questões que abarcam esse tipo de atuação, acreditando ser possível uma contribuição efetiva desta pesquisa no desenvolvimento da ação do grupo. Assim, o lugar da autora é o de alguém que, desde a graduação, atua em territórios autoconstruídos, reconhecendo que o papel do arquiteto vai além da dimensão técnica, envolvendo também o apoio às lutas territoriais e a contribuição para a construção coletiva de cidades mais justas. Ao mesmo tempo, considero fundamental exercer uma postura crítica em relação aos processos e ações do próprio coletivo do qual faz parte, entendendo que essa prática é essencial para a adaptação, o fortalecimento e a permanência desse modo de atuação nas cidades. Busco, ainda, em outras experiências e formas de prática, exemplos e dinâmicas capazes de enriquecer o repertório de metodologias e ferramentas já existentes.

Além disso, nos dois coletivos estudados, percebe-se que, apesar de haver membros que atuam em outros campos do conhecimento, a maioria dos integrantes são arquitetos, como no caso do Coletivo Escalar; e quando não, como no caso da Fundación Oasis Urbano, os arquitetos são a maioria na composição da diretoria do coletivo. Isto pode revelar, de alguma maneira, o destaque do papel desempenhado pelas universidades e faculdades, não apenas enquanto espaços de produção crítica e construção do conhecimento, mas também como instâncias formadoras de futuros profissionais, que fomentam o questionamento sobre as novas formas de produção arquitetônica, incentivando os estudantes a refletirem e atuarem de maneira crítica na construção da arquitetura e da cidade.

No caso do Brasil, são as universidades públicas que conduzem a este olhar crítico, ponto pouco presente na condução das faculdades particulares; diferente da Colômbia, onde, tanto a universidade pública quanto a privada, estão atentos a esta demanda, o que pode ser demonstrado pelas diversas especializações,

cursos e mestrados em universidades privadas de Medellín²⁸. Vale lembrar que na maioria dos coletivos de arquitetura das duas cidades estudadas, incluindo os dois estudos de caso desta pesquisa, parte dos membros está dentro da universidade, como professores ou como estudantes de pós-graduação. Apesar destas relações entre formação e produção acadêmica na formação e construção de coletivos e de novas perspectivas urbanas não ser o foco desta pesquisa, pode revelar questões interessantes de serem pontuadas no decorrer da tese.

Desta forma, o objetivo desta tese é investigar as ações dos coletivos formados por arquitetos na América do Sul, a partir dos métodos, ferramentas e impactos, tendo como objeto de estudo dois coletivos de cidades diferentes: Salvador (Brasil) e Medellín (Colômbia), entre 2010 e 2024. Para dar suporte a esta investigação quatro objetivos específicos foram pontuados: 1) Compreender os contextos históricos, urbanos e sociais, a partir de meados de 1960, que dão base ao surgimento dos coletivos de arquitetos, especificamente, no Brasil e na Colômbia; 2) Identificar o contexto no qual os coletivos de arquitetos latino-americanos surgiram, caracterizando-os, a partir de autores contemporâneos, entendendo as suas similitudes e diferenças; 3) Apresentar os coletivos de arquitetos atuantes em Salvador (Brasil) e Medellín (Colômbia) como forma de reconhecer as diferentes ações nestes dois países; 4) Analisar as ações dos dois coletivos de arquitetos selecionados a partir de três perspectivas: métodos, ferramentas e impactos; 5) Refletir e realizar uma análise crítica sobre as ações dos dois coletivos de arquitetos selecionados, buscando compreender se, no Brasil, os coletivos que atuam com assessoria técnica desenvolvem metodologias e ferramentas que articulam arquitetura e urbanismo em práticas que vão além da dimensão profissional, diferenciando-se, assim, de outras experiências sul-americanas, como as da Colômbia.

²⁸ Como no curso “Medellín, laboratorio vivo: transformación de ciudad y aprendizaje en acción.” e “Urbanismo Social” e a especialização “Gobierno y Gestión Pública Territorial- Virtual” e o mestrado “Procesos Urbanos y Ambientales” da UrbamEafit e a especialização “Especialización en Gobierno Territorial y Desarrollo” da Universidad Pontificia Bolivariana (UPB).

1.2 PROCESSOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada para desenvolvimento desta pesquisa foi o Estudo de Caso de dois coletivos de arquitetos, no recorte temporal de 2010 a 2024. Para isso, quatro fases foram realizadas: 1) Investigação prévia; 2) Estudo de campo e levantamento de material e informações; 3) Análise do material e informações levantadas; e 4) Refinamento e comparativo dos resultados encontrados.

Na primeira fase, “Investigação prévia”, foi feito um embasamento teórico inicial de apoio, principalmente por se tratar de dois países diferentes na América Latina (Brasil e Colômbia), como forma de entender as questões históricas, urbanas e sociais que os envolvem, compreendendo que estas são fundamentais na estruturação e atuação dos coletivos. Este processo se realizou a partir de pesquisas em livros, teses, dissertações, artigos e comunicações de eventos, sendo a palavra-chave principal: “coletivos de arquitetos” e suas derivações como “coletivos de arquitetura” ou “coletivos de arquitetura e urbanismo”. Caso não fosse encontrado, outros termos foram usados como “assessoria técnica popular” ou “ATHIS”; “bottom up”; “propostas urbanas alternativas”; e “metodologias e ferramentas participativas e colaborativas” (e suas traduções em espanhol, no caso de termos e revistas fora do Brasil). Além deste embasamento, esta primeira fase contou com uma análise dos *sites*, *e-books*, documentos e redes sociais dos coletivos, para identificar as principais características como projetos, agentes envolvidos, métodos, ferramentas, financiamento, tipos e produtos das ações que foram divulgados nas páginas de *internet* pessoais dos coletivos (Apêndice 1). A partir disso, a seleção de termos-chave que apareciam constantemente na divulgação dos trabalhos desenvolvidos, geraram indicadores de análises que foram fundamentais para o desenvolvimento dos instrumentos de pesquisa da próxima fase, como as entrevistas semiestruturadas e os questionários.

Neste primeiro momento as principais dificuldades encontradas estavam relacionadas a encontrar material acadêmico e de pesquisa específico sobre os coletivos de arquitetos, as questões históricas que envolvem essa formação tanto mundialmente, quanto nas especificidades dos países envolvidos. Por isso, em alguns casos foi necessário entender contextos de outras temáticas

semelhantes, como das citadas palavras-chave acima, para conectar e relacionar as informações.

A pesquisa prévia também aconteceu de maneira a escolher quais coletivos seriam estudados. Inicialmente, a escolha se deu por redes sociais, e os coletivos seriam o Más Urbano, em Medellín e o Coletivo Massapê, em Recife. No entanto, e, apesar de uma conversa virtual prévia com dois integrantes do Más Urbano em 2022, quando a pesquisa de campo estava prestes a acontecer, em 2023, tive a informação de que o Coletivo Más Urbano não estava mais ativo, e decidi que iria conhecer os coletivos de arquitetura de Medellín *in loco* primeiro, para depois escolher qual seria o mais adequado para estudo de caso. Como reflexo desta questão, no caso do Massapê, também optei por esperar a chegada em Medellín, para assim, estabelecer se o manteria ou não.

Na segunda fase, “Estudo de campo e levantamento de material e informações”, foi realizada a pesquisa *in loco*, buscando entender as formas de atuação dos coletivos de arquitetos nas suas respectivas cidades, que se deu a partir do acompanhamento dos projetos realizados em 2023 e 2024, seja no papel de voluntária administrativa ou de participante no desenvolvimento da ação. A ida a Medellín²⁹ aconteceu de fevereiro a junho de 2023 e foi essencial para entender as dinâmicas urbanas, sociais, econômicas e políticas da cidade, e, sobretudo, para conhecer presencialmente a atuação de outros coletivos de arquitetos ativos nessa cidade, cuja prática não se direcionava especificamente aos bairros autoconstruídos, embora já tivessem desenvolvido alguns projetos nessas realidades, sem que esse fosse o foco principal de suas ações.

Foi possível acompanhar o projetos dos três coletivos ativos na cidade: Proyecto NN, com a construção de uma plataforma com madeira reaproveitada de uma exposição que o grupo fez no Museu de Arte Moderna de Medellín³⁰; o Coonvite com o desenvolvimento de um projeto residencial para uma família necessitada

²⁹ A partir da bolsa sanduíche (SWE) do CNPQ, chamada nº 26/2021, no Projeto “Pensar e Fazer Cidade na América Latina.”

³⁰ Foram dois meses de construção, sempre aos fins de semana. Foi possível acompanhar todo o processo, exceto a inauguração que já tinha voltado para o Brasil.

com doação de materiais³¹ e com a visita ao projeto do Centro Comunitário inacabado, no bairro de Faro³²; e no caso da Fundación Oasis Urbano durante o desenvolvimento da “Escuela de Primavera”³³ e do primeiro encontro de organizações comunitárias “Voces de los territorios”. Foram realizadas entrevistas³⁴ e questionários (Ver modelo no Apêndice 4, 5 e 6) com um membro de cada coletivo ativo acima mencionado e com uma liderança do projeto. Além disso, também foi possível realizar entrevista e questionário com um membro dos outros dois coletivos inativos (Más Urbano e Ciudad Creativa).

Neste momento, após conhecer os coletivos de arquitetos de Medellín presencialmente, inclusive os que já não estavam mais ativos, a escolha pela Fundación Oasis Urbano, se deu por três motivos: o primeiro relacionado ao fato de ser o único coletivo estudado que tinha um foco de ação exclusivamente em um bairro autoconstruído; segundo por uma líder comunitária fazer parte da diretoria do coletivo e; terceiro, por ser um coletivo que já havia conseguido intervir, com construção e reforma, os espaços urbanos do bairro. Por isso, a Fundación Oasis Urbano se configurou como a escolha mais adequada, respondendo a premissa inicial do trabalho de que o coletivo deveria atuar em bairros autoconstruídos.

No entanto, a visita à cidade de Medellín aconteceu no desenvolvimento da “Escuela de Primavera”, onde estava prevista a elaboração de atividades para estudo da reforma da sede do coletivo. Por isso, os exercícios que aconteceram foram de cunho mais teórico e acadêmico, no estudo de materiais e técnicas mais apropriadas, o que limitou a observação sobre algumas dinâmicas de intervenção no espaço, que foram questionadas a partir das entrevistas realizadas. No ano seguinte, em 2024, aconteceu uma intervenção física no espaço do Mapa de Moravia que seria interessante de acompanhar *in loco*, no

³¹ Este processo só foi possível de acompanhar um dia, porque houve um problema com a doação de material que só foi se regularizar quando eu já estava no Brasil. Além disso, o desenvolvimento do projeto aconteceu no escritório do grupo, onde eu não tinha acesso livre.

³² O projeto estava parado há mais de um ano e não tinha previsão de retorno. Neste dia, pude conhecer o líder comunitário e conversar de maneira informal com ele sobre o desenvolvimento do projeto não configurando como entrevista formalizada.

³³ As “Escuela de Primavera” são laboratórios que acontecem cerca de duas vezes por ano em Moravia, organizado pela Fundación Oasis Urbano, para desenvolver atividades na comunidade com os estudantes alemães e colombianos.

³⁴ Por questões de privacidade e segurança os nomes dos entrevistados não serão revelados.

entanto era impossível de visitar por conta de recursos financeiros. Foi a partir desta premissa, que escolheu-se projetos que já tinham sido realizados, se baseando em conversa com os moradores, observação das dinâmicas do espaço e entrevistas como fonte de informação e análise.

Após a escolha pela Fundación Oasis Urbano, e as características específicas que eles apresentavam, o Coletivo Massapê já não estava mais nas possibilidades de escolha para o estudo caso. Primeiro, porque havia uma caracterização entre o Coletivo Massapê e o Coletivo de Medellín anteriormente escolhido, o Más Urbano, que fazia sentido em termos comparativos. Segundo, porque já não havia tempo hábil e recursos financeiros suficientes para permanecer seis meses em Recife para acompanhar as atividades *in loco* e realizar as entrevistas, observações e análises. Além disso, em um primeiro momento, e isso se confirmou nas considerações finais, fazia sentido estudar um coletivo que abordasse questões relacionadas à Assessoria Técnica, por conta do acompanhamento das atividades do coletivo em Medellín. Por isso, o Coletivo Escalar foi escolhido como estudo de caso brasileiro.

No entanto, três diferenças significativas entre os coletivos poderiam dificultar a comparação dos estudos de caso: (1) a Fundación Oasis Urbano atua exclusivamente em um único bairro da cidade, enquanto o Escalar desenvolve atividades em diferentes localidades; (2) na Fundación, a líder comunitária do bairro integra a diretoria do coletivo, recebendo um recursos financeiro por isso, o que não ocorre no Escalar; e (3) a Fundación conta com financiamento estrangeiro para suas ações, ao passo que o Escalar depende de editais pontuais e específicos. Para contornar essas questões, foram selecionados dois projetos do Escalar que apresentam características capazes de sustentar a comparação. O primeiro é o projeto da Encosta Nova República, que integra o coletivo desde 2019 e se mantém ativo até hoje. Seu desenvolvimento foi viabilizado, em alguns momentos, por editais do CAU-BA, que garantiram recursos para remunerar a participação da líder comunitária nas atividades, respondendo assim ao ponto 2 das diferenças. Além disso, por sua continuidade desde a criação do coletivo, o projeto também se relaciona ao ponto 1, configurando-se como uma experiência consolidada dentro do Escalar. Para

equilibrar o ponto 3, foi o escolhido o Projeto dos Agentes Comunitários, que foi financiado pelo Fundo Casa Socioambiental, entidade com vinculação internacional³⁵.

Em Salvador a dinâmica relacionada a pesquisa *in loco* foi diferente por dois motivos principais: (1) a pesquisadora nasceu na cidade, por isso, já conhece as dinâmicas urbanas; e (2) já há o desenvolvimento de um trabalho contínuo como voluntária no coletivo Escalar, por isso, o acompanhamento das atividades foi constante não havendo um período específico. No entanto, como a autora não participou diretamente das ações do projeto que serão estudados aqui nesta pesquisa, realizou-se também a entrevista semiestruturada e aplicação de questionários com os integrantes que coordenaram as atividades, assim como com o grupo de Medellín. Este processo destaca a importância de analisar os objetos fora do âmbito acadêmico, investigando as dinâmicas locais, sem descuidar da importância teórica e construção de paralelos entre a realidade construída e a realidade teorizada. Para os dois coletivos estudados, foram aplicados neste momento da pesquisa, os instrumentos citados anteriormente, como as entrevistas semiestruturadas e os questionários com os membros dos coletivos e atores envolvidos nas propostas.

Na terceira fase, “Análise do material e informações levantadas”, aconteceu a organização de todo o material encontrado ou coletado, a partir de tabelas e quadros, com o máximo de informações possíveis. Neste momento, houve uma reorganização dos dados encontrados nas redes sociais (Apêndice 1) e sites dos coletivos de arquitetos, buscando revisar possíveis elementos e códigos que não foram observados anteriormente, além da criação de parâmetros iguais (tanto para o Brasil, quanto para Colômbia), colocados em uma tabela (Tabela 3, no capítulo 4, p. 148) para a caracterização de duas ações dos coletivos, onde serão destrinchadas as seguintes questões: agentes envolvidos na proposta (organização ou associação comunitária, movimento social, Estado, coletivos de arte, cultura ou pedagogia, universidades, coletivos de arquitetura, comerciantes e/ou empresas privadas, moradores e voluntários não moradores), dimensão da ação (podendo ser cultural, social, ambiental, pedagógica, técnica, física, virtual,

³⁵ Estas questões serão mais bem detalhadas no capítulo 4.

acadêmica e legal), metodologia aplicada (participativa, deliberativa, colaborativa ou experimental), ferramentas utilizadas (cartografias, mapeamentos, diagramas, oficinas, entrevistas, rodas de conversa, intervenção física, mediação, mobiliário, protesto físico ou virtual, Placemaking, Urbanismo Tático e Acupuntura Urbana), tipo de financiamento (edital, verba pública, verba privada, doação, universidade e financiamento coletivo) e resultado da ação (produção acadêmica, mobiliário, projeto arquitetônico, projeto urbanístico, intervenção arquitetônica, intervenção urbanística, produção gráfica, produção audiovisual, investigação ou pesquisa, desenvolvimento de plataformas virtuais ou redes sociais, evento, mudança legislativa)³⁶.

Estes parâmetros identificaram as características de cada projeto e possíveis padrões nas atuações. Além disso, foram organizados e produzidos: (1) Quadro com informações gerais dos dois coletivos (Apêndice 2) e (2) tabela com relação entre a caracterização geral dos coletivos de arquitetura de acordo com a sistematização dos autores e dos dois coletivos do estudo de caso (Tabela 2, no capítulo 3, p. 122). Neste momento, a maior dificuldade foi agregar as informações e definir quais parâmetros iriam aparecer na tabela, tanto de análise dos coletivos, como de análise dos projetos. Isto porque, há uma diversidade de maneiras, expressões e palavras que podem ser usadas para caracterizar um grupo social.

Por isso, foi necessário aprofundar-se nas características pontuadas por cada autor, buscando informações extras (como entrevistas a esses autores, vídeos nas redes sociais e outros textos) de forma a agregar os dados e atributos. O mesmo aconteceu com o desenvolvimento da tabela de projetos, onde os parâmetros e critérios selecionados foram fruto das conversas e entrevistas que aconteceram junto aos integrantes, e de informações disponibilizadas nas redes sociais, de forma a entender os elementos principais que pudessem compor um padrão de análise.

Na última etapa, “Refinamento e comparativo dos resultados encontrados”, a partir de todo o material coletado e organizado, foi feita a análise destas

³⁶ Estes parâmetros serão destrinchados no capítulo 4.

informações comparando os dois coletivos de arquitetos das duas cidades como forma de perceber as equivalências e diferenças de métodos, ferramentas e impactos das ações no espaço urbano, levando a uma reflexão final sobre as duas atuações e se há no coletivos estudado no Brasil uma articulação entre arquitetura e urbanismo com práticas que extrapolam a dimensão profissional, vinculando-se diretamente às lutas políticas, diferente de outras experiências sul-americanas. É nesta análise final que ficam explícitos uma série de questionamento e possibilidades futuras de estudos sobre a temática, não se esgotando nesta tese, com a necessidade de ampliação para outros campos de estudo e disciplinas.

1.3 ESTADO DA ARTE

A constituição de coletivos formados por arquitetos é uma temática muito atual, ainda que suas origens possam ser associadas a movimentos e organizações emergentes entre as décadas de 1960 e 1980. Observa-se, entretanto, que os coletivos da atualidade se diferenciam em diversos aspectos daqueles do passado. A partir de meados da década de 2010, esse campo passou a adquirir maior visibilidade e densidade, delineando-se como uma renovada forma de atuação profissional e engajamento político no espaço urbano. Por isso, é muito mais comum encontrar em eventos (e seus respectivos anais) e revistas especializadas, textos e debates que pautam esse tema, do que em livros.

A escolha temporal se dá pelo surgimento de uma série de fatos históricos que referenciam o aparecimento dos coletivos de arquitetos perante as questões relacionadas às cidades, à produção arquitetônica e profissional, como será visto no decorrer desta tese. A crise econômica de 2008, o fenômeno dos arquitetos-estrela, o desenvolvimento de processos computacionais digitais e softwares tecnológicos que proporcionavam a produção de um arquitetura *hightech* e com formatos disruptivos, e o processo de desenvolvimento das cidades globais e neoliberais que intensificam as desigualdades em países latino-americanos, mas não só, ocasionou uma série de debates que se reverberou em exposições como o do MoMa, em 2010, denominado “Small Scale, Big Chance”; em Paris a exposição “Réenchanter le Monde: Architecture, Ville, Transitions”, em 2013; e em 2016, a 15^a edição da Bienal de Arquitetura de Veneza, com a temática

“Reporting from the Front”; além de encontros internacionais especializados como o “Más por menos”, na Espanha, produzido pela Fundación Arquitectura y Sociedad de Pamplona, em 2010 (SUAREZ, 2020).

De igual maneira, as revistas especializadas e jornais também foram muito importantes para o debate acerca da nova forma de organização e atuação dos arquitetos, sendo a revista Arquitectura Viva e o jornal El País, ambos na Espanha, uma das que mais trouxe este debate. Neste sentido, percebe-se a influência que a Espanha teve neste tipo de discussão, tanto na Europa, como nos países latino-americanos³⁷ a partir do surgimento de coletivos, não só de arquitetos, mas que pautavam uma maior participação democrática³⁸, comprovando a constituição de um episódio global em relação ao surgimento de coletivos, não só de arquitetura (SUAREZ, 2020). Sobre isto, Suarez (2020) complementa que:

Evidencia-se, portanto, que os coletivos de arquitetura não se constituem em um evento isolado. Dentro da postura transgressora frente ao estabelecido, do novo marco da tecnologia digital e do entendimento de um mundo globalizado, surgem como militantes, levantando questões que abrangem desde a maneira como se constituem enquanto grupo de arquitetos até o entendimento do lugar ocupado na sociedade. Esse lugar vai além das questões determinadas historicamente pelo fazer arquitetônico, sendo coerente com as transversalidades de conhecimentos reivindicados por pautas ampliadas, em sinergia com o mundo contemporâneo (SUAREZ, 2020, p. 363).

Em relação à temática dos coletivos de arquitetos na América Latina encontramos doze referências que são importantes de serem pontuadas: o artigo “From Paradigm to Paradox: On the Architecture Collectives of Latin America” (2011), publicado na Harvard Design Magazine, nº 34, de Ana María Durán Calisto; as publicações de artigos, em três anos seguidos, no jornal El País, “La arquitectura de la red social” (2011) de Anatxu Zabalbeascoa, “Colectivos de arquitectos en la arquitectura colectiva, la obsesión individualista por la autoría se diluye y la obra se vuelve más social y más plural” (2012) de Josep Maria Montaner e “Tras el tsunami de la crisis” (2013), também de Anatxu

³⁷ No caso, deste último, pelas afinidades históricas e culturais, fruto dos processos de colonização, e pelas redes de intercâmbio (SUAREZ, 2020), principalmente entre universidades.

³⁸ Como no caso do 15-M: Movimento dos Indignados, em 2011, na Espanha.

Zabalbeascoa; a edição da revista Arquitectura Viva, nº 145 com o título “Colectivos españoles. Nuevas formas de Trabajo: redes y plataformas” (2012), com quatro artigos abordando especificamente a temática³⁹; a dissertação de Juán Miguel Gómez Durán, denominada “Colectivos de Arquitectura. Producción y Crítica” (2016); o capítulo publicado no livro Colección Investigaciones IdPA_02 da Universidad de Sevilla, denominado “Procesos Colaborativos en la Arquitectura Contemporánea: ¿Creatividad Colectiva?” (2016) de Amanda Martín-Mariscal e Luz Fernández-Valderrama; a dissertação de Carol Pierina Linares Linares, denominada “CO.lectivos ¿entidad o condición?” (2018); o capítulo “Una generación de arquitectos jóvenes latinoamericanos. Autorías múltiples y compromiso social” (2021) de Silvia Arango, publicado no livro “Arquitectura Latinoamericana Contemporánea: identidad, solidaridad y austeridad”⁴⁰; o capítulo de Naia Alban Suarez, “Coletivos de arquitetura na América Latina: influências, micropolíticas e transgressões” publicado no livro “Pesquisa em projeto e extensão na pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo” (2020) da Universidade Federal da Bahia; a dissertação de Lara Barros Ramos Reis, denominada “Arquitetura em Coletivo. Os desafios de coletivos de arquitetura em tempos neoliberais” (2022); e o artigo “Los colectivos de arquitectura latinoamericanos en el siglo XXI. Revisiones en el quehacer profesional” (2023), de Florencia Blázquez, publicado na revista Dearq, nº 37. Sobre coletivos de arquitetos no Brasil e na Colômbia, suas ações, metodologias, ferramentas e impactos, especificamente, não foi encontrado nenhuma referência, seja tese, dissertação, artigo, comunicação em evento ou livro, assegurando o ineditismo desta tese⁴¹.

De maneira geral, todas as referências citadas acima trazem pontos de descrição sobre a formação e contextos que levaram ao surgimento dos coletivos. Os autores e obras mais importantes foram selecionados para o desenvolvimento

³⁹ Os artigos são: “Colectivos Necesarios” de Luis Fernández-Galiano; “Notas sobre el “bum” los colectivos españoles, un ecosistema plural”, de Iván López Munuera; “Creatividad horizontal - redes, conectores y plataformas” de Doménico Di Siena; “Diccionario de colectivos - 48 equipos en España: una selección y un mapa” do editorial da revista.

⁴⁰ Fruto do Seminário internacional de Arquitectura Latinoamericana (SAL 17), em 2018.

⁴¹ Apesar da dissertação de Juán Miguel Gómez Durán, em 2016, falar sobre Medellín, na Colômbia, não trouxe questões voltadas para as ações, metodologias, ferramentas e impactos, especificamente, dos coletivos de arquitetos, e não abordou sobre outros países latino-americanos, como o Brasil.

de uma tabela (Tabela 1, capítulo 2, p. 92) com o resumo desta descrição, apresentada do capítulo 3, como forma de criar um padrão de caracterização dos coletivos, permitindo um entendimento dos diversos olhares sobre a formação destes grupos, como também, das práticas a eles aplicadas, diferenciando-os da atuação profissional convencional dos escritórios de arquitetura. Além disso, foi possível entender, também, como a cidade, e o espaço público especificamente, é uma pauta importante no debate e ação destes coletivos.

O texto de Durán Castillo (2011) foi considerado um dos primeiros a tratar dos coletivos de arquitetos latino-americanos, sendo uma referência para todos os textos que vem posteriormente. Ele trouxe questões históricas como os coletivos do século XX, as crises financeiras e o desenvolvimento da tecnologia, mas, acima de qualquer questão, destacou que a principal motivação dos coletivos de arquitetos é ser agente de transformação social, espacial, econômica e política. Além disso, pontuou sete paradoxos que fundamentam o trabalho dos coletivos de arquitetos, e que estão presentes em todos os outros artigos que abordam a temática, com pequenas modificações e inclusões, além de ter trazido os debates que envolvem a diferenciação da ação dos coletivos de arquitetos nos contextos latino-americanos. Estas discussões e caracterizações foram apontadas depois nos artigos da revista Arquitectura Viva (2012), e seus respectivos exemplos de atuação de coletivos, e nos artigos publicados pelo jornal El País (2011 – 2013).

A dissertação de Juán Miguel Gómez Durán (2016), especificamente, se tornou uma referência importante, pois fez um panorama de artigos publicados de 2009 a 2014 sobre os coletivos de arquitetos, englobando desde os meios tradicionais como revistas especializadas e jornais, até *blogs* que abordam temáticas relacionadas, mostrando como as plataformas virtuais, eram importantes para disseminação das informações e criação de redes de trocas e conhecimentos entre os grupos. Como suporte a isto, trouxe uma linha do tempo, situando-as na história e demonstrando como essa discussão ficou mais intensa a partir de 2010. Para estas mesmas publicações selecionadas, a dissertação listou os autores que foram citados no corpo do texto ou nas referências dos artigos;

selecionou as imagens que aparecem nas publicações; e pontuou se foi uma produção individual ou coletiva, salientando a contradição de que, apesar de falar sobre coletivos, a maioria dos artigos foram desenvolvidos por autores individuais, mesmo os que apareceram em *blogs*. Deste referencial, extraiu-se diversos autores e textos que, de alguma forma, foram sendo referenciados quando se abordou a temática dos coletivos de arquitetos, como foi o caso de Bernard Rudofsky, John F. C. Turner, Santiago Cirugeda e Josep Maria Montaner. Adicionalmente, o estudo escolheu quatro coletivos, descrevendo características de atuação similares em cada um dos projetos, criando o que ele chama de “Atlas de Arquitectura”, onde realizou-se uma catalogação das atividades divulgadas pelos grupos selecionados. Além disso, a dissertação trouxe um panorama sobre o contexto histórico, até 2016, dos coletivos de arquitetos na Colômbia, e especificamente, em Medellín, trazendo uma reflexão sobre a atuação profissional, negação do autor e a arquitetura enquanto disciplina fechada, pontos que foram reafirmados em outras referências.

Assim como Gómez Durán (2016), outro documento que trouxe uma linha do tempo, enquanto forma de análise histórica, foi Martín-Mariscal e Fernández-Valderrama (2016), tornando-se referência para Linares Linares (2018), na dissertação de mestrado. No entanto, no caso destes dois trabalhos, a linha do tempo foi usada para comprovar a teoria de que os coletivos de arquitetos, enquanto grupo profissional que propõe ações diferentes das tradicionais, não são um fenômeno do século XXI, já que no século XX, a partir de 1928, existiram grupos de arquitetos que se juntaram com a necessidade de desenvolver ideias disruptivas, usando da arte e criatividade como forma de crítica às dinâmicas propostas pela arquitetura e urbanismo presentes naquele momento.

Linares Linares (2018) seguiu esse mesmo raciocínio, trazendo outra linha do tempo com novos nomes de grupos de arquitetos do século XX, sendo, também, esta a discussão que pauta a conclusão dela, sobre os coletivos serem uma condição, como foram em outro período histórico, além de outras questões que justificam isso. Estes 2 trabalhos trouxeram uma perspectiva, de que, de fato, houve em outro momento da história, a formação de grupos que pautavam críticas à produção arquitetônica e urbanística da época, a partir de um olhar

diferente do que estava sendo produzido no momento histórico. Porém, foram grupos que tiveram propósitos, motivações e formas de atuações diferentes dos coletivos atuais. Uma das grandes diferenças foi a revolução digital que impulsou a criação de redes virtuais e a formação de diversos coletivos. Outro ponto foi o compromisso social, principalmente no caso dos coletivos estudados nesta tese, que pautam questões da luta urbana e direito à moradia e à cidade, pontos que não eram discutidos pelos grupos do século passado.

Blázquez (2023), concordando com Gómez Durán (2016), apontou para a revisão do trabalho do arquiteto, pautado na diluição do autor, e entendimento da arquitetura enquanto obra aberta, onde o processo é tão importante como o resultado, entendendo esta nova configuração como novo perfil profissional. Nesta mesma lógica Arango (2021), complementou que estes coletivos buscavam um compromisso social, sendo multidisciplinares e imediatistas, trabalhando em uma escala pequena. A autora ainda ressaltou a importância da transformação do mundo científico-técnico para a era digital, como principal motivador da formação dos coletivos. A diferenciação do trabalho de Blázquez (2023) com o de Arango (2021), é que a primeira apontou que este processo levaria a uma ruptura no ensino da arquitetura na América Latina, incluindo a sua gestão e produção, e a segunda, destacou que o surgimento destes coletivos está associado a uma estratégia de imersão de jovens arquitetos no mercado dominado pelas grandes construtoras e incorporadoras. Arango (2021), trouxe ainda, características diferentes das que são pontuadas por outros autores⁴², e que, no desenvolvimento da pesquisa, orientou pontos para a reflexão final.

Há no texto de Suarez (2020), algumas questões de desacordo com os pontos trazidos por Arango (2021), especificamente, ao fato dos coletivos serem formados por jovens arquitetos. Para a autora (2020) caracterizar os coletivos de arquitetos apenas como jovens que querem dar início à carreira, é superficial. Ela apontou para um trabalho que vai além da questão profissional, trazendo o exemplo do coletivo espanhol Receitas Urbanas que buscou lacunas legais para atuar no espaço público, gerando uma alteração normativa na cidade. Suarez (2020) também discordou da Linares Linares (2018) na conclusão do seu

⁴² Como é possível ver na Tabela 1, página 92.

trabalho de dissertação, quando ela abordou a existência dos coletivos como condição e não como entidade, já que para Suarez (2020), os coletivos se tornaram entidades conectadas em redes e plataformas fluídas, dispostos a reativar o Direito à Cidade e com responsabilidade futura. Este ponto foi confluente ao proposto por Arango (2021) quando apontou a questão do compromisso social destes coletivos de arquitetos. Suarez (2020) ainda propôs em seu texto, entender as influências da virada do século XX, como as cidades globais, a difusão mundial de um estilo internacional de arquitetura com arquitetos-estrela e suas grandes obras e a crise econômica de 2008 (também pontuada por Martín-Mariscal e Fernández-Valderrama, referência utilizada pela própria autora), além do olhar atento aos coletivos espanhóis, como fenômenos impactantes para o surgimento dos coletivos de arquitetura latino-americanos e suas caracterizações.

Assim como Arango (2021) e Suarez (2020) pontuaram a questão da produção urbana, na dissertação de Reis (2022) este tema ficou ainda mais evidente quando a autora buscou entender se os coletivos de arquitetura são capazes de contribuir para o estabelecimento de um modelo de produção mais colaborativo. Neste trabalho, o desenho da cidade neoliberal e as contradições presentes nesta produção foram relacionadas à ação dos coletivos de arquitetos, desmembrando as formas de fazer e trazendo uma caracterização tipo deste formato de grupo. Além disso, a autora fez uma lista de coletivos de arquitetura de diversos lugares do mundo como Rússia, Nova Zelândia, Singapura, Tunísia, Japão, Hong Kong, Malásia, Cuba, El Salvador e Gana, além dos tradicionais já pautados em outras referências, ampliando o olhar sobre estes coletivos de arquitetos e demonstrando, efetivamente, ser um fenômeno mundial.

Outro fato que demonstrou o quanto que o debate sobre a atuação de coletivos de arquitetos (ou não) está crescendo foi a quantidade de eventos que se predispos a falar somente sobre esta nova forma de articulação e ação nas cidades, como os já citados aqui FIIU (2016-2024), Encontro de Urbanismo Colaborativo (2016-2019) e o Fórum de Assessoria Técnica Popular do Nordeste (2020 – 2024). No ENANPUR e ENANPARQ, não foi encontrado nenhum

trabalho que utilize a palavra-chave coletivos de arquitetos⁴³ especificamente, de 2010 até 2024. Apesar disso, viu-se que as temáticas voltadas para ações movimentos, intervenção urbanas, assessoria técnica popular ou ATHIS, *bottom up*, ativismo urbano, propostas urbanas alternativas e metodologias e ferramentas participativas e colaborativas foram crescendo em quantidade de artigos.

Neste sentido, podemos destacar a Sessão Livre 32 do XVII ENANPUR de 2017, intitulada “Ativismo urbano: novas formas de conflitos territoriais”⁴⁴, que trouxe um debate sobre o surgimento dessas novas formações ativistas na cidade através de estudos de caso; e o texto “Arquitetos militantes na urbanização de favelas” de Lara Ferreira, da sessão temática 5, que apresentou as técnicas e metodologias utilizadas por arquitetos militantes e o impacto destes nas ações, apontando também alguns estudos de caso. Estes dois artigos foram importantes como referências de estudos de caso, já que a temática não é exatamente igual. Já no VI ENANPARQ, em 2020, foi proposto um eixo de sessão temática chamado “Projeto, políticas e práticas: Concepções teóricas emergentes, experimentações projetuais, novas formas de urbanismo coletivo, assessorias e assistência técnicas, autogestão e ativismo”, pautando temas como urbanismo coletivo, assessorias e assistências técnicas e ativismos, destacando a comunicação “Enfrentando o pensamento abissal: Pico Colectivo construindo além da fronteira” de Mariana Sant’anna e Vera Santana Luz, que trazem como estudo de caso a metodologia do Pico Colectivo, grupo de arquitetos venezuelanos, onde foi possível perceber a forma como o estudo de caso foi conduzido.

Como complemento à pesquisa sobre Medellín, dois livros foram utilizados: o primeiro “Práticas Recentes de Intervenções Contemporâneas em Cidades da América Latina” (2014), organizado por Camila D’Ottaviano e Maria de Lourdes Zuquim, que contribuiu para a circulação de ideia sobre as intervenções urbanas

⁴³ E suas derivações como pontuados acima, no processo metodológico.

⁴⁴ Com os textos: “Novas formas de resistência em São Paulo” de Raquel Rolnik e Luanda Vannuchi, “Lutas multitudinárias ativistas e movimentos sociais militantes” de Bernardo Neves e Natacha Rena, “A cidade em movimento” de Valéria Pinheiro e “Movimentos sociais urbanos no contexto de megaeventos no Rio de Janeiro: mobilização, resistência e perspectivas” de Renato Cosentino.

na América Latina, onde o texto “Ciudad Construida a Varias Manos. Prácticas recientes de intervención urbana en áreas informales: Programa Urbano Integral, zona nororiental de Medellín (Colombia)” de Liliana María Sánchez Mazo e Alberto León Gutiérrez Tamayo, se destacou por trazer um exemplo, a partir da análise do Projeto Urbano Integral da Zona Noroeste (PUI⁴⁵-NOR), sob a perspectiva do processo participativo, aprofundando ainda mais sobre essas intervenções urbanas que aconteceram em Medellín e que podem ter influenciado na criação e desenvolvimento de coletivos e propostas urbanas de arquitetos e urbanistas. O segundo foi o livro “Urbanismo em Medellín, siglo XXI. Aportes a la discusión” (2018) de Armando Arteaga Rosero, Luis Carlos Agudelo Patiño e Suly María Quinchía Roldán, que foi importante para entender a produção urbana de Medellín a partir do século XXI, trazendo uma visão mais geral das transformações que aconteceram na cidade com a incorporação do chamado urbanismo social, desenvolvimento sustentável e os Projetos Urbanos Integrados (PUI's), descrevendo e analisando questões de ordenamento territorial, ação política, técnica e social-comunitária, auxiliando a pesquisa no entendimento do contexto urbano, político e social de Medellín do século XXI.

Em relação a uma bibliografia complementar no Brasil podemos citar dois livros: “Partilhas Emergentes: assistência e assessoria técnica, extensão universitária e Direito à Cidade em debate” (2022) organizado por Thaís Rosa, Juliana Linhares e Heliana Metting; e o “Usina: entre o projeto e o canteiro” (2015) organizado por Ícaro Villaça e Paula Constante. Estes livros abordaram temáticas relacionadas à assistência e assessoria técnica, e que foram importantes para entender a complexidade da Lei 11.888/2008 quanto prática, e suas diversas formas extensionistas ou não de aplicação, sendo o primeiro, com textos e debates mais contemporâneos; e o segundo com as práticas que foram pautadas a partir de 1980, do Usina, em São Paulo. Os dois livros se complementam, como forma de entender o histórico da atuação de arquitetos no âmbito da Lei da Assistência Técnica de 2008.

⁴⁵ O Projeto Urbano Integrado é um modelo de processo de intervenção urbana desenvolvido pela Prefeitura de Medellín no âmbito do Urbanismo Social.

Além das dissertações pontuadas anteriormente, que tem relação direta com a temática desta tese, podemos destacar o trabalho de tese de Adriana Sansão Fontes, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, intitulada “Intervenções temporárias, marcas permanentes: a amabilidade nos espaços coletivos de nossas cidades.” (2011) que apontou o estudo para as intervenções efêmeras como forma de transformação positiva, e que foi usado como referência nesta tese para conceituar algumas metodologias de intervenção utilizadas pelos coletivos de arquitetos. Na Universidade de São Paulo, dois trabalhos se destacaram: a dissertação “Práticas urbanas transformadoras: o ativismo urbano na disputa por espaços públicos na cidade de São Paulo.” (2018) de Paula Hori; e a tese “Medellín: uma cidade construída a “várias mãos”? Participação e política urbana na transformação da cidade popular contemporânea” (2017) de Liliana María Sánchez Mazo. A dissertação de Paula Hori foi importante para entender a articulação entre os atores e as instituições, a partir de intervenção de grupos ativistas. Já a tese de Mazo, abordou a transformação urbana de Medellín pautando questões como participação, política pública urbana e transformação territorial, questões importantes para esta tese, no momento que situou essas transformações em diversos âmbitos, inclusive o da participação comunitária.

Nos trabalhos apresentados até aqui ficou evidente a crescente curva que os aspectos relativos aos coletivos de arquitetos têm ganhado. No Brasil e na Colômbia aconteceram debates distintos sobre estas temáticas, onde o primeiro apontou para o desenvolvimento de uma legislação federal que dá suporte a ação de alguns coletivos, nomeadamente, os que se consideram assessores técnicos, enquanto no segundo, o debate se desenvolveu em torno das metodologias do PUI e do impacto que o urbanismo social teve em alguns espaços urbanos da cidade, demonstrando a influência que a particularidade histórica local tem (apesar das similaridades urbanas e sociais e dinâmicas econômicas e políticas mundiais).

1.4 ESTRUTURA DA TESE

A tese se estruturou em cinco capítulos. O primeiro fez uma apresentação da temática, explicitando a hipótese, o estado da arte, objetivos e as influências que levaram a autora a desenvolver esta pesquisa, trazendo uma perspectiva inicial sobre o trabalho realizado. O segundo capítulo analisou as questões históricas, desde o ideal modernista até suas críticas, destacando o desenvolvimento industrial e capitalista que gerou desigualdades na produção arquitetônica e urbana. Abordou o surgimento dos primeiros coletivos de arquitetos a partir dos anos 1930, com propostas críticas, disruptivas ou alinhadas a diversas ideologias. Destacou pensadores como Joseph Lebret (1960), Jane Jacobs (1961), Jonh F. C. Turner (1963) e Henri Lefebvre (1968), que questionaram a produção urbana e enfatizaram a participação popular, principalmente na América Latina. Explorou ainda as particularidades históricas e contemporâneas do Brasil e da Colômbia, investigando fatores internos e externos que influenciaram a atuação dos coletivos de arquitetos nesses países. Este capítulo se denominou como “Base. Do ideal modernista à construção de alternativas coletivas”, pois traz um suporte para entender a estruturação histórica, social e urbana do desenvolvimento das cidades ocidentais e da formação de coletivos de arquitetos do século XX, a partir de meados de 1920 e chegando até meados de 1980, destacando as particularidades destas questões nos dois países estudados.

O terceiro capítulo discutiu as cidades no século XXI caracterizadas pelo capitalismo neoliberal e marcadas por desigualdades e disputas socioeconômicas, onde os bairros autoconstruídos se consolidaram como espaços de resistência, desafiando estruturas de poder. Além disso, a partir dos autores pontuados anteriormente, o capítulo sistematizou as principais características dos coletivos de arquitetura do século XXI, consolidando uma tabela síntese que demonstra, também, as principais questões e desafios envolvidos nas ações destes grupos. Por isso, este capítulo se intitulou “Estrutura”. Os coletivos de arquitetura”, já que trouxe uma configuração, tanto do contexto urbano e social e das forças econômicas atuantes no século XXI, como da caracterização dos coletivos de arquitetura, dando forma ao próximo

capítulo que apresentou questões mais específicas sobre os estudos de caso escolhidos.

No quarto capítulo, buscou-se entender as atuações dos coletivos de arquitetos selecionados para o estudo de caso, descrevendo-os de acordo com a sua formação e ação, focando em projetos desenvolvidos e destacando questões relacionadas aos métodos, ferramentas e impactos destas ações em seus territórios. Neste sentido, criou-se uma tabela comparativa que nos mostrou as similaridades e diferenças entre eles em relação a seis critérios específicos⁴⁶. Sendo assim, o título “Ação. Métodos, ferramentas e impactos: Coletivo Escalar e Fundación Oasis Urbano” reflete a proposição deste capítulo.

Desta forma, a Perspectiva, a Base, a Forma e a Ação permitiram chegar ao quinto e último capítulo: “Reflexões Finais”, onde, foi feita uma reflexão e síntese sobre os resultados encontrados nos estudos de caso, propondo um debate acerca das ações dos coletivos de arquitetura no Brasil e na Colômbia. Neste capítulo, foi realizada uma reflexão sobre a atuação dos coletivos, articulando as perguntas iniciais e a hipótese desta tese. Observa-se que, embora as metodologias e ferramentas adotadas pelos dois coletivos sejam semelhantes, seus impactos se diferenciam. No caso brasileiro, a atuação estabelece uma relação mais direta com a luta política e territorial, em articulação com associações e organizações comunitárias, onde esse viés político constitui um eixo central das ações, enquanto, na Colômbia, a ênfase recai sobre a realização das atividades culturais, sociais e urbanas, que inevitavelmente envolvem questões políticas, mas de forma indireta, como consequência e não como objetivo principal.

⁴⁶ Ver tabela 3, no capítulo 4, p. 150.

CAPÍTULO 2 – BASE. DO IDEAL MODERNISTA À CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS COLETIVAS

Este capítulo explora as conjunturas históricas que marcam o processo que vai desde o ideal modernista, até as suas críticas, pautando o desenvolvimento industrial e capitalista que conduzia a uma produção massiva e desigual da arquitetura e da cidade. Remonta a propostas da formação de grupos, desde meados de 1930, evidenciando o surgimento dos primeiros coletivos de arquitetos que adotavam posturas críticas em relação aos ditames da época, com propostas disruptivas e artísticas, ou que usavam deste processo coletivo para reafirmar as propostas da época.

Destaca autores como Jane Jacobs, Henri Lefebvre, Joseph Lebret e Jonh F. C. Turner, sendo estes dois últimos importantes questionadores da produção urbana e habitacional, principalmente na América Latina, dando foco à participação como elemento principal na construção de novas e melhores realidades. Além disso, este capítulo explora as particularidades históricas, a partir de meados de 1980⁴⁷, e contemporâneas dos dois países da América Latina: Brasil e Colômbia, aprofundando a pesquisa para entender quais os fatores internos e externos podem ter tido uma interferência na conjuntura urbana, econômica, política e social do país, influenciando no surgimento e ação dos coletivos de arquitetos da contemporaneidade.

2.1 O DECLÍNIO DA EXPERIÊNCIA MODERNISTA E A EMERGÊNCIA DE NOVAS PERSPECTIVAS URBANAS.

É nítida na história da arquitetura e do urbanismo a importância que o movimento modernista⁴⁸ teve na construção de um novo ideário de vida, fruto do surgimento de uma industrialização que necessitava do estabelecimento de novos preceitos arquitetônicos e urbanísticos para se sustentar. Os primeiros arquitetos, à época, eram considerados vanguardistas e defendiam uma série de modelos que

⁴⁷ Este período histórico é escolhido por ser um momento em que aconteceram uma série de transformações no mundo, como as mudanças nas telecomunicações, a passagem do mundo mecanizado para um mundo digital (ARANGO, 2021), a globalização, o fim de ditaduras nos países latino-americanos e a abertura para um modelo neoliberal de mercado, para citar alguns fatores.

⁴⁸ Que segundo Montaner (2001) acontece no período marcado de 1919 até 1965, sendo de 1945 a 1965 uma fase de bastante questionamento sobre a produção e teorias modernas.

configuravam essa nova visão do mundo europeu, com princípios de defesa do funcionalismo, racionalização e protagonismo do homem universal (MONTANER, 2001). A proposta dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM's) surgiu como forma de reafirmar a importância deste movimento e das suas premissas para a profissão, a arquitetura e as cidades, destacando a Carta de Atenas⁴⁹ como documento que deveria tratar de forma funcionalista, apolítica e tecnicista os problemas da cidade, refletindo as determinações modernistas como o zoneamento rigoroso, a segregação de funções e a verticalização (COLIN, 2004).

Segundo Linares Linares (2018), o surgimento de agrupamentos de arquitetos que trabalham em conjunto, ou seja, de forma coletiva, acontece desde o início em meados de 1925⁵⁰. Eram grupos que tinham a intenção de divulgar os preceitos da arquitetura modernista racionalista, muitas vezes via publicações, revistas, projetos arquitetônicos, exposições e eventos, condenando a ideia do arquiteto mestre que vinha do Renascimento (MARTÍN-MARISCAL; FERNÁNDEZ-VALDERRAMA, 2016). São exemplos⁵¹ o ASNOWA, na União Soviética⁵², em 1923; o Gruppo 7 e o Movimiento Italiano para la Arquitectura Racionalista (M.I.A.R.)⁵³ na Itália, em meados de 1926; e o Grupo de Arquitectos y Técnicos Españoles para el Progreso de la Arquitectura Contemporánea (G.A.T.E.P.A.C) na Espanha, em meados de 1931, fazendo parte dos CIAM's como representantes espanhóis⁵⁴.

⁴⁹ Documento elaborado em 1933, durante o IV CIAM, por um grupo internacional de arquitetos que tentava responder aos problemas das cidades através de modelos funcionais. A Carta propunha quatro funções básicas da cidade: recreação, circulação, trabalho e habitação, trazendo a percepção e uma resolução de caráter universal para as cidades (IRAZÁBAL, 2021).

⁵⁰ Vale destacar que antes desse período, em 1909, aparecia o Manifesto Futurista, que deu origem ao movimento futurista, que buscava romper com as tradições, rejeitando o passado e pautando manifestos artísticos, arquitetônicos e literários sobre os avanços tecnológicos vigentes (ALMEIDA, 2013).

⁵¹ As pesquisas de Martín-Mariscal e Fernández-Valderrama (2016) e Linares Linares (2018) trazem uma série de grupos de arquitetos que vão mais ou menos de 1920 a 1970. No entanto, no corpo do texto apenas alguns são destacados.

⁵² Segundo Martín-Mariscal e Fernández-Valderrama (2016) havia uma influência muito grande da Revolução Russa no contexto europeu deste momento.

⁵³ Estes dois grupos, o Gruppo 7 e o Movimiento Italiano para la Arquitectura Racionalista (M.I.A.R.), segundo Linares Linares (2018), apesar de possuir uma atitude vanguardista em relação à época em que viviam, por vezes estavam associados a ideias fascistas e pouco vinculados à proposta participativa de atuação coletiva, como vemos na atualidade.

⁵⁴ Depois, em 1938, um dos integrantes do GATEPAC, Antonio Bonet, vai para a Argentina e junto com Jorge Ferrari Hardoy e Juan Kurchan fundam o Grupo Austral.

A partir deste período, outros coletivos de arquitetos surgem, porém, já com projetos construídos e organizados a partir da hierarquização de funções e cargos, apesar de pregarem a importância da interdisciplinaridade e da horizontalidade nas decisões. São divididos em grupos que continuam pregando os preceitos da arquitetura moderna como o Organización dos Arquitectos Modernos (ODAM), Portugal, em 1947, e a Agrupación Espacio, no Peru, em 1947, enquanto o The Architects Collaborative (TAC), em 1945, o Texas Rangers, em 1951 nos Estados Unidos, e o Atelier 5, na Suíça em 1955 buscavam uma atuação mais disruptiva⁵⁵. Destes, o Texas Rangers se diferencia por ser o único com foco no ensino e no processo metodológico (MARTÍN-MARISCAL; FERNÁNDEZ-VALDERRAMA, 2016; LINARES LINARES, 2018).

De acordo com Montaner (2001), entre 1945 a 1965, foi considerado o período de difusão do Estilo Internacional⁵⁶ e do começo de uma crítica à produção massificada destes ideais homogeneizadores e comuns que desconsiderava as especificidades e identidades locais.⁵⁷ Foi possível perceber também, a partir da reconstrução das cidades europeias pós-guerra, que o planejamento não poderia continuar a ser pensado como era determinado pela Carta de Atenas, entendendo-se, cada vez mais, que a cotidianidade vida urbana não pode ser separada por funções e que a tentativa de produção de uma cidade capitalista de fácil manipulação era danosa, destruindo “a essência da cidade” (MONTANER, 2001, p. 82).

Em meados de 1950, um dos grupos que se destacou foi o Team X, por ser formado por jovens arquitetos que questionaram o ideário modernista da Carta de Atenas, apontando, em especial para os princípios simplificadores e

⁵⁵ As crises econômicas e políticas enfrentadas pela Europa, que culminaram na Segunda Guerra Mundial, ocasionaram a migração de profissionais, e por isso, uma expansão dos ideais modernistas para outros locais do mundo, especialmente Estados Unidos e América Latina, como vemos na formação de grupos como o Grupo Austral, na Argentina, a Agrupación Espacio, no Peru e o Texas Rangers, nos Estados Unidos.

⁵⁶ Surge a partir de uma exposição no MOMA de Nova Iorque em 1932 denominada “The International Style: Architecture from 1922” que tentava demonstrar, através de fotografias, que já havia um estilo comum. A ideia era estabelecer uma linguagem e um estilo padronizado no mundo, ignorando completamente outros estilos consolidados como por exemplos os construtivistas russos e os expressionistas alemães (MONTANER, 2001).

⁵⁷ Veremos a seguir que a América Latina se destacou neste sentido, onde houve, segundo Montaner (2001), uma interpretação livre e exuberante da “Nova tradição Moderna”. Além disso, surge uma série de experimentações sobre a autoconstrução e habitação popular, como veremos no próximo capítulo.

universais que não evidenciavam a pluralidade da vida urbana (BARONE, 2000). Segundo Barone (2000), o Team X tinha sua formação baseada na crítica aos princípios universais do CIAM, principalmente aos princípios racionalistas, ao contrário, o grupo buscava entender as diversas interpretações do papel do arquiteto na sociedade, com um olhar mais atento à multiplicidade de modelos sociais e culturais e a identidades dos locais.

As discussões do grupo do Team X revelavam textos e propostas escritas pelos seus membros, mas que eram compartilhados por todo o grupo, sendo, portanto, o somatório de ideias individuais, além de ter como característica uma atitude experimental e empírica, entendendo a realidade cambiante em que se vivia, tendo, portanto, uma atitude “pragmática, antidogmática e não doutrinária” (MONTANER, 2001, p. 31), que revelava uma postura relacionada ao arquiteto liberal, como artista singular e de linguagem pessoal, que observa o homem a partir de suas particularidades, desconsiderando o olhar modernista que pregava o homem ideal e genérico.

Neste cenário, as décadas de 1950 e 1960, foram marcadas por constantes críticas e discussões sobre a produção da arquitetura moderna, principalmente em relação ao urbanismo, onde temáticas como habitação e crescimento das cidades estavam cada vez mais presentes, renegando a tradição urbana racionalista e funcionalista (MONTANER, 2001). O fim da Segunda Guerra Mundial, os problemas urbanos ocasionados pela industrialização desenfreada das cidades, a produção capitalista do espaço e a massificação da habitação, marcaram uma época de questionamento sobre as formas de projetar as cidades. Neste momento, o papel do arquiteto e dos planejadores urbanos também foi questionando (HUAPAYA ESPINOZA; HERNÁNDES CIRO, 2024), atraindo outras disciplinas e atores a participar do campo de estudo da arquitetura e urbanismo, como os jornalistas, sociólogos e economistas, em um momento do mundo bastante polarizado, no contexto geopolítico da Guerra Fria (1945-1989) (CALVO ISAZA, 2022). Foi a partir deste turbilhão de acontecimentos que autores importantes para a crítica urbana contemporânea como Jane Jacobs (1916-2006), John F. C. Turner (1927-2023)⁵⁸ e Henri

⁵⁸ Que falaremos mais adiante, ainda neste capítulo 2.

Lefebvre (1901-1991) surgiram, além dos grupos de arquitetos em formato de coletivos que buscavam ser vanguardistas e disruptivos à sua época.

O pós-guerra permitiu o aparecimento de um modelo mais liberal e consumista, onde havia o entendimento da relação entre oferta e consumo (MONTANER, 2001). Neste contexto, outros grupos de arquitetos surgiram pregando ideias utópicas sobre a arquitetura e as cidades, de perfil transgressor, voltados para uma realidade do *pop-art*, com projetos mais utópicos e interdisciplinares (MARTÍN-MARISCAL; FERNÁNDEZ-VALDERRAMA, 2016).

O Internacional Situacionista, na França, foi um grupo que apareceu em 1957, tendo como primeiras questões quebrar com os padrões da arte moderna. No entanto, naturalmente estes princípios foram se voltando para as questões urbanas e com relação direta à vida cotidiana das cidades, defendendo uma arquitetura sem arquitetos⁵⁹ e a produção de um espaço urbano como obra de arte coletiva, através da experiência e da criação de diversas metodologias de apropriação⁶⁰, trazendo uma crítica ao urbanismo e ao sistema vigente (JACQUES, 2003; MONTANER, 2001). O grupo teve adeptos de vários países diferentes e as ações eram pautadas pela produção e divulgação de suas teorias em revistas, publicações e eventos, e na distribuição de panfletos e brochuras, que, inclusive, influenciaram na participação ativa dos situacionistas nos acontecimentos de maio de 1968 (JACQUES, 2003).

Outro exemplo, foi o dos Metabolistas, em 1960, no Japão, que pregavam a “cidade como organismo vivo” (SILVA, 2018, p. 43) se contrapondo aos ideais modernistas de cidade, especificamente dos CIAM’s, da academia e das instituições, trazendo cidades flexíveis nos projetos desenvolvidos (SILVA, 2018). Também o Archigram, surgido em 1961 na Inglaterra, foi um grupo que se tornou conhecido por trazer propostas futuristas, destacando a ciência e a tecnologia à realidade arquitetônica, promovendo a cultura consumista, o uso da ficção científica, cibernetica, publicidade, cinema e a interdisciplinariedade

⁵⁹ Esta ideia de “Arquitetura sem arquitetos” é defendida por Bernard Rudofsky, em 1964, destacando-se a exposição do MOMA, em Nova York, chamada “Architecture without Architects”, e por Eduardo Neira Alves, em 1960. Para saber mais sobre ver artigo “¿Modernismo regional o regionalismo moderno? La contribución de Eduardo Neira Alva al problema de la vivienda en América Latina” de José Carlos Huapaya Espinoza (2015).

⁶⁰ Como a Psicogeografia e a Deriva.

(MONTANER, 2001), apesar de ignorar a realidade dos problemas sociais e urbanos em suas discussões.

Em 1961, Jane Jacobs, jornalista norte-americana, publica “Morte e vida das grandes cidades”, em que a própria autora diz ser um livro que faz um “ataque aos fundamentos do planejamento urbano e da reurbanização ora vigentes” (JACOBS, 2011, p. 01), criticando diversos ditames do modelo modernista, defendendo a diversidade de usos e o olhar cuidadoso ao cotidiano e prática nas cidades (JACOBS, 2011). Ao escrever sobre isto, Jacobs (2011) fala também sobre as dinâmicas físicas, históricas, culturais, sociais, econômicas, ambientais e políticas que as abarcam, demonstrando que a cidade está neste campo constante de experimentações.

A própria autora aponta a cidade como um laboratório de tentativa e erro no desenho urbano, que vem da constante construção cotidiana do espaço, no qual os urbanistas e construtores deveriam olhar com mais atenção. Ao contrário, eles apontavam para o desenvolvimento de uma cidade vista de cima para baixo (*top down*), sob o olhar dos especialistas, como uma garantia de construção de uma cidade ideal (JACOBS, 2011). Para alguns críticos, a publicação do livro de Jane Jacobs mostra que a partir deste período, 1960, a proposta da cidade funcional perde o sentido, trazendo à tona outros pensadores e opositores da cidade moderna (COLIN, 2004).

Na Itália, vários grupos surgiram em meados de 1963, sendo conhecidos como o período da “Arquitetura Radical Italiana” (SILVA, 2018, p. 46), onde havia um grande debate sobre a produção de soluções definitivas para os problemas da arquitetura e das cidades sob o viés dos princípios modernistas, e muito influenciados pelos movimentos do Archigram e do *pop art*. São exemplos o Archizoom (1966) e o Superstudio (1967). O Archizoom foi um grupo formado por arquitetos e designers que buscavam um novo olhar sobre o ambiente urbano, através de propostas flexíveis, dentro da lógica de consumo de massas, buscando a crítica à produção moderna, a partir de propostas alternativas e irreais (SILVA, 2018). O Superstudio buscava romper com a forma tradicional de produção arquitetônica, através da produção de textos, revistas, filmes,

mobiliário, iluminação e ilustrações, trazendo um discurso crítico, social e político (LINARES LINARES, 2018).

Por outro lado, o livro “O Direito à Cidade”, de 1968, do francês Henri Lefebvre destaca como as relações econômicas de dominação e supremacia de mercadoria transformaram a cidade em um bem de consumo, evidenciando o processo fracassado de uma gestão técnico-científica e extremamente racionalista (MENEZES, 2024). Para Lefebvre (1968), o Direito à Cidade vai além do direito de acesso aos bens básicos como mobilidade, infraestrutura urbana e habitação, sendo, portanto, também, o direito de transformar o espaço onde vive, reforçando a ideia da “cidade enquanto obra” (LEFEBVRE, 2006, p. 46).

A França também se destacou com duas iniciativas: o UTOPIE e os Internacionais Situacionistas. O UTOPIE, que se manifesta após o maio de 1968, e conta com Henri Lefebvre como um dos colaboradores pontuais do grupo, surge a partir da situação política, econômica e social de Paris, defendendo ideias relacionadas com a sociologia urbana e a interdisciplinariedade, utilizando textos e colagens como forma de representação a partir da publicação de uma revista homônima ao grupo (*Utopie: Sociologie de l'urbain*) e a produção experimental de estruturas efêmeras, com destaque para as *structures gonflables*. Formado por cientistas sociais, arquitetos e urbanistas, teoriza a partir do urbanismo e da cidade, agindo pela “contracultura da anti-arquitetura” (LINARES LINARES, 2018, p. 45), sendo um dos primeiros coletivos que além de publicar, conseguem realizar a prática questionadora a qual teorizavam, mesmo que de forma efêmera (LINARES LINARES, 2018).

Os coletivos de arquitetos que se apresentam no século XX, compõem uma diversidade de atitudes que tentavam romper com a produção arquitetônica da época, quase sempre, atuando através de publicações, produção editorial e eventos, destacando-se poucos que conseguiam concretizar suas ideias. É possível perceber que estes coletivos, de diferentes discussões, tempos e metodologias, apresentavam características comuns com alguns coletivos de arquitetos da contemporaneidade⁶¹, como a busca pela interdisciplinariedade,

⁶¹ Apesar do enfoque de ação ser bastante diferente como veremos nos próximos capítulos.

horizontalidade e crítica à arquitetura e urbanismo vigentes. No entanto, nem sempre eles conseguiam manter estas características, sendo, em alguns casos, mais um desejo, um discurso, do que um fato. Uma das principais diferenças da atualidade é a existência da sociedade em rede, fruto da comunicação digital e sistemas de informação, associado ao desenvolvimento de tecnologias, além da preocupação com questões sociais e luta por direitos ao espaço urbano e à moradia.

Nos anos de 1970, segundo Montaner (2001) a ideia da importância das diversidades culturais e identitárias cresce cada vez mais nas discussões da época, se tornando um momento fértil à criação de soluções alternativas às vigentes, onde temas da arquitetura, cidade e desenho, agregam diferentes profissionais e onde temáticas como design e urbanismo de participação se destacam no chamado Terceiro Mundo. Quanto a isso, destaca-se:

Ao longo dos anos setenta, o urbanismo, a arquitetura e o desenho começaram a trabalhar a partir de uma nova premissa: buscar soluções alternativas aos vigentes critérios culturais, econômicos, tecnológicos, urbanos e de projeto, soluções mais experimentais, atrevidas, versáteis e adequadas a cada contexto social, que não imponha modelos senão que aprendam de cada lugar. [...] Este movimento dos anos setenta alcançou campos muito mais amplos que a arquitetura. Desde a proposta de um design participativo realizado com tecnologia adaptável aos países pobres, até a proposta de um urbanismo de participação capaz de integrar a capacidade de intervenção dos coletivos que constroem as suas próprias moradias marginais nas grandes cidades do Terceiro Mundo (MONTANER, 2001, p. 127 e 128).

Assim, o pós-modernismo, sobretudo em meados dos anos 1980, surge como uma resposta a algumas das principais crises do movimento moderno, principalmente no que diz respeito ao fracasso do urbanismo racionalista e separação de funções (MONTANER, 2001). A cidade e o planejamento urbano ganham uma relevância grande nas discussões e os debates relativos à arquitetura passam a envolver o urbanismo participativo, principalmente na arquitetura habitacional, que encontra na América Latina um campo farto, onde a industrialização não se consolidou totalmente e onde há um contingente de pessoas, derivadas do êxodo rural, que são esquecidas pelo poder público e entidades privadas. Ao mesmo tempo, o neoliberalismo se institui como modo de governança, a partir da provisão pelo setor privado de serviços essenciais,

descentralização governamental, flexibilidade, participação e liberdade de escolha do consumidor (FREITAS, 2017), transformando e impactando a produção arquitetônica e urbanística. No próximo subcapítulo voltarei um pouco no tempo para abordar questões específicas da América Latina, ainda trazendo as bases que desenharam a produção urbana, e no capítulo 3, retomo o período entre 1990 e 2024.

2.2 “CIDADES LATINOAMERICANAS”⁶² - PARTICIPAÇÃO E AUTOCONSTRUÇÃO.

Entre 1950 e 1980, as cidades da América Latina⁶³, estavam passando por questionamentos relacionados à produção urbana que envolvia diversos âmbitos sociais, políticos e culturais. Neste momento histórico, segundo Gorelik (2005), foi se formando um mapa intelectual, acadêmico e político do pensamento social latino-americano, a partir da atração de pensadores, figuras, disciplinas e instituições. O próprio conceito de “cidade latino-americana” surge neste contexto. Segundo Gorelik (2005):

a “cidade latino-americana” se “produziu” como construção cultural. Ela existiu enquanto houve vontade intelectual de construí-la como objeto de conhecimento e ação, enquanto houve teorias para pensá-la, e atores e instituições dispostos a tornar efetiva essa vocação (GORELIK, 2005, p. 114).

Entre as similitudes e diferenças das cidades da América Latina, era possível perceber as principais problemáticas: urbanização descontrolada, fruto do êxodo rural e rápida industrialização, pobreza, marginalidade, fragmentação e desequilíbrios (GORELIK, 2005). Estas realidades demonstravam a gravidade da formação de cidades desiguais, fruto de processos históricos de colonização, escravização e capitalismo e que levaram à realização de programas e políticas específicas. Dentre elas se destacavam as questões da habitação no debate acadêmico e nas agendas de cooperação estatal e internacional, com a criação de comissões, pesquisas, seminários e encontros⁶⁴ que pudessem dar conta da

⁶² Conceito desenvolvido por Gorelik (2005).

⁶³ Apesar das ditaduras que se instauraram em países como Paraguai (1954 a 1989), Brasil (1964 a 1985), Argentina (1966 a 1973), Chile (1973 a 1990) e Uruguai (1973 a 1985).

⁶⁴ Como a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), em 1948, a Sociedad Interamericana de Planificación (SIAP) de 1964-1979 e os Seminários de Arquitetura Latino-Americana (SAL), surgido em 1985.

discussão e resolução destes problemas (GORELIK, 2005). A partir disto, eram produzidos e divulgados uma série de manuais, oficinas, cursos e palestras sobre o tema, que demonstravam a relevância e reconhecimento internacional desta discussão dentro da América Latina⁶⁵, destacando o Centro Interamericano de Vivienda y Planeamiento (CINVA)⁶⁶ na Colômbia, e da importância da circulação de ideias como forma de difusão dos conceitos e teorias debatidos nestes espaços (HUAPAYA ESPINOZA; HERNÁNDEZ CIRO, 2024; GODOY, 2015).

Uma das questões em pauta era os territórios populares destas cidades, que naquele momento eram entendidos como problemas com urgência de resolução. A partir de 1930 as soluções governamentais eram pensadas com base na construção massiva de conjuntos habitacionais padronizados nas periferias das capitais⁶⁷, com a eliminação de favelas e assentamentos espontâneos e falta de participação popular na produção das moradias (FERREIRA, 2019), que, segundo Gorelik (2024), representavam uma aliança entre arquitetura moderna e Estado e que respondia às demandas de um modelo de desenvolvimento baseado na indústria e no mercado interno (PALERO, 2017). A escolha por realizar as construções nas periferias das cidades advinha do baixo custo do solo, e o aumento dos pavimentos, uma estratégia de adensamento, que se revelou inútil, especialmente para grupos populacionais em emergência habitacional ou fruto de realojamento de assentamentos autoconstruídos (PALERO, 2017). Um dos pontos eram os diversos obstáculos que a distância dos centros urbanos e locais de trabalho e oportunidades causavam à vida cotidiana destas pessoas (que por vezes preferiam voltar a morar nos bairros autoconstruídos, levando-os a uma estigmatização), além dos problemas financeiros, fruto do comprometimento com o pagamento da casa e das demais

⁶⁵ Como, por exemplo o “Manual para la organización de proyectos piloto de ayuda propia y ayuda mutua en vivienda” foi publicado em Bogotá, pelo CINVA em 1953, e outras publicações, traduções e reimpressões realizadas pelo Centro (HUAPAYA ESPINOZA; HERNÁNDEZ CIRO, 2024), além dos cursos e palestras realizados pelo Turner na sua vinda ao Brasil chamado Programação Habitacional e Favelas (HUAPAYA ESPINOZA; CERQUEIRA, 2024).

⁶⁶ “O Centro Interamericano de Vivienda y Planeamiento (CINVA) foi criado em 1951 na Colômbia com o objetivo principal de suprir uma necessidade de capacitação de profissionais na América Latina em relação a temas habitacionais” (CARVALHO; RUELA; MACHADO, 2023).

⁶⁷ Mais tarde, em meados de 1960 e 1970, outros modelos também ficaram conhecidos como o Modelo panamericano de *self-help* ou autoconstrução por ajuda mútua (FERREIRA, 2019; HUAPAYA ESPINOZA; HERNÁNDEZ CIRO, 2024).

contas que vinham atreladas a ela (PALERO, 2017). Neste processo, formado a partir destas agendas de cooperação, apareceram diversas propostas de moradias participativas e desenhos renovadores de arquitetos latino-americanos, que aliados a técnicos norte-americanos e europeus, desenvolveram formulações, métodos e critérios, trazendo foco para a arquitetura produzida sem arquitetos.

O Padre Louis-Joseph Lebret⁶⁸, foi um destes estudiosos, que no campo das ciências sociais se destacou por realizar uma série de pesquisas em países como Brasil, Uruguai, Argentina, Bolívia, Peru, Chile e Colômbia (PONTUAL, 2017) voltadas para um olhar mais atento às periferias e assentamentos autoconstruídos, aplicando metodologias de trabalho de campo junto às comunidades, etnografias urbanas e uso de ferramentas tecnológicas e técnicas para avaliação de indicadores sociais que apoiassem o planejamento das ações (VALLADARES, 2012). Teve contato, a partir da realização de seminários, ações pastorais e cursos, com diversos atores como movimentos estudantis e rurais, além de sindicatos, políticos e intelectuais de esquerda, técnicos do Estado e lideranças eclesiásticas (GODOY, 2015). No Brasil, teve papel crucial nas pesquisas sistemáticas da condição de vida das favelas, propondo intervenções urbanas, a partir da “Cruzada de São Sebastião”⁶⁹, que eram articuladas entre os moradores e a associação das favelas. Suas reflexões pautavam perspectivas interdisciplinares que procuravam reconhecer as favelas e seus habitantes como uma comunidade detentoras do direito à cidade e à cidadania (GODOY, 2015; VALLADARES, 2005).

No entanto, a personalidade que teve o maior impacto mundial em suas ideias⁷⁰, foi o John F. C. Turner⁷¹, especialmente em meados da década de 1960,

⁶⁸ Padre dominicano, um dos fundadores do Économie et Humanisme (em português “Economia e Humanismo”), com o intuito realizar o projeto pedagógico e científico com o objetivo de atingir mudanças sociais (PONTUAL, 2017).

⁶⁹ A Cruzada de São Sebastião tinha o objetivo de renovar a Ação Católica, rompendo com o assistencialismo religioso característico das ações da Igreja conservadora nas favelas.

⁷⁰ Alguns dos debates propostos por Turner, que veremos a seguir já haviam sido debatidos pelo CINVA, em meados de 1950 e 1960, e pelo próprio Lebret.

⁷¹ John F.C. Turner esteve vinculado entre 1965 e 1973 ao Massachusetts Institute of Technology (MIT) e à Universidade de Harvard, além de ser um dos consultores para as agências governamentais peruanas. Na sua estadia ao Peru, desenvolveu-se em parceria com a Oficina de Asistencia Técnica a las Urbanizaciones Populares de Arequipa (OATA), o primeiro projeto de urbanizações populares (ZYLBERSZTAJN, 2018; SANTOS, 2020).

popularizando os debates sobre urbanização espontânea, autoconstrução, habitação popular e desenvolvimento comunitário a partir de suas produções (em diversos idiomas como inglês, espanhol e português) e apresentações em eventos, seminários e cursos, o que ajudou a difundir seus estudos pelo mundo europeu e norte-americano (HUAPAYA ESPINOZA; HERNÁNDEZ CIRO, 2024; MONTANER, 2001). John Turner foi um arquiteto britânico que esteve no Peru entre 1957 e 1965, estudando os processos dos bairros autoconstruídos. Dentre os diversos estudos realizados por Turner, vale ressaltar a sua análise da autoconstrução como “arma de sobrevivência”, destacando processos de “autoseleção da comunidade, a auto-organização dos próprios recursos e o controle sobre a formalização do próprio ambiente” (GORELIK, 2024, p. 162)⁷².

Em seu livro “Housing by People: Towards autonomy in building environments” (1976), J. F. C. Turner consolida uma série de estudos e teorias que desenvolveu durante todo o período no Peru, destacando três questões principais: (1) A autogovernança na habitação: quando as pessoas não possuem controle nem responsabilidade sobre as decisões centrais do processo habitacional, a moradia tende a se tornar um obstáculo à realização pessoal e um peso para a economia; (2) As tecnologias adequadas para a habitação: o que realmente importa não é a forma da habitação, mas o papel que ela desempenha na vida dos indivíduos; (3) O custo das habitações: para as pessoas, o valor da habitação reside no que ela lhes proporciona, não dependendo tanto da sua aparência, falhas e imperfeições, se tornando mais toleráveis quando resultam das próprias escolhas de seus moradores do que quando são impostas por outrem (TURNER, 1976)

Outro destaque importante nos debates levantados por Turner foi a relação entre o profissional arquiteto e os programas de habitação governamental na produção dos conjuntos habitacionais. Para ele, existiam algumas incompatibilidades em relação à falta de conhecimento dos profissionais (e deste debate dentro das instituições de ensino) sobre a urbanização espontânea e autoconstrução, o que

⁷² Vale a pena destacar que as questões, estudos e ideias de John F. C. Turner vem atreladas a diversos colegas que ele encontrou no caminho realizado na América Latina, não somente arquitetos, como Eduardo Neira Alva, mas também antropólogos como William Mangin e Fals Borda. Para saber mais, ver em HUAPAYA ESPINOZA; HERNÁNDEZ CIRO, 2024; GORELIK, 2024.

levava à reprodução de modelos modernistas que não condiziam com a realidade cultural do local, desconsiderando questões econômicas e culturais, principalmente diante da explosão urbana em meados de 1960, o que fazia Turner, inclusive, questionar a importância dos arquitetos diante deste tipo de produção⁷³(HUAPAYA ESPINOZA; HERNANDES CIRO, 2024).

Essas experiências levaram Turner a pensar a arquitetura, em especial a autoconstruída, como uma obra aberta ou inacabada, onde os moradores poderiam ampliar e construir a partir dos processos internos familiares e suas possibilidades econômicas, resolvendo as questões de sobrevivência e desmisticificando a ideia modernista da arquitetura enquanto obra autoral (TURNER, 1972). Experiências essas que, no caso da produção padronizada de conjuntos habitacionais, não era possível. Além disso, estes aspectos arquitetônicos, para Turner (1968), levavam também a questões urbanas, de construção do espaço da rua, a partir da construção da fachada da própria casa. Desta forma, assim como a casa era uma obra inacabada o bairro também era, demorando o tempo da autoconstrução para se consolidar, refletindo os materiais, acabamentos e cultura daqueles moradores, principalmente do ponto de vista estético, demonstrando no espaço a necessidade primária de sobrevivência, que era a moradia perto das oportunidades e infraestruturas urbanas já consolidadas (HUAPAYA ESPINOZA; HERNANDES CIRO, 2024 *apud* TURNER, 1976).

Os estudos de Turner e sua ampla divulgação, em meados de 1960 a 1980, levantaram uma série de questões sobre a autoconstrução como solução para os problemas dos loteamentos espontâneos e a participação popular como chave dentro deste debate. Um exemplo deste impacto foi a Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat I), em 1976, que trazia, enquanto debate, uma série de pontos já levantados por Turner⁷⁴, e outros especialistas, nos anos anteriores (HUAPAYA ESPINOZA; GRAPPI, 2017).

⁷³ O debate sobre a produção arquitetônica sem arquitetos também aconteceu em outros momentos deste período, como destacado na nota 49.

⁷⁴ Como por exemplo, a questão de que as *barriadas* não eram um problema e sim uma solução e a importância da participação popular nas decisões sobre esses territórios.

Além das propostas de Turner, outras experiências, principalmente relacionadas à habitação popular, que focavam na participação do usuário, foram importantes na América Latina, revelando a influência de ideologias socialistas da Europa e União Soviética (MONTANER, 2001). Mcguirk (2015) afirma que para lidar com os desafios persistentes da urbanização acelerada e desordenada no enfrentamento de questões como moradia, violência, mobilidade, segregação ou baixa participação política, em nenhuma outra região do mundo ocorreram tantos exemplos de iniciativas coletivas e soluções criativas como na América Latina. O continente estabeleceu precedentes que podem inspirar transformações em outras regiões em desenvolvimento – e até mesmo em países desenvolvidos (MCGUIRK, 2015).

Dentre estas experiências, se destacam o concurso do PREVI, no Peru⁷⁵; os sistemas de cooperativas habitacionais do Uruguai, chamados de Cooperativismo de Vivienda; os programas de ajuda mútua financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento em algumas cidades da América Latina, incluindo o Brasil⁷⁶ e o já citado CINVA, na Colômbia⁷⁷. O que estas iniciativas têm em comum é a priorização da participação comunitária e organização coletiva nos processos de planejamento, construção e gestão das moradias, apoio de instituições financeiras ou estatais para aplicação e o uso de soluções inovadoras de materiais e valorização da cultura local como premissas (HUAPAYA ESPINOZA; GRAPPI, 2017; CARVALHO, RUELA, MACHADO, 2023; GHILARDI, 2017; NAHOUN, 2013).

No entanto, na década de 1980, começaram a surgir uma série de críticas que argumentavam sobre a limitação da participação popular proposta por Turner (HUAPAYA ESPINOZA; GRAPPI, 2017) e pelas iniciativas acima colocadas. Segundo Montaner (2001), estes processos não continuaram tendo protagonismo e aplicação nos anos seguintes por serem inviáveis diante das

⁷⁵ Que foi inspiração, não reconhecida, pelo escritório do Alejandro Aravena, Elemental, onde a proposta da “meia casa”, não faz nenhuma referência a Turner ou ao Proyecto Experimental de Vivienda (PREVI), principalmente quando se sabe que dois membros do escritório já haviam feito pesquisas sobre esta experiência peruana antes da proposta de moradia popular do Chile (HUAPAYA ESPINOZA; GRAPPI, 2017).

⁷⁶ Que levou aos conhecidos mutirões autogeridos.

⁷⁷ Para saber mais sobre estas experiências ver: Huapaya Espinoza (2017); Nahoum (2013); Ghilardi (2017) e Carvalho, Ruela, Machado (2023).

diretrizes econômicas e políticas dominantes, pautadas pelo neoliberalismo econômico. Além disso, há uma dificuldade que a participação do usuário traz ao desenvolvimento das propostas do ponto de vista metodológico, formal e disciplinar. Sobre isso, Montaner (2001) conclui:

Somente uma vez a arquitetura abriu sua janela ao mundo, à realidade da maioria, na tentativa de superar o círculo elitista. Mas rapidamente voltou a fechá-la e a esquecer-se de que devia servir a toda humanidade e não só a uns poucos privilegiados clientes de revista (MONTANER, 2001, p. 137).

Percebe-se que há um espaço comum na América Latina (apesar das inúmeras particularidades), formado por processos sociais com múltiplos significados – presentes tanto nos discursos e práticas relativos ao ambiente construído, nomeadamente a autoconstrução e aos loteamentos espontâneos, quanto nos conceitos e teorias de diversas áreas do saber, todos originados a partir dos anos 1960 – que reflete as transformações geradas não tanto por uma doutrina ou uma agenda político-econômica, mas pela consolidação de uma crítica à racionalização modernista. Segundo Roy e Alsayyad (2004), a América Latina desenvolveu um conjunto de ferramentas de grande utilidade em outros contextos regionais, sendo essencial para os debates sul-asiáticos e africanos, e quando transportados revelam as estruturas sociais e as lutas políticas incorporadas na informalidade urbana, sendo considerado, portanto, como um legado latino-americano extremamente útil quando usado não como um repositório de modelos universalizados, mas como fonte de conceitos analíticos, cujos significados precisos só podem ser fixados em contextos historicamente específicos. Os autores complementam que:

Estes estudos desmantelaram as noções de "cultura da pobreza" e de "marginalidade" e, em vez disso, situaram a informalidade firmemente dentro da política mais vasta das mobilizações populistas, do poder do Estado e da dependência económica.(...) Assim, podemos dizer que o quadro analítico para estudar a informalidade urbana evoluiu principalmente a partir da investigação latino-americana, ao ponto de se ter tornado impossível separar a informalidade urbana enquanto disciplina da América Latina enquanto área de estudo. Por informalidade urbana entendo a manifestação de processos informais no ambiente urbano. (ROY e ALSAYYAD, 2004, p. 8, tradução própria)

As metodologias, estudos e pesquisas relacionados a questões sociais, profissionais e coletivas, da autoconstrução e participação, tanto de Turner, Lebret ou das experimentações de habitação social na América Latina, ancorados com outros processos urbanos, serão ressignificados a partir de 1990, retomando a questão da participação, da obra inacabada e das soluções inovadoras com materiais locais⁷⁸, remetendo, inclusive, a questões pontuadas pelos coletivos de arquitetos, já na contemporaneidade. As formas participativas voltam a ser ponto de reivindicação, assumindo atitudes disruptivas que, segundo Almeida (2023), passam a ser formas de gestão da produção e vida social. Essas experiências e construções metodológicas e participativas presentes nas propostas da América Latina revelam uma interlocução entre as disciplinas da arquitetura e do urbanismo, ponto presente também na atuação contemporânea dos coletivos.

Ao mesmo tempo, questiona-se, atualmente, a romantização no trabalho realizado pelos próprios moradores nas construções das suas casas e sobre a necessidade de existir uma política que garanta o direito à moradia, a partir de uma atuação técnica do arquiteto e da participação da população. O debate na América Latina, no período acima mencionado, sobre arquitetura e urbanismo participativo, foi pautado, com destaque, para personalidades e raramente para grupos ou coletivos. No entanto o que chama mais à atenção é que a forma de fazer coletiva era mais importante que a formação de um grupo específico para debater as temáticas.

Para os próximos dois subcapítulos entrarei nas particularidades de cada país, e por isso, precisarei voltar no tempo, em alguns momentos específicos para contextualizar alguns processos.

⁷⁸ Destacando o reconhecimento de propostas colaborativas e participativas em prêmios importantes da arquitetura como o Pritzker, a Alejandro Aravena em 2016, por conta das propostas de habitação social para o Chile, e Diébédo Francis Kéré, por conta do trabalho de construção de escolas de forma colaborativa e com materiais locais, em sua cidade natal, em Burkina Faso, em 2022.

2.3 BRASIL: A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E A LEI DA ATHIS DE 2008

O Brasil passou por um período de ditadura que começou em 1964 e só teve fim 21 anos depois, em 1985. No decorrer desta época, as manifestações culturais, identitárias e os movimentos sociais foram veementemente proibidos, com a interrupção de projetos emblemáticos e pioneiros no campo da habitação e do urbano, sendo as favelas as que mais sofreram, com repressão violenta e remoção das áreas mais próximas ao centro, com o intuito de valorização do solo para o mercado fundiário e imobiliário (GONÇALVES; AMOROSO, 2014). Segundo Souza (2008), os profissionais da arquitetura e urbanismo se dividiram em campos distintos: ou estavam atuando no mercado, através da construção civil e planejamento urbano de diversas obras de infraestrutura desenvolvidas, se beneficiando do contexto imobiliário ativo neste período; ou estavam atuando nas obras públicas, evitando um confronto direto com os militares; ou, por último, estavam contra o sistema, conhecidos como revolucionários, se recusando a atuar em um regime opressor.

O período que se desenrolou antes do golpe militar de 1964 era de bastante esperança em relação às políticas públicas urbanas, por conta das propostas da Reforma de Base do governo que incluíam a Reforma Urbana⁷⁹. Neste cenário, aconteceu o fortalecimento de organizações e movimentos sociais e comunitários, direcionando a projetos de habitação e autoconstrução alternativos à prática convencional, questionando o papel dos arquitetos neste processo e espelhando questões que perpassavam a América Latina (ARANTES, 2002; SACCONI, 2020). Dentre essas propostas podemos destacar o Cajueiro Seco, em Pernambuco, em 1963, e as críticas e propostas do coletivo Arquitetura Nova nos anos de 1960 em São Paulo. No Rio de Janeiro, mais para finais de 1960, as propostas de Carlos Nelson Ferreira dos Santos também merecem destaque. No entanto, apesar das diretrizes da Reforma Urbana terem sido incluídas na política do golpe militar, ocorreu um esvaziamento das propostas em seu caráter

⁷⁹ As diretrizes desta proposta foram apresentadas no Seminário de Habitação e Reforma Urbana, promovido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), em 1963, com o objetivo de “alterar os instrumentos de regulação e de mediação dos conflitos sociais urbanos, ensejando a inclusão de mecanismos de controle do mercado imobiliário [...] A abordagem pretendida pelos arquitetos seria o entendimento de que a questão devia extrapolar a visão do estrito espaço da casa.” (AZEVEDO; FREITAS, 2014, p. 761).

estruturalista, alterando completamente a proposta inicial (PROSPERO, 2018). Naquele momento, a política de habitação previa a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), impulsionando o setor da construção civil, principalmente na obra de conjuntos habitacionais nas periferias das cidades.

Cajueiro Seco foi uma experiência habitacional, financiada pelo governo estadual de Pernambuco, que dialogou com questões relacionadas à participação e a territórios populares. Ela foi pensada a partir da separação e ordenação de lotes de tamanho regular para cada família, autoconstrução via mutirões, utilização da tecnologia pré-fabricada de tijolos de taipa⁸⁰, incluindo a construção de equipamentos comunitários como creches, escolas, postos de saúde e espaços de capacitação e lazer, além de estimular a criação de associações de bairro (SOUZA, 2008; CORREIA, 2010). Segundo o autor, ela vinculava “o saber ligado a práticas artesanais de uma comunidade com uma proposta de industrialização de componentes e modulação dos espaços em função de peças pré-moldadas no canteiro” (SOUZA, 2008, p.8). A proposta de Cajueiro Seco é uma das mais reconhecidas no nordeste brasileiro, prevendo o mutirão e formas participativas na construção de habitação popular. No entanto, o projeto não se foi adiante, principalmente por conta da instauração da ditadura militar e a repressão a movimentos comunitários e coletivos.

O grupo “Arquitetura Nova”, em 1962, formado por Sérgio Ferro, Rodrigo Lefévre e Flávio Império, em São Paulo, destacou- se por realizar uma prática arquitetônica além da tradicional, desenvolvendo experiências nas áreas de cenografia, pintura pedagogia, técnicas construtivas e teoria política. A crítica a essa prática convencional vem da percepção de que o arquiteto se transforma no mediador entre o capital e a exploração, através da divisão do trabalho, separando o construtor do seu próprio conhecimento (SACCONI, 2020). Desta forma, o grupo propõe que o papel do arquiteto seja o de organizar a atividade coletiva, racionalizando as técnicas populares como forma de libertação do conhecimento dos trabalhadores, dentro do canteiro de obras⁸¹ (ARANTES, 2002; SACCONI, 2020).

⁸⁰ Desenvolvido por Acácio Gil Borsoi.

⁸¹ Essa posição do grupo estava muito associada às ideias marxistas, segundo Arantes (2002).

No entanto, apesar de algumas práticas em meados de 1960, em São Paulo, o canteiro de obras só foi efetivado em meados de 1980, no final da ditadura, através dos mutirões⁸² autogeridos, junto a arquitetos militantes e organizações e movimentos sociais. Este processo foi influenciado por iniciativas, pensadores, arquitetos e antropólogos reconhecidos por seus ideais alternativos à prática arquitetônica como por exemplo, Jonh F. C. Turner, Bernard Rudofsky e as cooperativas uruguaias (SACCONI, 2020). A “Arquitetura Nova” pensava a atuação do arquiteto enquanto fazer coletivo, de forma participativa, autogestionária e contra a autoria individual, prática comum a alguns coletivos na contemporaneidade. Segundo Arantes (2002), os temas de interesse do grupo eram:

Mutirão, autoconstrução, participação, engajamento do arquiteto, democratização da arquitetura, nova estética, cultura popular, construção da nação, paz, utopia etc. — todos estes são temas sobre os quais ele se detém (ARANTES, 2002, p.131 e 132)

A proposta pensada para a favela de Brás Pina⁸³, liderada pelo arquiteto e antropólogo Carlos N. F. dos Santos, no Rio de Janeiro foi a primeira urbanização de favelas que aconteceu de forma participativa, executada pelo governo estadual e iniciada a partir de uma mobilização popular, já no período da ditadura (LISIAK; SILVA, 2025). Segundo os autores (2025), o plano de urbanização acontece de acordo com a vontade dos moradores, considerando os saberes populares e lidando com os conflitos existentes dentro do próprio espaço, desconstruindo a ideia do arquiteto autor e daquele que detém o saber (PULHEZ, 2008). A proposta tinha clara referência às propostas de Turner, em um período mais próximo ao fim da ditadura, a quem Carlos N. F. dos Santos apontava como uma influência na construção de uma arquitetura e urbanismo de baixo para cima (HUAPAYA ESPINOZA; GRAPPI, 2017). Huapaya Espinoza

⁸² São empreendimentos habitacionais autogeridos e autoconstruídos. Segundo Sacconi (2020, p. 34) “Durante a prefeitura de Luiza Erundina em São Paulo (1989-1993), o município implantou mais de 100 mutirões, formando um total de 11.000 unidades habitacionais, abrindo uma extraordinária temporada de participação na construção da cidade que infelizmente foi rapidamente dispensada pelas administrações seguintes”.

⁸³ Segundo Souza (2008), a experiência de atuação na favela Brás Pina, foi um marco para a formação do grupo Quadra, formada por Carlos Nelson Ferreira dos Santos e outros arquitetos recém-formados, em uma espécie de assessoria técnica contratada pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

e Grappi (2017) ainda complementam, sobre a publicação do livro mais famoso do antropólogo e arquiteto, em 1980:

De fato, se analisarmos o seu mais influente livro “Quando a rua vira casa: apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro” (1980), o que podemos observar no discurso é: a defesa pela apropriação do espaço urbano; a valorização do tradicional em contraponto com o “moderno” e, em especial, com o planejamento racional; a permanência das favelas a partir do reconhecimento das particularidades e do cotidiano de seus habitantes; a crítica aos processos de especulação imobiliária e as consequentes remoções dos moradores da cidade informal realizadas pelo poder público e; a visão positiva dessas áreas e moradores a partir de um olhar antropológico. Ou seja, como vimos anteriormente, questões que Turner defendia desde a década de 1960 (HUAPAYA ESPINOZA; GRAPPI, 2017, p. 12 e 13).

Paralelamente a isso, as agências internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial e a Habitat-ONU, se apropriavam de algumas propostas latino-americanas de construção de moradias, como a ajuda mútua assistida ou o mutirão, indicando-as como práticas recomendadas, a partir da justificativa de que nos países de “Terceiro Mundo” era preciso adotar ações mais baratas e alternativas (ARANTES, 2002; SOUZA, 2008).

No final dos anos de 1970, a política habitacional governamental foi pensada a partir do Banco Nacional de Habitação (BNH), não somente dando ênfase à construção de conjuntos nas periferias das cidades, como também, investindo em projetos que envolviam a autoconstrução a partir de lotes urbanizados e unidades-embrião, percebendo-se que os conjuntos habitacionais não resolveriam a demanda solicitada⁸⁴ (GORDILHO-SOUZA, 2008). No entanto, a quantidade de conjuntos habitacionais construídos era muito maior que o investimento em autoconstrução (ARANTES, 2002). Estas mesmas agências, na atualidade, também disponibilizam editais para financiamento de iniciativas como a dos coletivos de arquitetos.

⁸⁴ Segundo Arantes (2002, p. 171), “Um exemplo é o programa, de nome revelador, “ João-de-Barro”, no qual os terrenos eram fornecidos pelo poder público e cada família recebia um empréstimo individual para compra de materiais de construção com os quais se cobriria, como no ninho do pássaro”.

Nos anos de 1980, fim da ditadura militar, o governo mudou o discurso da remoção para urbanização de favelas⁸⁵, principalmente por questões de viés econômico, já que percebeu-se que urbanizar - disponibilizando toda a infraestrutura de água, esgoto, iluminação, drenagem coleta de lixo e circulação viária - era mais barato que a construção de conjuntos habitacionais, até porque, o problema não era a falta de moradia em si, já que as próprias pessoas construíam suas casas; e sim, a estrutura urbana e equipamentos que precisavam ser disponibilizados pelo governo (MARICATO, 2003). A urbanização de favelas foi impulsionada a partir dessa perspectiva, ganhando novos programas em meados de 1990, como o “Favela Bairro”⁸⁶ no Rio de Janeiro, que procurou vincular a intervenção nas favelas a programas educacionais, saúde, emprego, qualificação profissional e meio ambiente⁸⁷ (MARICATO, 2003). Além disso, para a lógica de mercado, era preciso inserir a cidade nos anseios do capital e das exigências das cidades globalizadas, aumentando a atratividade e promovendo transformações nos espaços urbanos (MENDES, 2007).

Foi neste período também, meados de 1980, principalmente em São Paulo, que aconteceram as primeiras experiências de construção com mutirão, desenvolvidas pelos movimentos de moradia e financiadas pelo governo (ARANTES, 2002). Estes mutirões passam a ser autogestionários, sem a intermediação das construtoras, a partir de uma reivindicação de recursos públicos, da luta pelo direito à moradia e com a assessoria de arquitetos (substituindo os técnicos do governo e das construtoras, que, por vezes, não tinham o mesmo olhar e entendimento desta prática, como os profissionais que já se articulavam nesta luta), permitindo o controle administrativo e de decisão para os futuros moradores (ARANTES, 2002)⁸⁸. Apesar de representar uma forma de exercício coletivo, comunitário e arquitetônico, é preciso ter uma

⁸⁵ Isto porque aconteceu também, no início dos anos de 1980, uma crise no BNH e SFH, que levaria a sua extinção.

⁸⁶ O programa “Favela-bairro” foi inspiração para os programas desenvolvidos pelo Prefeitura de Medellín, como veremos a seguir.

⁸⁷ Neste processo, o Brasil acaba se tornando referência em urbanização de favelas, devido ao acúmulo de conhecimento gerado por essas iniciativas. Segundo Maricato (2003) as primeiras cidades foram Rio de Janeiro, Diadema, Recife e depois Salvador, São Paulo e Belo horizonte, como exemplos.

⁸⁸ Neste momento que surgiram os principais escritórios de assessoria e assistência técnica que trabalhavam especificamente com os mutirões com a Peabiru e a Usina.

atenção à prática dos mutirões para que elas não se tornem uma simples exploração do trabalho nas folgas dos moradores, entendendo que o trabalho nestes processos também precisa ser remunerado.

Com o fim da ditadura, em 1985, o país investe mais em uma série de políticas e ações urbanas para se adaptar à nova realidade das cidades globais. O próprio “Favela-Bairro” foi um reflexo deste processo, surgindo a partir de um concurso público de seleção de propostas metodológicas para os espaços das favelas cariocas, mas depois, sendo inserido no Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro de intervenções urbanas, realizado em 1996 (BENETTI, 2020). O objetivo era incluir as favelas como parte do processo de desenvolvimento econômico e qualidade de vida da população, com estratégias e metas definidas para cumprir com o novo papel global, financeiro e competitivo das cidades naquele período (MENDES, 2007).

Segundo Benetti, o programa reconhece a necessidade de políticas oficiais para as favelas, bem como, o histórico de lutas dos moradores pela permanência nos locais escolhidos de moradia, além disso, legitima as contribuições de Jonh F. C. Turner, Carlos N. F. dos Santos, dos mutirões e de outras iniciativas importantes para o desenvolvimento do programa (BENETTI, 2020), tendo como principais funções: desenvolvimento da estrutura urbana principal, inserção de valores urbanísticos da “cidade formal”, implementação de equipamentos e ações de caráter social como creches, treinamento profissional, atividades de cultura, lazer e esporte, além da integração da favela no planejamento da cidade, com requalificação urbana, de forma a oferecer condições que levariam a uma leitura do território enquanto bairro (MENDES, 2007).

A proposta foi inovadora para a época e previa, na teoria, uma melhora significativa da vida da população das favelas, enxergando-os pela primeira vez como parte da cidade. A partir dessas experiências, surgiram novas formas de urbanização que se distanciavam do tradicional urbanismo funcionalista, com seus traçados ortogonais e impositivos, para aproveitar as estruturas espontâneas e orgânicas das construções informais (MARICATO, 2003). No entanto, o programa teve uma série de dificuldades, dentre elas a regularização fundiária, falta de manutenção dos espaços intervencionados e a ineficácia das

ações sociais, evidenciando a importância de uma regulação contínua das relações sociais e do espaço, função atribuída ao Estado (BRASILEIRO; DUARTE, 2015; MARICATO, 2003).

A formulação da Constituição Federal Brasileira de 1988, garante ao Brasil uma legislação que inclui dois artigos sobre a política urbana, fruto de muita luta de arquitetos e urbanistas, movimentos populares, organizações não governamentais (ONG's), associações profissionais, entidades religiosas e pesquisadores que lutavam pela plataforma da Reforma Urbana, mesmo antes da redemocratização (SAULE JÚNIOR, 2005), e que retomam esta pauta através do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU)⁸⁹. Os artigos 182 e 183 são importantes, pois apontam questões relacionadas à função social da propriedade urbana e garantia do bem-estar de seus habitantes, sendo regulamentada pela Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, o Estatuto da Cidade, estabelecendo diretrizes gerais da política urbana e abrangendo no corpo da lei a questão do Direito à Cidade.

Em Salvador, as políticas urbanas e habitacionais compreenderam desde reformas modernizadoras na época de 1920/1930 com J. J. Seabra, ao planejamento urbano pensado pelo Escritório de Planejamento e Urbanismo da Cidade do Salvador (EPUCS), nos anos de 1940, que incluía diretrizes de planejamento urbano e habitacional para a cidade (GORDILHO-SOUZA, 2008). Segundo a Gordilho-Souza (2008, p. 103), o EPUCS “viria a ser o primeiro plano diretor moderno”, tendo, enquanto característica, a funcionalidade, circulação de automóveis e novas áreas de expansão.

No entanto, este primeiro plano diretor de Salvador não foi suficiente para diminuir as questões da pobreza e da segregação do espaço⁹⁰, com a

⁸⁹ Em 1987, foi instituído o Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNRU) com a finalidade de impulsionar a Reforma Urbana, garantindo direitos fundamentais como moradia, saneamento básico, saúde, educação, transporte público e lazer. Para isso, o Fórum reúne movimentos populares, ONGs, instituições de pesquisa e associações de classe na construção de estratégias e ações voltadas à promoção desses direitos (REIS, 2025).

⁹⁰ Destaca-se neste processo, o surgimento de Alagados, comunidade palafita, conhecida mundialmente por suas casas de madeira em cima da água. Inclusive, quando J. F. C. Turner visitou Salvador, solicitou conhecer o local, desenvolvendo um artigo em seguida em que fala sobre o estilo de vida dos moradores e publica fotos. O artigo se chama “The fits and misfits of people’s housing” no RIBA Journal, em 1974.

continuação do crescimento da autoconstrução e urbanização espontânea e a valorização de lotes em áreas já privilegiadas, beneficiando o mercado imobiliário (GORDILHO-SOUZA, 2008). Como em diversas partes do Brasil, na capital baiana, a construção de conjuntos habitacionais foi a solução encontrada pelo governo para tentar acabar com as favelas⁹¹, através da implantação do BNH e do Sistema Financeiro Nacional (SFN), além da criação do Plano de Desenvolvimento Urbano de Salvador (PLANDURB), mais tarde, já no final de 1970, que, juntos, fomentariam a criação de novos bairros em áreas distantes e desabitadas e uma maior segregação urbana e social (GORDILHO-SOUZA, 2008).

O investimento em polos industriais, em meados de 1970 e 1980, não gerou uma melhora nas condições econômicas da população, o que se refletia, também, nas condições de habitação. A partir do século XXI, Salvador passa a ter investimento em grandes obras de infraestrutura urbana, “revitalização” de áreas centrais e intervenções urbanísticas de pequeno, médio e grande porte para atender às demandas atuais das cidades globalizadas e da “vocação” da cidade para o turismo e setor terciário (GORDILHO-SOUZA, 2008), como acontece na maioria das cidades brasileiras com o investimento em programas de cunho econômico.

A partir dos anos 2000, uma série de políticas públicas com relação à temática urbana são desenvolvidas⁹², além da criação do Estatuto da Cidade, como mencionado, e do Ministério das Cidades⁹³, em 2003. Neste período, as cidades brasileiras já passavam pelo processo de implantação do projeto neoliberal, colocando a cidade como mercadoria econômica a ser explorada e financeirizada (ALMEIDA, 2022), principalmente a partir dos grandes projetos urbanos (GORDILHO-SOUZA; QUEIROZ, 2022). Sacconi (2020) aponta como, neste período, a questão habitacional passou a ser vista como problema

⁹¹ Em Salvador conhecidas como invasões.

⁹² Como por exemplo a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, em 2003, o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Popular, em 2005, que instituiu, também em 2005, o Sistema e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS/ FNHIS), Lei Nacional do Saneamento Básico, em 2007, Plano Nacional da Habitação (PlanHab) e Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), em 2009.

⁹³ Segundo Tonella (2013) a estrutura criada pelo Ministério das Cidades foi um marco na América Latina.

econômico⁹⁴, transformando a participação popular em procedimentos legais e técnicos, vistos apenas como consenso, o que Gohn (2019, p. 83) chama de “participação institucionalizada”, dando suporte ao declínio dos mutirões e ao crescimento de ONG’s⁹⁵ e escritórios de assessoria técnica⁹⁶ (ALMEIDA, 2022). Ao mesmo tempo, as cidades passavam por processos de transformação das formas de utilização a partir dos sistemas em rede e o desenvolvimento das tecnologias de informação, que Almeida (2022) aponta como sendo um dos pontos que leva a experiências no campo da cultura e das novas formas de ativismo.

Outra legislação brasileira importante aprovada no século XXI foi a Lei nº 11.888 de 24 de dezembro de 2008, que é conhecida como Lei da Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social (LEI da ATHIS), já que assegura às famílias de baixa renda assistência e assessoria técnica gratuitas e pública para projeto e construção de habitação de Interesse Social (BRASIL, 2008)⁹⁷. No entanto, apesar do surgimento de diversas legislações e programas que tentassem suprir as questões relacionadas à autoconstrução e urbanização espontânea, os resultados práticos ainda são pouco visíveis, tendo pouca aplicabilidade real nos espaços. Um dos principais motivos é a falta de continuidade política e mudança estratégica dos governos, que seguiram, a partir de um desmonte das políticas sociais, a implantação de uma gestão mais voltada a interesses de corporações privadas e de grandes projetos urbanos, de viés neoliberal (GORDILHO-SOUZA; QUEIROZ, 2022).

A Constituição Federal de 1988 também trouxe outra perspectiva importante diante do cenário brasileiro que foi a autonomia universitária, em que a tríade ensino-pesquisa-extensão precisa ser respeitada e indissociada. Esta tríade

⁹⁴ Segundo Sacconi, o Programa Minha Casa, Minha Vida, expressa bem essa questão quando transforma a política em um instrumento financeiro que auxilia na segregação espacial das cidades e entrega nas mãos da “iniciativa privada. O programa acabou incentivando conjuntos de grande escala e baixa qualidade construtiva nos terrenos mais baratos possíveis” (SACCONI, 2020, p. 35).

⁹⁵ Como, por exemplo, o Habitat para Humanidade, que desenvolve e financia uma série de projetos e iniciativas urbanas na América Latina.

⁹⁶ Neste processo alguns escritórios de assistência técnica ficam muito conhecidos em determinadas cidades do Brasil, especialmente em São Paulo, onde ocorreu, na gestão de Luiza Erundina (1989-1992) um suporte para este tipo de atuação. Como exemplo tem-se o USINA e a Peabiru.

⁹⁷ Que na legislação amplia a questão da habitação também para o espaço urbano.

cumpre o papel de trazer uma perspectiva crítica em relação às questões sociais, sendo a extensão aquela que tem o papel de fazer a conexão mais direta entre a sociedade e a universidade, a partir de um diálogo coletivo. As ações extensionistas no campo da arquitetura e urbanismo se reverberam em diversas práticas distintas e, por vezes, complementares, que a depender da universidade podem ser implementadas. São elas: disciplinas⁹⁸, Escritórios Modelos⁹⁹, Empresa Junior¹⁰⁰ e Residência em Assessoria e Assistência Técnica.

Nos últimos anos, tem-se observado uma série de movimentos voltados para a atualização e aplicação da Lei de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (Lei 11.888/2008), que envolveram tanto mobilizações cívicas quanto instituições como o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU-BR) (VELASCO, 2023). Segundo a autora, ainda que seja consenso que a lei careça de mecanismos de financiamento, funcionando mais como marco legal e instrumento de disputa política do que como uma política efetiva, ela vem sendo recuperada como referência no debate sobre habitação e direito à cidade, sobretudo em momentos de crise política. Nesse contexto, entidades de classe retomaram protagonismo e, a partir de 2016, passaram a pautar de forma mais incisiva a ATHIS, culminando na decisão do CAU-BR de destinar 2% de seu orçamento anual a projetos por meio de editais próprios (VELASCO, 2023).

Embora tais recursos ainda sejam limitados, eles têm possibilitado experiências significativas, como as realizadas pelo Coletivo Escalar – que serão detalhadas no capítulo quatro – além de ampliar os espaços de discussão entre profissionais da área. Contudo, ao mesmo tempo em que expandem a visibilidade da ATHIS, esses editais acabaram condicionando o campo a uma lógica de concorrência

⁹⁸ A Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade (ACCS) é uma disciplina que pode ser executada por qualquer curso da UFBA, aplicada tanto na graduação quanto na pós-graduação, onde estudantes e professores desenvolvem ações de extensão com grupos da sociedade na perspectiva de transformação da realidade existente. Pode ser feira a partir de criação, inovação, tecnologia intercâmbio ou produção do conhecimento (PROEXT, 2025).

⁹⁹ O Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU) já foi explicado na nota 4.

¹⁰⁰ A Projecta é a Empresa Júnior de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFBA, que surgiu em 2008. O Movimento Empresa Júnior surgiu na França em 1967 e chegou ao Brasil em 1988, sendo regulamentado por lei em 2016. Composto por estudantes do ensino superior ou técnico, tem caráter educacional e sem fins lucrativos, promovendo experiência empresarial por meio da realização de projetos a baixo custo para micro e pequenas empresas. As EJs são geridas pelos próprios alunos, com apoio de professores, e cada estado possui uma Federação que fomenta a cooperação entre elas, organizando eventos e parcerias para fortalecer a atuação estudiantil no mercado (BRASIL JUNIOR, 2025).

por financiamento, o que tende a enquadrar as práticas em moldes institucionais, distanciando-as de demandas sociais originárias. Ainda assim, tais iniciativas demonstram a crescente centralidade da assessoria técnica e das periferias autoconstruídas no debate contemporâneo de arquitetura e urbanismo. Paralelamente, observa-se também o surgimento de propostas em nível governamental, como a criação da Secretaria Nacional de Periferias e programas como Urbanização de Favelas e Periferia Viva, que, acompanhados de prêmios e incentivos, sinalizam uma tentativa de reconhecimento institucional da relevância desses territórios e práticas.

Perante o exposto, é possível perceber a influência que as discussões latino-americanas sobre urbanização espontânea, habitação social e autoconstrução tiveram no desenrolar das políticas urbanas e habitacionais brasileiras, claro, influenciadas também pelo desenvolvimento das cidades enquanto mercadorias que precisam estar alinhadas com as estratégias do capital e das práticas neoliberais. A criação de uma série de legislações visa, de alguma forma, garantir direitos e prever formas de lidar com os desafios das cidades contemporâneas, no entanto, para Gordilho-Souza e Queiroz (2022), intervenções pontuais desarticuladas, grandes projetos de infraestrutura e processos de autoconstrução improvisados não irão resolver a questão. Sobre isso, ela afirma que:

Urge repensarmos uma política de ação diversificada, continuada, com fundos públicos específicos, revisitando práticas bem-sucedidas para as diversas situações, dialogando com a preexistência e a pluralidade dos sujeitos sociais envolvidos, para propostas compartilhadas, com metodologias próprias aos territórios. Para o fortalecimento dessa política, entre outras questões estruturantes, torna-se fundamental a renovação na participação de grupos de assessorias e assistência técnica (GORDILHO-SOUZA e QUEIROZ, 2022, p. 12).

Diante deste quadro, é possível perceber que o Brasil apresenta uma robusta tradição associativa, vinculada à participação, através de mutirões e de outras formas de iniciativas, aliada à ampla atuação universitária e à assessoria técnica, se configurando como um terreno fértil para iniciativas de coprodução de espaços. Vinculado a isso, tem-se atualmente uma crise profissional no campo da arquitetura e do urbanismo com a abertura de muitas faculdades e cursos e pouca absorção pela sociedade (GORDILHO-SOUZA, 2022), levando os

profissionais a buscarem diversas formas de atuação profissional, quando não, outra profissão, o que leva a pensar a ação arquitetônica além da tradicional e convencional. Aliado a isso, tem-se a insatisfação de como a cidade vem sendo gerida e conduzida pelas práticas e políticas governamentais¹⁰¹, como já pontuado acima, e o surgimento, no mundo ocidental, de práticas espaciais culturais, artísticas e arquitetônicas pensadas a partir do viés da participação e do conceito do “Faça você mesmo”, com ação cívica nos espaços, principalmente na Europa e EUA, influenciando alguns coletivos da América Latina, e remetendo a um estado omissivo.

É neste contexto que a partir de meados de 2010, no Brasil, assim como no mundo, surge essa onda de coletivos de arquitetos que buscam uma ação nos espaços públicos a partir da participação cidadã, propondo a arquitetura para além do tradicional e convencional, focando no trabalho colaborativo e em metodologias alternativas, que acabam se configurando em dois grupos distintos. O primeiro, que atua a partir do viés político, geralmente associado a movimentos sociais e organizações comunitárias, pautando a questão da assessoria e da assistência técnica¹⁰² e trabalhando com a população mais vulnerável em bairros autoconstruídos, que vem muito também dos processos relacionados à participação, mutirões e inspirados em grupos como o Usina e Peabiru, mas trazendo uma crítica a algumas formas de produção desses espaços. E o segundo, que trabalham com viés mais associados a organizações de vizinhança em locais da cidade, onde há uma demanda relacionada à falta de atenção do poder público em relação à manutenção dos espaços, o que leva à necessidade de ativação destes locais, independentemente de onde eles estão localizados.

¹⁰¹ Esta insatisfação mundial, e outras temáticas que vão além da pauta urbana, apesar de um vínculo que remete a luta por direitos, levou a uma série de protestos mundiais como a Primavera Árabe, na Turquia, o Occupy Wall Street, nos Estados Unidos e as revoltas de junho no Brasil, em meados de 2011.

¹⁰² Houve um debate sobre a diferença entre assessoria e assistência técnica no texto do Caio Amore, de 2019, chamado “Assistência e assessoria técnica: Entre o discurso e a prática”, que vale a pena ler para entender mais sobre. No entanto, apesar do debate, entende-se que há um lugar para as duas práticas.

Ressalta-se que a atuação no campo da assessoria cresceu tanto que criou-se uma Rede de Assessorias Técnicas do Nordeste¹⁰³, que surgiu em 2018, formada exclusivamente por coletivos de assessoria que pautam suas ações sob a ótica da garantia do direito à moradia, à cidade e ao território, em parceria com movimentos, associações e comunidades que enfrentam diariamente cenários marcados por injustiças socioespaciais e violações de direitos, atravessadas por desigualdades de classe, raça, gênero, entre outras. Vale ressaltar a participação de profissionais não apenas da arquitetura e do urbanismo, mas também das áreas do direito, geografia, engenharias civil e ambiental, comunicação social e demais campos correlatos. Desta forma, a formação de uma rede de coletivos de assessoria se configura como uma forma alternativa de lutar conjuntamente pelos direitos às estruturas que configuram a cidade e a moradia, com ações que fogem às formas convencionais de se pensar a habitação de interesse social.

O que essas articulações, fóruns e projetos nos mostram é a possibilidade de promoção de um acesso à cidade e à moradia que vai além da resolução do déficit habitacional, que trabalha na escala do ser humano e que se relacionam com as reivindicações acerca do direito à moradia, à cidade e ao território. O trabalho já realizado por esses grupos demonstra uma ação pautada na escala mais próxima da população ignorada com resultados que, a partir de muita luta, demonstram novos caminhos a serem pensados para a resolução dos problemas urbanos e de habitação nas cidades brasileiras. Também traz à tona a reflexão e debate pautado na habitação além da casa por si própria, reafirmando a importância da cidade como elemento complementador do direito à moradia. Também a dificuldade de pautar um projeto participativo e

¹⁰³ Rede é composta por sete grupos de cinco diferentes estados nordestinos: Taramela (CE), Quintau (CE), CAUS (PE), Escalar (BA), Centro de Defesa Ferreira de Souza (PI), EMAU Trapiche (SE) e CHÃO (SE). Foi a partir da necessidade de construir as próprias narrativas e por não se encaixarem dentro das questões pontuadas pelos eixos Sul e Sudeste que participantes de quatro coletivos de assessoria técnica (Taramela, CAUS, Escalar e LabRua) se juntaram para organizar uma Rede de Assessoria Técnica Popular do NE pautando questões relacionadas as lutas por justiça social e espacial e o direto à moradia e cidade. Com essa rede seria possível trocar e compartilhar experiências, apoios, vivências, dificuldades e conquistas entre os coletivos e promover em conjunto a assessoria técnica que é produzida e articulada no Nordeste. Para isso, eles organizam o Fórum de Assessoria Técnica Popular do Nordeste, que já aconteceu em 2020, em Recife e 2022, em Fortaleza (REDE MORADIA E ASSESSORIA, 2025).

colaborativo, além das engrenagens invisíveis que acabam levando a processos de captura neoliberal. O estudo de caso desta tese vai se aprofundar no estudo de um coletivo de assessoria técnica chamado Coletivo Escalar que fica em Salvador- BA.

2.4 COLÔMBIA: A CONSTITUIÇÃO DE 1991 E O URBANISMO SOCIAL

Diferente de muitos países latino-americanos, a Colômbia não passou por um processo de ditadura, no entanto, apesar da relativa estabilidade institucional política, com eleições democráticas¹⁰⁴, o país passou por constantes conflitos armados¹⁰⁵, principalmente na área rural, desde meados de 1950, devido a questões partidárias e disputa por terras, com raízes que podem vir desde o final século XIX (GRISALES, 2013). A intensa violência que acontecia no campo, advinha dos confrontos armados e controle de territórios entre as guerrilhas e paramilitares financiados por grupos privados e cartéis de drogas (também chamados de narco-guerrilheiros)¹⁰⁶. Neste cenário, para muitos colombianos que viviam nas zonas rurais só existiam duas opções: ou apoiavam um dos grupos que controlava a região ou fugiam para as cidades (GOUVERNEUR, 2016). Na segunda metade do século XX, o país vivenciou um intenso processo de migração do campo para as cidades. Esse movimento foi motivado não apenas pela busca por melhores oportunidades de vida, mas também pela fuga da violência presente na zona rural — um fator decisivo nesse deslocamento populacional. Como resultado, formaram-se diversos bairros autoconstruídos nas principais cidades do país (GOUVERNEUR, 2016).

Segundo Gouverneur (2016), cerca de 3,2 milhões de pessoas migraram para as cidades, contribuindo para a criação de assentamento espontâneos, aumento

¹⁰⁴ Exceto na tomada de poder do General Rojas Pinilla, em 1953, que durou apenas quatro anos.

¹⁰⁵ O período conhecido como “a violência” entre 1948 e 1953, foi uma das guerras civis não declaradas mais violentas aos camponeses, fruto do enfrentamento entre os partidos Liberal e Conservador, que deu origem a uma das guerrilhas mais famosas da Colômbia como forma de autodefesa destes grupos, as Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colômbia (Farc) (GRISALES, 2013).

¹⁰⁶ Esse controle de territórios vai se ampliando com o tempo e outros grupos vão surgindo como mercenários e grupos de justiça privada, que advém dos latifundiários de terra que não querem correr o risco de ter o seu espaço invadido ou palco de guerra e acabam patrocinando estes grupos “extraoficiais” (GRISALES, 2013).

das desigualdades sociais e do crime¹⁰⁷ e dispersão e fragmentação territorial do país, afetando a governabilidade tanto em áreas rurais quanto urbanas. Além disso, nos anos de 1980, o país era conhecido em todo o mundo pelo tráfico de drogas, sendo responsável pela produção e distribuição. Medellín, capital do departamento da Antioquia, era o epicentro desta distribuição¹⁰⁸, afetando a reputação da Colômbia, abalando outras atividades e gerando um certo isolamento do país em relação ao mundo (GOUVERNEUR, 2016). Houve diversos momentos em que o governo tentou conter a guerra contra as drogas, inclusive com o apoio dos EUA¹⁰⁹, mas a violência colombiana ia além desta questão, envolvendo os guerrilheiros, paramilitares e o governo. No entanto, com as estratégias criadas para conter a distribuição de narcóticos, desmobilização dos paramilitares e a morte da principal figura do tráfico (muito mais em valor simbólico que real, segundo Gouverneur), Pablo Escobar, a Colômbia começou a ter mais governabilidade em seu território, já em começo dos anos de 1990, com reformas legais e administrativas, também de cunho urbano (GOUVERNEUR, 2016)¹¹⁰.

Um desses momentos foi a Reforma Constitucional de 1991, que deu início a discussões sobre um novo modelo de Estado, incorporando processos de descentralização promovidos desde a década 1980, abertura econômica e desenvolvimento de normas e instrumentos de planejamento e ordenamento territorial em escalas municipais (HERNÁNDEZ ARAQUE, 2016), ampliando a participação política¹¹¹ e o direito dos cidadãos (GRISALES, 2013). Apesar disso, também foram introduzidas questões que pautavam o neoliberalismo como as privatizações de empresas estatais e a redução do gasto público com

¹⁰⁷ Já que os cartéis de droga se aproveitavam da situação de pobreza para captar os jovens sem emprego e oportunidades a participar das operações do tráfico (GOUVERNEUR, 2016).

¹⁰⁸ Neste contexto, o Pablo Escobar era o maior narcotraficante do mundo, sendo inclusive nomeado pela Forbes, em 1989 como um dos homens mais ricos do mundo (GOUVERNEUR, 2016).

¹⁰⁹ Como o “Plan Colombia” em que os EUA davam apoio logístico, financeiro, militar e de inteligência para combater as áreas de produção e distribuição da droga. Apesar da proposta inicial ser o controle, rapidamente este processo se tornou uma forma de monitoramento dos grupos guerrilheiros, que seriam uma ameaça comunista sob o olhar dos EUA, dando suporte aos grupos militares e intensificando o conflito já existente em alguns locais (GRISALES, 2013).

¹¹⁰ O Acordo de Paz foi assinado em 2016 entre as Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia - Ejército del Pueblo (FARC-EP), Ejército de Liberación Nacional (ELN) e o Governo, finalizando conflitos que aconteciam a pelo menos meio século (RIOS SIERRA, 2021).

¹¹¹ Nesta reforma, a participação cidadã está pontuada no artigo 311, considerando que o Estado deve prever a participação comunitária dentre as suas funções.

setores sociais, como forma de se adaptar a este novo modelo global mundial (GRISALES, 2013; ESCOBAR ORJUELA, 2000). Sobre isto, Sánchez Mazo (2014), complementa:

Novas reformas urbanas deram como resultado a Constituição Política (CP) de 1991, emergindo cenários, atores, recursos, e estratégias que configuram contradições: moradia como direito/mercadoria, participação democrática/restringida (SÁNCHEZ MAZO, 2014, p. 7).

Outra legislação importante foi a Lei nº 388 de 18 de julho de 1997¹¹² que se refere ao ordenamento territorial com parâmetros gerais de questões técnicas, hierárquicas e ferramentas de implantação para planos de ação urbano-ambiental, adequado uso do solo e função social da propriedade a nível nacional, regional e local, expondo a importância da participação cidadã nos processos de formulação, desenho e execução dos projetos desenvolvidos na cidade (HERNÁNDEZ ARAQUE, 2016; GOUVERNEUR, 2016). Porém, como em muitos lugares do mundo, a participação se tornou uma questão muito mais informativa que, de fato, participativa, com alterações a posteriori para tentar balizar algumas questões¹¹³, sem muito resultado efetivo (HERNÁNDEZ ARAQUE, 2016). Esta lei foi importante pois gerou resultados na produção de planos urbanos que eram considerados pré-requisitos para que os governos locais recebessem verbas nacionais para infraestrutura, habitação ou serviços. A destinação de terras públicas para projetos e a implantação de políticas inovadoras de terras, impostos e mecanismos financeiros foram incorporados ao sistema (GOUVERNEUR, 2016). Desta forma, criou-se um marco nacional para desenvolver ferramentas na área de planejamento urbano, que incluiu os territórios populares, criando condições para as transformações nas cidades colombianas (GOUVERNEUR, 2016).

Até aquele momento, as discussões sobre a arquitetura e o urbanismo eram restritas à academia ou ambientes profissionais específicos, não alcançando

¹¹² E a Lei 152 de 1994 e a 387 de 1997, que estabeleceram diretrizes para os Planos de Desenvolvimento Municipal e os Planos de Uso da Terra, respectivamente. Essas normativas formalizaram processos e metodologias de planejamento nos âmbitos nacional e municipal, destacando-se, entre outros aspectos, pela inclusão da participação cidadã nesses procedimentos (ARTEAGA ROSERO; AGUDELO PATIÑO; QUINCHÍA ROLDÁN, 2018).

¹¹³ Como a mudança do artigo 2 da Lei 507 de 1999, que modificou alguns aspectos da Lei 388 de 1997 e o Decreto Distrital 448 de 2007 (HERNÁNDEZ ARAQUE, 2016).

outros lugares de debate, sendo a imagem da cidade sempre associada a cenários de confronto, bombas ou violência (GONZÁLEZ ESCOBAR, 2017). Segundo o Gonzáles Escobar (2017), a discussão da política pública ficava sempre associada aos escritórios ou à administração pública e quando, para o mundo, se falava em arquitetura colombiana, associava-se a arquitetos com obras de edifícios de destaque¹¹⁴. Contudo, a preocupação com as cidades colombianas vem desde os anos de 1970, principalmente por conta das problemáticas de crescimento espontâneo desenfreado, onde vários tipos de planos e projetos foram pensados pela administração pública para solucioná-los, sem sucesso, já que segundo González Escobar (2017), os responsáveis por desenvolvê-los não entendiam a importância da visão política, da cultura cidadã e do espaço público no desenvolvimento das propostas.

A mudança constitucional, em 1991, não mudou somente as questões administrativas relativas às políticas públicas, mas também, abriu possibilidade para que políticos independentes, dos partidos tradicionais já existentes, pudessem tentar participar, como foi o caso de Aurelijus Rutenis Antanas Mockus e Enrique Peñalosa em Bogotá e Sergio Fajardo em Medellín (MCGUIRK, 2015; ARTEAGA ROSERO; AGUDELO PATIÑO; QUINCHÍA ROLDÁN, 2018). As duas cidades colombianas, já em meados dos anos 2000, experimentaram um *boom* internacional com o reconhecimento das obras realizadas por estes prefeitos em relação a mobilidade, espaço público e intervenções urbanísticas com transformações socioculturais, passando a estar em diversas exposições¹¹⁵ e debates pelo mundo (GONZÁLEZ ESCOBAR, 2017).

¹¹⁴ Neste período, meados de 1990 a 2000, o mundo da arquitetura e do urbanismo estava valorizando os arquitetos de renome, arquitetos-estrela, que desenvolviam grandes obras nos seus respectivos países ou no mundo, como já foi pontuado. No caso da Colômbia não foi diferente, quando ocorreu a exposição “Architectures Colombiennes”, no Centro Georges Pompidou de Paris em 1980, o destaque foi para obras e arquitetos conhecidos mundialmente, como por exemplo o Rogelio Salmona (GONZÁLEZ ESCOBAR, 2017).

¹¹⁵ Como por exemplo, em 2006, quando Bogotá se destacou na X Muestra de Arquitectura de la Bienal de Venecia (Itália) e ganhou o prêmio El León de Oro, na categoria Cidades: Arquitetura e Sociedade. Medellín se destacou no jornal The New York Times, em 2007, ganhou o prêmio de cidades inovadoras promovido pelo The Wall Street Journal e Citigroup, em 2013, o Lee Kuan Yew, prêmio promovido por Singapura, em 2016, além da cidade ter sido escolhida para sediar o Sétimo Fórum Urbano Mundial, em 2014.

Bogotá e Medellín começam a ser visitadas por missões internacionais de políticos, administradores locais e urbanistas, além de se tornarem cenário de atividades acadêmicas, não somente da Europa, América Latina e EUA, como também das próprias cidades colombianas, que iniciaram a implantação de modelos similares (ARTEAGA ROSERO; AGUDELO PATIÑO; QUINCHÍA ROLDÁN, 2018; GONZÁLEZ ESCOBAR, 2017).

As transformações ocorridas em Bogotá começaram em 1993 e se estenderam até meados de 2003, com a eleição para prefeito de Antanas Mockus (1995-1998 / 2001-2004) e a continuidade política programática de governo de Enrique Peñalosa (1998-2001), a partir de movimentos políticos diferentes dos tradicionais. Neste período ocorreu um fluxo de transformações que iam desde desenvolver projetos para a formação cultural cidadã à construção de obras de infraestrutura que comportavam a construção de ciclovias, praças¹¹⁶, parques, sistemas de transporte e bibliotecas públicas, que se tornavam equipamentos culturais mais complexos, formando uma grande rede¹¹⁷ (ARTEAGA ROSERO; AGUDELO PATIÑO; QUINCHÍA ROLDÁN, 2018). As mudanças na cidade de Bogotá foram de ordem social, com valorização dos locais, antes invisibilizados com a criação de estruturas sociais e urbanas como as bibliotecas; de ordem política, com a presença do Estado em diversos locais pela cidade, a partir dos projetos desenvolvidos; e de ordem econômica, com o estímulo causado pelos programas e projetos nos locais¹¹⁸ instalados facilitando o aparecimento de novos negócios e rentabilizando os existentes (ARTEAGA ROSERO; AGUDELO PATIÑO; QUINCHÍA ROLDÁN, 2018). Muitos destes planos e projetos inspiraram a cidade de Medellín, assim como o programa Favela-Bairro do Rio de Janeiro, como veremos adiante.

¹¹⁶ Como a Plaza San Victorino e o Parque Tercer Milenio.

¹¹⁷ No total, quatro grandes bibliotecas metropolitanas, sete bibliotecas locais e dez bibliotecas de bairro formaram um sistema de conhecimento composto por 21 bibliotecas conectadas entre si e distribuídas em pontos estratégicos da cidade. As quatro principais bibliotecas, as mais emblemáticas, são: Virgilio Barco, El Tintal, Parque El Tunal, e a Biblioteca Pública e Centro Cultural Julio Mario Santo Domingo (ARTEAGA ROSERO; AGUDELO PATIÑO; QUINCHÍA ROLDÁN, 2018).

¹¹⁸ Segundo Arteaga Rosero; Agudelo Patiño; Quinchía Roldán (2018) as propostas de ordem econômica prezavam pela valorização de espaços públicos e áreas vizinhas as intervencionadas que causavam automaticamente a chegada de negócios e serviços.

Em meados da década de 1970, aproximadamente metade da formação urbana de Medellín era composta por áreas autoconstruídas ou ocupações irregulares (HOLGUÍN, 2022). Segundo Sánchez Mazo (2014), o fluxo do êxodo rural acontecia desde a década de 1930, já que a cidade apresentava uma dinâmica econômica intensa com o setor industrial, estimulando a migração para as cidades, também em busca de melhores condições de vida. Esse processo levou à formação da cidade popular, a partir da compra de lotes ilegais ou apropriação de terras, onde a resposta institucional e de mercado não resolveu as exigências básicas (SÁNCHEZ MAZO, 2014). Sobre isso a autora complementa:

O acelerado crescimento demográfico cria demandas por moradia, serviços domiciliários, ruas, equipamentos, espaços públicos, que foram desconhecidas pelo planejamento, ao conceber a cidade para as classes meia e alta. [...] É nesse cenário que começa a construção da cidade popular sem planejamento nem controle (SÁNCHEZ MAZO, 2014, p.3).

Como forma de dar resposta à demanda crescente por moradia, foram criadas uma série de leis, programas, subsídios e créditos imobiliários¹¹⁹. Este último buscava dar conta da população com renda, mas, ainda assim, com medidas insuficientes em relação às necessidades (SÁNCHEZ MAZO, 2014). A partir de 1940 até meados de 1980, uma estratégia foi a construção de bairros operários pelo Estado nacional e local, a partir da criação de habitação de interesse social, com o apoio do mercado (elite empresarial) e da igreja, tendo como medidas mais conhecidas: (1) operação de fundações privadas como as Casitas da Providencia¹²⁰, em 1956, que com financiamento público e administração da igreja e organizações da indústria e construção, destruíam os assentamentos informais e construíam moradias populares, num viés higienista e estético, onde, depois, em 1975, com a sua transformação pela Corporação de Moradia e Desenvolvimento Social (Corvide), se torna um programa que passa a efetivar as políticas de habitação direcionadas às famílias de baixa renda; (2) o Fundo Rotatório de Habilitação de Bairros, em 1964, que tinha o objetivo de possibilitar às Empresas Públicas de Medellín (EPM) o estabelecimento de serviços

¹¹⁹ Proporcionados pelo Banco Central Hipotecário (BCH, 1932) e o Instituto de Crédito Territorial (ICT, 1939) (SÁNCHEZ MAZO, 2014).

¹²⁰ Um dos projetos mais conhecidos desta fundação foi o “bairro piloto de ação comunal”, construído na *comuna 1* da zona *nororiental*, sendo um fracasso, pois reforçou a segregação socioespacial dos centros econômico e político (SÁNCHEZ MAZO, 2014).

públicos como esgoto, água e eletricidade nos espaços autoconstruídos da cidade, durando apenas 4 anos, já que a lei nacional passou a exigir a erradicação das moradias precárias, proibindo a prestação de serviços públicos; e (3) a Lei Nacional de Juntas de Ação Comunal (JAC), em 1958, que passa a legitimar a mobilização social em torno da luta pela visibilidade das comunidades, com a institucionalização das formas de participação popular (SÁNCHEZ MAZO, 2014).

Além disso, a partir de 1970 outros setores da sociedade se incorporaram para atender a demanda habitacional como as ONG's, as Caixas de Compensação Familiar (CCF)¹²¹, Fundações e Corporações. Isto porque, a construção de habitações passa a ser uma “atividade econômica privada” (SÁNCHEZ MAZO, 2014, p. 4), que consolida a especulação imobiliária no desenvolvimento urbano e no sistema financeiro, sem políticas públicas e suporte à população pobre (SÁNCHEZ MAZO, 2014). Nenhuma destas propostas impediu a continuidade de crescimento dos assentamentos autoconstruídos, muito menos solucionou o problema de moradia de Medellín.

Desta forma, a própria população se mobilizou para buscar melhores condições de vida, com o apoio de parte do setor religioso revolucionário, as JAC's, associações de cultura, autoconstrução e mutirões comunitários, onde, em um primeiro momento, as manifestações e mobilizações populares aconteciam nos próprios espaços das comunidades, passando aos poucos a ser inseridas em outros espaços da cidade¹²² (SÁNCHEZ MAZO, 2014).

Os anos de 1980 e 1990, para Medellín, assim como para a Colômbia, foram de intensa violência urbana e rural, principalmente por conta dos narcotraficantes e das suas ações em bairros populares, abandonados pelo Estado. Esta descentralização municipal, levou, também, ao fortalecimento de ações coletivas como ONG's de financiamento e cooperação internacional, especialmente com

¹²¹ São entidades de direito privado, sem fins lucrativos, que recebem recursos a parir de um imposto pago pelos empresários e que são submetidas a vigilância do Estado, através do Ministério do Trabalho e Segurança Social.

¹²² Segundo Calvo Isaza e Parra Salazar (2012), a II Conferência de Episcopado Latino-Americano, em 1968 foi o momento em que houve a maior manifestação de resistência organizada, onde sacerdotes, moradores e movimentos de esquerda se tornam os principais atores da urbanização popular (SÁNCHEZ MAZO, 2014).

os Países Baixos e Alemanha¹²³, organizações populares por moradia, juntas de ação comunal, escolas, paróquias e conselhos comunais, a partir do financiamento de agências internacionais como Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e recursos da União Europeia, para os assentamentos espontâneos e melhoramento de bairros, se adequando a dinâmica de globalização, do neoliberalismo mercadológico e do planejamento estratégico (SÁNCHEZ MAZO, 2014; TORRES TOVAR, 2009).

A partir de 2004, Medellín passou por um processo de transformação política e urbana¹²⁴ voltado à participação cidadã, fundamentado na autonomia política e na prevalência do bem coletivo sobre interesses individuais (ARTEAGA ROSERO; AGUDELO PATIÑO; QUINCHÍA ROLDÁN, 2018). Esse modelo de desenvolvimento, denominado “Modelo Medellín” ou “Urbanismo Social”, segundo Mcguirk (2015 *apud* Echeverri), teve influência de três processos importantes: a transformação de Bogotá, a partir das políticas públicas urbanas implementadas, o programa Favela-Bairro no Rio de Janeiro, Brasil, e a própria realidade urbana da cidade. Projetos nas áreas de mobilidade, cultura e educação impulsionaram a criação e a requalificação de espaços públicos, especialmente em regiões marcadas por altos índices de violência e desigualdade, contribuindo para a redução da criminalidade (MEDELLÍN CÓMO VAMOS, 2024).

As iniciativas e os resultados atribuídos ao chamado “Urbanismo Social” têm suas raízes em programas concebidos a partir da década de 1980, resultado de um acúmulo de experiências e conhecimentos (ARTEAGA ROSERO; AGUDELO PATIÑO; QUINCHÍA ROLDÁN, 2018). Além da reformulação da Constituição Política Nacional em 1991, que introduziu instrumentos normativos que passaram a orientar o desenvolvimento territorial, destaca-se o Programa de Mejoramiento Integral de Barrios Subnormales en Medellín (PRIMED), em 1993 (ARTEAGA ROSERO; AGUDELO PATIÑO; QUINCHÍA ROLDÁN, 2018). O PRIMED estruturou-se como um conjunto de estratégias de planejamento e

¹²³ Agência Alemã de Cooperação Internacional GTZ (em alemão: Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit).

¹²⁴ Os programas sociais e transformações urbanas foram resultado de esforços conjuntos de diversos atores públicos, privados, comunitários e sociais.

gestão, voltadas à participação comunitária e à melhoria do ambiente urbano dos assentamentos espontâneos, por meio da implantação de equipamentos educacionais e de saúde, requalificação habitacional, obras de infraestrutura, entre outras intervenções (ARTEAGA ROSERO; AGUDELO PATIÑO; QUINCHÍA ROLDÁN, 2018).

Segundo Sánchez Mazo (2014), o PRIMED foi uma iniciativa coordenada pela Universidade Nacional da Colômbia (UNAL), a partir do Centro de Estudos de Habitat (CEHAP), que se destaca por ser a primeira vez que se aplicou uma metodologia de planejamento participativo de intervenção nas comunidades populares, vinculando organizações comunitárias, instituições municipais e nacionais e ONG's, por meio da cooperação de governos colombianos (nacionais e locais) e alemães¹²⁵, baseando-se em uma experiência da década de 1980, que ocorreu em Moravia¹²⁶, bairro muito conhecido em Medellín. No entanto, o programa, finalizado em 2001, apresentou uma série de complexidades e adversidades, entre elas a dificuldade de aplicação da escala de intervenção e a quantidade limitada de programas sociais em relação a demanda, fazendo com que ele não conseguisse ser aplicado nos outros locais da cidade. (SÁNCHEZ MAZO, 2014).

Depois de sucessões de governos tradicionalistas e pouca efetividade em ações para melhorar a realidade dos bairros autoconstruídos, apesar dos programas e avanços legais instituídos, Medellín passou, de 1990 a 2003, por um processo de intensa contradição urbana (SÁNCHEZ MAZO, 2014). Segundo Sánchez Mazo, a participação popular no planejamento urbano trouxe avanços como a inclusão de atores historicamente excluídos e o controle social da gestão pública, mas foi desvirtuada por excessiva regulamentação, fragmentação da ação coletiva e contextos clientelistas. Paralelamente, a moradia digna, antes tratada como direito, foi transformada em mercadoria, favorecendo a especulação imobiliária e a alienação de patrimônios familiares. O modelo neoliberal

¹²⁵ Através do “Ministério para a Cooperação Econômica e do Desenvolvimento (BMZ), Banco Governamental para a Reconstrução e o Desenvolvimento (KfW), e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), que postulou o Primed para participar do Concurso de Melhores Práticas, em Dubai, 1998” (SÁNCHEZ MAZO, 2014, p. 9).

¹²⁶ Moravia já foi palco de uma série de iniciativas da cidade e como veremos adiante será o local de ação do coletivo colombiano estudado.

reformulou a política habitacional, reduzindo o papel do Estado de construtor a promotor do mercado, priorizando o financiamento da demanda em detrimento da oferta (SÁNCHEZ MAZO, 2014).

Implementado a partir do governo de Sergio Fajardo (2004-2007) e com continuação a partir de Alonso Salazar (2008-2011), o “Urbanismo Social” tinha como propósito qualificar o ambiente urbano por meio de intervenções, priorizando áreas mais vulneráveis e críticas, adaptando as propostas a diferentes contextos sem perder a visão da cidade como um todo (GOUVERNEUR, 2016). Esse modelo de intervenção territorial buscava promover, de forma simultânea, mudanças físicas, sociais e na gestão institucional, com participação ativa da comunidade (RESTREPO, 2014).

Essa abordagem transformou a percepção dos moradores sobre si mesmos e sobre o território, elevando a autoestima da população das áreas beneficiadas, além de melhorar a qualidade de vida, ampliar a justiça social e fortalecer a confiança na administração pública (GOUVERNEUR, 2016). Para que esse processo acontecesse de forma rápida, o prefeito Sérgio Fajardo contou com uma estratégia de empoderamento da Empresa de Desarrollo Urbano (EDU)¹²⁷, fugindo das tradicionais estruturas de planejamento existentes na cidade, e se apropriando do modelo implementado em Bogotá (MCGUIRK, 2015; YÚDICE, 2008). Segundo Yúdice (2008), dentre os procedimentos utilizados podemos destacar a promoção do *metrocable*¹²⁸, a obra de ampliação de calçadas e espaços públicos (praças e parques)¹²⁹, a construção e reabilitação de escolas, o estabelecimento em áreas periféricas de cinco parques-bibliotecas¹³⁰, inclusão e participação (combinando um orçamento participativo e órgãos de supervisão para monitorar a gestão pública), segurança e cultura do cidadão.

¹²⁷ A Empresa de Desarrollo Urbano (EDU), que é uma empresa pública controlada pela Prefeitura de Medellín, com patrimônio próprio e autonomia administrativa.

¹²⁸ Sistema de transporte de massa que conecta os bairros marginais ao centro da cidade através de teleféricos associados ao sistema de metro da cidade.

¹²⁹ Como por exemplo, a Plaza de las Esculturas (o Plaza Botero), o Parque dos Pies Descalzos, Parque de Los Deseos e de Las Luces.

¹³⁰ A partir de concursos públicos o que permitiu que jovens arquitetos pudessem participar da nova transformação urbana da cidade e ter suas obras construídas pela cidade.

Segundo McGuirk (2015 *apud* Echeverri), o urbanismo social tem a ver com uma maneira participativa de trabalhar, onde as peças principais eram os Projetos Urbanos Integrais (PUI), que não eram edifícios, mas sim um projeto que incorporava múltiplos programas em diversas escalas de intervenção ao mesmo tempo criando um sistema integrado. A revalorização e a consolidação de políticas voltadas para a participação e para a habitação fortaleceram processos de planejamento participativo conduzidos em colaboração entre governo, cooperação internacional, ONGs, organizações comunitárias e universidades. Estratégias como grupos de trabalho, equipes de assessoria, assembleias comunitárias, consórcios e parcerias viabilizaram encontros, fóruns e mesas setoriais voltadas para a deliberação e para o reconhecimento de direitos (SÁNCHEZ MAZO, 2014).

Segundo Yúdice (2008), uma das principais críticas às transformações que Fajardo estava realizando na cidade, foi a de que havia uma ênfase no megainvestimento em infraestrutura, com lucros para os interesses imobiliários, sem uma efetiva política de segurança que acabasse com o conflito armado (que acontecia em escala nacional). Além disso, o contraste entre as melhorias percebidas pelos moradores e os efeitos do PUI — como a intensificação do turismo e a instalação de novos equipamentos públicos — revela uma sensação ilusória de ampliação do direito à cidade, já que contribui para reduzir o estigma da violência e projetar Medellín internacionalmente (ZERBINATO; AVELAR; REZENDE; OLIVEIRA, 2021). Segundo os autores, inserida na lógica neoliberal que se consolidou na América Latina após a crise dos anos 1970, a gestão urbana da cidade adota um viés empreendedor, priorizando a visibilidade global em detrimento da transformação das estruturas socioeconômicas exclucentes. Assim, ainda que haja maior presença do Estado e melhorias na imagem das periferias, o modelo tende a reproduzir a segregação, ao modificar a paisagem sem alterar efetivamente as condições de vida da população.

Outra crítica que perpassa pelo sistema implementado por Fajardo, é a da não continuidade política dos prefeitos que foram eleitos depois de Salazar, em 2011, que perdura até hoje na cidade, e a ideia de implantação de um Modelo Medellín, como se pudesse ser reproduzindo em outros lugares, quando na verdade, o

que se percebe é que este processo só causou uma mudança e teve impacto positivo, porque veio associado a um processo histórico de construção e visibilidade dos territórios populares e suas lutas, com as experimentações ocorridas a partir de outros programas e iniciativas como o PRIMED ou as JAC's.

É importante perceber como a inclusão da participação no corpo do texto legislativo, na Reforma Constitucional de 1991, pôde ter aberto as portas para os processos que surgirão a seguir, em meados dos anos 2000, não somente na obrigatoriedade da participação, mas também por dar possibilidade de ação político/partidária além da tradicional, como pontuado acima. Toda a modificação ocorrida nos espaços públicos e urbanos e a forma como o processo foi conduzido, permitiu que a arquitetura e o urbanismo deixassem de ser um tema somente acadêmico e de especialistas e passasse a estar sendo discutido por toda a população, inclusive nas comunidades (GONZÁLEZ ESCOBAR, 2017). Segundo González Escobar, houve um interesse renovado de alguns setores em contribuir com a construção dos espaços da cidade¹³¹, trazendo um novo viés além do mercantil e da rentabilização dos solos, conduzindo também a um novo olhar sobre a produção profissional arquitetônica, que deixou de estar preocupada somente com o edifício em si, e passou a olhar para o espaço urbano de maneira geral.

Neste sentido, há uma linha comum entre o Brasil e a Colômbia que reflete o movimento geral que aconteceu na América Latina, tanto no sentido de buscar soluções padronizadas e conectadas ao sistema mercadológico neoliberal de construção massiva de habitação, quanto em soluções distintas e que prezavam pela participação popular no desenvolvimento, tanto das moradias, como do sistema geral dos assentamentos espontâneos, buscando melhorar e promover infraestrutura necessária. O processo de transformação vivido por Medellín impulsionou o fortalecimento de organizações comunitárias e o surgimento de

¹³¹ Segundo Mcguirk (2015), Medellín foi pioneira em um processo de parceria público-privada em que o lucro não era prioridade no processo de transformação dos espaços. Além da EPM, empresas públicas de pequeno porte também quiseram contribuir com as transformações da cidade. O autor (2015) traz alguns exemplos: a Fundación Amor por Medellín comprou uma escola pública e a doou à cidade para que Fajardo pudesse transformá-la em um centro público; nove empresas subsidiaram o museu Parque Explora para que a entrada fosse gratuita; a criação do Jardim Botânico dependeu em parte do financiamento de um grupo de bancos e organizações culturais privadas; e as empresas de engenharia ajudaram a projetar edifícios públicos trabalhando de graça (MCGUIRK, 2015, p. 284).

coletivos de arquitetos que enxergaram na renovação urbana da cidade uma oportunidade para a ação arquitetônica. Paralelamente, um movimento global estava em ascensão, incentivando a experimentação urbana e a construção coletiva de iniciativas em espaços públicos. Essas propostas faziam uso de ferramentas de comunicação digital e redes colaborativas, priorizando o envolvimento comunitário e o processo participativo em detrimento da autoria individual ou dos resultados (MONTANER, 2017), alinhando-se à forma como os coletivos de arquitetos de Medellín se identificam.

CAPÍTULO 3 – ESTRUTURA. OS COLETIVOS DE ARQUITETURA

Este capítulo aborda a transformação das cidades no século XXI sob a lógica do capitalismo neoliberal, destacando como o espaço urbano se configura como um grande negócio e um cenário de disputas sociais, econômicas e políticas. As cidades, principalmente as latino-americanas, refletem a fragmentação e as desigualdades geradas por esse sistema, com bairros autoconstruídos emergindo como espaços de resistência e identidade coletiva, onde práticas informais e táticas de sobrevivência desafiam as estruturas de poder hegemônicas. Coletivos de arquitetura surgem como atores nesse contexto, promovendo práticas colaborativas e participativas que buscam transformar o espaço urbano de forma mais inclusiva e democrática.

Esses grupos, embora enfrentem desafios como a instabilidade financeira e a pressão neoliberal, utilizam metodologias participativas para intervir em comunidades marginalizadas, fortalecendo o Direito à Cidade e questionando as soluções tradicionais da arquitetura e do urbanismo. A atuação desses coletivos reflete uma crítica ao modelo de cidade mercantilizada e segregadora, propondo alternativas que valorizam o conhecimento local, a horizontalidade e a transformação social.

3.1 FORMA GERAL: ENTENDENDO O CONTEXTO.

As cidades do século XXI refletem as transformações históricas do sistema capitalista e neoliberal, configurando-se como um grande negócio, resultado das disputas sociais e econômicas, e como um espaço de reprodução da força de trabalho (HARVEY *et al*, 2013). É no espaço urbano onde a cidade se expande, manifestando as questões territoriais e as constantes transformações que envolvem suas dinâmicas, tornando inviável dissociar um do outro. São fatores históricos, sociais, culturais, políticos e econômicos que se interconectam para moldar tanto sua estrutura física quanto as relações que ali se estabelecem. Ao organizar sua existência, a sociedade cria e recria o espaço por meio da prática socioespacial, que reflete as interações, atividades e componentes da dimensão humana (CARLOS, 2021).

O espaço urbano, cujo elemento central é o espaço público, configura-se, então, como um grande cenário de encontros, segregações, fluxos, simbolismos, trocas de informações e desordem, onde o indivíduo atua simultaneamente como espectador e protagonista (LEFEBVRE, 1976). Se o “espaço é um lugar praticado” (DE CERTEAU, 1994, p. 202), isso significa que a vida em comunidade se manifesta no dinamismo dos espaços públicos, onde as interações coletivas ocorrem de maneira mais evidente, revelando as experiências locais (BOHIGAS, 2004). De Certeau (1994), ressalta, também, a relevância das práticas diárias na construção e apropriação do espaço urbano, onde as estratégias adotadas pelos indivíduos ao transitar pelas ruas da cidade representam formas de resistência e fortalecimento diante das estruturas de poder hegemônicas.

Os bairros autoconstruídos, especificamente, revelam uma produção urbana muito característica da singularidade da sua constituição. Por não seguirem as regras urbanas formalizadas, sendo, portanto, produzido de formas alternativas às legislações vigentes, adotam uma lógica particular de construção, que tem relação direta com as moradias autoconstruídas, as restrições econômicas, espaciais e de serviço, desenvolvendo táticas que possibilitam a habitação ser um abrigo em constante construção, atendendo às necessidades básicas de moradia, fortalecendo a identidade coletiva e a reivindicação do direito ao espaço urbano (LOBOSCO, 2009).

Essa experiência de produção do espaço possibilitou a reversão do destino de expulsão e marginalização que parecia inevitável para esses grupos, ao transformar espaços inicialmente considerados “sobras” ou rejeições da cidade em territórios de resistência, garantindo a sua permanência no ambiente urbano (LOBOSCO, 2009). No entanto, a segregação e as desigualdades geradas pelos modos de produção vigentes, resultam em um espaço urbano fragmentado e desigual, onde coexistem usos conflitantes e identitários, refletindo diferentes formas coletivas de construir e habitar os espaços comuns (STRAVIDES, 2021). Na América Latina, apesar das contínuas pressões para a remoção ou deslocamento, os movimentos de ocupação demonstraram uma organização política robusta, fruto de um histórico teórico e prático e das tentativas formais e

informais de reconhecimento do território popular, como vimos no capítulo anterior (LOBOSCO, 2009). Para Harvey (2014), estes espaços urbanos comuns, concebidos como espaços públicos de participação democrática, devem ser fomentados para conter a tendência privatizante do neoliberalismo, promovendo uma cidade mais inclusiva por meio de práticas político-econômicas. O desequilíbrio destas relações de poder, torna difícil a perspectiva de um confronto direto, mas abre espaço para ações táticas (LOBOSCO, 2009). Apesar de Lobosco (2009) apontar para as ações táticas como forma de sobrevivência, podemos relacioná-las também às práticas utilizadas por grupos organizados, como os coletivos. Ele complementa que:

De certa forma, as táticas estão relacionadas à possibilidade de se agir dentro de determinadas condições, articulando-se dentro de um espaço organizado que se utiliza, mas não se pode possuir, aproveitando as falhas ocasionais abertas na vigilância do poder proprietário, utilizando-se das fissuras do discurso hegemônico (LOBOSCO, 2009, p. 29)

A partir de 2010, aconteceu um aumento significativo no surgimento de coletivos de arquitetos na América Latina, principalmente a partir do impulsionamento das redes sociais e divulgação destes tipos de iniciativas¹³². No entanto, as dificuldades impostas, principalmente por conta da instabilidade financeira, comprometeram a continuidade dos grupos, que tiveram que buscar outras formas de sobrevivência, nem sempre associadas ao estilo de atuação que gostariam. Apesar disso, há uma grande quantidade de coletivos de arquitetos na América Latina, como pode ser comprovado com o trabalho de Reis (2022). Esses coletivos refletem diversas formas de atuação, desde trabalhos com empresas e iniciativas privadas, com projetos voltados para ações pontuais em bairros centrais das cidades, a grupos que trabalham com demandas exclusivas de bairros autoconstruídos. Apesar de terem propostas de trabalho distintas com a necessidade de resultados distintos, podem apresentar algumas metodologias e ferramentas similares, como veremos mais adiante.

¹³² Muito influenciados por grupos da Espanha, que tiveram, como já dito, uma divulgação maciça em revistas especializadas, blogs e jornais, além da divulgação realizada via internet (SUAREZ, 2020).

As atuações destes coletivos de arquitetos, na América Latina, refletem particularidades locais, com forte presença da autogestão e da autoconstrução coletiva (SCHLACK e ARAÚJO, 2022). A moradia, sendo um elemento central da organização urbana, aparece como um eixo fundamental dessas iniciativas e experiências (BAZÁN E MOTTA, 2022), independentemente de serem coletivos que trabalham em bairros autoconstruídos ou não. A grande quantidade de coletivos de arquitetos latino-americanos existentes, pode ser associado às questões urbanas comuns entre as cidades, dentre as quais, podemos citar: pobreza, segregação social e espacial, poucos espaços públicos, violência, acumulação do capital, poucas oportunidades formais de emprego e desvalorização da profissão e grandes projetos urbanos que causam expulsão dos moradores, reflexo da forte influência neoliberal.

No entanto, como já apontou McGuirk (2015) as cidades latino-americanas também já foram palco de constantes lutas sociais, mobilizações urbanas, sociais e experiências participativas, principalmente no campo da habitação, muitas ainda ativas nos territórios¹³³, apesar da constante pressão mercadológica, que reafirma as desigualdades. Este processo histórico com um olhar mais participativo e atento às demandas populares, estimula o surgimento e ação de grupos nos territórios. Além disso, a existência de espaços urbanos pouco controlados pelas normas da gestão municipal, inclusive a formação de outros territórios aquém dos trâmites legais, e a informalidade, associada à improvisação no fazer cotidiano, permite uma ação mais direta no espaço urbano, estimulando uma produção de cidade, por vezes, esquecida ou ignorada por determinados agentes.

O Brasil e a Colômbia aparecem neste estudo por passarem por processos específicos em que há, de alguma forma, uma atuação governamental que alterou determinados processos urbanos e legislativos. Como já apontado, a legislação nº 11.888 de 24 de dezembro de 2008 que versa sobre a “assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse

¹³³ Como exemplo no Brasil, tem-se o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) ou o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB). Na Colômbia, apesar de não existir uma organização nacional similar, as organizações comunitárias de bairros são muito ativas e já conseguiram barrar avanços mercadológicos em seu território, como no caso de Moravia.

social” (BRASIL, 2008, p. 1) no Brasil, estimula atualmente, principalmente no Nordeste, o surgimento de diversos coletivos que buscam atuar na perspectiva da assessoria e assistência técnica pautando a luta territorial e a política pública, em bairros autoconstruídos exclusivamente. Na Colômbia, duas cidades, Bogotá e Medellín, se destacam pelas transformações ocorridas relacionadas à modificação do espaço público, mobilidade e projetos arquitetônicos, estimulando outra dinâmica urbana e social na cidade, levando ao surgimento de coletivos de arquitetos que atuam na perspectiva de um outro olhar sobre a produção urbana. Vamos analisar um pouco mais destes processos a seguir, e entender de que maneira isto influenciou a forma de atuação dos coletivos de arquitetos selecionados em cada cidade entendendo, que as suas particularidades.

3.2 DO ESTRELATO À EMERGÊNCIA DE NOVAS PRÁTICAS

A partir de 1990, algumas premissas ainda continuaram presentes como a crença na tecnologia e no progresso, passando o racionalismo por uma revisão e atualização (MONTANER, 2016). No entanto, posteriormente revela-se uma estética relacionada ao ecletismo, fragmentação e valorização da forma ao invés da função, tendo a imagem do projeto grande importância, pois evidenciava, simbolicamente, o poder de quem o fez¹³⁴ (TEOBALDO, 2017). Além disso, surgem diversos princípios da recuperação e preservação de patrimônios históricos¹³⁵, especialmente na Europa e nos EUA; o predomínio da arquitetura comercial e empresarial; e projetos de museus e centros de cultura, muitas vezes patrocinados pelos governos, como forma de estimular o turismo (MONTANER, 2016). A arquitetura passou a ser vista como um objeto de desejo e de consolidação da cidade mercadológica de financiamento privado, revelando-se como produto isolado, monumental e de grande custo (MONTANER, 2016).

¹³⁴ Segundo Teobaldo (2017), essa busca pela diferenciação estética, aliada às características exigidas pelas cidades globais, fez com que essa arquitetura pós-moderna se revelasse uniformizada, muitas vezes através de torres de vidro, por busca de uma imagem e monumentalidade de poder das grandes empresas e pouco preocupada com a inserção no seu contexto.

¹³⁵ Por vezes convertidos em centros culturais e museus que dariam uma “nova cara” ao edifício, tecido e contexto urbano, transformando significamente as formas de uso e dos usuários destes espaços, através de parcerias público-privada e apropriação dos mecanismos de mercado, expulsando as dinâmicas e moradores locais (TEOBALDO, 2017).

O avanço da tecnologia, principalmente com o uso do computador mudou não somente as formas de representação da arquitetura, chamada de digital, mas também o processo de projeto, que passando da prancheta para o eletrônico, contava com planos e geometrias complexas, translúcidas, arbitrárias e não convencionais, produzindo uma arquitetura “fora do seu tempo” (MONTANER, 2016, p. 23) e pouco relacionada com o contexto. Associado a isso, surgem conceitos como cidade global¹³⁶ e cidade inteligente¹³⁷ que estão relacionados diretamente ao desenvolvimento da tecnologia, seguindo a lógica do mercado financeiro e empresarial neoliberalista.

O processo de mudança do capitalismo industrial para o neoliberalismo gerou uma transformação de paradigma também na relação entre o Estado paternalista e o mercado (SEGRE, 2025; MCGUIRK, 2015). Um dos grandes exemplos é a renúncia dos governos em relação às moradias populares que passaram a ser deixadas na mão da economia de livre mercado¹³⁸. Os arquitetos também perderam a possibilidade de atuar a partir de demandas sociais, atendendo às principais solicitações de mercado que estavam relacionadas a edifícios de escritório e economias de serviços, criando uma cultura corporativa (MCGUIRK, 2015). Segundo o Mcguirk (2015), não aconteceram muitas iniciativas de destaque em que o arquiteto se envolveu para resolver o problema das grandes massas populares urbanas, prevalecendo a corrente mercadológica e de financeirização, destacando os escritórios com hierarquias bem definidas e

¹³⁶ Considera-se a Cidade Global, segundo Sassen (2009) como aquelas que se adaptam a economia globalizada e que também são atores estratégicos na sua estruturação. É um espaço de organização e manejo da economia global, no qual se instalam grandes empresas e entidades bancárias onde a arquitetura e o urbanismo lhe dão suporte.

¹³⁷ Denomina-se Cidade Inteligente a aplicação intensiva das Tecnologias de Informação e comunicação (TIC), em sua maior parte composta de elementos da grande maquinaria urbana, trânsito de veículos, controles remotos, economias de energia e circuitos integrados de televisão (MONTANER, 2016).

¹³⁸ O que, considerando o déficit habitacional latino-americano, era um grande fomento a contínua segregação do espaço. Para tentar contrabalancear isso, os governos optaram por criar programas de bem-estar social (MCGUIRK, 2015). Além disso, ocorreu o surgimento de Organizações Não-governamentais (ONG's) voltados para minimização da pobreza e tentativa de resolução do problema habitacional como, por exemplo, a Habitat for Humanity (1993) (ALMEIDA, 2022).

produções de destaque em diversas cidades da Europa, EUA e América Latina¹³⁹.

Nesta perspectiva neoliberal, as cidades, enquanto parte da mercadoria da globalização, precisavam realizar uma crescente valorização e beneficiamento do solo (MCGUIRK, 2015; SÁNCHEZ, 2001). Por isso, grandes obras arquitetônicas (de preferência com o máximo de tecnologia e com formatos diferentes) se tornam elementos-chave na valorização de novos espaços urbanos. Estes locais estariam vinculados a roteiros globais das supostas “cidades globalizadas” (SÁNCHEZ, 2001) em que a monumentalidade e a imagem são mais importantes que a funcionalidade da edificação, gerando cidades mundialmente padronizadas, que representam as grandes empresas e o seu poder (inclusive financeiro) diante da produção urbana, afetando, inclusive a formulação de políticas públicas¹⁴⁰ (TEOBALDO, 2017; SANCHÉZ, 2001).

No campo do urbanismo surgem propostas como o do Novo Urbanismo, criado em 1993, em um congresso homônimo ocorrido em Alexandria (EUA), que, partindo da crítica ao subúrbio estadunidense (MONTANER, 2016), propõe uma Carta¹⁴¹, três anos depois do evento, com vinte e sete princípios que envolvem as três principais escalas: regional, cidade e bairro, incluindo desde a preservação de edifícios históricos, áreas urbanas significativas e espaços verdes, revitalização, diversidade de usos e oferta de serviços públicos e privados, até a importância de acomodar o carro de forma adequada nas ruas¹⁴² (MACEDO, 2007). A Carta do Novo Urbanismo recebeu algumas críticas de acadêmicos, principalmente de Harvard, e teve o apoio dos profissionais que trabalhavam com empreendimentos imobiliários e da mídia, de maneira geral. Segundo Montaner (2016, p. 40) “a proposta se atém demasiadamente às formas estáticas previamente estabelecidas”, onde percebe-se ainda a valorização excessiva do carro e de espaços comerciais e de serviços, em detrimento de outras questões, como a ambiental.

¹³⁹ O que não significa que não houve grupos, movimentos ou associações que trabalhassem ou dessem suporte às lutas urbanas, mas não era destaque naquele momento histórico.

¹⁴⁰ Para saber mais, ver em SÁNCHEZ (2001).

¹⁴¹ Chamada de Carta do Novo Urbanismo.

¹⁴² Muitos destes princípios aparecerão novamente na chamada Cidade Sustentável, já em meados dos anos de 2010.

Outra prática comum dentro do campo dos estudos urbanos foi o planejamento estratégico, mais aliado ao conceito de “cidade global”, no início dos anos 2000, criando esta associação entre cidade e empresa (VAINER, 2002). Segundo Vainer (2002) com a problemática da competitividade urbana, a cidade precisa se estruturar como mercadoria, empresa e pátria, implicando diretamente no domínio dos espaços por interesses empresariais globalizados. A partir desta competitividade, as negociações simbólicas e reais acontecem, sendo justificadas pelas revitalizações¹⁴³, gentrificações e intervenções urbanas de grandes proporções na morfologia do tecido urbano, gerando uma mudança na estrutura social do espaço (TEOBALDO, 2017)¹⁴⁴, dificultado a utilização de parte da população, principalmente em áreas urbanas de grandes desigualdades sociais e segregações espaciais, como na América Latina. A cidade, neste sentido, deixa de ser vista enquanto *polis*, espaço político e de direitos, e passa a ser espaço mercadológico, associado a um *marketing* urbano (VAINER, 2002).

Desta forma, de 1990 a meados dos anos 2000, a arquitetura e o urbanismo se revelavam enquanto prática individual¹⁴⁵, associada a grandes escritórios corporativos, em que formas puras e paramétricas, desenvolvidas a partir de softwares tecnológicos de desenho, encontrariam no mercado globalizado um espaço de expansão (MCGUIRK, 2015). Havia também o desejo dos arquitetos de construírem grandes obras, ícones de destaque em diversas cidades do mundo, tornando-se quase “heróis”, já que, com seus projetos, conseguiram desenvolver e recuperar uma região “debilitada” através do fomento à economia cultural (quase sempre turística).

Os arquitetos-estrela tiveram seu auge no início dos anos 2000, quando construíram, principalmente museus e centros culturais ao redor do mundo, algumas já com o *status* de global e outras que desejavam entrar nesta categoria (TEOBALDO, 2017; MCGUIRK, 2015). Um dos exemplos mais conhecidos é o do Museu Guggenheim em Bilbao, Espanha, onde uma pequena

¹⁴³ A partir da realização de grandes projetos urbanos, principalmente nos grandes centros históricos e áreas portuárias.

¹⁴⁴ Como pode-se perceber em projetos urbanos de grandes proporções em Salvador (Brasil) e Medellín (Colômbia), este último especificamente com o “Modelo Medellín”.

¹⁴⁵ A prática arquitetônica dificilmente pode ser individualizada, mas neste momento histórico, apenas o nome do arquiteto estrela se destacava, dando a sensação de ser um trabalho solitário, que somente aquele profissional poderia realizar.

cidade da região norte do país se tornou um fenômeno em visitas e circulação financeira. Conhecido como “efeito Guggenheim” ou “efeito Bilbao”, outras cidades buscaram a mesma estratégia na tentativa de atrair mercados, investidores e turistas pelo mundo, fazendo da arquitetura “uma força civilizatória da cidade” (MCGUIRK, 2015, p. 22). No entanto, pouco divulgados naquele momento histórico, foram os efeitos que vem a despeito desta nova modalidade de arquitetura e cidade, como a gentrificação¹⁴⁶ e a espetacularização das cidades (TEOBALDO, 2017). Sobre isto, Teobaldo complementa:

Dentre muitos efeitos da globalização, a espetacularização das cidades surge como resultado, dito pelos empreendedores ‘bem sucedido’, vindo de planos internacionalizados, ou melhor dizendo, do chamado planejamento urbano estratégico, promovendo cidades cada vez mais semelhantes e desconsiderando aspectos regionais de cada uma delas, ou utilizando elementos aparentes de caracterização regional que funcionam para diversos locais (TEOBALDO, 2017, p.138 e 139).

Esse processo foi reforçado a partir dos Concursos Internacionais de Projetos de Arquitetura¹⁴⁷ ou Prêmios Internacionais¹⁴⁸, que acabaram estimulando este tipo de produção arquitetônica e urbanística, já que eram premiados arquitetos de renome ou políticos que se destacavam a partir de iniciativas urbanas. No caso dos arquitetos, a divulgação destas obras e dos concursos nas revistas especializadas, geravam uma expectativa nos jovens profissionais, que desejavam fazer parte do estrelismo, de que era possível se destacar participando e ganhando em um concurso internacional, quando, na verdade, alguns concursos eram restritos a certos profissionais e não a todos, como no caso do OMA, em Portugal. Além disso, estes projetos eram constantemente divulgados e destacados nas revistas especializadas, como se fossem a única forma de fazer arquitetura, limitando as referências.

¹⁴⁶ Segundo Teobaldo (2017, et al Bataller, 2000, p.138) a gentrificação “consiste em uma série de melhorias físicas ou materiais e câmbios imateriais – econômicos, sociais e culturais que têm lugar em alguns centros urbanos antigos e degradados, os quais exprimem então uma apreciável elevação de seu status”.

¹⁴⁷ Ou de concursos de projeto de arquitetura restritos a alguns convidados, como foi o caso do OMA que ganhou o projeto para a Casa da Música, no Porto em Portugal, que foi convidado a partir pelo Ministério da Cultura depois da cidade ter sido escolhida uma das duas capitais da Europa (ARCHDAILY, 2025).

¹⁴⁸ Como o Prêmio Capital Cultural da Europa, Cidade Mais Inteligente do Mundo/World Smart City Awards, Prêmio Internacional de Dubai de Boas Práticas, World Green City Awards, dentre outros.

Na virada do século, o desgaste com a produção arquitetônica de ostentação, guiada pelos famosos arquitetos-estrela; e as cidades globais que estimulam a individualidade e a segregação, fizeram surgir uma série de alternativas no campo da arquitetura e do urbanismo. Estas buscavam metodologias e a produção de projetos que valorizassem o contexto local, com abordagens voltadas para o urbanismo informal, arquitetura sustentável e ecológica, com retorno à cultura popular e uma crítica radical que remete a meados da década de 1960 (MONTANER, 2016). Segundo Montaner (2016), esse movimento acontece por conta da renovação pedagógica do ensino da arquitetura¹⁴⁹. A consolidação deste tema em diversos campos como livros, blogs, sites, jornais, publicações e revistas especializadas apontam para uma contínua discussão sobre o tema.

Essa produção editorial demarcou um momento em que o urbanismo e a arquitetura informal entraram em definitivo nas práticas e na teoria da arquitetura, inclusive em sala de aula e concursos (MONTANER, 2016). Como exemplo na América Latina, destaca-se o projeto do escritório Elemental¹⁵⁰ no Chile em 2003, inspirado no concurso do PREVI do Peru, de 1960; as intervenções das favelas do Rio de Janeiro, no projeto do Favela-Bairro¹⁵¹; e as intervenções realizadas pelo Giancarlo Manzatti em Bogotá¹⁵² (MONTANER, 2016).

Entretanto, a forma como o poder público e seus aliados têm produzido e organizado a cidade mostra-se desgastada e distante das demandas da população, que busca maior participação e um olhar mais atento para as

¹⁴⁹ Montaner (2016) no livro “A condição contemporânea da Arquitetura” aponta uma série de exemplos para comprovar essa mudança pedagógica: o Architectural Association de Londres; Rural Estúdio, na Universidade de Alabama; a clássica Escola de Valparaíso e sua Cidade Aberta e a Escola de Arquitetura de Talca, no Chile; o ensino sobre as cooperativas de moradia da Faculdade de Arquitetura de Montevidéu, no Uruguai; e os ateliês de projetos de habitação popular na Faculdade de Arquitetura de Buenos Aires. Podemos ainda complementar com a tríada das Universidade Federais do Brasil, que é composta por ensino, pesquisa e extensão, onde este último promove a relação entre a faculdade e a sociedade, a partir de disciplinas, mas também com a iniciativa de estudantes como no caso dos Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU), espalhados por todo o Brasil.

¹⁵⁰ O projeto prevê a construção da “meia casa” com a possibilidade de alteração e ampliação da casa pelo próprio morador, conseguindo juntar diferentes poderes que influem na construção das habitações populares (MONTANER, 2016).

¹⁵¹ Principalmente e muito conhecido pelo trabalho do arquiteto argentino Jorge Mario Jáuregui com os processos de projeto no território que leva em consideração pontos focais e linhas de intervenção (MONTANER, 2016).

¹⁵² Promovendo uma arquitetura ativa nos espaços, como no exemplo da cobertura hexagonal para uma praça de esportes em Bogotá, no bairro popular de Altos de Cazucá, em 2010 e 2011.

realidades locais. Além disso, por décadas, como vimos, a atuação dos arquitetos e urbanistas tem, direta ou indiretamente, contribuído para a manutenção das desigualdades urbanas históricas e para a construção de uma cidade segregadora e excludente. Os profissionais envolvidos na formulação de políticas territoriais e urbanísticas têm parcela de responsabilidade na crise urbana que vivenciamos e, por isso, também podem desempenhar um papel fundamental na busca por soluções (NEL-LO, 2015). Apesar desse cenário, ao longo da história, surgiram alternativas à produção hegemônica moderna, especialmente a partir da década de 1960, como contraponto a esse modelo¹⁵³. Nesse período, a crítica se manifestava por meio da atuação de determinados grupos ou arquitetos contra a produção da arquitetura e da cidade baseada em estratégias projetuais deterministas, normativas e formalistas (MARQUES, 2024). Sobre isto, Marques (2024) aponta que um:

Exemplo contundente dessa situação é que, quando chamados a agir em favelas ao invés de seguirem os movimentos já iniciados pelos moradores e de aproveitarem da participação popular já existente, esses profissionais impõem através de seus projetos sua própria lógica construtiva, diretamente ligada à cultura e à estética da cidade formal. Vê-se um fragmento da cidade formal incrustada na cidade informal, uma vez que as estratégias projetuais utilizadas mostram-se indiferentes aos modos de produção das favelas (MARQUES, 2024, p. 134).

Nesse contexto, permanece a questão sobre a realidade social e urbana nos países da América do Sul, onde fenômenos históricos, como a informalidade urbana, decorrentes de processos como globalização e industrialização, geram a intensificação de questões como o aumento populacional, a demanda por recursos ambientais, serviços e moradia (ZUQUIM; SÁNCHEZ MAZO; BRANDÃO, 2013). Isso resulta em uma necessidade urgente de intervenção político-administrativa, o que, na maioria das vezes, não ocorre, evidenciando que o modelo de gestão administrativo hierárquico e burocrático vigente está saturado e precisa abrir espaço para a participação ativa de todos (MONTANER; MUXÍ, 2014), remetendo também a questionamentos sobre a representatividade política ineficaz (HAMRA, 2018). Em relação a isso, Sánchez Mazo (2017) afirma que os moradores da cidade popular suprem suas necessidades básicas de

¹⁵³ Como vimos na primeira parte deste capítulo.

forma autônoma, em um contexto histórico marcado por intensa luta social e violência.

Com isso, passa-se a valorizar projetos que têm um grande diálogo com o contexto urbano, realizado a partir de materiais locais e que rejeitam os estilos internacionais dos grandes projetos. Segundo McGuirk (2015), em meados dos anos 2000, surge uma nova geração de arquitetos, em especial na América Latina, que consideram importante reconhecer a autoconstrução como parte essencial do sistema da cidade. O autor os chama de ativistas, porque entende que os métodos aplicados por estes arquitetos, que atuam em bairros autoconstruídos, ainda não são habituais e porque estes profissionais resgatam o espaço como ferramenta política. Sobre isso, ainda complementa:

De modo que, en primer lugar, ser un arquitecto activista significa delimitar un contexto difícil y, con el apoyo de la comunidad a su alrededor, crear la oportunidad de intervenir; significa autoimpulsarse [...] Creo también que nos ayuda a definir un enfoque nuevo y radical de la práctica de la arquitectura; radical no por la posición política, sino por el modo de proceder (MCGUIRK, 2015, p.36 e 37).

Neste trabalho entenderemos que os coletivos de arquitetos também podem ser vistos como ativistas, porque agregam características semelhantes, como veremos mais adiante. As crises e transformações da arquitetura e principalmente das cidades, levaram ao agrupamento de arquitetos que buscam novas práticas, processos e metodologias de trabalho, em meados de 2010, e que, segundo Montaner (2016) têm duas características principais: a negação do autor principal, entendendo o trabalho de forma coletiva e interdisciplinar; e a busca por novas maneiras não tradicionais de produzir arquitetura e as cidades. McGuirk (2015), ainda complementa que o arquiteto ativista é o criador de ações, não somente de formas.

No Brasil, entretanto, a formação desses coletivos está fortemente vinculada a uma narrativa de caráter profissional e articulada à existência da Lei da ATHIS. Essa relação não se limita ao campo técnico e profissional, mas se apoia na valorização do trabalho e da luta coletiva em defesa dos territórios e de direitos, ultrapassando a esfera meramente ativista, ainda que compartilhe com ela algumas características.

3.3 COLETIVOS DE ARQUITETURA DO SÉCULO XXI: CARACTERIZAÇÕES E DESAFIOS

Os coletivos são grupos que atuam de forma colaborativa no espaço urbano, utilizando metodologias participativas e estabelecendo parcerias com comunidades para desenvolver projetos que atendam às necessidades locais. Segundo Suarez (2020) eles respondem a uma crise do cenário mundial e se agrupam por conta de interesses econômicos, ideológicos ou laços afetivos e circunstanciais, em prol de uma causa específica. Diversos outros autores os definem de maneiras distintas: McGuirk (2015) os associa ao "pragmatismo idealista" do ativismo urbano, enquanto Nel-lo (2015) e Lima (2017) ressaltam seu papel nos novos movimentos urbanos e na transformação social; Montaner e Muxí (2021), destacam o fortalecimento de comunidades e questões locais, enquanto trabalho coletivo que valoriza as experiências cotidianas.

Assim, os coletivos não apenas projetam espaços, mas também impulsionam redes de cooperação e promovem formas mais inclusivas de produção urbana, fortalecendo o direito à cidade como um espaço de transformação social (Harvey, 2014). Martín-Mariscal e Fernández-Valderrama (2016) aponta ainda que ocorreu uma complexidade crescente na resolução dos desafios contemporâneos, o que leva a um contexto de adaptação, facilitando o surgimento de grupos como os coletivos de arquitetos. Essas iniciativas compartilham características como horizontalidade, valorização do conhecimento local e um modelo de atuação que questiona as soluções tradicionais da arquitetura (Blázquez, 2024; Montaner, 2017). Apesar disso, enfrentam desafios que versam sobre a pressão neoliberal, as formas de financiamento e a dificuldade da trabalhar com formatos colaborativos e participativos, independente das diferenças que possa haver entre as atuações e diversidade de coletivos de arquitetos.

Dúran Calisto (2011), Martín-Mariscal e Fernández-Valderrama (2016), Gómez Durán (2018), Linares Linares (2018), Suarez (2020), Arango (2021) e Reis (2022) concordam com Blázquez (2024) e Montaner (2017) nas características relacionadas acima, mas acrescentam outras como: a multidisciplinariedade e interdisciplinariedade nas formas de trabalho; a utilização de meios digitais para

conformação e trabalho em redes; compromisso social com a realidade; rejeição ao autor individual; reinvenção da prática arquitetônica, sendo o processo mais importante que o resultado, onde a experimentação e a flexibilidade são uma prática válida para a ativação social; metodologias participativas e colaborativas; e uma atuação em uma escala pequena. Há neste conjunto de características pontos que são diferentes de acordo com cada autor, que podem ser visualizados a partir do resumo na tabela abaixo (Tabela 1):

RELAÇÃO ENTRE AUTORES E CARACTERÍSTICAS DOS COLETIVOS DE ARQUITETURA

AUTOR	CARACTERISTICA	AUTOR	CARACTERISTICA
DURÁN CALISTO (2011)	Praticar arquitetura além de suas fronteiras tradicionais Necessidade de pautar o olhar latinoamericano para si próprio, narrando-as para o mundo. Buscam ferramentas e saberes populares aliados a tecnologia no desenvolvimento das ações Compartilhamento e parcerias em redes com a expansão geopolítica Métodos participativos Autonomia em relação as escolhas de projeto Negação a uma autoria individual Subverter o modelo econômico e político vigente	LINARES LINARES (2018)	Reinventar a prática arquitetonica Interdisciplinar Colaborativa Experimental Se juntam por questões afetivas e interesses comuns Buscam uma arq mais política/social e real Integrantes com autonomia Processo mais importante que o resultado Redes de parceria para a realização de ações
DURÁN GÓMEZ (2016)	Planejamento e participação coletiva Desenvolvimento de trabalhos com processos abertos Rejeitam o autor individual Acreditam na experimentação Trabalham com formatos horizontais Ativismo político Outra maneira de fazer arquitetura Tem como prioridade o conhecimento coletivo Assume os projetos pensados pela comunidade Trabalho e gestão conjunta, pensando o comum Relações com o Estado como técnico e ativista Aproveitamento dos recursos Multidisciplinar Desenvolve atividades multimedia, interativas e hipertextuais As relações afetivas são importantes Trabalho e comunicação em rede	ALBAN (2020)	Participam de redes e plataformas Outras formas de fazer arquitetura Formado por pessoas que tem interesses comuns e vínculos afetivos Questiona o direito autoral "Metem a mão na massa" Fora da arquitetura de mercado Ativadores sociais Posicionamento crítico Tecnologias de baixo impacto ambiental Atuam no campo da preexistencia Saberes e técnicas tradicionais Relações horizontais Acreditam na experimentação
MARISCAL-VALDERRAMA (2016)	Processo mais importante que o resultado Jovens arquitetos Novas formas de produção da arquitetura Trabalho em colaboração Reinvenção da profissão Horizontalidade (sem hierarquia rígida) interna Horizontalidade (sem hierarquia rígida) nos projetos Sem autoria definida	ARANGO (2021)	Não possui organização interna de trabalho definido, com integrantes que saem e voltam a qualquer momento Nômade, mudando de um coletivo ao outro Transnacionais, transitando em diversas cidades e países para realização de projetos, criando redes Multidisciplinares Digitais Imediatistas, querendo ver logo o resultado do trabalho Rejeitam o autor Compromisso social Trabalham em pequenas escalas Atuam a partir de uma estratégia de inserção no mercado
		REIS (2022)	Processo mais importante que o resultado Expansão da atuação da arquitetura Métodos participativos De baixo para cima Pequena escala (temporal e espacial) Subverter o modelo neoliberal Ferramentas e métodos constantemente revisados Associação entre pragmatismo e idealismo Priorização de outros valores que não de troca Prática flexível Foco na produção social do espaço compartilhamento da autoria Predominância nas ações/intervenções efêmeras Estímulo a participação na construção urbana
		BLAZQUEZ (2023)	Modelos colaborativos Modo horizontal Arquitetura como processo e não como fim Legitimização dos saberes e comunidades populares Questiona o modo de fazer arquitetura tradicional

Tabela 1 - Características que cada autor atribui aos coletivos de arquitetos. Fonte: Autoria própria, 2025.

Montaner (2017) também destaca a atuação desses coletivos como formas de “ativismos urbanos” que impulsionam uma “arquitetura de ação”¹⁵⁴. Para o autor, essa produção se configura como um processo de autoria coletiva e anônima, no qual o trabalho se relaciona diretamente com o contexto em que está inserido, mantendo um compromisso social. Além disso, inclui processos participativos que promovem experiências da vida cotidiana e fortalecem redes de cooperação, adotando práticas mais sensíveis à realidade e às transformações, priorizando os usuários e questionando as soluções tradicionais disponíveis (MONTANER, 2017). McGuirk (2015) aponta que estes ativistas enfrentam o desafio de, não somente melhorar a qualidade das áreas informais¹⁵⁵, como também de integrá-las à malha urbana de forma flexível, sendo capaz de gerir as mudanças não planejadas. Para o autor, há um enfoque novo da prática arquitetônica, não pela posição política¹⁵⁶, mas sim pela metodologia. Isto significa que eles escolhem um contexto¹⁵⁷, identificam o problema e criam soluções para atuar em benefício dos residentes (MCGUIRK, 2015).

Embora o surgimento dos coletivos de arquitetos possa ser entendido como um “fenômeno global” (DURÁN CALISTO, 2011, p. 24)¹⁵⁸, com grupos atuando em diversas cidades americanas e europeias, há um aspecto particular na atuação desses coletivos na América Latina que está diretamente ligado às especificidades das cidades e dos espaços públicos. Isto se deve ao fato de que, a partir da década de 1960, a América Latina consolidou uma tradição de estudos (teorizações e aplicações) nesse campo, como explicitado no capítulo dois.

¹⁵⁴ Também chamado pelo autor de “experiência de ação” que significa “uma arquitetura feita por arquitetos que se reinventam para assumir um papel ativo na melhoria da sociedade e com propostas arquitetônicas que promovam as relações entre as pessoas” (MONTANER, 2017, p. 131).

¹⁵⁵ Para McGuirk (2015, p. 32), “Los barrios pobres no se definen como informales porque no tengan forma, sino porque existen fuera de los protocolos legales y económicos que dan forma a la ciudad formal. Pero los barrios pobres están lejos de ser caóticos. Puede que carezcan de servicios esenciales, pero operan bajo sus propios sistemas de autorregulación, dando alojamiento a millones de personas en comunidades muy unidas, y proporcionando herramientas clave para el acceso a las oportunidades que ofrece la ciudad.”

¹⁵⁶ McGuirk (2015) destaca o não político associado aos movimentos de 1940, 50 e 60 em que os arquitetos se declaravam abertamente como comunistas, por exemplo.

¹⁵⁷ Na América Latina, este contexto quase sempre é associado aos bairros “informais” (MCGUIRK, 2015).

¹⁵⁸ Reis (2022) traz exemplos de coletivos de arquitetos de vários locais do mundo, inclusive Ásia e África.

Para que suas ações sejam eficazes, é fundamental o uso de ferramentas analíticas e interpretações ajustadas às diversas realidades. Um exemplo disso são as organizações, que vão além da autogestão e representam também um processo de autoconstrução coletiva (SCHLACK e ARAÚJO, 2022), historicamente conduzido pelos próprios moradores ou seus descendentes. Essa dinâmica surge da necessidade de garantir a moradia, que se estabelece como o primeiro e principal elemento na formação do tecido urbano e social (BAZÁN e MOTTA, 2022).

No caso da Europa, a Espanha¹⁵⁹ foi o país que se destacou pelo surgimento de coletivos de arquitetos (SUAREZ, 2020) e que influenciou alguns dos coletivos da América Latina, provavelmente pela facilidade no idioma. O aparecimento de uma grande quantidade de coletivos de arquitetos e de ações nos espaços públicos¹⁶⁰ causou movimentação, inclusive nos meios editoriais, onde foram publicadas em revistas especializadas edições inteiras sobre o tema (como na Arquitectura Viva) (Figura 1), além do aparecimento de blogs e artigos, muitas vezes dos próprios coletivos, em outras revistas teóricas vinculadas à Universidades.



Figura 1 – Capa da Revista Arquitectura Viva. Ao lado, imagem da plataforma "Arquitecturas Coletivas".

Fonte: Site da Revista Arquitectura Viva. Disponível em: <https://arquitecturaviva.com/publications/av/spanish-collectives>. Acesso em: 24 fev. 2025. Print do site. Disponível em: <https://arquitecturascolectivas.net/> Acesso em: 24 fev. 2025.

¹⁵⁹ Curioso pensar como foi na Espanha, também, onde muitos projetos dos arquitetos-estrela foram construídos, incluindo Bilbao, que foi um exemplo marcante no mundo, dando nome ao processo: “Efeito Bilbao” ou “Efeito Guggenheim”.

¹⁶⁰ Que Martín-Mariscal e Fernández-Valderrama (2016) e Suarez (2020) atribuem à crise global de 2008.

Um dos coletivos de arquitetos mais conhecidos, oriundo da Espanha, é o Recetas Urbanas, um dos primeiros coletivos a surgir naquele país, em meados de 2003, liderado por Santiago Cirugeda, em Sevilha que, buscando sistemas alternativos de montagem e desmontagem, aproveitam as brechas da legislação para incidir em terrenos subutilizados, com materiais reciclados (MONTANER, 2016). Além disso, Cirugeda também desenvolveu um site chamado “Arquitecturas Coletivas” (Figura 1) onde juntou uma série de iniciativas espanholas, e mais tarde com casos de outros lugares do mundo, inclusive América Latina, onde havia agrupamentos de arquitetos e artistas que buscavam atuar na cidade de forma orgânica e desenvolver, em espaços abandonados, dinâmicas urbanas e sociais mais ricas.

A atuação dos coletivos de arquitetura também evidencia a crise do modelo político e administrativo, que impacta a democracia e a representatividade (BASSANI, 2016). Essa crise revela a crescente necessidade de uma participação cidadã mais ativa nos planejamentos e decisões sobre os territórios onde vivem, especialmente em contextos marcados pelo descaso do poder público. Essa perspectiva de participação urbana está ligada ao ressurgimento do Direito à Cidade, compreendido não apenas como o direito de acesso, mas como a possibilidade de transformação e reinvenção do espaço por meio do exercício do poder e do direito coletivo (LEFEBVRE, 2006; HARVEY, 2014).

Nessa atuação, os coletivos de arquitetos buscam um urbanismo alternativo ao modelo contemporâneo e tradicional, procurando representar uma nova cidade. O objetivo é “projetar e fazer coisas úteis e significativas com poucos meios e economia de recursos, em estreita relação com o seu contexto” (MONTANER, 2017, p. 152). Esses grupos enxergam os espaços urbanos como catalisadores de transformação e destacam o protagonismo dos moradores em processos participativos, seja em ONGs, cooperativas ou movimentos sociais.

Eles podem ser vistos como “praticantes ordinários das cidades” (DE CERTEAU, 1994, p. 160), pois fazem dos espaços urbanos e públicos territórios de reinvenção da ordem hegemônica, promovendo novas formas de atuação por meio de metodologias colaborativas. A cidade é pensada a partir da experimentação urbana contínua, em um processo de ensaio, tentativa e

reformulação constante, adaptando-se às demandas locais. Da mesma maneira, os coletivos de arquitetura frequentemente operam à margem do planejamento urbano oficial e legal, adotando uma abordagem tática para questionar normas e instituições estabelecidas, ao mesmo tempo em que incentivam uma participação cidadã mais ativa na construção da cidade. Suas ações remetem ao conceito de produção contra-hegemônica do espaço urbano, principalmente quando acontece a partir de formas de apropriação da cidade pela população (WILDEROM; RECAMÁN, 2022). Desta maneira, os coletivos introduzem uma nova abordagem na arquitetura—ativista, imaginativa e crítica—realizada de forma colaborativa, sem personalismos ou a centralização em nomes individuais (MONTANER; MUXÍ, 2021), onde projetos coletivos são desenvolvidos e viabilizados, representando uma cidade concebida a partir de uma nova subjetividade e de um urbanismo alternativo. Segundo Maricato e Colosso (2017):

Os novos personagens apontam para uma cidade aberta, feita de interações mais solidárias, transparentes e inventivas, menos desigual, menos preconceituosa, coletivamente vivida como direito e como espaço do comum e que se manifesta por assembleias, performances, hashtags, midialivrismo, mapas colaborativos, cozinhas coletivas, comunitarismo nas praças, aulas públicas, saraus, slam, contra uma cidade tendencialmente gerida como negócio e para poucos (MARICATO; COLOSSO, 2017, s.p.).

No entanto, nem sempre os desejos e propostas de atuação acontecem do modo que os coletivos anseiam. Um dos pontos é a questão da autoria, que apesar de ser uma premissa, nem sempre consegue acontecer da maneira desejada, já que, por vezes, um ou outro membro do coletivo acaba se destacando mais na fala com os moradores ou na produção de texto e artigos, como no caso de Santiago Cirujeda no “Recetas Urbanas”. Outro ponto de questionamento é sobre a participação. Esta metodologia de ação prevê que todos os que estão envolvidos (seja como morador, comerciante ou trabalhador), participem das discussões e desenvolvimento da proposta, mas isto nem sempre é possível, ficando, na maioria dos casos, as decisões a cargo de líderes comunitários ou poucas pessoas que têm disponibilidade de participar das reuniões e encontros, como veremos no capítulo 4.

As formas de atuação adotadas pelos coletivos remetem a iniciativas *bottom-up* (de baixo para cima), que, segundo Hehl (2011), estão associadas à participação, à autoajuda assistida e à transferência de poder para atores locais. Essas práticas dialogam com a atuação dos arquitetos da década de 1960, como vimos no capítulo dois, ao reconhecerem a relevância dos processos informais, do envolvimento de agentes locais, das construções independentes e das organizações comunitárias como forças de ativação de territórios urbanos negligenciados (HEHL, 2011). Os coletivos de arquitetos incorporaram essa abordagem ao reconhecerem a importância dos atores locais nos processos de transformação urbana, atuando em conjunto com essas iniciativas e tornando-se parte do processo de intervenção nos espaços.

Como parte das práticas urbanas coletivas, novos instrumentos são incorporados a essas metodologias (ROSA, 2011), em muitos casos não levando em consideração legislações vigentes ou burocracias tradicionais e tendo características diversas, como serem mais efêmeros, artísticos ou voltados para processos pedagógicos. Muitas dessas ferramentas e abordagens têm origem em processos históricos anteriores ao surgimento dos coletivos de arquitetos, estando relacionadas a diferentes contextos e autores, principalmente em realidades estadunidenses ou europeias, que possuem rígida ordem urbana, onde fica mais transparente perceber quando algo é subversivo, ao contrário das cidades com práticas informais explícitas (FONTES *et al*, 2018). Por isso, com o tempo, passaram por adaptações conforme foram sendo aplicadas. Entre elas, destacam-se: Acupuntura Urbana, Placemaking e Urbanismo Tático¹⁶¹.

O termo Acupuntura Urbana foi introduzido no Brasil por Jaime Lerner na década de 1970, em Curitiba. Esse conceito propõe que as transformações urbanas podem ocorrer em escala local, sem a necessidade de grandes intervenções (LERNER, 2011). Segundo McGuirk (2015) apesar da Acupuntura Urbana ser uma ferramenta dos urbanistas, só tem impacto, realmente, quando fazem parte

¹⁶¹ Existem uma infinidade de conceitos, teorias, definições de atuação que os coletivos podem escolher para realizar suas intervenções. São termos que se mesclam, se referenciam e mudam de nome e se repaginam com frequência. Estas formas de atuação foram escolhidas por serem as mais utilizadas por coletivos na América Latina, de acordo com sites, redes sociais, entrevistas e blogs, e por terem uma maior difusão mundial. A maioria delas surge na Europa e nos Estados Unidos. No Brasil a assessoria ou assistência técnica é muito utilizada pelos coletivos, mas como é um caso específico, falaremos mais dele adiante.

de uma rede de ações por toda cidade, como aconteceu em Curitiba, quando Lerner foi Prefeito¹⁶². Neste sentido, o que se pode perceber é que este tipo de metodologia é mais facilmente aplicável por governos, já que prevê um planejamento alinhado em vários pontos da cidade, sendo, portanto, mais aliado a uma atuação *top down* (de cima para baixo), o que não isenta da possibilidade de ser participativa. No entanto, alguns coletivos adaptam esta metodologia e a utilizam em intervenções de pequeno porte, quando aplicada numa escala de bairro ou rua, com ações integradas em diversos pontos, como é o caso da Fundación Oasis Urbano em Medellín.

O termo Placemaking¹⁶³ foi criado por Fred Kent e se popularizou a partir dos anos 1990¹⁶⁴ como uma ferramenta para reconhecer e fortalecer as potencialidades do território em colaboração com a comunidade local (FULLER e SUTTI, 2021). Segundo Melo *et al* (2024) existem diversos conceitos e definições sobre Placemaking, em diferentes lugares do mundo¹⁶⁵, mas de maneira geral todos tem um significado principal de intervenção em lugares de forma colaborativa em que a comunidade busca o seu próprio bem-estar. Traduzindo o termo de forma literal temos a expressão “fazendo lugares” e, inicialmente, ele foi pensado a partir da iniciativa cidadã de alteração no espaço. Posteriormente foi sendo agregado por associações, coletivos, movimentos sociais e organizações comunitárias.

Atualmente ele é visto como ferramenta que auxilia no planejamento, gestão e implementação de uma intervenção na cidade, liderada pela comunidade (MELO *et al*, 2024). Além disso, o Placemaking se tornou uma rede difundida em

¹⁶² Jaime Lerner é um arquiteto curitibano que foi Prefeito de Curitiba em três ocasiões: 1971 a 1974, de 1979 a 1983 e de 1989 a 1992.

¹⁶³ O “Do it your self” (DIY) e o “Do it with others” (DIWO), muito utilizado em um contexto urbano de ação compartilhada, tem muita relação com o conceito de Placemaking (Sá, 2014).

¹⁶⁴ O Project for Public Spaces organização sem fins lucrativos voltada para auxiliar as pessoas na criação e manutenção de espaços públicos, fortalecendo as comunidades, a partir de ferramentas e metodologias do Placemaking. Este projeto ajudou a propagar o termo mundialmente.

¹⁶⁵ Para saber mais ver Quadro 1 do texto “Perspectivas para placemaking no Brasil no contexto do design e da arquitetura: revisão da literatura do conceito e análise de casos de referência” de Luís Cláudio de Melo Brito Rocha, Camila Andrade dos Santos, Júlio Monteiro Teixeira e Rita Almendra.

diversas cidades do mundo¹⁶⁶ e possui uma estrutura organizativa muito parecida com uma corporação ou escritório global, com presidência, diretorias, missão, visão, serviços¹⁶⁷ e promoção de eventos. Neste ponto se distancia da iniciativa de coletivos que pretendem ter uma estrutura horizontal de trabalho, mas, ainda sim, enquanto ferramenta tática é utilizada pelos arquitetos, no sentido de ter uma possibilidade de experimentação urbana.

O conceito de Urbanismo Tático, introduzido por Mike Lyndon¹⁶⁸ em 2011, engloba práticas temporárias ou permanentes desenvolvidas por artistas, arquitetos e designers, com o objetivo de destacar demandas específicas em determinados espaços (NOGUEIRA; PORTINARI, 2017). O Urbanismo Tático prevê curto prazo e poucos recursos, que permitam pequenas experimentações no espaço, de forma a possibilitar a vivências para perceber se aquela intervenção responde às demandas dos cidadãos, ou não, sem risco de grandes projetos (MONTEIRO, 2019). Segundo Lydon e Garcia (2015) o Urbanismo Tático se difundiu por três motivos principais: a recessão de 2008, as mudanças demográficas e o surgimento da internet, esta última, permitiu que uma série de cartilhas, panfletos e guiões de “como fazer” ou “Do it your self” (DIY) pudessem ser compartilhadas por pessoas de todo o mundo (MONTEIRO, 2019).

Diferente do Placemaking, o Urbanismo Tático não é uma rede ou movimento, mas sim um conceito que é replicado a depender do contexto e demanda do local, possibilitando que as pessoas interfiram no espaço urbano sem passar pelas burocracias dos canais tradicionais, alterando, mesmo que momentaneamente, o poder do processo de urbanização (BRENNER, 2016; MONTEIRO, 2019). Nesta perspectiva, algumas prefeituras têm usado o Urbanismo Tático como estratégia de modificação e avaliação do espaço público intervencionado. Brenner (2016) ainda pontua que “o Urbanismo Tático propõe modos de intervenção imediatos, “acupunturais”, em relação a questões locais

¹⁶⁶ Existe “Placemaking Asia”, “Placemaking Europe”, “Placemaking Latino America”, e ainda a extensões nos países como Brasil, Australia, Canadá, Costa Rica, Colômbia, dentre outros. Para mais informações ver: <https://www.placemakingx.org/about>

¹⁶⁷ Para saber mais ver no site PlacemakingX em <https://www.placemakingx.org/about>

¹⁶⁸ Que tem uma instituição chamada Streets Plan Collective, “um grupo de planejamento urbano e ativismo com base na cidade de Nova York” (MONTEIRO, 2019, p.10).

vistas como extremamente urgentes por seus proponentes” (BRENNER, 2016, p. 9), remetendo ao conceito de Acupuntura Urbana.

É possível fazer uma relação entre as três formas de atuação que os coletivos de arquitetos usam como indicativo para realizar suas intervenções: todas elas preveem a participação popular com intervenções pontuais. Em alguns casos uma metodologia utiliza uma ferramenta de outra teoria para agir, ou é possível utilizar as três formas em um mesmo projeto. Como aponta Monteiro (2019, p. 12) “Os projetos de Urbanismo Tático adotam uma abordagem de base para o Placemaking, em que as ideias e a mão de obra são locais, das mesmas pessoas que beneficiam do sucesso de um projeto”. Neste sentido, é possível perceber a influência e, em alguns casos, a captura de lógicas neoliberais em determinadas atuações desses coletivos que, mesmo sem intenção, podem acabar reforçando estruturas já existentes (DAGNINO, 2004).

No próprio desenvolvimento do Placemaking, é possível perceber as sutis capturas neoliberais de uma prática colaborativa, com a hierarquização de decisões e funções, funcionando de forma corporativa. Outra questão inquietante na atuação dos coletivos de arquitetos é o fato de os processos colaborativos apresentarem desafios como dificuldades na articulação entre atores, obtenção de financiamento, imprevistos nas demandas, manutenção das intervenções e a descontinuidade de projetos, que podem levar ao enfraquecimento ou até à dissolução do coletivo. Como consequência, há uma quantidade significativa de projetos inacabados ou parcialmente realizados, o que pode gerar desmotivação tanto para os grupos quanto para os envolvidos no processo.

Outro aspecto relevante é que, na maioria dos casos, esses coletivos não possuem uma fonte de financiamento constante, sendo necessário recorrer a campanhas de financiamento coletivo¹⁶⁹, editais ou patrocínios. Essa dependência pode gerar conflitos de interesse entre moradores, coletivos, poder

¹⁶⁹ Como em plataformas como “Catarse” ou “Apoia-se”, onde as pessoas doam o dinheiro para determinados projetos, ganhando por vezes alguns brindes ou vantagens.

público e empresas apoiadoras, resultando em impactos diferentes dos inicialmente planejados e que nem sempre são perceptíveis.

Podem-se considerar dois fatores que diferenciam os coletivos de arquitetura contemporâneos e as ações coletivas de grupos do século XX, já pontuados no capítulo 2: (1) as mudanças tecnológicas e de comunicação em rede que acontecem nas cidades atualmente e; (2) o compromisso social dos coletivos contemporâneos, que buscam enxergar a realidade social e urbana dos espaços. Segundo Castells (2015)¹⁷⁰ a facilidade de comunicação desenvolvida pelas redes sociais e digitais e a habilidade de comunicação e de conexão auxiliam na difusão das propostas, ferramentas e metodologias, que são constantemente adaptadas à realidade do local, facilitando a interação entre os coletivos de diversas partes do mundo. Além disso, muita da produção de cartilhas, manuais e documentos destes coletivos fica online, sendo fonte de inspiração e divulgação. Apesar da importância digital, a ocupação do espaço público é importante para trazer a ação à realidade (CASTELLS, 2015)¹⁷¹.

Dessa forma, os coletivos de arquitetura representam uma abordagem colaborativa, participativa e interdisciplinar da prática arquitetônica, reunindo arquitetos, urbanistas, designers e outros profissionais para debater questões urbanas e desenvolver soluções inovadoras. Esses grupos frequentemente operam fora das estruturas tradicionais da profissão, adotando uma lógica mais horizontal e descentralizada, que prioriza a colaboração, a experimentação e o envolvimento da comunidade, enfrentando grandes desafios para se manterem ativos financeiramente, mas também de acordo com suas premissas éticas. São os coletivos de arquitetos que trabalham em bairros autoconstruídos e que tem estas características em comum que foram estudados no próximo capítulo. Também haverá um maior detalhamento dos dois estudos de caso, das ações, metodologias, ferramentas e impactos.

¹⁷⁰ Castells (2015) fala muito em seu livro “Redes De Indignação e Esperança: Movimentos Sociais Na Era Da Internet” dos movimentos sociais, mas as questões pontuadas no livro podem ser adaptadas a realidade dos coletivos de arquitetos, já que há algumas características em comum na utilização das redes digitais por esses atores da cidade.

¹⁷¹ Este lugar híbrido entre cibernetica e espaço real é chamado por Castells (2015) de “espaço da autonomia” (CASTELLS, 2015, p. 211).

CAPÍTULO 4 – AÇÃO, MÉTODOS, FERRAMENTAS E IMPACTOS: COLETIVO ESCALAR E FUNDACIÓN OASIS URBANO.

A partir deste entendimento e caracterização, neste capítulo iremos analisar os coletivos escolhidos: Escalar (Brasil) e Fundación Oasis Urbano (Colômbia), entendendo suas formações, organizações, desafios e ações, dando forma aos objetos. Em seguida, focaremos em duas ações de cada coletivo em um bairro da cidade, pontuando as metodologias aplicadas e ferramentas, que são complementadas a partir de informações como agentes envolvidos no processo, dimensão da ação, financiamento e resultados, a fim de avaliar os impactos causados nestes territórios.

Há, no mundo globalizado, uma rede informacional e de comunicação digital, que favorece a transmissão de conhecimentos, referências e ações, ocasionando a sensação de uma unidade estrutural de vida, cotidianidade e necessidades (CASTELLS, 2015). Apesar disso, as questões locais, continuam sendo de extrema importância para o desenvolvimento de bases e ações de transformação. Tanto o Brasil, quanto a Colômbia, demonstraram a importância da alteração e atualização da legislação como elemento que pode trazer uma nova dinâmica social, política e urbanística para as cidades.

No Brasil, a construção do Estatuto da Cidade, em 2001, e o surgimento da Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008, Lei da ATHIS, foi essencial para o fortalecimento de coletivos de arquitetos que buscavam uma atuação voltada para os territórios populares, pautando a luta pelo Direito à Cidade e à moradia a partir da política pública. No caso da Colômbia, a alteração constitucional permitiu um desenvolvimento de leis, planos, programas e projetos que podiam ser aplicados às questões urbanísticas de forma mais direta, além de permitir uma ruptura de modelos tradicionalistas de governação, possibilitando as ações de transformação das principais cidades, como foi visto no capítulo dois.

Neste sentido, há uma linha comum entre o Brasil e a Colômbia que reflete um movimento geral que aconteceu na América Latina, tanto no sentido de buscar soluções padronizadas e conectadas ao sistema mercadológico neoliberal de construção massiva de habitação, quanto em soluções distintas e que prezavam

pela participação popular no desenvolvimento das moradias e do sistema geral dos assentamentos espontâneos, buscando melhorar e promover infraestrutura necessária.

Com os desafios atuais das cidades, relacionadas a um olhar mais atento a questões ecológicas, raciais, de diversidade e gênero, por exemplo, é necessário pensar uma reformulação, dispensando a rigidez disciplinar e abrindo o campo de ação para ferramentas e métodos mais abrangentes, versáteis e flexíveis, levando a arquitetura para um saber interdisciplinar. Segundo Montaner (2017), a arquitetura e o urbanismo não se definem como disciplinas ou ciências, mas sim, como conhecimentos técnicos e saberes instrumentais em contínua mudança. O arquiteto traduz demandas funcionais, sociais, simbólicas, materiais e contextuais, a partir de ferramentas como desenhos, diagramas, planos, representações e maquetes, que permitem transformar conceitos e ideias em formas projetuais, registrando e interpretando os dados da realidade, sendo essencial compreender profundamente a realidade e o contexto em que se atua (MONTANER, 2017).

Por este ângulo, a atuação dos coletivos de arquitetos se mostra alinhada, já que presume uma adaptação das metodologias e das ferramentas de acordo com o tipo de problema que cada solicitação prevê, onde o arquiteto se articula como um dos componentes dentro de um tecido maior que unifica forças em prol de um trabalho em um território (BLAZQUEZ, 2023). A ação é uma forma ativista de pensar a arquitetura enquanto política que pressupõe a vida coletiva, já que, enquanto se intervém no espaço, contribui-se para a construção de novas relações entre as pessoas (MONTANER, 2017).

Desta forma, no desenrolar deste capítulo, é possível entender a formação dos dois coletivos escolhidos como estudo de caso, conhecendo suas origens, objetivos, formas de atuação, constituição dos integrantes e organizações internas e externas, percebendo se há uma linha comum entre os dois grupos. Além disso, foi verificado, a partir do estudo de dois projetos de cada coletivo, de que forma as metodologias e ferramentas foram aplicadas, observando também outros parâmetros de análise que podem revelar questões relativas aos impactos das ações.

4.2 – APRESENTANDO OS COLETIVOS

4.2.1 COLETIVOS EM SALVADOR - O COLETIVO ESCALAR

Em Salvador, até o desenvolvimento desta pesquisa, se destacam dois coletivos formados majoritariamente por arquitetos, que buscam uma atuação em territórios populares, a partir da participação e colaboração: O “Trama” (2020) e o “Escalar” (2019) (Figura 2). Há ainda uma série de coletivos artísticos, culturais, de reciclagem, de debates pela mobilidade e outras temáticas que também são formados por arquitetos, mas que não possuem as características específicas que compõem a pesquisa desta tese. O Escalar foi escolhido por trabalhar diretamente com a pauta da assessoria e da assistência técnica, se caracterizando como um coletivo de assessoria, enquanto o Trama, apesar de trabalhar com algumas metodologias e ferramentas similares a do Escalar e em territórios autoconstruídos, contribuindo para lutas territoriais, não se consideram um coletivo que trabalha com assessoria técnica¹⁷².



Figura 2 - Linha do tempo dos dois coletivos de arquitetura que tem em Salvador (Brasil), indicando o início dos trabalhos. Fonre: Autoria própria, 2025.

O Escalar - Coletivo de Assessoria Técnica Popular surgiu em 2019, como desdobramento de atuações no âmbito da extensão universitária, durante a Faculdade de Arquitetura, sendo, a maioria, derivada dos trabalhos realizados na época do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU) da UFBA, o Curiar¹⁷³. O Curiar, EMAU da FAUFBA, foi formado em 2011 e continua ativo até

¹⁷² Enquanto parte da construção da hipótese desta pesquisa era importante trabalhar com um coletivo no Brasil que tivesse a perspectiva de trabalho voltada para a assessoria técnica.

¹⁷³ O trabalho surgiu de meados de 2012 a 2016. O EMAU já foi explicado na nota 4.

a escrita desta tese, em 2025. Realizou intervenções artísticas, arquitetônicas e ambientais em algumas comunidades de Salvador como Gantois, Binóculo e Nordeste de Amaralina. Alguns destes projetos viraram tema de Trabalho Final de Graduação (TFG) dos participantes, e posteriormente, com a formação dos estudantes ativos e a saída do Curiar, esses espaços viraram campos de estudo ativos, principalmente por conta da relação estreitada no período do TFG.

Atualmente, o Escalar é formado por oito membros, mas em 2019, na fundação contava com doze pessoas que foram se desligando aos poucos do coletivo, principalmente por questões relacionadas a emprego, mudança de cidade e foco em outros projetos profissionais. Dos participantes do Escalar, sete são arquitetos e uma é licenciada em geografia, todos baianos, exceto um participante que nasceu em Aracajú, mas atualmente, mora em Salvador. Apesar de realizar projetos somente na capital da Bahia e Região Metropolitana, eles possuem dois integrantes que moram, atualmente, em São Paulo, o que acaba limitando a quantidade de pessoas em campo para o trabalho, ao mesmo tempo que não significa que estas pessoas não sejam ativas. Ao contrário, compensam o trabalho de campo com várias pautas e atividades que garantem a efetividade e possibilidade da atuação do grupo, como coordenação financeira, logística, contato com líderes comunitários, dentre outras atividades.

São participantes atuais: Ana Clara Araújo, Caroline Liu, Eric Estevão, Lara Espinheira, Laís Cerqueira, Luísa Gusmão, Mariana Pardo e Raísa Muniz. Por vezes, tem outras pessoas que participam pontualmente, como estagiários ou parceiros. Além disso, o Escalar possui uma série de articulações e parcerias com faculdades, como a Faculdade de Arquitetura e de Engenharia da Universidade Federal da Bahia, outros coletivos, movimentos e organizações da sociedade civil. Os principais são a Rede de Assessoria Popular do Nordeste, que realiza o Fórum de Assessoria Técnica Popular do Nordeste¹⁷⁴, evento

¹⁷⁴ Evento realizado pela Rede de Assessoria Técnica Popular do Nordeste com o intuito de levantar o debate sobre questões em comum, que incluem objetivos, atuações e composições internas, de coletivos de assessoria do Nordeste brasileiro, buscando o compartilhamento dessas experiências, assim como o fortalecimento desse campo no contexto regional, a partir do debate com lideranças comunitárias, militantes de movimentos sociais, assessores técnicos, estudantes e professores universitários, ressaltando referências, discussões, questões e abordagens nordestinas, pautando outra narrativa para o campo da assessoria técnica, com viés popular (FÓRUM POPULAR, 2025).

importante dentro do debate da assessoria e assistência técnica; a Rede Moradia e Assessoria¹⁷⁵; e Campanha e Articulação “Zeis Já”¹⁷⁶ (Figura 3).



Figura 3 - Imagem do instagram do Coletivo Escalar com informações sobre a Camapanha Zeis Já. Fonte: Instagram do Coletivo Escalar. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CTzhq0nAf51/>. Acesso em: 24 mar. 2025.

O nome Escalar vem da junção da frase “EScritório de CAmpo do LAR”, onde as letras maiúsculas formam o nome - ESCALAR. O símbolo dos três pássaros representa o Periquito Tuim, e, segundo o Instagram (2025b) do grupo, foi escolhido por ser uma ave que vive sempre em bando, serem comunicativos, sociáveis e comuns na região Nordeste do país, representando algumas características do coletivo, como prezarem pela comunicação na luta pelo Direito à Cidade e à moradia, andarem em grupo e apoiando outros grupos, associações, organizações, movimentos e ser da região Nordeste. Segundo o site do coletivo (ESCALAR, 2025), o objetivo é atuar no campo da assessoria técnica popular com movimentos sociais e organizações comunitárias, através de ações que contribuem para as lutas e reivindicações em torno da justiça

¹⁷⁵ É uma articulação em rede para pesquisa e ação sobre as condições de moradia e iniciativas de assessorias técnicas populares no Brasil, a partir da articulação política, acadêmica e profissional (REDE MORADIA, 2025).

¹⁷⁶ É uma articulação formada por militantes, professores, assessores técnicos populares, moradores, ativistas e estudantes que estão pautando as lutas pelo Direito à Cidade em Salvador, entendendo os possíveis instrumentos estratégicos na garantia à moradia e à cidade (ZEIS JÁ, 2025).

social, ambiental e racial, respeitando a história e a memória local e lutando pelo “o direito à moradia digna, à cidade e ao território, tendo em perspectiva também o direito à participação e a articulação entre diferentes sujeitos e saberes.” (ESCALAR, 2025). Desta forma, eles afirmam que não trabalham com particulares, mesmo que uma pessoa, dentro da organização comunitária, queira pagá-los para fazer uma reforma arquitetônica, por exemplo. O campo de atuação é sempre coletivo (Figura 4): “Não é que a gente não possa fazer um projeto de reforma de uma casa de uma das comunidades na qual trabalhamos, mas não é o nosso objetivo principal, porque entendemos que a assessoria é um trabalho para o coletivo.” (Entrevista 2, 2024)



Figura 4 - Logomarca do Coletivo Escalar. Fonte: Instagram do Coletivo. Disponível em: <https://www.instagram.com/coletivoescalar/>. Acesso em: 24 mar. 2025.

A organização interna do grupo é definida por três coordenações e três conselheiros. São eles a Coordenação Geral, Administrativa e Financeira; e os Conselhos Fiscais. A coordenação geral fica responsável por presidir reuniões e representar e assinar documentos do grupo perante órgãos oficiais e não-oficiais, quando necessário; a Coordenação Administrativa é atribuída a função de organizar documentação e contratos, gerindo-os de acordo com os prazos e demandas exigidas, realizar ou designar a divulgação dos trabalhos e eventos da entidade e representar qualquer outra coordenação na vacância, renúncia ou impedimento; a Coordenação Financeira é encarregada de elaborar plano orçamentário, prestação de contas e movimentação bancária da entidade, além de dirigir a tesouraria e supervisionar a contabilidade (ESCALAR, 2025).

Já o Conselho Fiscal, segundo o Estatuto (2025a), pode atuar na aprovação e opinião sobre balanços financeiros, relatórios de desempenho fiscal e contábil, deliberar e convocar reuniões sobre qualquer assunto, propor cassação de coordenação, quando comprovado indício de fraude, emitir parecer sobre a

gestão e atividades e convocar assembleia geral ou extraordinária. Cada gestão dura 2 anos e os membros vão revezando nos cargos, sendo que o Conselho Fiscal é o único que pode ser assumido por alguém de fora do coletivo, desde que seja uma indicação interna e tenha conhecimento sobre os trabalhos realizados. Apesar disso, as decisões são tomadas de forma horizontal, não havendo uma hierarquia nas escolhas e resoluções. Além disso, o grupo se divide internamente com outras demandas mais rotineiras que são relacionadas à administração, comunicação ou organização interna. No entanto, como estas atividades não são remuneradas regularmente, por conta das demandas externas relacionadas a vida privada de cada integrante, acabam ficando em segundo plano, nem sempre sendo executadas da forma devida, o que, por vezes, pode dificultar informações relacionadas ao grupo no Instagram ou *site*, que ficam desatualizadas¹⁷⁷ ou desorganização na documentação interna do grupo.

O Escalar possui um registro como Organização da Sociedade Civil (OSC), que garante um número de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Segundo a equipe, em entrevistas, isso é importante, pois permite a participação em diversos editais, incentivos ou fomentos financeiros para a realização dos projetos ou atividades do grupo. No entanto, o número fiscal leva a responsabilidades financeiras junto ao Estado, bancos e outros profissionais, como contador, o que faz com que o grupo tenha um gasto mínimo por mês que precisa ser saldado, e, por isso, uma necessidade constante de financiamento.

As principais fontes de financiamento são: editais públicos ou privados¹⁷⁸, financiamento coletivo¹⁷⁹, fomento ou incentivo via doação privada ou de particulares. Quando o grupo não consegue nenhum tipo de financiamento estes gastos mensais mínimos são divididos proporcionalmente pelos participantes do grupo, de forma pactuada: quem tem condições paga um pouco mais e quem não tem paga um pouco menos. Depois, quando o grupo se estabiliza há um

¹⁷⁷ O que, por vezes, pode ser contraditório porque se são as redes sociais quem divulga o trabalho, isso deveria ser uma prioridade.

¹⁷⁸ Como por exemplo os editais do Fundo Casa (2020, 2024), Fundo Brasil (2020, 2023, 2024), Ford Foundation (2021), CAU-BA (2021, 2022, 2023, 2024), Habitat (2023), SelaVip (2022) e CESE (2023).

¹⁷⁹ Através de plataformas como Vakinha, Catarse, Benfeitoria e Apoia.se.

retorno deste “emprestimo”. Nenhum participante do Escalar trabalha exclusivamente no coletivo, sendo a maior parte do trabalho realizado de forma voluntária. Mesmo quando há um projeto em andamento, onde há um pagamento ao profissional envolvido, não é suficiente para sustentar aquela pessoa, gerando trabalho duplo aquele profissional.¹⁸⁰ Quanto a esta falta de estabilidade financeira, os entrevistados representantes do grupo, afirmam que lutam por uma política pública que financie este tipo de trabalho, já que a lei existente poderia embasar esta política.

Geralmente, o processo de editais funciona da seguinte maneira: abrem editais de grandes empresas, instituições ou agências de fomento destinados a uma temática específica. A partir da abertura, o grupo conversa internamente para entender se é possível participar daquele edital, com aquela temática, para algum projeto já ativo no grupo, intensificando as ações ou prevendo outras. Caso não seja, o coletivo conversa com as organizações comunitárias que já trabalham ou trabalharam para ver se há alguma demanda que se encaixe naquele processo. A partir deste momento (o edital servindo previamente ou não) há uma conversa com a organização comunitária ou movimento social para decidir como este projeto irá acontecer, para finalmente, o grupo escrever o edital. Nunca aconteceu do edital ser escrito ao mesmo tempo entre o coletivo e o movimento, mas há sempre uma conversa de conciliação e decisão das atividades antes, no entanto, isto não se configura como uma regra interna do coletivo, ou seja, se houver necessidade do edital ser escrito de forma conjunta, isto não seria um problema para o grupo.

A partir daí decide-se de que maneira o recurso será aplicado. No caso da remuneração dos participantes do Escalar, há uma porcentagem de retorno ao coletivo, que fica em caixa para momentos financeiros mais críticos. Além disso, sempre que o edital permite o pagamento de profissionais, uma parte vai para o líder comunitário, entendendo o trabalho dele como articulador dos processos e essencial no decorrer da atividade. Fora isso, os gastos são destinados a

¹⁸⁰ Ainda assim, o grupo relatou que existem diversos tipos de editais no mercado e que nem sempre o edital permite pagar ao profissional, somente materiais ou custos básicos. Outras vezes os editais não são para materiais, somente para profissionais, e assim, os projetos e as pessoas vão se adaptando ao que se tem de possibilidade.

transporte, alimentação, material de papelaria, impressões, taxas de banco, taxas fixas do coletivo, pagamento de profissionais e articuladores. São raros os editais¹⁸¹ que permitem que haja financiamento para a construção de um projeto, remetendo a gastos como material de obra, madeira, tinta ou similares (ESCALAR, 2025). Por isso, há uma grande variedade nos formatos dos projetos desenvolvidos pelo grupo, vendo a arquitetura e o papel da assessoria além do projeto convencional e mercadológico de arquitetura e urbanismo.

Neste sentido, as ações abrangem: desenvolvimento de projetos, planos e programas técnico-comunitários; participação e contribuição em pesquisas, redes parceiras e espaços políticos de participação; mediação institucional; realização de oficinas, cursos e debates sobre temas análogos aos objetivos do grupo; documentação e registro dos processos; e mobilização e articulação de atores e demandas (ESCALAR, 2025). Sobre isso, eles complementam:

A atuação do Escalar tem como perspectiva a viabilização de apoio técnico às demandas das comunidades e dos grupos parceiros, reforçando a multidisciplinaridade através da interlocução com outros coletivos e entidades, além de buscar aplicar saberes populares e acadêmicos em suas ações, formações e reflexões (ESCALAR, 2025, p. 5).

Segundo a entrevista (2024), não existe uma única metodologia pensada pelo grupo que seja utilizada em todos os projetos: “Não temos um padrão de metodologia pronto. Ela vai se adaptar ao projeto que será realizado. O importante é que a participação da comunidade aconteça.” (Entrevista 2, 2024). No entanto, existem algumas premissas que são respeitadas no desenvolvimento de qualquer ação: leitura e aproximação do território e da demanda, criando níveis de proximidade e confiança suficientes para desenvolver uma participação efetiva nas atividades. Ou seja, a participação é uma premissa para a definição das ações, não existindo a possibilidade do Escalar escolher a própria atividade que irá desenvolver, sem a aprovação ou conversa prévia com os líderes comunitários ou grupo envolvido (ESCALAR,

¹⁸¹ Somente uma vez o grupo conseguiu um fomento doado por uma instituição OAK Foundation que era exclusivamente destinado aos gastos fixos do coletivo, mantendo-o por um ano.

2025). Portanto, podemos apontar que a metodologia é sempre construída de forma participativa.

Assim como a metodologia, as ferramentas de ação também são escolhidas de acordo com as características do projeto: tipo de solicitação, tipo de projeto ou atividade que será desenvolvida no território (como por exemplo, educacional, mediação, relatório, documentação e registro), faixa etária e quantidade de pessoas a serem impactadas¹⁸². No entanto, há algumas ferramentas que já são comumente usadas pelo grupo como: cartografias, leituras coletivas do território, mediação, estratégias de comunicação comunitária, ação tática, oficinas e desenvolvimento de cartilhas.

O Coletivo Escalar já realizou mais de sete ações em cinco comunidades de Salvador. A mais significativa¹⁸³ e a que durou mais tempo foi com a comunidade da Nova República, que iremos analisar a seguir, envolvendo duas questões-chave dentro da comunidade: a encosta e o trabalho dos agentes de reciclagem. Ver tabela de projetos (Tabela 3, capítulo 4, p. 148) e Ficha do Coletivo (Apêndice 2). Estes dois projetos foram escolhidos também porque tem características que se assemelham com os projetos realizados pela Fundación Oasis Urbano, que veremos mais adiante.

4.2.2 COLETIVOS EM MEDELLÍN - FUNDACIÓN OASIS URBANO

Os coletivos de Medellín identificados entre 2010 e 2023 incluem: Proyecto NN, Fundación Oasis Urbano, Coonvite, Ciudad Creativa e Más Urbano (Figura 5). No entanto, atualmente somente os três primeiros estão ativos, sendo o mais antigo o Proyecto NN, surgido em 2011. Na Colômbia, há ainda outros coletivos compostos por artistas, produtores e gestores culturais, inclusive em Medellín, que não foram o foco desta pesquisa, mas que evidenciam a diversidade e o desejo da população em se envolver ativamente na construção da cidade (Figura 5).

¹⁸² A quantidade de possibilidades de um projeto é infinita, tornando também infinita as características a serem avaliadas.

¹⁸³ A escolha da mais significativa tem a ver com as ações que demoraram mais tempo e que tiveram mais projetos envolvidos.

O Proyecto NN foi criado em 2011 com a proposta de funcionar como uma plataforma dedicada à investigação de diferentes campos da arquitetura, do desenho e da gestão cultural, promovendo ações críticas voltadas para questões do espaço e da cidade. Conforme descrito em seu site, sua missão é desenvolver “espacios, mobiliario y experiencias mediante metodologías de creación colaborativa, para promover la participación y toma de decisiones de las personas sobre su entorno” (PROYECTO NN, 2023). O grupo é formado por arquitetos e urbanistas de Medellín, que em alguns casos também são docentes universitários, e atua em distintos pontos da cidade em cooperação com instituições e organizações públicas e privadas. No entanto, a atuação do Proyecto NN não é exclusivamente voltada para bairros autoconstruídos, apesar de já terem realizado ações em alguns deles, não sendo maioria dos projetos executados.

O Coonvite se apresenta como uma “Cooperativa de Arquitetura”, criada com o propósito de tornar o serviço de arquitetura acessível a diferentes territórios e ao setor solidário, incentivando o bem viver na Colômbia (COONVITE, 2023). Fundado em 2018, o coletivo reúne arquitetos e urbanistas colombianos e organiza sua atuação em três frentes principais: habitação, arquitetura comercial e corporativa, e consultorias espaciais voltadas ao desenvolvimento territorial. Suas ações são desenvolvidas em colaboração com universidades, institutos, além de entidades públicas e privadas, atuando também como escritório de arquitetura na elaboração de projetos individuais. Neste sentido, o Coonvite não foi escolhido como coletivo a ser estudado por não apresentar uma prática exclusiva em territórios autoconstruídos e porque em muito momentos funciona como um escritório mais tradicional de arquitetura, fugindo da temática a ser debatida nesta tese.

A Fundación Oasis Urbano se destaca entre os coletivos selecionados por apresentar características diferenciadas em relação à sua formação, composição e área de atuação. Seu trabalho é voltado exclusivamente para o bairro autoconstruído de Moravia, na Comuna 4 de Medellín, o que se reflete em suas ações, atividades, dinâmicas e no impacto gerado nos espaços públicos e privados. Além disso, a presença de arquitetos alemães entre seus integrantes

amplia as possibilidades de financiamento, por conta dos editais de financiamento europeu, e colaboração com outros coletivos.



Figura 5 - Tempo de atuação de cada um dos coletivos de arquitetura de Medellín (Colômbia) em uma linha do tempo. Fonte: Autoria própria, 2023.

Foi criado em 2013, inicialmente com o nome Urban Lab Medellín¹⁸⁴, e surgiu a partir da amizade entre seus membros. Depois de uma viagem de dois alemães estudantes de arquitetura a Medellín, especificamente na *comuna* de Moravia, estabeleceu-se um afeto com alguns moradores, onde depois de cinco meses de convivência na comunidade, resolveram realizar atividades no bairro. Durante os primeiros anos, de 2013 a 2020, eles eram um coletivo informal, que não tinha verbas para realização de projetos ou atividades e não era regularizado juridicamente, se associando a outras instituições como a Universidad Técnica de Berlín para realização dos trabalhos. Somente em 2021 se regularizaram como Fundación Oasis Urbano.

O nome do grupo, vem da junção de uma série de características do grupo. A primeira palavra, Fundación, é fruto da condição jurídica do grupo, sendo uma entidade sem fins lucrativos. A segunda, Oasis, é uma homenagem a um dos setores do bairro de Moravia¹⁸⁵ que foi o primeiro local de intervenção do grupo, as Escaleras Oasis Tropical, mas também por remeter a um lugar de esperança,

¹⁸⁴ Interessante perceber que a relação entre Alemanha e Colômbia vem desde a década de 1980, como pudemos verificar no capítulo anterior.

¹⁸⁵ Moravia é dividida internamente em 4 setores: Moravia, El Oasis, El Bosque e El Morro.

de vida; e a terceira palavra, Urbano, tem a ver com o fato deles trabalharem no contexto da cidade (Figura 6).



Figura 6 - Logomarca da Fundación Oasis Urbano. Fonte: Retirado do site da Fundación:
Disponível em: <https://www.oasisurbano.org/> Acesso em: 13 mar. 2025.

Atualmente, a gestão do coletivo conta com a participação permanente de três pessoas: Cielo María Holguín Ramírez, colombiana, cofundadora e uma das líderes comunitárias do bairro, e atual diretora da Fundação; além de Maximilian Becker e Albert Kreisel, cofundadores, diretores e arquitetos alemães. O papel de diretoria é associado à organização interna das atividades e dos programas de bolsa que são desenvolvidos junto às universidades alemães, além da questão financeira. No entanto, eles fazem questão de frisar que o grupo vai além dessa gestão, tendo outras pessoas, especialmente de Moravia, que trabalham com eles nas atividades¹⁸⁶ e que possuem diversas atuações profissionais como Nina Pawlicki, Tobias Schrammek, Dubian Monsalve, Ely Torreglosa, Cleyda Murillo, Arbey Gomez, Juan Aristizabal, Ana Betancur, Alejandro Arteaga, Karl Becker, Juliana Gutiérrez, Moritz Ahlert, Roberto Rodelo, Julián González, Diego Ortíz, Lina Tobón, Juan Pablo Cadavid e Angela Holguín¹⁸⁷, além dos voluntários, colaboradores e estudantes que contribuem nos projetos e iniciativas.

Mantém parcerias frequentes com outros coletivos artísticos, culturais e profissionais¹⁸⁸, tanto do bairro quanto de outras regiões da cidade, como a

¹⁸⁶ Às vezes de forma pontual, dependendo de cada tipo de projeto.

¹⁸⁷ Artistas, pedreiros, cozinheiras, arquitetas, professoras, dentre outras profissões.

¹⁸⁸ Às vezes de forma pontual, dependendo de cada tipo de projeto.

Fundación Carbon City, Corporación Mangle e Tricilab, bem como com universidades e faculdades públicas e privadas de Medellín¹⁸⁹ e instituições de ensino na Europa¹⁹⁰. Além disso, fazem articulações com setores e instituições públicas e privada, especialmente com o Centro Cultural de Moravia¹⁹¹, se destacando como um parceiro institucional fundamental, oferecendo suporte contínuo às ações desenvolvidas, todas elas estruturadas com base na participação ativa da comunidade. No total são cerca de treze pessoas, entre professores das universidades e arquitetos alemães e colombianos que contribuem com as atividades do coletivo.

A Fundación Oasis Urbano tem como propósito desenvolver estratégias inclusivas para melhoria e transformação dos espaços públicos através de ações coletivas e participativas, em laboratórios multidisciplinares, englobando diversos atores da cidade e promovendo a conexão entre comunidades locais, academia, organizações civis e culturais, além dos setores público e privado, com foco na troca de experiências e conhecimentos (FUNDACIÓN OASIS URBANO, 2024). Para o coletivo, segundo informações do site do grupo (2024), os assentamentos informais não são vistos como um obstáculo, mas como um componente essencial na busca por soluções para os desafios urbanos mais urgentes do presente e do futuro. Segundo entrevistas este movimento de encontrar soluções vem atrelado às propostas desenvolvidas por eles e não através de protestos: “Entonces la fundación tiene ese alma también activista, pero tratamos de hacerlo a través de la propuesta y no tanto a través de la protesta.” (Entrevista 1, 2023)

As ações coletivas fortalecem a confiança e evidenciam o potencial da coprodução em processos de design participativos, resultando em impactos significativos. Ao estabelecer linguagens comuns, criam-se conexões entre iniciativas comunitárias e abordagens institucionais, promovendo a cocriação de

¹⁸⁹ Ou outros locais do mundo, como já fizeram trabalhos em Quito, Equador e em Berlim, Alemanha. Em Medellín já fizeram parceria com as seguintes faculdades e universidade: EAFIT (especificamente com a Urbam EAFTI), Pontificia Bolivariana, Universida de Antioquia, Universidad Santo Tomas e Universidad Nacional da Colombia - sede Medellín.

¹⁹⁰ UCL - The Bartlett School of Architecture, na Inglaterra e Technische Universität Berlin e Studienstiftung des deutschen Volkes, na Alemanha.

¹⁹¹ O Centro de Desarrollo Cultural Moravia é um espaço cultural, educacional e artístico, construído pela Prefeitura de Medellín, em 2008, com enfoque comunitário e gerido pelos moradores de Moravia.

uma cidade mais inclusiva e digna para todos os seus habitantes (FUNDACIÓN OASIS URBANO, 2024). A Fundação define seus projetos como "intervenciones urbanas en el espacio público, co-producidas por comunidades locales, arquitectos, estudiantes, artistas y otros actores de la ciudad" (FUNDACIÓN OASIS URBANO, 2024).

Em 2019, elaboraram um livro chamado "Moravia Manifesto" (Figura 7) onde apresentam métodos alternativos de planejamento proposto por Think & Do Tank¹⁹² internacional e o Urban Lab Medellín Berlin (atual Fundación Oasis Urbano) com o desenvolvimento de um método alternativo de planejamento chamado de Codificación Urbana¹⁹³. No entanto, na entrevista realizada e no acompanhamento dos trabalhos, não se fala diretamente desta proposta, deixando claro que, não há um processo metodológico pronto para todas as ações, mas o que há de comum em todas elas, é a participação da comunidade, cocriação nas atividades e o envolvimento de distintos atores urbanos. Há também uma busca por ferramentas e metodologias de educação popular ou alternativas com temas relacionados à sustentabilidade, participação comunitária, construção e ecologia. Outra ferramenta utilizada é a intervenção em si, como uma ação tática, que faz parte do processo de cocriação.

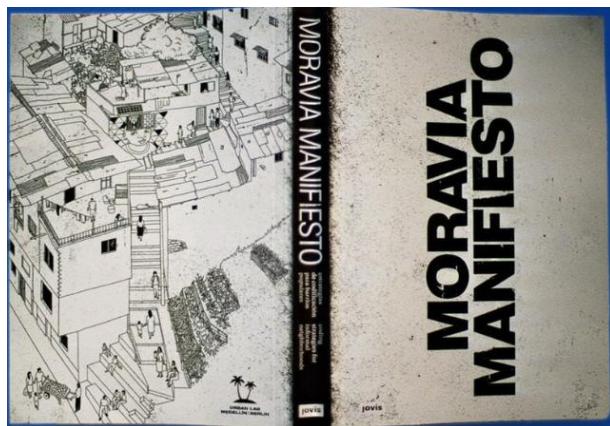


Figura 7 - Capa do livro "Moravia Manifesto" publicado em 2019. Fonte: Site do grupo. Disponível em: <https://www.oasisurbano.org/es#manifesto> Acesso em: 25 mar. 2025.

¹⁹² É uma fundação que faz parceria com grupos e comunidades para criar e oferecer programas artísticos que tenham impacto social.

¹⁹³ Apesar desta metodologia estar escrita no site do grupo e na abordagem do livro, não há detalhamento desta informação e também não foi possível ter acesso ao livro.

A regularização do coletivo enquanto Fundación levou à necessidade de constantes fontes de financiamento para pagamento de contas regulares, como contador e contas da sede¹⁹⁴. Segundo entrevista (2023), todos os gestores¹⁹⁵ diretos da Fundación recebem um salário para realizar as funções de organização de atividades, finanças e administração da sede e das atividades contínuas desenvolvidas pela Fundación: “La directora, los directores ganamos dinero para vivir de esto.” (Entrevista 1, 2023). O principal financiamento vem da organização de intercâmbios para estudantes de universidades alemãs que querem fazer um serviço acadêmico no exterior¹⁹⁶, doações de empresas privadas e editais que eles participam. Por isso, há organização duas vezes ao ano de Escuelas de Verano ou Primavera com atividades específicas para serem realizadas em Moravia.

Os projetos desenvolvidos abrangem uma ampla gama de iniciativas, desde intervenções em espaços públicos até oficinas, produção de livros, laboratórios de experimentação, debates, seminários, ações voltadas para ecologia e jardinagem, além de produções artísticas e as chamadas Escuelas de Verano, por exemplo. Dentre essas iniciativas, vale destacar esta última, por ser uma atividade que ocorre regularmente no território, aproximadamente duas vezes por ano, funcionando como laboratórios experimentais, com enfoques acadêmicos ou comunitários. Esse projeto envolve conferências, construções coletivas e produções artísticas, possibilitando o intercâmbio de estudantes estrangeiros e viabilizando o financiamento das atividades por meio da colaboração entre atores locais, nacionais e internacionais. Além disso, a iniciativa conta com a participação de estudantes e professores especializados em diferentes áreas, coletivos urbanos, empresas privadas, moradores engajados e o apoio institucional do governo local, que cede o Centro de Desarrollo Cultural de Moravia como espaço central para as atividades comunitárias.

¹⁹⁴ Eles adquiriram uma casa na comunidade que se tornou sede da Fundación, mas não somente. Eles afirmam que é um espaço onde outros coletivos ou associações parceiras podem utilizar para fazer encontros, reuniões, atividades, programas educativos e culturais ou ensaios.

¹⁹⁵ Os três diretores: Cielo María Holguín Ramírez, Maximilian Becker e Albert Kreisel.

¹⁹⁶ Um tipo de Programa de pós-graduação ou bolsa para estudantes.

A Fundación Oasis Urbano nutre uma rede de relações e parcerias com outros coletivos da cidade, especialmente com os grupos do bairro de Moravia, voltados para arte, audiovisual, música e cultura¹⁹⁷. Já foram desenvolvidos projetos em conjunto como “Voces de los territorios” em 2023 e 2024, e este ano (2025) desenvolveram o Festival Internacional de Cine Comunitario del Barrio Moravia (FICCMORAVIA) (Figura 8). Além disso, já fizeram parcerias com outros coletivos de arquitetos na cidade¹⁹⁸ desde a criação de mobiliário até a produção de cartilhas e a construção de espaços de convivência e integração. No entanto, apesar das diversas parcerias já firmadas, segundo entrevistas, não há uma rede formalizada em que os coletivos possam discutir suas problemáticas e projetos, a fim de ter troca de experiências e parcerias contínuas.



Figura 8 - Imagem do Instagram da Fundación Oasis Urbano que mostra a divulgação do Festival Internacional de Cine Comunitário (FICCMoravia) em 2025. Fonte: Instagram do grupo. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DBmzAUUsvtZ/>. Acesso em: 25 mar. 2025.

Apesar de se formarem, enquanto coletivo, em 2013, somente em 2017 realizaram a primeira atividade, que foram as Escaleras Oasis Tropical¹⁹⁹. Deste momento até os dias atuais (2025), a Fundación nunca mais parou de desenvolver atividades e projetos na comunidade, que vão desde propostas educativas e artísticas, até arquitetônicos ou que envolvem contextos de luta urbana. No total, já realizaram mais de seis intervenções físicas e mais de dez projetos culturais e/ou pedagógicos. Entre os projetos realizados, destacam-se,

¹⁹⁷ Como o Tricilab e Mangle, já citados anteriormente.

¹⁹⁸ Proyecto NN e Coonvite.

¹⁹⁹ Que foi realizada dentro da Escuela de Primavera do ano.

além das Escaleras já citadas, o “Mapa de Moravia” e a reforma de um espaço público conhecido como “Parquecito”.

O caso da Fundación Oasis Urbano evidencia a relevância de uma abordagem profundamente enraizada no território, sustentada pela presença contínua de lideranças comunitárias e organizações de base. Esses atores possuem um conhecimento aprofundado sobre as dinâmicas locais, as relações sociais, os desafios e o potencial cotidiano do espaço. No entanto, a principal forma de financiamento do grupo pode acabar limitando suas ações, pois dependem da incorporação dos estudantes alemães nas atividades. Isto fragiliza, pois, caso não tenha muita aderência dos estudantes europeus, o recurso fica menor e os processos podem ser desmembrados e ficarem sem sentido para quem está participando, de fora do coletivo, como por exemplo, os moradores.

Isto aconteceu no caso da Escuela de Verano do início de 2023, onde as atividades eram voltadas para o entendimento da madeira como material com grande potencial para construção e ampliação da sede atual, virando uma escola popular. Para isso, estiveram envolvidos estudantes da Universidad Nacional da Colombia – Medellín e alemães intercambistas, alguns participantes temporários da Fundação, como o pedreiro Roberto, além do Coletivo “Entre Nos Atelier” da Costa Rica, que foi convidado para contar a experiência com o desenvolvimento de edifícios em madeira. Ou seja, de fato, a população se envolveu muito pouco nesta dinâmica, até porque era um projeto mais interno do grupo.

4.2.3 – APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS: UM OLHAR SOBRE OS DOIS COLETIVOS

Os dois coletivos de arquitetos analisados, além de possuírem as características que foram premissas para esta pesquisa²⁰⁰, apresentam outros aspectos similares: (1) possuem integrantes que não moram na cidade onde as atividades acontecem; (2) dispõem de uma identificação fiscal ou jurídica, que permite a participação em editais e financiamentos públicos e privados; (3) já fizeram parceria com outros coletivos de arquitetos para ações em determinados locais; (4) trabalham de forma horizontal tanto na organização interna, quanto nas

²⁰⁰ Apresentado no capítulo 1.

ações; (5) procuram formas alternativas de aplicar a arquitetura e urbanismo nas atuações como maneira de resolver as problemáticas específicas dos territórios populares; (6) utilizam de metodologias participativas e colaborativas, apesar de não haver um modelo fixo; e (7) buscam um compromisso político e social.

Como diferenças temos: (1) a quantidade de integrantes e a organização das atividades internas do coletivo; (2) a maneira como se deu a formação dos grupos, com o primeiro, estruturado a partir do pensamento de uma atuação no campo da assessoria técnica popular com movimentos sociais e organizações comunitárias, através de ações que contribuem para as lutas e reivindicações em torno da justiça social, ambiental e racial, respeitando a história e a memória local, com uma legislação de base; enquanto o segundo, foi criado a partir de uma vontade de dar suporte e apoio a um território onde vínculos afetivos que foram estabelecidos em um momento de lazer e aprendizado; (3) os nomes escolhidos, que refletem a origem dos grupos, sendo o primeiro, com o nome mais genérico, Coletivo Escalar, que pode estar vinculado a qualquer localidade, refletindo a ação do grupo, voltado para toda a cidade; enquanto o segundo, Fundación Oasis Urbano, que tem uma relação direta com o bairro no qual atua, fazendo referência a elementos culturais da história do lugar; (4) a interferência pedagógica e universitária na decisão de construção do coletivo, onde, no caso do Escalar, houve uma interferência direta das proposições da extensão universitária dos integrantes e na proposição de abertura do coletivo, enquanto no segundo caso, da Fundación Oasis Urbano, as dinâmicas universitárias da Alemanha e da Colômbia não tiveram uma influência direta na decisão; e (5) a questão financeira, já que na Fundación Oasis Urbano há um recurso destinado ao pagamento do trabalho dos coordenadores, enquanto no Escalar, esse pagamento só acontece quando um membro está inserido em um projeto, além disso, para o grupo brasileiro, as possibilidades ficam dependentes de editais de financiamento públicos ou privados, enquanto o grupo da Colômbia, consegue recursos, também, a partir de iniciativas de intercâmbio de europeus para a América Latina. Essa questão financeira se reverbera também no nível de intervenção que o coletivo brasileiro consegue desenvolver nos territórios, impactando nos resultados.

Destas diferenças, a que tem maior relação com as particularidades históricas dos países é a questão da Assessoria e Assistência Técnica (Lei nº 11.888/2008) do Brasil, que é uma condição que interfere diretamente na formação de novos coletivos de arquitetos, que também buscam, baseados nesta lei, uma alternativa profissional. Apesar da modificação da legislação colombiana, em 1991, ter proporcionado o desenvolvimento de programas, planos e projetos urbanos, que mobilizou e proporcionou uma transformação urbana e social na cidade, não se percebe uma relação direta destas legislações no estímulo à criação de coletivos de arquitetos.

A partir da análise das caracterizações que cada autor faz dos coletivos de arquitetos (Tabela 1, capítulo 2) e recuperando os debates realizados no capítulo três, percebe-se que é possível mesclar características semelhantes reconhecidas por cada autor para chegar em uma tabela única (Tabela 2). Para isso, qualificam-se as características em: (1) “Interno”, como as informações que dizem respeito à formação do grupo e organização dos trabalhos internamente; (2) “Interno/Externo” com critérios que estão entre decisões e conformações de dentro e fora do grupo; e (3) “Externo”, que representa como o grupo atua para fora da sua própria organização, com as comunidades, formatos e escolhas de ação. Nesta tabela, foi possível perceber também, quais características foram identificadas em cada um dos coletivos de arquitetos estudados: Coletivo Escalar e Fundación Oasis Urbano, trazendo um parâmetro de análise que esta graduado em “Sim”, quando há uma identificação total do coletivo com a característica apontada; “Parcial”, quando aquela característica é verificada parcialmente no grupo; e “Não”, quando não há qualificação do coletivo em relação àquela característica.

Analisando cada um dos parâmetros graduados na tabela (“Sim”, “Parcial” e “Não”) fez-se uma avaliação a partir de cada coletivo de arquitetura, esclarecendo as escolhas de parâmetros selecionadas. Para o Coletivo Escalar, foi possível identificar onze características em que há uma identificação total, seis parciais e duas rejeições. As duas últimas são relacionadas a não possuírem uma organização interna de trabalho definida e ao fato de serem nômades. Segundo entrevistas (2024), e verificando o Estatuto Social do coletivo, há uma

organização interna bem definida, com cargos de coordenação que tem a função de administrar quesitos internos, incluindo questões burocráticas de bancos e cartórios e a organização financeira. Além disso, não há uma saída e entrada constante de integrantes, mantendo uma unidade capaz de responder as demandas solicitadas. Quando os membros se desligam do grupo, por algum motivo específico, ele não volta quando quiser, já que tem processos que precisam ser cumpridos. Também não são nômades, já que os integrantes não trocam de coletivo com constância. Segundo entrevistas (2024), pode acontecer de um integrante fazer parte de dois coletivos, mas isto não isenta a responsabilidade de cumprir as demandas dos dois locais.

RELAÇÃO ENTRE CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS DOS AUTORES E OS DOIS COLETIVOS ESTUDADOS				
Nº	TIPO DE CARACTERÍSTICA	CARACTERÍSTICA	ESCALAR	FUNDACIÓN OASIS URBANO
1	Interna	Não possui organização de trabalho definido	NÃO	NÃO
2	Interna	Nômades	NÃO	NÃO
3	Interna	Transnacionais	SIM	SIM
4	Interna	Multidisciplinares e interdisciplinar	SIM	SIM
5	Interna	Digitais com comunicação em rede	PARCIAL	PARCIAL
6	Interna	Os vínculos afetivos e interesses comuns são importantes	SIM	SIM
7	Interna / externo	Autonomia na escolha dos trabalhos	PARCIAL	PARCIAL
8	Interna	Participam de redes e parcerias de ação	SIM	SIM
9	Interna	Jovens arquitetos	PARCIAL	PARCIAL
11	Interna	Rejeitam o autor individual, compartilhando a autoria	SIM	SIM
10	Externa	Imediatistas, querendo ver o resultado final pronto logo	PARCIAL	SIM
12	Externa	Compromisso social, com posicionamento crítico e luta por direitos básicos	SIM	SIM
14	Externa	Atuam a partir de uma estratégia alternativa de inserção no mercado profissional	SIM	NÃO
15	Externa	Reinventam a prática arquitetônica a partir da sua expansão e flexibilidade, questionando o modo tradicional	PARCIAL	SIM
16	Externa	Participação, planejamento e gestão participativa e colaborativa	SIM	SIM
17	Externa	Atuam a partir do experimental	PARCIAL	SIM
18	Externa	O processo é mais importante que o resultado	PARCIAL	PARCIAL
19	Externa	Metem a "mão na massa", a partir de tecnologias de baixo impacto ambiental e aproveitamento dos recursos, atuando no campo da preexistência	PARCIAL	SIM
20	Externa	Trabalham fora da arquitetura de mercado	SIM	SIM
21	Externa	Combinam saberes populares e técnicas tradicionais com conhecimentos acadêmicos	SIM	SIM
22	Externa	Subverter o modelo neoliberal	PARCIAL	PARCIAL
23	Externa	Ferramentas e métodos constantemente revisados	SIM	SIM
24	Externa	Ações efêmeras	PARCIAL	PARCIAL
LEGENDA		SIM	PARCIAL	NÃO

Tabela 2 - Resumo da tabela de caracterização dos coletivos de arquitetos desenvolvida com os autores e a identificação dos coletivos estudados. Fonte: Autoria própria, 2025.

Os parâmetros em que ocorreu a denominação “Parcial”, reafirma a constante renovação e adaptação da atuação deste coletivo às demandas externas, principalmente, onde a realidade política e social, corrobora para a necessidade de flexibilização do processo. Os parâmetros 10 (Imediatistas, querendo ver o resultado pronto logo), 15 (Reinventam a prática arquitetônica a partir da sua expansão e flexibilidade, questionando o modo tradicional), 17 (Atuam a partir do experimental), 18 (O processo é mais importante que o resultado final), 19 (Metem a "mão na massa", a partir de tecnologias de baixo impacto ambiental e

aproveitamento dos recursos, atuando no campo da preexistência) e 24 (Ações efêmeras) foram classificados como parcial, pois vão ser aplicados a depender do tipo de trabalho e demanda que precisa ser elaborada, ou seja está associada diretamente à metodologia e ferramentas que serão aplicadas.

Já tiveram, exemplos de projetos em que o resultado será muito importante (18), pois garantirá direito a uma série de pessoas; que os modelos tradicionais de desenvolvimento da arquitetura (15) precisarão ser aplicados no trabalho, já que, por vezes, precisam responder a demandas burocráticas específicas em órgãos oficiais; que precisarão ficar muitos anos na comunidade para ver um resultado efetivo (10); ou que precisam atuar em um formato mais técnico, pouco experimental, efêmero, contratando profissionais especializados para a realização da atividade (17, 19, 24).

No parâmetro 5 (Digitais com comunicação em rede) a parcialidade é aplicada, no sentido de que, há uma comunicação e atividade em rede, principalmente com outros parceiros, mas o foco do trabalho não está em uma atividade digital²⁰¹, necessitando de uma presença constante no território, e de conversas e ações presenciais, no dia a dia, para uma maior efetividade e eficácia da ação. No 7 (Autonomia na escolha dos trabalhos) uma parcialidade existe, já que, por um lado há uma definição de quais projetos irão escolher executar, independente de exigências de órgãos públicos ou privados, ou seja, não há uma contratação prévia que pressupõe uma atividade a ser executada de uma maneira específica²⁰². No entanto, se a comunidade, movimento social ou associação parceira solicitar um projeto que esteja na capacidade de competência do grupo, ou que, no meio do processo precise mudar alguma dinâmica específica o grupo acaba acatando e realizando a mudança ou solicitação pedida.

No caso do Escalar, o parâmetro 9 é acatado parcialmente, pois o grupo foi formado de forma mista, com pessoas que ainda estavam finalizando os estudos universitários e pessoas que já tinham mais de 5 anos de formadas, e atualmente o grupo se mantém com pessoas da formação inicial, com apenas um membro

²⁰¹ Inclusive, por vezes, as redes sociais e o site ficam desatualizados.

²⁰² Isto pode acontecer nos editais, mas como é o próprio coletivo que escrever o edital, a autonomia continua existindo.

novo que também tem mais de 2 anos de formado, mantendo a construção mista inicialmente, não podendo afirmar que são constituídos por jovens arquitetos. Por último, no parâmetro 22 (Subverter o modelo neoliberal), a parcialidade é relativa a esta questão de não ser diretamente uma premissa na formação ou atuação do grupo, mas que, querendo ou não, a escolha por trabalhar com movimentos sociais, associações e organizações comunitárias leva à atuação destes grupos a uma forma de subverter o modelo vigente, que exclui essas pessoas a direitos.

Para a Fundación Oasis Urbano, foram catorze identificações totais com as características selecionadas, seis, para compatibilidades parciais e três rejeições. As duas primeiras negações, pontos 1 (Não possui organização de trabalho definido) e 2 (Nômades), também são justificados pelos mesmos motivos do Escalar: existe uma organização interna de coordenação e apesar de terem muita gente envolvida nas atividades, a maioria são voluntários ou parceiros permanentes das atividades, não se configurando como integrantes fixo; e os membros não ficam migrando de um coletivo para outro, apesar de haver bastante parceria entre os grupos do bairro e frequentemente as atividades serem desenvolvidas com conjunto. A terceira negação tem a ver com o item 14 (Atuam a partir de uma estratégia alternativa de inserção no mercado profissional), já que a premissa de atuação do grupo não é fazer trabalhos para toda a cidade, e sim, especificamente, para o bairro de Moravia, tendo uma estratégia mais voltada para melhorar as condições sociais, urbanas e arquitetônicas do bairro²⁰³, que para uma atuação profissional na cidade.

Os parâmetros 5 (Digitais com comunicação em rede), 7 (Autonomia na escolha dos trabalhos), 9 (Jovens arquitetos), 18 (O processo é mais importante que o resultado), 22 (Subverter o modelo neoliberal) e 24 (Ações efêmeras) foram consideradas características que se aplicam parcialmente a formação ou atuação da Fundación Oasis Urbano. O primeiro, 5, se aproxima da justificativa do Escalar, pois, apesar de terem membros que estão em outros países, e essa articulação digital ser importante, inclusive com parceiros locais e de outros

²⁰³ Inclusive com a criação e construção de uma escola com cursos e oficinas profissionalizantes e culturais para o bairro. Segundo entrevistas, este é o próximo sonho e projeto que o grupo gostaria de executar.

lugares da América Latina²⁰⁴, o trabalho é muito local, construído na cotidianidade do bairro, na atividade física e presencial, principalmente com a integrante Cielo Holgín, que é, além de coordenadora do coletivo, líder comunitária de um setor do bairro.

O item 7, está vinculado a necessidade de resposta da comunidade às demandas que o coletivo propõe, não podendo ter uma autonomia total do que será desenvolvido. O item 9 justifica a parcialidade, pelo grupo ter sido formado por jovens arquitetos, mas, atualmente, depois de doze anos, isto não se aplica mais. Nos parâmetros 18 e 24, a parcialidade está aplicada ao fato de que o projeto, tipo de intervenção ou atividade que será desenvolvida é quem vai afirmar a importância maior do processo em relação ao resultado ou a necessidade de aplicação de ações efêmeras. Por último, o item 22, que se justifica pelo mesmo motivo do Escalar: apesar de não ser uma premissa do grupo, este ponto acaba sendo aplicado, já que o trabalho é realizado em um bairro autoconstruído.

As informações explicitadas na tabela demonstram que ainda há bastante similaridade nas características apontadas pelos autores na formação e atuação dos coletivos, visto que a maioria das respostas foram “Sim”. No entanto, em relação aos pontos negativos é perceptível que há uma formatação de coletivo de arquitetura que se configura diferente do indicado, mantendo uma estruturação interna organizada com funções administrativas, burocráticas e financeiras que precisam ser atendidas e com integrantes fixos para realização dos trabalhos. Os parâmetros que indicam uma parcialidade da caracterização, aparecem mais no tipo de classificação “externo”, remetendo aos trabalhos e ações destes coletivos, mais que à conformação e formação interna, sendo ainda mais destacado no Coletivo Escalar. Estes pontos advertem para a singularidade que há em cada projeto, ação ou atividade executada por estes coletivos, remetendo à importância que a leitura do território tem na escolha de cada metodologia ou ferramenta a ser utilizada.

²⁰⁴ Assim como no Escalar, o site da Fundación está desatualizado.

4.3 – APRESENTANDO AS AÇÕES

4.3.1 – AÇÕES NA NOVA REPÚBLICA

O projeto da Encosta da Nova República começa ainda antes da articulação do Coletivo Escalar, enquanto entidade privada sem fins lucrativos, com a organização da própria comunidade através de sua Associação, na tentativa de elaborar estratégias para amenizar a situação atual da contenção existente na comunidade há 20 anos (construída pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER). Com o primeiro passo dado (protocolo realizado frente à Defesa Civil do Município de Salvador - Codesal), a Associação resolveu solicitar apoio as integrantes do grupo, que na época eram estudantes (GRUPO DE AÇÃO NOVA REPÚBLICA, 2020).

Esta primeira articulação buscou “entender a real situação física, geográfica e social em que se encontrava a encosta, além de construir possíveis articulações e ações para dar visibilidade ao caso” (GRUPO DE AÇÃO NOVA REPÚBLICA, 2020, p.4). Por isso, criou-se um grupo permanente que pudesse acompanhar e formular novas ações em prol das 60 famílias que viam seu direito à moradia ameaçado pela possibilidade da encosta desmoronar (Figura 9). Esse grupo se denominou Grupo de Ação da Encosta da Nova República, articulando o Coletivo Escalar (já enquanto coletivo e profissionais regulamentados), a Universidade, moradores e a Associação de Moradores da Nova República.

A partir desse momento uma malha de articulações, pesquisas, solicitações, protocolos, ações preventivas e processos foram mobilizados a fim de tentar encontrar uma solução definitiva para a situação da encosta (Figura 10). Lembrando que a comunidade da Nova República fica na região do Nordeste de Amaralina na cidade de Salvador, classificada como uma zona de ZEIS²⁰⁵ na legislação urbanística da cidade, e que, por isso, deveria ter prioridade na intervenção pública afim de promover melhorias, o que não aconteceu, visto que até os dias atuais, em 2025, não se tem uma resolução definitiva do problema,

²⁰⁵ As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) são áreas demarcadas por legislação urbana, especificamente o Plano Diretor, onde há assentamentos autoconstruídos da população de baixa renda, que visam flexibilizar normas e padrões urbanísticos.

sendo agravado pela indisponibilidade e atraso nos protocolos por conta da pandemia.



Figura 10 - Trecho da Contenção da Encosta da Rua Nova República a partir do quintal de um dos vizinhos. Fonte: Dossiê Encosta, Coletivo Escalar, 2020.

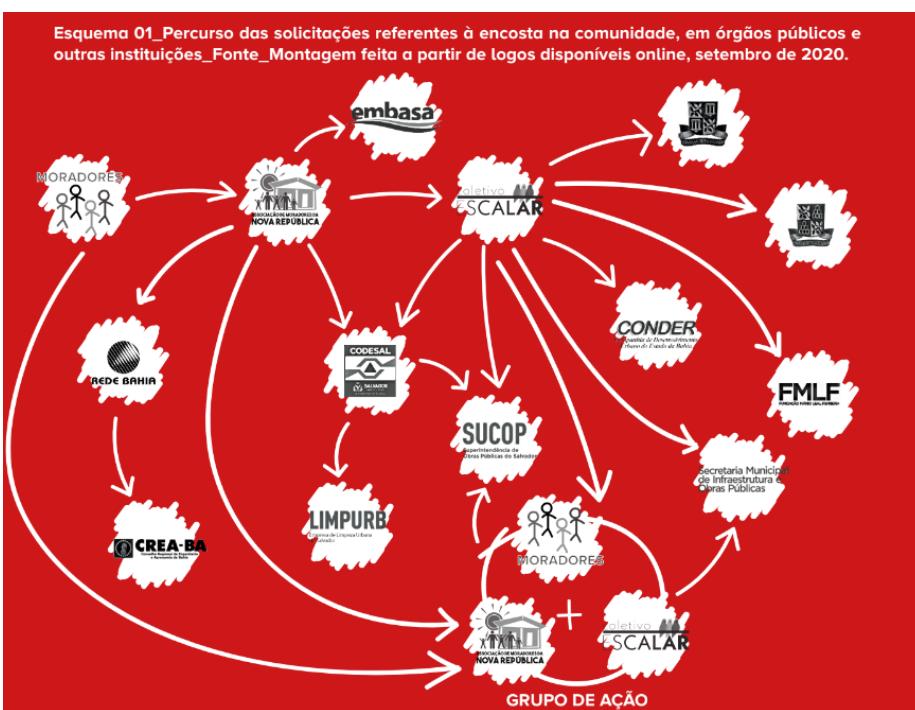


Figura 9 - Malha de relações que foram acionadas para tentar resolver a problemática. Fonte: Dossiê Encosta, Coletivo Escalar, 2020.

A comunidade da Nova República fica situada no Bairro de Santa Cruz, um dos bairros que compõe a região do Nordeste de Amaralina²⁰⁶ (Figura 11). Esta área, geograficamente inserida entre bairros de elite (Pituba, Alto do Itaigara e Rio Vermelho), enfrenta constantes pressões do mercado imobiliário, riscos de remoção e violações de direitos. O Nordeste de Amaralina apresenta significativos desafios urbanísticos e carências na oferta de equipamentos públicos, serviços básicos e infraestrutura adequada. Neste cenário de profundas desigualdades, surge a comunidade da Nova República, cuja ocupação, segundo registros e relatos locais, teve início em 1987 através da mobilização e esforço organizado dos moradores para a consolidação e estruturação do território (REDE MORADIA, 2025). Na área da comunidade da Nova República possui cerca de 6 mil moradores, predominantemente negros e com baixo nível de escolaridade, em uma área total de 68.000m² (REDE MORADIA, 2025). Segundo a Rede de Moradia e Assessoria (2025), os maiores riscos são de alagamento, e, perante a questão exposta da encosta, também de deslizamento.



Figura 11 - Mapa de localização da Nova República. Fonte: Dossiê Encosta, Coletivo Escalar, 2020.

²⁰⁶ Compreende um conjunto de bairros populares - Santa Cruz, Vale das Pedrinhas, Nordeste de Amaralina e Chapada do Rio Vermelho - situados na Orla Atlântica de Salvador.

Dentre os processos articulados para se obter informações, dados e elementos que dessem base para os protocolos solicitados e estudos necessários, o Coletivo Escalar realizou um questionário com a comunidade afim de ter um Levantamento Socio-Habitacional, “com o objetivo de compreender melhor o contexto das famílias que vivem no local, reunindo informações referentes aos moradores, à edificação, à infraestrutura urbana e às relações socioespaciais pré-existentes” (GRUPO DE AÇÃO NOVA REPÚBLICA, 2020, p.4) o que demonstrou, dentre outras questões, que além da situação delicada e perigosa em que se encontrava a contenção, algumas casas tinham condições de salubridade impróprias com “máis condições de conservação, com presença de umidade, mofo e infiltração”²⁰⁷ (GRUPO DE AÇÃO NOVA REPÚBLICA, 2020, p.7), o que deveria levar a um processo de assessoria técnica individual para cada uma dessas famílias melhorando as condições de vida, saúde e bem-estar, como parte do acesso ao direito à moradia digna garantida por diversas leis, normas, sistemas, declarações e políticas mundiais e nacionais. Entre algumas delas: Declaração Universal dos Direitos Humanos, Constituição Federal Brasileira, Estatuto da Cidade, e a Lei Federal Nº 11.888 - Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social.

No entanto, as atividades relacionadas à Encosta da Nova República continuaram nos anos seguintes e o Coletivo Escalar conseguiu ganhar dois editais que foram lançados pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Bahia (CAU-BA) em 2021 e 2022. A partir do ano de 2021, todo o trabalho relacionado a Encosta foi realizado de forma voluntária, até o momento que começaram as iniciativas do CAU-BA para destinação de 2% do seu orçamento anual para editais que tivessem projetos vinculados à ATHIS. Essa proposta retornou ao cenário a questão da legislação de 2008 como instrumento de disputa política, já que, a partir daquele momento, seria possível pleitear um recurso exclusivo para a atuação em assessoria, mesmo que com recursos, burocracias e ações limitadas nos editais.

²⁰⁷ Apesar de terem passado pelo processo do Programa “Morar Melhor” da Prefeitura Municipal de Salvador, entre 2015 e 2016.

O primeiro edital foi a "Chamada Pública N.01/2021 - Apoio Institucional vinculado a Assistência Técnica para a Habitação de Interesse Social - Adote Dignidade: assistência técnica, comunidades e seus ecos!" (Figura 12) que começou em agosto de 2022 com ações que foram divididas em três eixos: (01) mediação interinstitucional; (02) levantamento físico; e (03) comunicação comunitária. A primeira ação previa a mediação entre os técnicos da administração pública e a comunidade, tornando a linguagem acessível ao público geral para o entendimento da resolução da situação. A segunda ação, incluiu a atualização das informações socioeconômicas das famílias que moram na área de risco, abrangendo o levantamento técnico das moradias através do cadastro físico, verificando possíveis situações de interferência na estrutura dos imóveis. Na terceira e última ação deste edital, foram discutidas com a população as possíveis negociações que poderiam vir a ocorrer, mediante o exposto pelos técnicos e pelos levantamentos realizados, com o desenvolvimento de um dossiê compondo o conjunto de documentos do projeto.



Figura 12 - Publicações realizadas pelo Coletivo Escalar nas redes sociais. Fonte: @Coletivo Escalar. Disponível em: https://www.instagram.com/p/C69wneCJsZy/?img_index=2. Acesso em: 20 fev. 2025.

O segundo edital conquistado para continuar os trabalhos na Nova República foi a “Chamada Pública Nº01/2022 - Capacitação em Assistência Técnica - ATHIS, apoio em projetos e execução para Assistência Técnica – ATHIS (Lei nº11.888/2008)” (Figura 13). Neste projeto três ações foram definidas: (1) Planejamento e gestão interna das atividades, que era o mês de organização dos trabalhos e regularizações fiscais; (2) Assessoria nas negociações com o poder público, com o acompanhamento das proposições do Estado para intervenção na localidade, negociando eventuais impactos para as famílias; e (3) Assessoria às famílias na elaboração de propostas de mitigação de riscos, com a realização da avaliação dos imóveis, com base em levantamentos físicos realizados anteriormente na área. Atualmente, em 2025, o processo da contenção na encosta da Nova República está parado esperando resposta dos diversos órgãos envolvidos no processo. Apesar disso, o trabalho do coletivo continua na área, mas agora de forma voluntária, sempre que há alguma demanda específica, principalmente quando aparecem questões dos órgãos públicos.



Figura 13 – Publicações realizadas pelo Coletivo Escalar nas redes sociais. Fonte: @Coletivo Escalar. Disponível em: https://www.instagram.com/p/C69wneCJsZy/?img_index=2. Acesso em: 20 fev. 2025.

Além disso, o Escalar realizou mais três projetos na Nova República, mas não relacionados à Encosta. O primeiro, foi um projeto de reformulação e layout do espaço Cantos de Leitura da Associação de Nova República, depois da conversa com uma liderança da Associação. A proposta visou reorganizar a disposição dos brinquedos e do mobiliário existente para otimizar o ambiente destinado às crianças da comunidade, além de incluir a abertura de uma janela, a construção de uma cobertura e a aplicação de revestimento nas paredes do local. Foram apresentadas diversas alternativas de projeto, acompanhadas do orçamento dos materiais necessários e da articulação com parceiros para captar doações que viabilizem a obra (ESCALAR, 2025). O trabalho não foi realizado por falta de verba.

O segundo, na pandemia de Covid-19 em 2020 com a instalação das pias comunitárias, projeto denominado #umamaolavaaoutra²⁰⁸. Visando ampliar as possibilidades de enfrentamento à Covid-19 em meio às precárias condições de saneamento e infraestrutura que afetam muitas comunidades, o projeto de instalação dos pontos comunitários de higienização surgiu como uma chance de expandir a iniciativa da Residência em Arquitetura Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia (RAU+E), desenvolvida pela Residência da FAUFBA, para territórios com os quais o coletivo já havia estabelecido contato (ESCALAR, 2025). A ação foi realizada por meio da articulação do Fórum de Assessoria Técnica Popular do Nordeste, com financiamento da Habitat Brasil e em parceria com a ONG Taramela²⁰⁹ (ESCALAR, 2025) (Figura 14 e 15). Além disso, contou-se com a colaboração da Empresa Baiana de Águas e

²⁰⁸ Este foi um projeto realizado em conjunto pelos coletivos participantes da Rede foi o projeto #UmaMãoLavaOutra em parceria com a ONG Habitat para a Humanidade Brasil, onde, em plena pandemia, foram construídos em várias comunidades parceiras pontos de higienização com pias comunitárias nas ruas. Foram desenvolvidos 72 pontos de pias comunitárias em seis estados do Nordeste. O projeto técnico utilizado foi o desenvolvido pelo Mobiliza RAU+E, da Residência em Arquitetura Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia e que foi adaptado de acordo com as especificidades locais.

²⁰⁹ Coletivo de Assessoria Técnica Popular de Fortaleza (Ceará).

Saneamento S.A. (Embasa)²¹⁰ para conectar os pontos de água e esgoto nas comunidades²¹¹ (ESCALAR, 2025).



Figura 14 - Locais onde foram inseridas as pias comunitárias nas comunidades parceiras dos coletivos de assessoria técnica popular. Fonte: Coletivo Escalar, 2022. Disponível em: <https://www.facebook.com/forumpopular.ne/photos/a.120151402690936/320296312676443/>. Acesso em: 04 jun.2022.



Figura 15 - Fotos do processo de montagem das pias comunitárias na Campanha #UmaMãoLavaOutra na cidade de Salvador - Ba. Fonte: Coletivo Escalar, 2022. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CGbCnL1FFg5/> . Acesso em: 04 jun. 2022.

²¹⁰ Empresa brasileira concessionária de serviços de saneamento básico e água que atende a todo o estado da Bahia, tendo como acionista majoritário o governo.

²¹¹ Este projeto também foi realizado em várias outras comunidades que o Coletivo tinha contatos como a comunidade de Escada e no bairro do Uruguai, além do Quilombo Dom João, na região metropolitana de Salvador, em São Francisco do Conde.

O terceiro foi um projeto denominado “Reestruturação da atividade dos agentes ambientais da Nova República: gestão do espaço, conscientização e ação sobre o território” contemplado com o edital Fundo Casa Socioambiental²¹², com atividades iniciadas em novembro de 2020 e realizado em parceria com a Associação de Moradores da Nova República, a Cooperativa de Reciclagem CANORE, situada na mesma região, e a Prefeitura de Salvador (ESCALAR, 2025) (Figura 16). O edital teve como propósito fornecer os suportes e a infraestrutura indispensáveis para que os catadores autônomos da Nova República pudessem exercer suas atividades de forma protegida, com condições de trabalho salubres, higiênicas e seguras, tanto durante quanto após a pandemia de COVID-19.



Figura 16 - Publicações realizadas pelo Coletivo Escalar nas redes sociais. Fonte: @Coletivo Escalar. Disponível em: https://www.instagram.com/p/C69wneCJsZy/?img_index=2. Acesso em: 20 fev. 2025.

projeto contemplou a distribuição de Equipamento de Proteção Individual (EPIs) para os agentes ambientais, além do desenvolvimento e da implementação de um projeto que previu a construção de baias para a estocagem dos materiais recicláveis coletados pelos agentes autônomos no espaço da cooperativa. Outras ações visavam reestruturar a área da Nova República, com foco em saneamento básico, drenagem e escoamento das águas pluviais, bem como no fortalecimento do desenvolvimento social local e na promoção de atividades

²¹² Organização que tem como objetivo fomentar a preservação ambiental, a sustentabilidade, a democracia, o respeito aos direitos socioambientais e a equidade social, através do suporte financeiro e do fortalecimento das capacidades de iniciativas da sociedade civil na América do Sul, a partir da filantropia, desde 2005 (FUNDO CASA SOCIOAMBIENTAL, 2025).

voltadas para a conscientização sobre a reciclagem junto à comunidade e aos bairros vizinhos (ESCALAR, 2025).

Em todos esses casos, a participação da comunidade se dava de duas formas: a primeira, com a liderança comunitária que estava mais presente na escolha das abordagens e ferramentas que seriam utilizadas junto aos moradores e na movimentação interna para convidá-los para as oficinas e reuniões; e a segunda, com a presença dos moradores, em média 15 pessoas²¹³, nas atividades para debater e se informar sobre as questões da encosta ou dos agentes comunitários.

4.3.2 - AÇÕES EM MORAVIA

Exceto os projetos desenvolvidos fora da Colômbia, como parte das parcerias desenvolvidas, todas as ações realizadas pela Fundación Oasis Urbano foram no bairro de Moravia, em Medellín. Desde oficinas, encontros, cartilhas até intervenções físicas de transformação urbana ou artísticas. Destes, os que mais se destacam são as Escaleras Oásis Tropical, o Mapa de Moravia e o Parquecito.

Localizado em Medellín, o bairro de Moravia abriga aproximadamente 45 mil habitantes em seus 42 hectares de extensão. Sua posição central lhe confere vantagens urbanas significativas (Figura 17), situando-se próximo a importantes pontos como a Universidad de Antioquia, a Universidad Nacional de Colombia, o Jardim Botânico, o Parque Explora e o Parque de los Deseos, além do terminal norte e de duas estações de metrô (“Universidad” e “Caribe”). A área apresenta uma diversificada ocupação urbana, combinando moradias, comércios, equipamentos comunitários, instituições educacionais, templos religiosos, áreas esportivas e espaços culturais públicos. Reconhecido por sua vibrante cena cultural, o bairro se destaca ainda por suas sólidas organizações comunitárias e intensa vida social local.

²¹³ Essa média de pessoas dependia do dia, horário, temática e atividades que aconteceria.

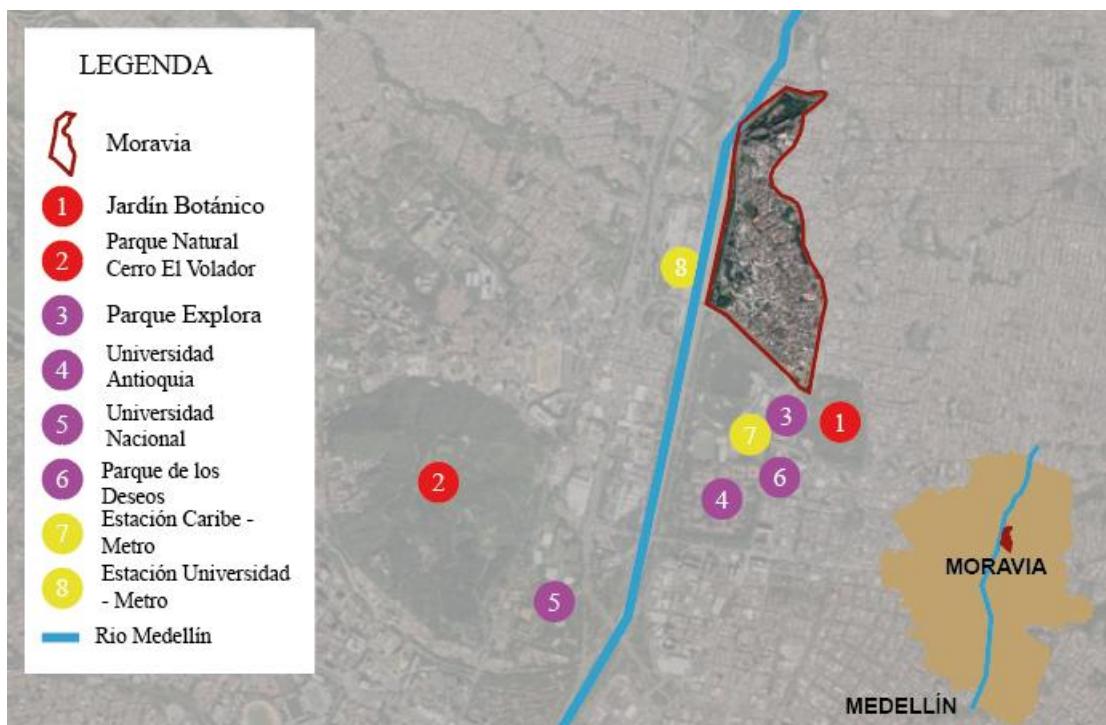


Figura 17 – Mapa de localização de Moravia. Fonte: Autoria própria, 2023.

Com uma história marcante no planejamento urbano participativo desde os anos 1980, Moravia teve sua ocupação iniciada em 1954 com a chegada dos primeiros migrantes rurais à Medellín. O bairro, porém, viveu sua transformação mais radical em meados dos anos 1970: em 1977, a prefeitura localizou provisoriamente um aterro a céu aberto no coração da área, que então contava com 15 mil moradores - incluindo 500 catadores - e 3.450 residências distribuídas em 22 hectares. Os graves problemas sanitários e habitacionais gerados pela "montanha de lixo" levaram, em apenas cinco anos, à criação do "Programa de Reabilitação Urbana no Setor de Lixões" em 1983 (Arteaga *et al.*, 2018, p. 76), marco inicial das intervenções municipais na região.

Dois processos emblemáticos emergiram como conquistas significativas tanto para os moradores de Morávia quanto para a cidade, destacando-se na história das relações entre poder público e comunidade - marcada por tentativas, avanços e frustrações, além dos constantes desafios da descontinuidade das

ações governamentais. Estas iniciativas tornaram-se referências históricas nas intervenções realizadas no bairro.

O período analisado entre 1983 e 1986, foi a primeira ação da administração pública para regularizar o território de Moravia em comum acordo com os moradores. O alcance deste acordo teve impactos em diversas dimensões no país, fazendo com que a experiência de Moravia fosse reconhecida como uma base para o desenvolvimento de regulamentos posteriores, como a Lei 9 de 1989 (3 anos após a conclusão do projeto), que estabelece normas sobre planos de desenvolvimento municipal, tanto no que diz respeito à proteção dos moradores em projetos de renovação urbana, quanto à legalização de títulos.

O segundo marco foram as ações de 2004 a 2011 e a implementação do Plano Parcial de Melhoria Integral do bairro Moravia, em que foi preponderante “um processo de diálogo e construção coletiva entre a comunidade e a Administração Municipal para dar-lhe continuidade e legitimidade no marco das ações do POT” (HOLGUÍN, 2022, p.34). Esse processo se desenvolveu a partir de assembleias de bairro com a formulação de doze acordos urbanos, desenvolvidos por cerca de vinte organizações locais e sessenta e um promotores de desenvolvimento, que foram a base para as intervenções abrangentes a serem realizadas na Morávia (HOLGUÍN, 2022).

O primeiro projeto das Escaleras Oásis Tropical (Figura 18) contou com a participação de diversos agentes públicos e privados, além de universidades nacionais e internacionais, através de doação de materiais e insumos até a disponibilização de mão de obra e suporte logístico. A transformação do espaço aconteceu ao longo de três semanas, em março de 2017. Como foi a primeira intervenção física de grande porte na comunidade, o processo foi mais rápido e sem grandes decisões comunitárias, onde houve um desenho técnico e arquitetônico prévio para desenvolvimento das dimensões da escada - entendendo que ela não atenderia totalmente a normas e legislações técnicas, e um planejamento do processo de construção da mesma. Antes da intervenção, a área era apenas uma passagem sem degraus definidos, composta por rampas de terra, entulho e lixo, além de paredes degradadas das casas vizinhas, marcadas por infiltrações, buracos e desgaste dos materiais. O local também

carecia de iluminação, comprometendo sua segurança. Com a construção da escada, a requalificação das paredes e a reorganização dos espaços ao redor, a passagem foi transformada em um ambiente revitalizado, enriquecido com arte urbana, murais coloridos, vegetação e um sistema de drenagem adequado. Além disso, a instalação de iluminação noturna alimentada por energia solar contribuiu para tornar o espaço mais seguro e acessível.

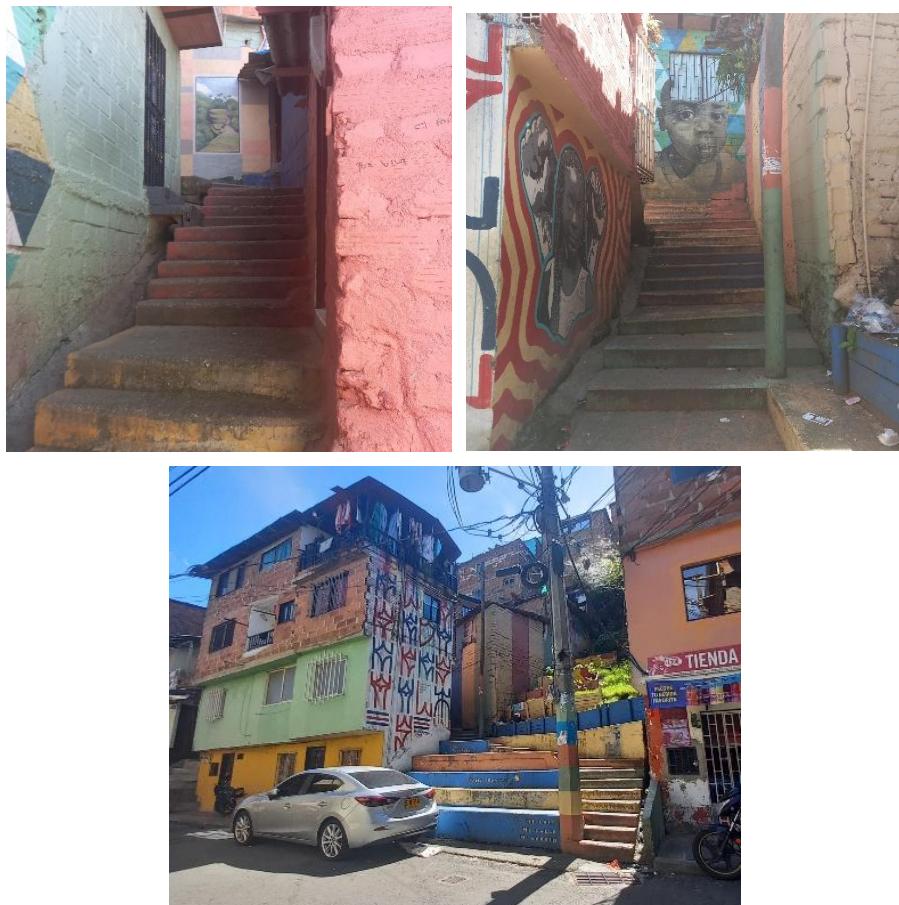


Figura 18 - Fotos da escada que passou pela intervenção. Fonte: Autoria própria, 2023.

O Mapa de Moravia (Figuras 19 e 20) foi um projeto desenvolvido em dois momentos distintos do bairro. Segundo entrevista (2023) foi um projeto importante para conscientizar sobre o território e os planos de renovação urbana propostos pela Prefeitura, como vemos no trecho a seguir da entrevista:

“No sólo es bonito y un mapa, sino es una herramienta lúdica para concientizar sobre el tema del territorio y sobre ese tema de la renovación urbana porque hay un temor muy grande en la comunidad, pero hay muy poco conocimiento en qué consisten realmente los planes. Entonces, con ese mapa hicimos varios ejercicios de conversar

sobre esos planes, de conversar sobre temas de riesgo porque la excusa para ese plan es el riesgo. Hicimos un ejercicio muy bonito que fue, tuvimos cinta, cinta colorida, tape de cinco colores por persona y era mi hogar o de mis familiares, mi escuela o de mis familiares, lugares de ocio, de jugar, de iglesia, lugares de consumo, de compra, de alimentación, lugares de trabajo. Y ahora conecta esos lugares. Y venían y conectaban y conectaban y crecía un tejido. Y visibilizaba el tejido social, cultural y económico que tienen, porque Moravia tiene una dinámica económica muy importante. Y la última capa fue una tela transparente en la cual pintamos el plan de renovación urbana. Y sólo la parte donde tiene previsto reubicar a la gente quedaba transparente, el resto era esto y lo subimos. Y ahí mostraba así como esto rompe el tejido.” (Entrevista 1, 2023)

A primeira iniciativa ocorreu em 2019, quando um mapa foi desenhado à mão em colaboração com a comunidade. Com aproximadamente 2 metros de extensão, a representação cartográfica foi criada no chão do Parque de la Virgen, destacando residências e os principais espaços públicos e privados da região, permitindo que os moradores tivessem uma percepção mais ampla de seu território. Além de fortalecer esse reconhecimento, o mapa também serviu como ferramenta de conscientização sobre as ameaças urbanas decorrentes da renovação do Decreto 0321, conhecido como Plan Parcial de Moravia. Esse plano previa o despejo de aproximadamente 27.891 moradores e a remoção de 8.061 habitações para dar lugar à construção de dois parques (um em El Morro e outro no setor Tropical Oasis), além de edifícios de até 20 andares (HOLGUÍN, 2022). Para ilustrar o impacto dessas mudanças, uma camada de papel foi sobreposta ao mapa original, permitindo que a população visualizasse as transformações propostas e compreendesse como as organizações comunitárias poderiam se articular para resistir a essa renovação.



Figura 19 - Fotos do processo de desenho e discussão do Mapa de Moravia em 2019. Fonte: Fundación Oasis Urbano, 2024. Disponível em: <https://www.oasisurbano.org/es#projects-top> Acesso em: 13 mar. 2024.

No segundo momento, em 2021, a Fundación Oasis Urbano reconheceu o valor simbólico e comunitário do mapa e decidiu recriá-lo de forma mais duradoura e detalhada. Para isso, transformou a pintura original em um mosaico de cerâmica, onde cada peça representava uma residência ou espaço físico do bairro, como comércios e escolas, enquanto as cores diferenciavam os setores da região (Moravia, El Oasis, El Bosque e El Morro). Esse planejamento foi realizado junto com moradores (crianças, adultos e idosos) ao mesmo tempo que aconteciam oficinas de mosaicos e pinturas, assim como confraternizações e festas.

Essa nova configuração permitiu que o local se tornasse um ponto de encontro para diversas atividades, como oficinas das Escuelas de Verano, reuniões comunitárias e acadêmicas, além de servir como um espaço de expressão

cultural e identidade do bairro, especialmente durante o Día de las Velas (Figura 21). Em 2024, a Fundación deu continuidade ao projeto, incorporando bancos e canteiros ao espaço, ampliando suas possibilidades de uso e promovendo ainda mais interação entre os moradores (Figura 22).



Figura 20 - Fotos do Mapa de Moravia em 2023. Fonte: Autoria própria, 2023.



Figura 21 - Dia de las velas em Medellín. A Celebração acontece ao redor do mapa.

Fonte: Fundación Oasis Urbano. Disponível em:

<https://www.instagram.com/fundacionoasisurbano/> Acesso em: 14 dez. 2024.

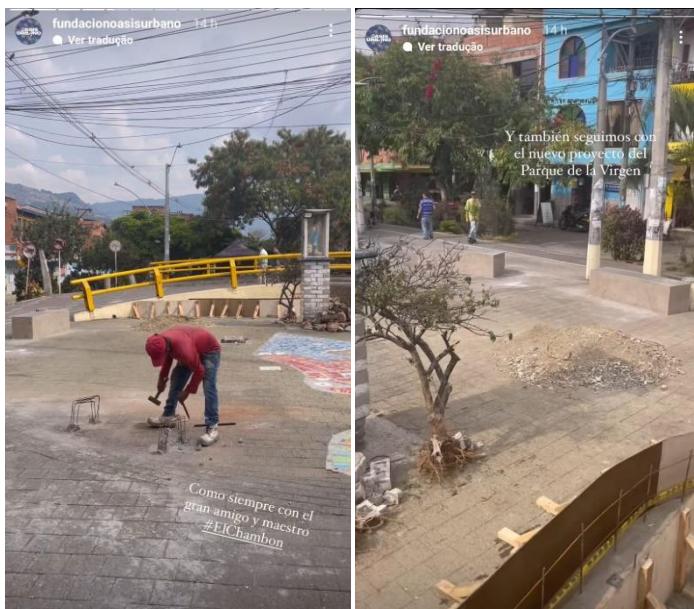


Figura 22 - Processo de reforma no Parque de la Virgen em Moravia para colocação de bancos em concreto

Fonte: Fundación Oasis Urbano, 2024. Disponível em: <https://www.instagram.com/fundacionoasisurbano/>

Acesso em: 14 dez. 2024.

O projeto mais recente envolveu a requalificação de um espaço público situado em frente à sede da Fundación Oasis Urbano, conhecido como El Parquecito (Figura 23). A intervenção ocorreu em 2022, durou 3 semanas, no âmbito do Taller Tropical Moravia, em uma área que já contava com canteiros de flores delimitados por madeira improvisada, alguns bancos artesanais e uma pequena vegetação. A reforma manteve parte do desenho original dos canteiros, ajustando suas dimensões e incorporando uma estrutura de concreto ao redor, que agora funciona como área de convivência e local para reuniões comunitárias. Além disso, os jardins foram renovados e um dos canteiros passou a abrigar uma pequena horta. A construção contou com o apoio de setores público e privado, moradores, instituições internacionais e voluntários participantes do Workshop da Morávia Tropical.

Atualmente, o espaço é utilizado para aulas de matemática aos domingos, além de sediar eventos festivos e encontros comunitários. Antes da intervenção da Fundación Oasis Urbano, o Parquecito já funcionava como uma extensão das casas vizinhas, servindo como ponto de encontro para crianças, jovens e adultos. Após a requalificação, sua utilização se intensificou, ampliando as atividades realizadas no local.



Figura 23 – Fotos do Parquecito depois de reformado em 2022. Fonte: Autoria própria 2023.

Na Fundación Oasis Urbano, as demandas chegam a partir da líder comunitária, integrante do grupo, que está constantemente no território. Isso facilita alguns processos e ferramentas que atuam como forma de reconhecimento das problemáticas no território, mas ao mesmo tempo, limitam outros procedimentos que podem ser importantes no desenvolvimento das ações e como forma de estimular a participação de outros moradores. Quando as ações do coletivo nos espaços acontecem, alguns moradores, em geral os mesmos, se aproximam para participar, mas, assim como no Escalar, a média é de 15 moradores por atividade. No entanto, como a Fundación conta com uma quantidade grande de voluntários, por conta das práticas com estudantes universitários da Colômbia e da Alemanha, não há um esvaziamento das atividades.

4.3.3 – APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS: UM OLHAR SOBRE OS DOIS PROJETOS

Os dois bairros escolhidos, Nova República (Salvador, Brasil) e Moravia (Medellín, Colômbia), demonstram a diversidade e formato que as atuações dos coletivos de arquitetos podem ter. Apesar do Escalar não trabalhar somente com a Nova República, foi neste bairro onde o grupo ficou mais tempo desenvolvendo as ações, sendo uma delas a Encosta, ainda sem resolução definitiva e com contínuo acompanhamento do grupo. Este projeto delineou-se em diversas

camadas, envolvendo muitos agentes internos e externos e demonstrando a morosidade dos agentes públicos em procurar uma resolução definitiva para casos populares, mesmo os mais graves. Além disso, demonstra que a complexidade de alguns problemas estimula a participação de outros agentes, e que, por mais que o grupo esteja empenhado em resolver, ele sozinho não dará conta da solução, pois envolve outros profissionais e etapas não acessíveis ao Escalar. A complexidade, dimensão, escala, metodologia e ferramentas utilizadas neste projeto instigaram a escolha dele para ser um dos projetos analisados, já que ele reflete uma série de impactos diferentes, tanto na comunidade, como no próprio grupo.

O outro projeto escolhido foi o dos Agentes Ambientais, realizado a partir de um edital do Fundo Casa. Foi um projeto que surgiu de uma forma bem diferente do anterior, a partir da escrita de um edital, conversa com os agentes comunitários Cooperativa de Reciclagem CANORE e decisão pelo desenvolvimento do trabalho. Além disso, envolveu a construção de uma estrutura no espaço, como forma de tentar organizar uma situação que incomodava os moradores, vizinhos da cooperativa. Foi um trabalho que envolveu ferramentas e metodologias amplas e diferentes do projeto anterior, mostrando a diversidade de atuações em termos de escala e impacto.

No caso da Fundación Oasis Urbano, o Mapa de Moravia foi um projeto escolhido por ter sido pensado a partir de uma dinâmica institucional pública de expulsão dos moradores de uma parte do bairro. Por isso, o intuito da proposta era de trazer mais reconhecimento e fortalecimento das relações entre os moradores e os espaços urbanos do bairro, visibilidade dos projetos desenvolvidos por associações e organizações comunitárias e registrar o potencial da área, além de fortalecer os protestos em relação ao decreto²¹⁴ proposto. Foi uma intervenção física, mas de cunho artístico, que trouxe aceitação pela comunidade, que utiliza o espaço onde o mapa está desenhado como ponto de encontro para atividades culturais e religiosas. Por sua vez, outra característica única deste projeto é que ele foi reformado anos depois, para ficar mais duradouro, entendendo a importância que ele tomou para o bairro. O mapa de

²¹⁴ Decreto 0321 - Plan Parcial de Moravia, como já foi explicado.

Moravia, foi um projeto que utilizou outras ferramentas e metodologias para ser desenvolvido, incluindo o primeiro e o segundo momento, demonstrando a importância e o sucesso, que ações pontuais e aparentemente simples podem causar em uma comunidade.

O Parquecito foi um projeto solicitado algumas vezes pela comunidade que se tornou realidade a partir do momento em que a sede da Fundación foi para uma casa em frente ao local²¹⁵. A sede, enquanto espaço que congrega outros coletivos, organizações e associações da comunidade, também enxergava no parque uma ampliação do espaço de discussão e realização das atividades, além de ter o potencial de tornar isso aberto a quem passava na rua ou quem morava mais perto, sem ficar restrito a um espaço fechado. Apesar de ser um espaço já usado pelos moradores antes, ele não era bem desenhado e cuidado, atendendo de maneira precária às demandas dos moradores, sendo um espaço que poderia ser mais bem aproveitado por todos, principalmente as crianças que moravam no entorno.

Neste sentido, quando analisamos os projetos realizados (Tabela 3, capítulo 4), percebemos que a forma de atuação está relacionada diretamente as problemáticas que vão aparecendo no desenvolvimento dos trabalhos, destacando o fato de que, mesmo quando se usam metodologias ou ferramentas iguais, os resultados podem ser diferentes (Figura 24). Isto se revela, quando percebemos que a leitura do território é o principal fator que denota estas diferenciações, sendo que, em um projeto convencional, o problema é definido antes da visita ao espaço; e no caso das propostas alternativas dos coletivos, o espaço é quem revela o problema.

²¹⁵ A Fundación Oasis Urbano conseguiu juntar um valor financeiro, fruto dos serviços de voluntariado de intercambistas no qual participa e de onde arrecada o recurso para as ações, e comprar uma casa na comunidade para se tornar a sede do coletivo, mas também um espaço voluntário para outras organizações comunitárias do território, que utilizam os espaços em ensaios, reuniões, oficinas e encontros.

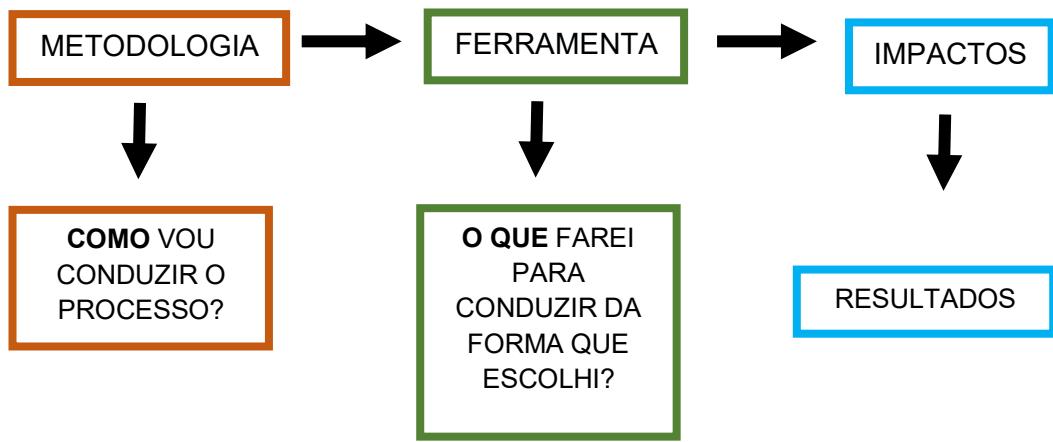


Figura 24 - Esquema que relaciona os três pontos de análise sobre os coletivos de arquitetos. Fonte: Autoria própria, 2025.

Desta forma, o trabalho realizado pelos coletivos remete a uma necessidade mais atenta de leitura e análise dos espaços intervenzionados e da cidade no qual o local está inserido, percebendo as nuances e possibilidades de mudança diante de uma problemática exposta. No caso destes coletivos de arquitetos o que se revela, não é a negação total de um projeto, mas sim, uma lógica de aplicação que vai e vem de acordo com o desenvolvimento da demanda, das propostas participativas e do desenrolar da atividade. Como a elaboração do trabalho explora uma situação já delicada de falta de direitos, com camadas de necessidades que envolvem mais do que uma questão arquitetônica ou urbana, as soluções encontradas por vezes vão estar além do formato básico previsto pela arquitetura e urbanismo tradicionais.

A partir destas constatações, entendeu-se a importância de selecionar outros critérios de análises dos projetos escolhidos, que vão além da metodologia, das ferramentas utilizadas e dos resultados encontrados, mas tem relação direta com os impactos. São eles: (1) Agentes Envolvidos; (2) Dimensão da Ação; e (3) Financiamento (Figura 25). Os Agentes Envolvidos, estão relacionados tanto aos participantes na construção da proposta, quanto aos impactados pela proposta. A Dimensão da Ação diz respeito ao caráter da proposta, envolvendo questões culturais, sociais, ambientais, pedagógicas, técnicas, físicas, virtuais, acadêmicas ou legais. O Financiamento vai apoiar a condução do processo metodológico e escolha das ferramentas, podendo ser edital, verba pública ou privada, doação, universitário ou de financiamento coletivo.



Figura 25 - Esquema que relaciona os seis pontos destrinchados na tabela 3, que faz a análise sobre os coletivos de arquitetos. Fonte: Autoria própria, 2025.

A metodologia diz respeito ao caminho de elaboração da proposta, procurando entender um modelo que relate os valores éticos que o coletivo preza, com a dinâmica da localidade, refletindo em um processo benéfico que gere um resultado. Foi dividida em quatro tipos: Participativa, Deliberativa, Colaborativa e Experimental. Como são propostas de metodologias que, por si só, não tem uma definição clara, neste critério específico vale a pena explicar melhor o que significam cada uma delas. A Participativa²¹⁶ é quando há participação direta das pessoas na construção do projeto. Deliberativa, quando um líder comunitário define pelas pessoas, a partir de discussões prévias ou entendimento das problemáticas, o que irá ser feito.

Colaborativa, quando os envolvidos no processo elaboram a proposta junto com o coletivo de arquitetura; e Experimental quando a prática é pensada e desenvolvida no local ao mesmo tempo e com o envolvimento das pessoas. Por isso, a Experimental pode ser tanto Participativa, quanto Deliberativa ou Colaborativa. As Ferramentas estão associadas aos instrumentos que serão utilizados para aplicar de forma mais eficaz a proposta. Há uma infinidade de possibilidades de ferramentas a serem utilizadas em processos de desenvolvimento de projetos. Nesta pesquisa de doutorado foram escolhidas

²¹⁶ Vale a pena pontuar que os próprios coletivos denominam a sua atuação como participativa. Neste caso a participativa que proponho traz outro conceito, como explicarei a seguir no texto.

dez ferramentas²¹⁷ mais utilizadas por coletivos de arquitetura. São eles: cartografias, mapeamentos, diagramas, oficinas, entrevistas, rodas de conversa, intervenção física, mobiliário, mediação e protesto físico ou virtual.

Por último, os Resultados da Ação, que assim como a ferramentas, podem ser infinitas, não se limitando a um resultado por ação ou proposta. Foram selecionados doze resultados²¹⁸, considerando os projetos já desenvolvidos pelos coletivos de arquitetos estudados. Neste sentido, a avaliação dos projetos dos coletivos acontecerá a partir do desenvolvimento de uma tabela que irá conter cada uma destes critérios (Tabela 3). Estes resultados vão contribuir diretamente para o entendimento do impacto das ações, que pode ser pequeno, médio ou grande. O impacto pequeno significa que a problemática não foi resolvida, médio é que foi resolvida em partes e grande que foi totalmente resolvida.

A tabela 3, a seguir, está dividida entre os seis critérios de análise - (1) Agentes Envolvidos; (2) Dimensão da Ação; (3) Financiamento; (4) Metodologia; (5) Ferramentas; (6) Resultado da Ação - e os dois projetos analisados dos coletivos. No Escalar o projeto da Encosta da Nova República e o projeto dos Agentes Comunitários; e na Fundación Oasis Urbano o projeto do Mapa de Moravia e o do Parquecito. Desta forma, são marcados quais critérios estão presentes ou estão sendo utilizados em cada projeto.

²¹⁷ Sabendo que há uma diversidade de possibilidades de ferramentas a serem utilizadas na ação, foram escolhidas as 10 principais que mais foram faladas na entrevista e pontuadas nas análises de projeto.

²¹⁸ A quantidade de doze para os Resultados foi escolhida a partir das informações presentes nos sites e redes sociais dos coletivos, assim como em entrevistas realizadas.

AVALIAÇÃO DO PROJETO					
COLETIVO E PROJETO		ESCALAR		FUNDACIÓN OASIS URBANO	
CRITÉRIOS / DEFINIÇÃO		ENCOSTA NOVA REPÚBLICA	AGENTES AMBIENTAIS	MAPA DE MORAVIA	PARQUECITO
AGENTES ENVOLVIDOS	Organização ou associação comunitária				
	Movimento social				
	Estado				
	Coletivos de arte, cultura ou pedagogia				
	Universidades				
	Coletivos de arquitetura				
	Comerciantes e/ou empresas privadas				
	Moradores				
	Voluntários não moradores				
DIMENSÃO DA AÇÃO	Cultural				
	Social				
	Ambiental				
	Pedagógica				
	Técnica				
	Física				
	Virtual				
	Académica				
FINANCIAMENTO	Legal				
	Edital				
	Verba pública				
	Verba privada				
	Doação				
	Universitário				
METODOLOGIA	Financiamento coletivo				
	Participativa				
	Deliberativa				
	Colaborativa				
	Experimental				
FERRAMENTAS	Cartografia				
	Mapeamentos				
	Diagramas				
	Oficinas				
	Entrevistas				
	Rodas de conversa				
	Intervenção física				
	Mobiliário				
	Mediação				
	Protesto fisco ou virtual				
RESULTADO DA AÇÃO	Produção académica				
	Mobiliário				
	Projeto arquitetônico				
	Projeto Urbanístico				
	Intervenção arquitetônica				
	Intervenção urbanística				
	Produção gráfica (cartilhas, livros...)				
	Produção audiovisual				
	Investigação ou pesquisa				
	Desenvolvimento de plataformas virtuais ou redes sociais				
EVENTO	Evento				
	Mudança legislativa				

Tabela 3 - Caracterização das ações dos dois coletivos em dois projetos diferentes. Fonte: Autoria própria, 2025.

Desta forma, sobre o Projeto da Encosta da Nova República, do Coletivo Escalar, identificamos enquanto agentes envolvidos, a associação comunitária, como solicitadora do apoio; o Estado, em alguns momentos no papel municipal, ou no estadual, sendo o principal agente demandado para dar uma resposta à demanda; as universidades, como parceria no desenvolvimento de análises

técnicas, mas também como força institucional que pode dar mais voz à necessidade da comunidade, principalmente por ser uma universidade federal; e os moradores, principal impactado pela demanda. Neste caso, os agentes são parte do desenvolvimento da proposta e os que são solicitados pela demanda. Configura-se como dimensão da ação uma questão social, relacionada às demandas por moradia e segurança da população; ambiental, relacionado à função que a contenção faz de segurar uma encosta, fruto de um processo natural da cidade; e legal, por se tratar de um direito à moradia e segurança de vida da população domiciliada naquele local, que deveria ser prioridade e de responsabilidade do Estado.

A maior parte do trabalho desenvolvido no projeto da encosta foi realizado de maneira voluntária, tendo somente, em um segundo momento apoio do edital do CAU-BA para acompanhamento da demanda nas entidades legais e responsáveis. Enquanto metodologia ela foi participativa e deliberativa. O primeiro, porque foi uma demanda dos moradores, preocupado com sua própria segurança, que envolveram a líder comunitária com o intuito de encontrar uma solução para este problema. Deliberativo porque, no momento que o processo foi criando dimensões maiores e mais complexas, quem representava os moradores era a líder comunitária. As ferramentas escolhidas foram os mapeamentos, para entender quais casas estavam em risco, e o impacto deste risco dentro das próprias habitações; Oficinas, rodas de conversa e entrevistas, que explicitavam a dimensão deste risco para os moradores, mas não somente, eram maneiras de entender todos os processos legais e jurídicos que já havia acontecido e em quais outras dimensões esta avaliação e solicitação poderia acontecer para que a demanda fosse resolvida. Esta última se alia diretamente à ferramenta de mediação do processo, que nesse caso foi a principal função do coletivo de arquitetos, acompanhando as visitas *in loco* e nas instituições necessárias, auxiliando na clarificação das medidas e processos para os moradores e organizando a forma como o protesto, última ferramenta utilizada, poderia ser empregue, buscando auxílio de jornais de televisão, redes sociais e parcerias universitárias e institucionais.

Ainda não há um resultado definitivo para a questão do risco de desabamento da contenção. No entanto, como o processo ainda não foi finalizado, os resultados parciais foram a produção de livros e artigos²¹⁹ que contam a história da comunidade e do problema da contenção para pessoas externas à comunidade; o desenvolvimento de medidas paliativas, através do cadastro das casas, pesquisa de soluções de pequeno, médio e longo prazo, avaliação patológica e desenvolvimento de uma cartilha com projetos de reforma que podem auxiliar na melhora do bem-estar dos moradores, onde as habitações foram afetadas pela falta de manutenção da estrutura física da encosta. Sendo assim, os impactos da ação do Escalar neste projeto foram médio, considerando que o apoio técnico e de mediação fortaleceu e deu mais confiança a população na luta pela resolução do problema, através do acompanhamento da solicitação e presença nas discussões legais e políticas, apesar da não resolução total do problema. Além disso, as cartilhas de patologia e dos projetos arquitetônicos de reforma, deram a possibilidade do morador de aprimorar o espaço físico da sua casa, melhorando o bem-estar e consequentemente a saúde física e mental, realizando um processo de assistência técnica, prevista por lei.

Sobre o projeto dos Agentes Ambientais da Nova República, os agentes envolvidos foram a associação comunitária e a Cooperativa de Reciclagem CANORE, os comerciantes e empresas privadas, que doaram materiais para a construção das baias de reciclagem; e os moradores vizinhos. Esta proposta abarcou a dimensão social e ambiental, por envolver o olhar da população para uma profissão desvalorizada no mercado, já que trabalha diretamente com a reciclagem de materiais, impactando diretamente nas questões de descarte de lixo; a dimensão pedagógica na busca por esta conscientização dos moradores e catadores; dimensão técnica e física, no desenvolvimento do projeto e construção das baias na cooperativa; e a questão legal, já que a problemática instaurada, que era a colocação de materiais de reciclagem na rua, descumpria normas legais.

²¹⁹ Como exemplo foi desenvolvido o Dossiê da Encosta, volumes I e II e o Capítulo “Coletivo Escalar: propostas e contribuições para o campo da assessoria técnica popular em Salvador/Ba.

O Financiamento do projeto envolveu doação de materiais e o edital do Fundo Casa, que deu início ao processo deste projeto. Quando o Escalar soube da problemática do material de reciclagem, decidiu, em conversa com a líder comunitária, que poderiam inscrever um projeto neste edital citado anteriormente, que levaria em conta tanto a conscientização da importância deste tipo de trabalho com a reciclagem para os moradores, como a compreensão, por parte dos catadores, de que a locação do material recolhido evitaria questões de saúde no futuro.

A metodologia de desenvolvimento do trabalho foi deliberativa, já que na submissão da proposta no edital, a líder comunitária ajudou na proposição escolhida; e participativa pois tiveram conversas e oficinas²²⁰ com os catadores e moradores sobre o projeto, através de uma proposta pedagógica, para chegar ao entendimento de como poderia ser construída e alocada as baias de materiais reciclados. As ferramentas utilizadas foram: Mapeamentos, para entender aonde o material reciclado era alocado e quais outros espaços da comunidade poderão dar suporte a esta recolha; diagramas, oficinas e rodas de conversa no desenvolvimento das dinâmicas da reciclagem e o impacto deste tipo de profissão para o mundo, no processo pedagógico e de conscientização dos moradores e catadores; entrevistas com os profissionais, para auxiliar no desenvolvimento da dimensão do projeto arquitetônico; desenvolvimento de uma intervenção física a partir da construção das baias que resolveria o problema da colocação dos materiais na rua; e por último, mediação de expectativas e necessidades entre os vizinhos e os catadores.

Apesar dos resultados terem gerado a produção de cartilhas e documentos de cunho acadêmico e formato memorial e educativo²²¹, o resultado mais esperado era a construção do espaço das baias para colocação do material de reciclagem e resolução do problema inicial, já que não haveria mais motivos para estes materiais estarem nas ruas. No entanto, a problemática continuou na comunidade, pois novos materiais de outros catadores chegaram e não tinha

²²⁰ Oficinas sobre a importância do trabalho das Cooperativas de Reciclagem para moradores da Nova República e oficinas para definição da localização e construção das baias junto aos agentes de reciclagem da cooperativa.

²²¹ Cartilhas sobre a importância e trabalho da reciclagem junto aos moradores.

baias para todos, acontecendo o mesmo problema de antes, e ocorreu um esvaziamento da participação no desenrolar das atividades. O impacto desta proposta foi pequeno, considerando que apesar dos resultados documentais e a construção das baias para colocação do material recolhido, não resolveu a problemática apontada inicialmente.

O primeiro projeto do Coletivo Fundación Oasis Urbano, o Mapa de Moravia, teve enquanto agentes envolvidos, a organização comunitária, coletivos de arte, cultura e pedagogia, as universidades colombianas e alemãs, os comerciantes e empresas privadas, os moradores e os voluntários. Abarcou, a partir de um desenho criado de forma participativa no chão de uma praça, a dimensão cultural, social, pedagógica e legal, por conseguir envolver as pessoas e suas relações com o bairro, fortalecendo a cultura e a simbologia coletiva e de permanência no local, enquanto estava acontecendo uma tentativa de expulsão de alguns moradores, a partir de um decreto de lei²²². Envolveu também o aspecto técnico e físico, no desenvolvimento e construção do mapa. O financiamento foi a partir de verbas universitárias²²³ com a destinação de bolsas para estudantes europeus.

A metodologia foi experimental participativa, já que, apesar da proposta ter sido pensada antes de ser construída, o impacto que o mapa iria causar na população era desconhecido no primeiro momento, sendo, portanto, experimental. A participação veio no processo físico de elaboração do mapa. Enquanto ferramentas, foram utilizadas o protesto, tanto com a construção do mapa no chão, que fortalecia a simbologia de união entre os moradores do bairro, quanto de forma virtual, na divulgação dos encontros de conversa dos moradores e convite a outras organizações comunitárias a apoiarem a negação ao decreto. Além disso, ferramentas de cartografias e mapeamentos foram desenvolvidos para que o mapa fosse o mais real possível, além de oficinas de desenvolvimento das etapas de construção da intervenção em si.

²²² Decreto 0321 del 28 de mayo sobre el Plan Parcial de Renovación Urbana para el barrio Moravia.

²²³ Relacionadas aos serviços de intercâmbio em parceria com as Universidades. São elas: Technische Universität Berlin e Studienstiftung des deutschen Volkes, da Alemanha.

Como resultado, desenvolveu-se de um projeto e intervenção urbanística, desenvolvimento de pesquisas e investigação sobre o bairro e a realização de diversos eventos de arte, cultura e religião no local, se tornando um símbolo do bairro. Apesar disso, não é possível afirmar que o mapa tenha levado a uma interrupção na aprovação do decreto, tendo, portanto, um impacto médio. Isto porque, independente do decreto está pausado ou não, o mapa pode proporcionar uma série de outras intervenções e debates na comunidade, inclusive pautadas por outros coletivos artísticos, organizações comunitárias ou trabalhos acadêmicos e universitários²²⁴.

Já o projeto do Parquecito, envolveu os mesmos agentes e as mesmas formas de financiamento da proposta do Mapa de Moravia. Isto se deve pelo processo de organização do coletivo em relação à entrada de recursos e envolvimento dos participantes. Isto se reflete nas metodologias utilizadas (que também foram as mesmas do outro projeto selecionado para o estudo), referenciado uma forma de trabalho que preza pelo experimental e participativo como premissas metodológicas nas ações. No entanto, as dimensões, ferramentas e resultados são diferentes.

Os aspectos sociais, ambientais, pedagógicos, físicos e técnicos foram abarcados, principalmente, quando se entendem as atividades que acontecem no parque depois da reestruturação do espaço, envolvendo aulas de matemática e idiomas e o desenvolvimento de uma horta comunitária. Enquanto ferramentas utilizadas, tem-se as entrevistas com os moradores para entender o que gostariam que tivesse de novo no espaço, as oficinas com o detalhamento do projeto e a intervenção física que foi a obra de construção em si. O resultado foi a reforma de um espaço já usado pela população com a melhora das áreas de permanência e passagem, inclusão de uma horta e mobiliário fixo, além do aparecimento de novas dinâmicas educacionais, artísticas e culturais. Pode-se considerar que o impacto deste projeto foi grande, pois além de reformar o local, melhorando os aspectos físicos, criaram-se dinâmicas novas, já citadas acima, que dão mais ânimo nas atividades de moradores e outros coletivos do bairro.

²²⁴ Como no caso da UCL - The Bartlett School of Architecture, que fez um projeto chamado “Patrimônio Vivo” em 2023, junto com a comunidade do bairro de Moravia.

Embora ambos os grupos possuam projetos com diferentes níveis de impacto, tornam-se evidentes as incongruências entre as características que atribuem a si mesmos e aquelas que efetivamente mobilizam em seus projetos, o que suscita reflexões sobre práticas, metodologias e ferramentas utilizadas. Essas reflexões revelam, no caso do Coletivo Escalar, uma atuação mais singularizada pelo discurso e pela ação voltados para abarcar lutas territoriais e políticas. Além disso, tanto o Escalar quanto a Fundación articulam a prática arquitetônica e urbanística de modo a ultrapassar a dimensão técnica tradicional, sobretudo por trabalharem em territórios que trazem problemáticas e demandas de articulação distintas das convencionais. Ainda assim, não há uma negação da produção arquitetônica tradicional, reconhecida como necessária em determinados momentos.

REFLEXÕES FINAIS

Esta pesquisa surgiu a partir de uma inquietação pessoal em compreender a atuação dos coletivos de arquitetos, motivada, sobretudo, pela vivência em um desses grupos e pela percepção de seu potencial ampliado de ação política e reivindicatória. A investigação parte do desejo de aprofundar, compartilhar e analisar as potências e os desafios envolvidos nessa forma coletiva de atuação. Nesse contexto, a comparação entre os dois coletivos é construída a partir da análise de suas formas de atuação, desde os objetivos iniciais até os resultados parciais ou finais, considerando as metodologias, ferramentas e impactos envolvidos. Ao examinar experiências diversas, em contextos urbanos distintos, busca-se não apenas compreender como essas práticas se configuram em diferentes territórios, mas também contribuir para a disseminação de suas metodologias, ferramentas e impactos.

Abordar na totalidade a ação de coletivos de arquitetura, temática tão contemporânea ao nosso tempo, buscando entender as metodologias, ferramentas e impactos é um desafio no qual esta tese não pretende esgotar. O próprio termo “coletivo de arquitetura” já remonta a uma grande diversidade de maneiras de agir na cidade do século XXI, que vão desde o viés empreendedor, ativista até o campo mais popular, perpassando por distintas dinâmicas e olhares perante a produção urbana. Por isto, esta pesquisa resolveu enquadrar o campo de atuação para os coletivos de arquitetura que trabalham em territórios autoconstruídos de duas cidades da América do Sul, limitando o recorte de estudo. Ainda que não definitiva ou única, a leitura aqui apresentada visa provocar novas indagações e aprofundar a compreensão sobre o tema, propondo uma sistematização das reflexões desenvolvidas ao longo da pesquisa e uma análise crítica e reflexiva para o tema.

A quantidade de autores contemporâneos que abordam essa temática, destacada ao longo do texto e, em especial, no capítulo três — onde há um resumo dessas características, **na tabela 1** —, evidencia a existência de um elo comum na atuação desses grupos, principalmente relacionado à vontade de desenvolver um trabalho participativo e coletivo, multidisciplinar e interdisciplinar, estruturado em redes de parceria e apoiado em metodologias e ferramentas

alternativas aos modos tradicionais de trabalho. No entanto, tanto a análise geral quanto os estudos de caso apresentados mostram que não há homogeneidade nas ações realizadas pelos coletivos, mesmo entre aqueles que atuam exclusivamente com autoconstrução. Isso ocorre porque, sendo o trabalho fortemente localizado, cada grupo define formas de atuação específicas para as demandas de cada contexto, o que torna difícil estabelecer um único modelo de prática para todos.

Os capítulos dois e três buscaram oferecer o embasamento necessário para compreender as dinâmicas históricas e sociais que influenciam, de forma direta ou indireta, a constituição contemporânea desses coletivos, ainda em uma perspectiva mais ampla e geral. Nesse percurso, destacam-se alguns aspectos relevantes: a ampliação do campo da arquitetura para além de sua concepção tradicional, já presente em experiências do século XX; e a consolidação de uma forte relação entre teoria e prática na arquitetura e no urbanismo, especialmente a partir de exemplos voltados para o desenvolvimento de metodologias e ferramentas de atuação em bairros autoconstruídos na América Latina, reconhecida pela contribuição nesse processo, como vimos no capítulo dois.

Para elucidar as **bases** históricas que conformaram a cidade e o pensamento contemporâneo, o capítulo dois, retomou a idealização da cidade funcional como forma e pensamento da produção urbana, não somente porque foi um marco histórico das cidades, mas também, porque foi neste período, em meados de 1960, que se constituíram grupos de arquitetura em formato coletivo, multidisciplinar e alternativo à produção arquitetônica vigente. Alguns destes grupos, como o Archigram, Team X e Situacionistas, estão presentes até hoje na pauta da discussão disruptiva da arquitetura, e em certa medida, conduzem a um olhar que busca a arquitetura e o urbanismo além da produção tradicional implementada, de plantas técnicas e perspectivas.

No entanto, longe de negar totalmente a ideia de projeto, os coletivos de arquitetos do século XXI operam com uma lógica flexível, que se adapta ao desenvolvimento das demandas, às propostas participativas e ao próprio desenrolar das ações. Suas práticas evidenciam a necessidade de uma leitura atenta dos territórios onde atuam, assim como da cidade em que esses espaços

estão inseridos, reconhecendo as nuances e as possibilidades de transformação diante das problemáticas existentes. Atuando em contextos marcados pela carência de direitos e por múltiplas camadas de necessidades — que extrapolam os limites tradicionais da arquitetura e do urbanismo —, esses coletivos desenvolvem soluções que não apenas respondem às urgências locais, mas também redefinem o próprio fazer arquitetônico. Assim, a flexibilidade metodológica e o engajamento com dinâmicas sociais ampliam o escopo da prática projetual, reafirmando seu caráter político e coletivo.

Neste sentido, apesar dos coletivos de arquitetura contemporâneos não serem uma exclusividade na história, há uma grande diferença que marca e separa a ação dos coletivos do século XX e do XXI, estudados nesta tese, que é o compromisso social, ou seja, a vontade de atuar em territórios “ignorados” pelo poder público, fortalecendo pautas já abordadas pelos movimentos ou organizações comunitárias locais que estão relacionadas a questões como direito à moradia e à cidade, enxergando isto como parte da atuação profissional da categoria. Neste sentido, a formação de novos arquitetos e urbanistas pelas universidades representa uma contribuição relevante, ainda que pouco aprofundada nesta tese, revelando-se como possibilidade futura de continuação desta pesquisa. Além disso, mais duas características separam esses coletivos de dois momentos históricos distintos: a comunicação digital e em rede e a valorização dos saberes populares, combinando-os com técnicas tradicionais e acadêmicas. Isto porque a tecnologia digital do século XXI, como é o caso das redes sociais, proporcionou uma facilidade no encontro, compartilhamento de ideias, troca de experiências e formação de espaços virtuais e físicos de interesses comuns nunca visto na história.

Em relação à valorização dos saberes populares, para os coletivos do século XX, esta não era uma pauta que preocupava ou ditava as proposições, em alguns casos, ao contrário, havia uma negação dos saberes populares e uma necessidade de romper com tudo que fosse considerado ultrapassado. No entanto, questões como compartilhamento de autoria, reinvenção da prática arquitetônica e multidisciplinariedade e interdisciplinariedade podem ser consideradas características comuns entre esses dois coletivos. Apesar disto, os

coletivos multidisciplinares do século XX não são uma inspiração direta para os coletivos do século XXI, tendo momentos históricos, preocupações e objetivos diferentes. Mas, considerando as experiências nos seus contextos e tempos, é importante pontuar que no campo da arquitetura, a formação de coletivos com debates críticos e fora do padrão considerado convencional para a época, já foi uma realidade.

Diferente dos arquitetos que trabalhavam em coletivos multidisciplinares em meados da década de 1960, os coletivos de arquitetura estudados não buscam romper com a lógica vigente com o intuito de serem disruptivos, mas sim, com a necessidade, que as particularidades de cada país impõem, também alinhadas no capítulo dois, de trabalhar em prol de um grupo social e urbano excluído dos direitos e necessidades que a lógica vigente, neoliberal e mercadológica propõe. Nesse contexto, é importante destacar a relevância da América Latina, já discutida no capítulo dois, que entre as décadas de 1960 e 1980 inseriu de maneira decisiva o debate e a prática no campo urbano, reunindo cientistas políticos, antropólogos, arquitetos, urbanistas e sociólogos. Esse legado evidencia a força desses territórios na produção cultural e política dos estudos urbanos, configurando práticas que inspiraram múltiplas formas de atuação em diferentes partes do mundo e consolidaram a região como referência, especialmente no desenvolvimento de metodologias participativas que são adotadas por coletivos de arquitetos.

O capítulo três, deu **estrutura** a essa cidade contemporânea, trazendo à tona elementos históricos que demonstraram as lógicas políticas e econômicas que conduziram a construção e manutenção dos espaços urbanos, demonstrando o gerenciamento da arquitetura e urbanismo neste processo. As cidades globais, o planejamento estratégico e os arquitetos-estrela são exemplos deste sistema.

Ao mesmo tempo, alguns destes encadeamentos levaram à formação dos primeiros coletivos de arquitetos contemporâneos, e ao estudo, por alguns autores, destes grupos, direcionando ao levantamento de uma série de características comuns, principalmente na Espanha e na América Latina. Este ponto, contribui para responder uma série de questionamentos mais gerais, pontuados no início desta tese, que serão detalhados nestas reflexões finais. O

capítulo quatro foi o momento em que houve um afunilamento da pesquisa, abordando o recorte estudado e demonstrando as **ações, metodologias, ferramentas e impactos** destes coletivos de arquitetos nos espaços urbanos das cidades onde atuam, a partir de dois projetos de cada coletivo.

O que os estudos de caso revelam, é que há uma série de características similares e diferentes que envolvem a formação e construção destes grupos, afirmindo o quanto que as dinâmicas particulares de cada país, cidade e território interferem na ação de cada projeto realizado, apresentando metodologias, ferramentas e impactos diferentes a depender da problemática pautada e espaço a ser estudado, revelando que **não há um padrão metodológico e de ferramentas rígido**. No desenvolvimento da pesquisa, percebeu-se a importância de outros critérios para o entendimento do impacto gerado por estas ações no território. Por isso, critérios como agentes envolvidos, dimensão da ação, financiamento e resultados foram inseridos, gerando uma tabela que analisa estes fatores em cada projeto.

Os coletivos de arquitetos atuam a partir de uma compreensão ampliada do território, que exige uma leitura atenta tanto dos espaços diretamente transformados quanto da cidade que os envolve. Suas ações partem do reconhecimento das tensões e das possibilidades de mudança presentes nas situações que enfrentam. Nessas experiências, o projeto não é entendido como uma etapa fixa ou como um produto final, mas como um processo em constante adaptação — que se redefine conforme surgem novas demandas, contribuições da comunidade e desdobramentos da prática. Como esses trabalhos ocorrem em contextos marcados por carência de direitos e por problemas que ultrapassam o âmbito técnico da arquitetura e do urbanismo, as respostas encontradas tendem a propor alternativas que vão além dos formatos tradicionais dessas disciplinas.

Neste sentido, observa-se uma forma de atuação que não separa arquitetura e urbanismo como campos distintos, como frequentemente ocorre em certos escritórios ou abordagens acadêmicas. O campo se manifesta nas práticas cotidianas, nas problemáticas enfrentadas e nas demandas a serem atendidas, de maneira fluida e integrada — faz-se arquitetura e urbanismo, e não arquitetura

ou urbanismo. Essa compreensão é reforçada pela própria escolha terminológica adotada nesta pesquisa — *coletivos de arquitetos urbanistas* —, que busca evidenciar um campo de ação único, contínuo e não fragmentado.

As reflexões desta tese, e o aprofundamento dos estudos de caso se desenham a partir das respostas às perguntas desenvolvidas no início da pesquisa: 1) Como esses coletivos atuam, quais atores participam e quais metodologias e ferramentas são por eles utilizadas? 2) Quais as semelhanças e diferenças nas formas de atuação desenvolvidas por esses coletivos em duas cidades diferentes da América do Sul?

Em resposta ao primeiro questionamento, observa-se que a atuação se inicia a partir de uma demanda comunitária ou de uma parceria previamente estabelecida entre o coletivo e a comunidade. O desenvolvimento das propostas ocorre sob uma perspectiva participativa, na qual moradores e demais atores do território apresentam as problemáticas a serem trabalhadas, tornando-se referência fundamental para a definição e o direcionamento das atividades. Nos dois estudos de caso analisados, as propostas são construídas por meio de etapas preliminares, como oficinas, reuniões e rodas de conversa, que orientam tanto a definição do trabalho quanto as formas de sua realização. Essa dinâmica evidencia o projeto entendido como processo, em que o resultado não se restringe a um produto acabado, mas se materializa nos próprios percursos de construção coletiva, redesenhandoo novas formas de pensar e fazer a produção arquitetônica e urbanística. Trata-se, portanto, de uma prática participativa, elaborada em conjunto, na qual metodologias e ferramentas são definidas e experimentadas ao longo do processo, podendo gerar resultados que nem sempre correspondem a um produto físico.

A forma como estes coletivos de arquitetos atua revela uma multiplicidade de formas de vivenciar e intervir na cidade por meio de práticas sociais, culturais e arquitetônicas que vão além da lógica tradicional da produção do espaço. Os produtos gerados por essas ações — como por exemplo, livros, desenhos, projetos, cartilhas, oficinas, exposições e mobiliários — são expressões materiais de um pensamento ampliado sobre arquitetura, que incorpora outras linguagens e práticas para além do espaço construído e que combinam saberes

populares com conhecimentos e técnicas acadêmicas. Aliado disso, busca-se a interdisciplinariedade, entendendo que o campo da arquitetura e urbanismo não deve ser visto de forma isolada, e que o trabalho em conjunto com outras disciplinas e campos de saberes é importante para resolução de problemas e definição das ferramentas e proposições de ação.

As decisões tomadas e as escolhas de projeto, metodologia e ferramentas são realizadas em conjunto, onde a horizontalidade é pressuposto internamente, mas também, externamente, nas ações territoriais. Há um entendimento de que essas ações não podem ocorrer sem o apoio e colaboração dos moradores dos espaços intervencionados, o que tenta garantir, de alguma forma, um tipo de participação. É desta premissa que a metodologia é desenvolvida e as ferramentas de ação escolhidas, sendo a grande maioria deliberativa e participativa. Nesses contextos, a participação tende a se concentrar em lideranças comunitárias ou em um número restrito de indivíduos capazes de se envolver, sobretudo quando não há um incentivo financeiro formal, como em editais externos, o que resulta em uma participação que, embora democrática em sua estrutura, carece de efetividade prática. Por isso, a análise do desenvolvimento dos projetos indica que os coletivos de arquitetos ainda enfrentam desafios significativos no âmbito dos processos participativos e colaborativos, especialmente no que se refere a fatores extraprojetuais, como a ausência de interesse ou compreensão das propostas por parte da comunidade, bem como a sobrecarga física e mental provocada pelas dinâmicas externas, que comprometem o engajamento ativo da população.

Outro ponto a ser trazido em relação à participação é ao cumprimento de demandas burocráticas fruto do compromisso com determinados editais e fontes de financiamento. Quando o coletivo e a associação comunitária, quase sempre através da voz da liderança, se comprometem a cumprir o plano de trabalho aprovado em um edital, ele precisa satisfazer as demandas de tempo, recurso e resultados esperados pelo planejamento proposto. Ocorre que em muitos momentos, acontecem imprevistos e situações que necessitam de mais tempo e recurso para serem concluídos. No entanto, como o compromisso, financiamento ou tempo de execução não pode ser completamente alterado, a

ação fica comprometida, acontecendo em partes, de forma superficial, e em alguns casos sem a participação comunitária, já que há uma exigência burocrática que precisa ser cumprida, que implica em sanções e multas, caso não seja efetuada. Nestes casos, questões burocráticas podem inviabilizar a efetivação de propostas mais participativas e gerar resultados menos associados às necessidades e realidades existentes.

Isto demonstra que o tempo dos editais e das burocracias institucionalizadas, muitas vezes, não serão os tempos necessários para desenvolvimento efetivo de uma proposta, revelando uma ação com baixos impactos ou superficial. Apesar disso, para os institutos e fontes financiadores que exigem comprovação da execução do recurso, os trabalhos serão divulgados de forma integral e como se não houvesse tido problemas e questões durante o desenvolvimento das atividades, mesmo que isso tenha sido informado. Neste sentido, há, de certa forma, uma apropriação, por parte dos financiadores, dos projetos realizados pelos coletivos, já que não há uma preocupação real sobre a execução da atividade, revelando ser mais importante que algo seja feito, independentemente de ser bom ou ruim, contanto que possa ser divulgado e contabilizado como uma ação social. Neste caso, os coletivos ficam tentando articular as necessidades territoriais e o que pode ser desenvolvido mediante a exigência do edital, procurando gerar ações mais efetivas, e em alguns casos, opta por não participar de determinados editais por entenderlos como eticamente inviáveis, principalmente no caso brasileiro, onde há maior participação de editais externos e de objetivos mais claramente definidos em relação a lutas políticas e de direitos.

Outro fator específico da forma como os coletivos de arquitetura trabalha tem a ver com a ação territorializada. Ou seja, não há uma forma generalista de atuação, porque cada território vai pressupor uma necessidade, uma problemática e uma resposta específica. Neste campo, as ferramentas também se tornam úteis pois permitem acessar e conhecer especificidades de um local, que são essenciais na tomada de decisões. Por isso, consideramos que a atuação dos coletivos busca uma abordagem *bottom-up*, ou seja, de baixo para cima, quando as decisões e escolhas são tomadas por quem vivencia o espaço

urbano. Este processo traz uma análise crítica sobre a construção da cidade pela administração pública que foca em projetos de grande porte e longo prazo como solução para qualquer problema, quando, já se debate, desde meados de 1960, a importância de projetos em escalas próximas do cidadão, com o olhar atento ao que está sendo construído e pautado pela população que mora naquele local, como vimos em estudos e trabalhos realizados na América Latina (capítulo dois). Neste sentido, ações experimentais, efêmeras ou temporárias podem instigar a participação da população, sendo, por vezes, mais capazes de engajar a sociedade, apesar de, no geral, apresentarem pouca mudança estrutural efetiva.

Essa atuação localizada evidencia, ainda, que os atores comunitários se constituem como elementos centrais para a efetivação de transformações em espaços públicos, sendo sua participação mais determinante do que o projeto arquitetônico. Essa centralidade se justifica pelo conhecimento profundo que esses sujeitos possuem sobre as dinâmicas, relações sociais, problemas e potenciais cotidianos do território, o que contribui diretamente para a sustentabilidade e continuidade das ações propostas. Neste sentido, a Fundación Oasis Urbano possui esta vantagem em relação a outros, como veremos mais adiante.

Os atores que participam do desenvolvimento das propostas, respondendo ainda a primeira pergunta, demonstram a importância que a interdisciplinariedade tem para ações. Uma das formas de propor a interdisciplinariedade, além da própria diversidade de composição do grupo (que envolve diversos tipos de campos profissionais), é o trabalho em rede com outros coletivos, associações, instituições, universidades, movimentos, organizações e grupos comunitários. As redes são elementos que fortalecem as lutas por conquista de direitos, porque possibilitam maior visibilidade das ações, troca de experiências em problemáticas e ações similares e evidenciam a flexibilidade nas formas de atuação, ressaltando a relevância da ação coletiva como componente fundamental para uma transformação mais efetiva do território. A atuação dessa rede colaborativa revela, ainda, a limitação das práticas adotadas pela administração pública na condução da produção urbana, especialmente quando negligencia a importância do papel desempenhado pelas organizações.

A formação das redes é fruto de uma era digital, que facilita o encontro de pensamentos similares e divergentes. No entanto, é preciso cuidado na formação delas para que não haja uma apropriação neoliberal da ação de forma a conduzi-la a um processo de agenciamento e fortalecimento de práticas excludentes, como por exemplo, na transformação de coletivos que pautam lutas urbanas e de moradia em empreendedores sociais. Um exemplo é o livro “Moravia Manifesto”, produzido pela Fundación Oasis Urbano, cuja venda física se restringe a uma plataforma digital específica, a um preço exorbitante, o que impede o acesso livre de qualquer pessoa interessada em conhecer a história de resistência do bairro. A limitação de um conhecimento, por parte dos próprios produtores do conhecimento, também é uma forma da captura e apropriação neoliberal.

A atuação, por parte dos profissionais do coletivo, é no campo profissional. No entanto, a falta de recurso financeiro que paguem dignamente a estes profissionais faz com que a grande maioria do trabalho seja desenvolvido de forma voluntária, assim como acontece com a participação da comunidade e dos líderes envolvidos. Quando há um financiamento, parte do recurso é destinado a estes pagamentos, mas como não há recurso suficiente, o trabalho torna-se, na maioria dos momentos precarizado. Esta realidade limita a possibilidade de que, qualquer pessoa interessada neste tipo de atuação escolha participar do coletivo, porque por vezes as pessoas precisam escolher o próprio sustento em jornadas de trabalho que não possibilitam trabalhos extras, sendo também um dos principais motivos de saída ou instabilidade de membros dos grupos. A partir disso, vamos para a segunda pergunta, quais as semelhanças e diferenças nas formas de atuação desenvolvidas por esses coletivos em duas cidades diferentes da América do Sul?

As particularidades locais revelam algumas diferenças importantes de serem pontuadas nos dois estudos de caso. No Brasil, revelou-se que a atuação de coletivos de arquitetos está ganhando muita força no entendimento da Lei nº 11.888/2008, a partir da perspectiva da Assessoria Técnica, como campo profissional e político, mesmo que a legislação ainda não tenha uma

aplicabilidade real²²⁵. Apesar disso, já há um movimento, como citado em outros momentos, que entende a necessidade de atualização desta norma, prevendo questões que já são aplicadas por profissionais que atuam na área de assistência e assessoria, tensionando questões como a interdisciplinariedade e forma de garantia de mecanismos financeiros e legais que assegurassem a aplicação da lei, independente do grupo político que estaria no poder.

Esta lei e sua possível aplicabilidade pressupõe um campo de disputa, principalmente entre os arquitetos, que está relacionado a duas questões divergentes: A primeira, que entende esse “novo” campo profissional com grande potencial de aplicação, afinal temos grandes áreas autoconstruídas na cidade, onde o arquiteto poderia atuar através do empreendedorismo social e; a segunda, que pressupõe essa atuação a partir de um campo político de luta por direitos no qual o Estado deveria prover a partir de recursos para garantir esses direitos. O Coletivo Escalar se posiciona na segunda questão, entendendo a ação como um direito a ser reconhecido e aplicado pelo Estado, a partir da ação num campo político ativo e na luta territorial em prol da garantia de direitos, em um campo experimental de cidade, de produção urbana local e participativa.

De alguma forma, se a legislação fosse cumprida, esta seria uma maneira de garantir minimamente o direito dos cidadãos “ignorados” pelo poder público, pautando questões como saúde, bem-estar, habitação e direitos básicos. O Coletivo Escalar, pauta essa reivindicação, reafirmando que a sua ação deveria ser embasada pela política pública, com recursos público, já que atua-se na garantia de direitos básicos negados pelo próprio Estado. Ou seja, pautar a ação dos coletivos de arquitetos como um caminho de atuação territorial que contribui, através de metodologias e ferramentas colaborativas e participativas para o entendimento das necessidades locais, enquanto política pública, seria proposição interessante, considerando que o direito à moradia é um direito constitucional. No entanto, é interessante levantar uma reflexão sobre isto: a formalização na ação dos coletivos de arquitetos que atuam em bairros

²²⁵ Fato comprovado a partir da quantidade de Residências Universitárias em Arquitetura e Urbanismo que vem surgindo nas Universidades Federais e da quantidade de Coletivos de Assessoria Técnica Popular que surgiu nos últimos 5 anos, especialmente no nordeste brasileiro.

autoconstruídos, não invisibilizaria a potência reivindicatória na luta por direitos, por se tornar parte do Estado, que por vezes é opressor?

Na Colômbia, apesar de não haver uma legislação específica, como a Lei da ATHIS, as transformações no qual a cidade de Medellín passou, através do chamado “Urbanismo Social”, geraram uma série de modificações nos espaços mais populares da cidade, levando mobilidade e equipamentos públicos relacionados a arte, educação e esporte, causando impactos positivos nos dados sociais e econômicos, comprovando como a questão urbana é importante para a transformação social. Parte desta movimentação causou uma mudança de perspectiva nos arquitetos urbanistas da cidade, que em alguns casos eram ainda estudantes, que viram o potencial que a modificação urbanística poderia causar, principalmente por conta da perspectiva de concursos de arquitetura²²⁶.

No entanto, diferentemente do Brasil, a Colômbia não dispõe de uma legislação que assegure o direito à moradia por meio da presença obrigatória de um profissional específico voltado a essa demanda. Assim, na Fundación Oasis Urbano, não há um direcionamento que contemple a atuação no campo político-legislativo como estratégia de garantia de direitos. Isso não significa, contudo, que o coletivo ignore as dimensões políticas e as lutas constantes dos moradores para permanecer em um bairro permanentemente ameaçado pelo mercado imobiliário; a diferença está na ausência de uma perspectiva legal que respalde tais reivindicações, o que acaba afastando as ações propostas da esfera política. Ainda que as transformações urbanas desenvolvidas pelo chamado “Urbanismo Social” tenham produzido impactos concretos nos espaços da cidade, especialmente nos bairros autoconstruídos, e que tenham, inclusive, fomentado cursos de especialização em faculdades privadas voltados para práticas participativas no âmbito territorial, não existe, como no Brasil, um respaldo legal que possa garantir institucionalmente esse tipo de atuação.

Portanto, a falta de ação política pública nos dois países, e especificamente nas duas cidades, mesmo no que já possui uma legislação base, mas que não é de forma efetiva, conduz a um enfraquecimento da potência de ação destes

²²⁶ Que não continuou acontecendo como vimos no capítulo 2.

coletivos, que, necessitados de recursos financeiros para agir, ficam dependentes de editais de empresas, instituições e órgãos internacionais, que, por vezes, possuem limites de aplicação dos recursos. Além disso, há um limite ético e moral que fica no debate desses grupos: aceita o recurso, que irá impactar positivamente nestes territórios, de empresas que se beneficiam destas ações como forma de marketing, e que, de outras formas, reafirmam essas desigualdades e problemáticas, ou, não aceita este recurso e não age no território. Ou se age, o faz de forma precária, sem de fato conseguir um impacto efetivo?

Esta é uma das principais questões que envolvem as ações dos coletivos de arquitetos. Não somente porque impacta na questão ética e moral destes grupos, mas também porque é a falta de recursos que leva a outras problemáticas, como desligamento de membros, que, por vezes leva à finalização do coletivo; precarização do trabalho, com pagamentos baixos e que ocasionam aos membros jornadas duplas ou triplas como forma de sustento; cooptação deste grupos por empresas e instituições que os usam como forma de marketing, mas que na realidade, em outras instâncias, lucra com a desigualdade social e econômica dos territórios e; o baixo impacto de algumas ações, que, se houvesse um recurso adequado, poderia modificar a realidade de vários territórios.

Ainda sobre esta segunda pergunta, há um reflexo deste impacto no comparativo dos dois coletivos: enquanto a Fundación Oasis Urbano consegue recursos europeus a partir da universidade e parceiros, a ponto de conseguir construir espaços públicos, comprar uma casa na comunidade que abriga a sede da empresa, dentre outras ações, que afetam diretamente na qualidade de vida dos moradores do bairro, o Coletivo Escalar, não consegue recursos suficientes para promover ações e projetos que tenham um impacto direto, demonstrando a influência que o capital tem na dimensão de ação e de existência dos coletivos de arquitetos. Este ponto leva a outra questão que se reflete na responsabilização sobre a destinação de recursos e construção dos espaços públicos da cidade, que deveria ser de responsabilidade do Estado. No entanto, como a cidade é pensada seguindo a lógica mercadológica neoliberal, não é

interessante destinar investimentos públicos a espaços que, provavelmente, não darão o retorno esperado.

Neste cenário, a metodologia precisa se apresentar como um elemento que garanta o mínimo exigido para que a dimensão social seja respeitada, por isso, o envolvimento dos moradores e das pessoas que vivenciam cotidianamente o espaço vem como uma premissa, e precisam abranger a dimensão flexível, adaptável e processual, não existindo fórmulas prontas que garantam a efetiva participação. As ferramentas são encaradas da mesma maneira, como meios que facilitam e dão suporte às ações, entendendo-as como parte do processo, que precisa, abranger as dimensões acima pontuadas. Neste sentido, as redes colaborativas são essenciais, pois permitem o compartilhamento de experiências e de ferramentas que contribuíram para determinadas ações de um lugar e que podem ser inspiradoras para outras.

Por isso, as abordagens de Placemaking, Acupuntura Urbana e Urbanismo Tático são inspirações que vão ser buscadas quando necessário, mas não terão uma aplicação direta no território, principalmente porque elas foram pensadas para cidades europeias e estadunidenses com realidades históricas, sociais, econômicas e políticas completamente diferentes da latino-americana. Diante disto, quando observadas no contexto das cidades latino-americanas, seus limites tornam-se evidentes, revelando questões relacionadas a: a) transformação real que estas abordagens têm no espaço; b) instrumentalização destas práticas por agentes públicos e privados e, por último; c) a superficialidade e pouca articulação com as demandas comunitárias. Embora possam contribuir para a valorização de espaços públicos, para a ativação comunitária e para a experimentação de soluções urbanas, essas práticas frequentemente revelam-se insuficientes diante da complexidade e da escala das desigualdades que caracterizam a região.

Um primeiro limite (a) está na escala e profundidade das transformações, pois atuam de maneira localizada, por meio de pequenas intervenções que, ainda que simbólicas e mobilizadoras, dificilmente enfrentam problemas estruturais como déficit habitacional, precariedade de infraestrutura e segregação socioespacial, pouco alterando as condições concretas de vida em territórios

marcados pela autoconstrução e pela ausência histórica do Estado. Outro entrave é a falta de continuidade e institucionalidade, já que grande parte dessas iniciativas é temporária e carece de políticas públicas estruturantes que assegurem sua permanência e expansão, o que faz com que seus efeitos se dispersem com o tempo.

Soma-se a isso a instrumentalização dessas práticas por governos e agentes privados (b), que muitas vezes as utilizam como estratégias de marketing urbano ou embelezamento de áreas centrais, reforçando dinâmicas de gentrificação e sem garantir a permanência dos moradores. Ainda que se apresentem como participativas, essas metodologias muitas vezes não se articulam profundamente com as comunidades locais, sendo conduzidas por consultores, ONGs ou gestores externos que produzem soluções criativas, mas distantes das demandas reais da população (c).

Além disso, essas práticas remetem a uma forma de ação, já destacada ao longo da tese, associada ao princípio do “faça você mesmo”, que evidencia a omissão do poder público diante de determinados territórios da cidade. Nesse sentido, o Brasil se diferencia por oferecer, por meio de leis e algumas políticas públicas, a possibilidade de estruturar tais ações com base em fundamentos legislativos e no direito à cidade — ainda que de maneira incipiente e permeada por inúmeras limitações, trazendo o diferencial brasileiro da atuação das assessorias em comparativo a outras experiências.

No entanto, não há uma negação absoluta destas práticas e ferramentas, usando-as e adaptando-as quando necessário. Mesmo para a Fundación Oasis Urbano, que tem integrantes europeus, estas práticas não são dadas como finalidade, mas sim como meio, como possíveis formas e instrumentos para se chegar a algum lugar. Portanto, nos coletivos aqui abordados tais práticas, e suas respectivas ferramentas e metodologias, não são descartadas, mas compreendidas como ações complementares, cuja potência só se realiza quando integradas a políticas públicas mais amplas e vinculadas às lutas territoriais de base comunitária.

Os dois estudos de caso revelam que os coletivos de arquitetos assumem o papel de agentes transformadores ou catalisadores da vida comunitária colaborativa, por meio de uma produção arquitetônica e urbana que se distancia dos modelos convencionais e valoriza uma abordagem múltipla e interdisciplinar das dinâmicas urbanas e sociais. Ao experimentarem a cidade por meio de projetos interdisciplinares, esses coletivos possibilitam a vivência do espaço urbano não apenas a partir de uma percepção multissensorial, mas também a partir da urbanidade cotidiana daqueles que habitam e experienciam esses espaços. Desse modo, buscam representar e construir uma outra cidade — não aquela baseada nos paradigmas tradicionais de produção, mas sim uma cidade que emerge da desconstrução das práticas hegemônicas e da proposição de novas formas de conceber e habitar o urbano.

Por isso, apesar de diversas características similares, questões como²²⁷: o imediatismo dos resultados; a estratégia de inserção no mercado profissional; a reinvenção constante da prática arquitetônica; a atuação experimental e; prática construtiva efetiva a partir de tecnologias de baixo impacto são características diferentes entre estes coletivos e estão relacionadas principalmente a este campo político ampliado, que não permite um imediatismo nas ações, a partir de práticas experimentais efêmeras, mas prevê que há uma possibilidade de expansão do campo profissional, a partir da política pública, onde nem sempre a reinvenção da prática arquitetônica será uma premissa. Podemos refletir, portanto, que a legislação no Brasil, produz uma prática nos coletivos de arquitetura que trabalham a partir da assessoria distinta de outros coletivos, principalmente por buscar essa garantia legislativa no campo da política pública.

Além disso, no contexto brasileiro, observa-se que a atuação dos coletivos de arquitetos vinculados à assessoria técnica popular está estrategicamente orientada para além da transformação física do espaço. Seu objetivo envolve também compreender a prática profissional e o próprio território como instrumentos de uma estratégia política de luta por direitos urbanos, como evidenciam as descrições desses grupos em sites e redes sociais — um debate que se consolidou com força no país no período pós-ditadura militar, como

²²⁷ Ver Tabela 2, capítulo3, p. 123.

discutido no capítulo dois. Já na Colômbia, embora o trabalho não se apresente explicitamente como uma luta por direitos, quando as intervenções espaciais são propostas, ocorre um movimento de reafirmação da existência diante das pressões mercadológicas. Nesse sentido, o território, seja por sua trajetória histórica, seja pela ação coletiva, revela-se como portador de um caráter político de resistência e afirmação de direitos.

Outro fator que pode explicar a ausência de uma estratégia de luta urbana e política na atuação da Fundación Oasis Urbano, na Colômbia, está relacionado à sua composição: o coletivo é formado não apenas por colombianos, mas também por alemães que, em alguns casos, não possuem a mesma afinidade acadêmica e vivencial com a realidade local, o que enfraquece o potencial reivindicatório do grupo. Ainda assim, essa questão só poderia ser considerada de forma consistente caso os demais coletivos de arquitetura analisados tivessem explicitado tal objetivo em suas práticas, o que não ocorreu no acompanhamento das atividades e nas entrevistas, conforme apresentado na metodologia e no capítulo quatro. Isso reforça, portanto, a hipótese desta tese inicialmente proposta, de que há um diferencial de atuação em torno dos coletivos de arquitetos que trabalham com assessoria técnica no Brasil.

A experiência brasileira em torno da assessoria técnica revela a intenção de superar os limites tradicionais da prática profissional, expandindo sua atuação para além das dimensões estritamente técnicas. Nesse sentido, a assessoria articula arquitetura e urbanismo a uma dimensão política de ação, fundamentada no debate sobre o direito à cidade e amparada pela Lei 11.888/2008. Essa atuação ainda se reverbera a partir do histórico latino-americano de debate, teorização, pesquisa e ação sobre os territórios autoconstruídos e populares, que revelam diversas estratégias de enfrentamento, metodologias e ferramentas utilizadas e reutilizadas por estes grupos em suas proposições, reafirmando a relevância da América Latina diante das realidades de desigualdades socioespaciais.

Neste sentido, é possível afirmar que **os coletivos de arquitetos urbanistas contemporâneos articulam arquitetura e urbanismo em práticas, metodologias e ferramentas que rompem com os moldes tradicionais da**

prática profissional, sendo que, no Brasil, a assessoria técnica se destaca por articular de modo mais explícito suas práticas às disputas políticas e territoriais? A análise das ações dos dois coletivos de arquitetos estudados, e as questões explicitadas acima, revelam que esta proposição se mostra parcialmente verdadeira.

A ação dos coletivos de arquitetos, como os estudos de caso demonstram, é pautada a partir de necessidades do próprio território, não sendo uma demanda de fora para dentro, mas sim, de dentro para dentro, ou, em alguns casos, de dentro para fora. Assim, a atuação perpassa muito pela mediação, escuta e tradução das necessidades dos territórios para desenvolvimento de uma metodologia com ferramentas diversas na busca por soluções viáveis, sempre em parceria com alguma entidade territorial, seja organização, movimento ou liderança comunitária, revelando que nos dois casos há uma articulação entre arquitetura e urbanismo que busca ferramentas e metodologias que ultrapassam a dimensão técnica tradicional, buscando soluções adaptáveis às diversas realidades e necessidades.

No entanto, a diferença entre o coletivo brasileiro — O Escalar — e o colombiano — Fundación Oasis Urbano — reside sobretudo no discurso e na orientação da prática. No caso brasileiro, as propostas, metodologias e ferramentas adotadas estão diretamente vinculadas às lutas sociais, com o objetivo explícito de buscar respostas e assegurar direitos. Já na Colômbia, a atuação se concentra na produção, melhoria e transformação dos espaços urbanos e públicos, por meio de atividades arquitetônicas, urbanísticas, educativas e culturais que, como resultado, acabam por revelar uma tentativa de garantir direitos frequentemente negligenciados pelo poder público. Em síntese, enquanto no Brasil a luta política é assumida como eixo central, na Colômbia ela emerge como consequência das ações realizadas.

No caso brasileiro, a legislação que pauta a ATHIS, atua como fomentadora desse tipo de prática, oferecendo embasamento legislativo à necessidade de garantir direitos, como o acesso à moradia, por meio de possibilidade de políticas públicas. Além disso, a articulação entre arquitetura e urbanismo com práticas, metodologias e ferramentas que extrapolam a dimensão técnica tradicional

evidencia que o fazer arquitetônico e urbanístico se constitui, sobretudo, no próprio processo, mais do que em um produto físico final. É justamente nesse processo que a dimensão política se manifesta e se consolida como prática e como possibilidade de conquista.

No entanto, isso não significa que as ferramentas e metodologias, do coletivo brasileiro, promovam um impacto que altere a natureza no qual o sistema econômico e político entende aqueles espaços, mudando a vida das pessoas e trazendo garantia de direitos. Também não há como assegurar que os movimentos, organizações e lideranças comunitárias consigam representar de forma direta e eficaz as necessidades territoriais, revelando a fragilidade de sistemas democráticos de representação, tanto no Brasil, como na Colômbia. Por isso, esta hipótese se revela **parcialmente** verdadeira, já que, em algumas ações do caso brasileiro, houve incapacidade na participação e impactos pouco efetivos e pontuais, causando uma ineficiência nas lutas políticas pautadas, se aproximando em termos de processo, objetivo e consequências do coletivo colombiano.

Além da influência direta da universidade na formação dos profissionais, questão já pontuada como importante de ser aprofundada em pesquisas futuras, se apresentam mais duas questões que não foram aprofundadas nesta tese, mas que são interessantes pontos de inflexão, no qual é possível se debruçar no futuro. A primeira, tem a ver com questões de raça e gênero, tanto na formação destes coletivos, quanto na aproximação com outros agentes sociais que participam das ações destes grupos, principalmente quando percebe-se que os principais impactados destas ações nestes territórios e bairros autoconstruídos são mulheres negras, inclusive porque, em muitos casos, englobando os analisados nesta tese, são as mulheres negras as líderes comunitárias. Entender como se dão estas relações no território e entre a comunidade e os coletivos poderia ser interessante para contribuir com o estudo destes grupos. A segunda concentra-se na quase inexistência de coletivos de arquitetos em cidades menores no interior dos dois países, o que pode revelar a falta de interesse dos profissionais em estar nestas cidades ou o pouco interesse que há na implementação de políticas públicas nestes espaços, dentre outras possíveis

indagações que uma pesquisa poderia apresentar. Estas questões, alinhadas com pontos elencados acima, como os resultados, positivos e negativos, de políticas públicas brasileiras em territórios periféricos, reafirmam que ainda há muito que se estudar sobre estes grupos e as transformações nos quais eles passaram.

Chegando ao final desta tese, fica demonstrado que a atuação dos coletivos de arquitetos em bairros autoconstruídos da América do Sul revela-se como um campo fértil de práticas urbanas que dialogam com as dinâmicas locais, mas que também enfrentam limites estruturais, institucionais e políticos, revelando as necessidades de ampliação do escopo das práticas projetuais tradicionais principalmente para lidar com temáticas como os territórios periféricos e bairros autoconstruídos, onde as dinâmicas se revelam mais complexas. As diferenças observadas entre os coletivos estudados demonstram que não há um modelo único ou replicável: cada experiência é moldada por legislações, contextos sociopolíticos, formas de inserção no mercado e vínculos com os territórios. No Brasil, por exemplo, a busca por respaldo legal e inserção nas políticas públicas configura um campo de atuação distinto, menos voltado ao experimentalismo efêmero e mais direcionado à institucionalização da assessoria técnica como prática legítima e política. Ainda assim, mesmo quando há escuta ativa, mediação cuidadosa e ferramentas desenvolvidas em parceria com os moradores, nem sempre os impactos são estruturantes, duradouros ou há uma obtenção de direitos efetivas nos territórios. A parcialidade que responde a hipótese desta tese, no entanto, não representa uma fraqueza da ação coletiva — ao contrário, ela revela sua complexidade, sua potência e seus desafios. É nessa zona de incertezas, onde o fazer se reinventa e a cidade se reconstrói por entre margens e resistências, que reside a força política desses coletivos. Afinal, mesmo que não transformem completamente o sistema, os coletivos abrem brechas. E, às vezes, é justamente nas brechas que a cidade começa a mudar.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Eneida de. L'Architettura Futurista: o manifesto de Antonio Sant'Elia. **Arq.Urb.**, [S.I.], n. 9, p. 143–158, 2013. Disponível em: <https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/371>. Acesso em: 15 maio 2025.
- ALMEIDA, Rafael Goffinet de. **Espacialidades da participação**: agenciamentos entre cultura, política e subjetivação neoliberal. 2023. 422 p. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2023. Disponível em: 10.11606/T.102.2023.tde-26072023-095128. Acesso em: 21 fev. 2025.
- ARCHDAILY. **Projeto Casa da Música / OMA**. 2025. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/765378/casa-da-musica-oma>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- ARANGO, Silvia. Una generación de arquitectos latinoamericanos. Autorías múltiples y compromiso social. In: CARRIÓN, Fernando e DEL PINO, Inés. **Arquitectura Latinoamericana Contemporánea**: identidad, solidaridad y austeridad. Ecuador, 2021, p. 108-116.
- ARANTES, Pedro Fiori. **Arquitetura Nova**: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões. São Paulo: Editora 34, 2002.
- ARTEAGA ROSERO, Armando; AGUDELO PATIÑO, Luis Carlos; QUINCHÍA ROLDÁN, Suly María. **Urbanismo em Medellín, siglo XXI**: Aportes a la discussión. Bogotá: Editorial Universidad Nacional de Colombia, 2018.
- AZEVEDO, Marlice Nazareth Soares de; FREITAS, José Francisco Bernardino. O seminário de habitação e reforma urbana: antecedentes de uma política para habitação popular. **URBANA**, v.6, n. 8, p. 759-775, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/320569791_O_seminario_de_habitacao_e_reforma_urbana_antecedentes_de_uma_politica_para_habitacao_popular. Acesso em: 07 fev. 2025.
- BARONE, Ana Claudia Castilho. **Team 10: arquitetura como crítica**. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2002.

BASSANI, Jorge. **Coletivos na cidade de São Paulo**. Itaú Cultural, 2016. Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/jorge-bassani-coletivos-na-cidade-de-sao-paulo-2016>. Acesso em: 10 mar. 2024.

BAZÁN, Agustina; MOTTA, Jorge. Apuntes para repensar los espacios de articulación entre vivienda y ciudad en asentamientos populares. **Revista INVI**, Santiago do Chile, v. 37, n. 106, p. 73-95, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5354/0718-8358.2022.67139>. Acesso em: 10 jul. 2024.

BENETTI, Pablo. **Desafios para o projeto urbano, metodologia e conceitos**. A necessária constituição de um sujeito político. Rio de Janeiro: Rio Books, 2020.

BLÁZQUEZ, Florencia. Los colectivos de arquitectura latinoamericanos en el siglo XXI. Revisiones en el quehacer profesional. **Dearq**, Colômbia, n. 37, p. 24-31, 2023. Disponível em: <https://revistas.uniandes.edu.co/index.php/dearq/article/view/876/8954> . Acesso em: 25 mar. 2024.

BOHIGAS, Oriol. **Contra la incontinencia urbana: reconsideración moral de la arquitectura y la ciudad**. Barcelona: Electa, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 5 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil: Brasília, DF, 11 jul. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 15 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008**. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 24 dez. 2008. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11888.htm. Acesso em: 12 set. 2022.

BRASIL JUNIOR. **Programa de Empresas Juniores Universitárias**. [2025]. Disponível em: <https://brasiljunior.org.br/conheca-a-brasil-junior>. Acesso em: 8 jan. 2025.

BRASILEIRO, Alice; DUARTE, Cristiane. O Favela-Bairro no Rio de Janeiro, início dos anos 90: o contexto de uma política habitacional municipal, os espaços de uso comunitário e a integração das favelas à cidade. In: DICKMAN, Ivo; DICKMAN, Ivanio. **A questão da habitação popular**. Curitiba: Base Editorial, IBEP, 2015. p. 79-97. Disponível em: <https://lasc.fau.ufrj.br/public/upload/2017-06-23/0f21733609e91c5b10b0a0b5224bda80.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2024.

BRENNER, Neil. Seria o “urbanismo tático” uma alternativa ao urbanismo neoliberal? **e-metropolis - Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 27, p. 6-18, 2016. Disponível em: <http://emetropolis.net/artigo/201?name=seria-o-urbanismo-tatico-uma-alternativa-ao-urbanismo-neoliberal>. Acesso em: 9 jun. 2024.

CALVO ISAZA, Óscar. **Urbanización y Revolución en América Latina. Santiago de Chile, Buenos Aires y Ciudad de México (1950-1980)**. Ciudad de México-Medellín: COLMEX, Facultad de Ciencias Humanas y Económicas, Universidad Nacional de Colombia, 2022.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade**. São Paulo: Editora Contexto, 2021.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARVALHO, Beatriz Barsoumian de; RUELA, Felipe Ximenes de Brito Franco; MACHADO, Matheus Bonini. Planejamento Regional e Habitação Rural na América Latina O VI Curso Regional de Habitação Rural e os diálogos CINVA-SUDENE. **Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo (SIIU)**, Barcelona, v. 15, n. 15, p. 1-11, 2023. Disponível em: <https://revistes.upc.edu/index.php/SIIU/article/view/12656>. Acesso em: 18 mar. 2024.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança:** movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

COLIN, Silvio. **Pós Modernismo.** Repensando a Arquitetura. Rio de Janeiro: UAPÊ, 2004.

COONVITE. **Nosotras.** Informações sobre o Coonvite. Disponível em: <https://www.coonvite.com/nosotras> Acesso em: 15 nov. 2023.

CORREIA, Telma de Barros. Cajueiro Seco: habitação, cidadania e pobreza. **Risco:** Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, [S.I.], n. 12, p. 94-96, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4506.v0i12p94-96>. Acesso em: 8 abr. 2024.

COURB - Instituto COURB. **Encontros.** Brasília, DF: COURB, 2021. Disponível em: <https://www.courb.org/encontros/>. Acesso em: 28 ago. 2022.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política e Sociedade.** Florianópolis, v. 3, n. 5, p. 139-164. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1983>. Acesso em: 12 jul. 2024.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano:** 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

DGT – Direção-Geral do Território. **Ponto URBACT Nacional.** Lisboa, Portugal: DGT, 2025. Disponível em: <https://www.dgterritorio.gov.pt/node/824#:~:text=O%20URBACT%20%C3%A9%20um%20programa,desenvolvimento%20urbano%20sustent%C3%A1vel%20e%20integrado>. Acesso em: 01 fev. 2025.

DURÁN CALISTO, Ana María. From Paradigm to Paradox: On the Architecture Collectives of Latin America. **Harvard Design Magazine.** Cambridge, [S.I.], n. 34, p. 24-33, 2011.

ESCALAR – Assessoria Técnica Popular. **Coletivo de Assessoria Técnica Popular em Arquitetura, Urbanismo e Geografia**. Salvador, 2025. Disponível em: <https://coletivoescalar.wixsite.com/my-site/quem-somos>. Acesso em: 12 mai. 2023.

ESCALAR. Entrevista 2, 2024.

ESCOBAR ORJUELA, Luis Javier. La debilidad del Estado colombiano en tiempos del neoliberalismo y el conflicto armado. **Revistas Uniandes**. Bogotá, [S. I.], n. 49, p. 103-116, 2000. Disponível em: <https://journals.openedition.org/colombiaint/24123?lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2024.

FENEA - Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. **EMAU**. São Paulo, SP. Disponível em: <https://www.feneabr.org/emaу>. Acesso em: 01 fev. 2025.

FERNANDES, Juliana De Boni; PONTE, Thaís Oliveira. O Fórum em números. In: Fórum de Assessoria Técnica Popular do Nordeste, 2., 2022, Fortaleza. **Anais do Fórum de Assessoria Técnica Popular do Nordeste**. Fortaleza: Taramela Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade, 2022. Disponível em: <https://forumatpne.wixsite.com/site/publicacaoatual>. Acesso em: 01 fev. 2025.

FERREIRA, Marina Boaretto. Autoconstrução e Autogestão Habitacional no Brasil um estudo comparativo em dois períodos: 1975 - 1986 e 2004 – 2018. In: XVIII Encontros Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2019, Natal. **Anais...** Natal: ANPARQ, 2019, p. 1-19. Disponível em: <https://xviiiennanpur.anpur.org.br/anaisadmin/capapdf.php?reqid=518>. Acesso em: 24 fev. 2025.

FREITAS, Clarissa Figueiredo Sampaio. Planejamento pelo direito à cidade e as práticas insurgentes na periferia de Fortaleza. In: XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2017, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPARQ, 2017, p. 1-15. Disponível em:

<http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenapur/article/view/2110>. Acesso em: 28 ago. 2025

FONTES, Adriana Sansão; GALARCE, Fernando Espósito; VALLE, Leticia Martins do; MOTTA, Victor Fernandes; FARIA, Thais da Silva. Táticas cidadãs para ativação de áreas subutilizadas: o caso das hortas comunitárias do Rio de Janeiro. **Revista arq.urb**, [S. I.], n. 23, p. 147-169, 2018. Disponível em: <https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/45>. Acesso em: 13 jan. 2025.

FÓRUM DE ASSESSORIA TÉCNICA POPULAR DO NORDESTE. **Apresentação**. 2025. Disponível em: <https://forumatpne.wixsite.com/site/apresentacao>. Acesso em: 15 jan. 2025.

FULLER, Greice; SUTTI, Alessandra. Placemaking nas cidades: a transformação do espaço público na sociedade da informação. **Revista de Direito da Cidade**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p.1660-1176, 2021. Disponível em: e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/44787/39688 Acesso em: 10 jul. 2024.

FUNDACIÓN OASIS URBANO. **Sobre**, 2024. Disponível em: <https://www.oasisurbano.org/es#about>. Acesso em: 03 ago. 2024.

FUNDACIÓN OASIS URBANO. Entrevista 1, 2023.

FUNDO CASA SOCIOAMBIENTAL. **I Chamada de Projetos – Programa Casa Cidades Nordeste 2020 – Fortalecendo Comunidades para Construção de territórios Justos, Colaborativos e Sustentáveis**. [2025]. Disponível em: <https://casa.org.br/>. Acesso em: Acesso em: 15 jan. 2025.

GHILARDI, Flávio Henrique. **Cooperativismo de moradia em montevidéu e autogestão habitacional no rio de janeiro**. As bases sociais, políticas e econômicas da produção social do habitat na América Latina. 2017. 331 p. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/42/teses/859185.pdf> . Acesso em: 17 fev. 2024.

GODOY, José Henrique Artigas de. Economia Humana e desenvolvimentismo católico: o pensamento e a ação de Louis-Joseph Lebret no Brasil. **Teoria&Pesquisa** - Revista de Ciência Política. São Carlos, v. 24, n. 1, p. 40-53, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4322/tp.24104>. Acesso em: 16 out. 2024.

GÓMEZ DURÁN, Juan Miguel. **Colectivos de Arquitectura**. Producción y Crítica. 2016. 62 p. Dissertação (Mestrado em Arquitectura Crítica y Proyecto). Faculdade de Arquitectura, Universidad Pontificia Bolivariana, Medellín, 2016.

GONÇALVES, Rafael Soares; AMOROSO, Mauro. Golpe militar e remoções das favelas cariocas: revisitando um passado ainda atual. **Acervo**, [S. I.], v. 27, n. 1, p. 209–226, 2014. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/468>. Acesso em: 22 mar. 2024.

GOHN, Maria da Glória. **Participação e democracia no Brasil**: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013. Petrópolis: Vozes, 2019.

GONZÁLEZ ESCOBAR, Luis Fernando. **Ciudad y arquitectura urbana en Colombia, 1980-2017**. 2. ed. Medellín: Editorial Universidad de Antioquia, 2017.

GORDILHO-SOUZA, Angela. **Limites do habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX**. Salvador: EDUFBA, 2008.

GORDILHO-SOUZA, A.; QUEIROZ, C. Narrativas e práticas coletivas pelo direito à cidade: projetos interativos na periferia de Salvador. **Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 136-149, 2022. Disponível em: [10.5935/cadernospes.v22n2p136-149](https://doi.org/10.5935/cadernospes.v22n2p136-149). Acesso em: 6 fev. 2025.

GORELIK, Adrián. A Produção da Cidade Latino-Americana. **Tempo Social**, São Paulo, v. 17, n. 01, p. 111-133, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/PbtdgkddPYMwWS9CRkkTyZK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 nov. 2022.

GORELIK, Adrián. **A cidade latino-americana**: uma figura da imaginação social do século XX. Salvador: EDUFBA, 2024.

GOUVERNEUR, David. **Diseño de nuevos asentamientos informales**. Medellín: Fondo Editorial Universidad Eafit, 2016.

GRISALES, Sandra Patrícia Arenas. Colômbia: a memória em meio à guerra. **Tempo Social**, [S. I.], v. 25, n. 2, p. 123-139, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/538GmJ8fTLtWs6K8nMtJnHv/?format=pdf>.

Acesso em: 20 jul. 2024.

GRUPO DE AÇÃO NOVA REPÚBLICA. **Dossiê Encosta**. Salvador: Nova República, 2020.

HAMRA, José Eduardo Calijuri. **Urbanismo Bottom-up: sociedade em rede e processos de urbanização emergentes**. 2018. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. 198 p. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-31082018-160155/pt-br.php>. Acesso em: 8 nov. 2024.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos; BRITO, Felipe; PESCHANSKI, João; MAIOR, Jorge; SAKAMOTO, Leonardo; SECCO, Lincoln; IASI, Mauro; NINJA, Mídia; DAVIS, Mike; LIVRE, Movimento; OLIVEIRA, Pedro; ROLNIK, Raquel; BRAGA, Rui; VIANA, Silvia; ZIZEK, Slavoj; LIMA, Venício. **Cidades Rebeldes**: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

HEHL, Rainer. A convergência de micro e macro atores rumo a redes multiescalares para intervenções urbanas. In: ROSA, M. L. **Microplanejamento**: práticas urbanas criativas. São Paulo: Criativa, 2011. p. 150-158.

HERNÁNDEZ ARAQUE, María Jimena. Urbanismo participativo: construcción social del espacio urbano. **Revista de Arquitectura**, Bogotá, v. 18, n. 1, p. 6-17,

2016. Disponível em: <https://doi.org/10.14718/RevArq.2016.18.1.2>. Acesso em: 18 abr. 2024.

HOLGUÍN, Cielo. **Aportes desde los Laboratorios Urbanos de Moravia para articular procesos comunitarios y promover Acupuntura Urbana en barrios autoconstruídos**. 2022. 177 p. Dissertação (Mestrado em Procesos Urbanos y Ambientales). Centro de Estudios Urbanos y Ambientales – URBAM Universidad EAFIT. Medellín, Colombia, 2022. Disponível em: <https://repository.eafit.edu.co/items/69c42077-5c42-415e-a7c6-c9ddc04b1bd3>. Acesso em: 05 mar. 2023.

HUAPAYA ESPINOZA, José Carlos. “¿Modernismo regional o regionalismo moderno? La contribución de Eduardo Neira Alva al problema de la vivienda en América Latina. **WASI**, Universidad Nacional de Ingeniería, Lima, v. 2, n. 3, p. 101-115, 2015. Disponível em: <https://revistas.uni.edu.pe/index.php/wasi/article/view/1757/2082>. Acesso em: 6 abr. 2024.

HUAPAYA ESPINOZA, José Carlos. Reflexões sobre a forma urbana latino-americana. O aporte dos Congressos Pan-americanos de Arquitetos e da Sociedad Interamericana de Planificación, 1920-1976. **URBANA: Revista Eletrônica Do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, Campinas, v. 7, n. 10, p. 63-68, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/320542432_Reflexoes_sobre_a_forma_urbana_latino-americana_O_aporte_dos_Congressos_Pan-americanos_de_Arquitetos_e_da_Sociedad_Interamericana_de_Planificacao_1920-1976. Acesso em: 23 out. 2022.

HUAPAYA ESPINOZA, José Carlos; HERNÁNDEZ CIRO, Eulalia. Cultura e estética popular sul-americana. Perspectivas para a leitura na visão de John F. C. Turner, 1963–1978. **RUA: Revista de Urbanismo e Arquitetura**, [S.I.], n. 11, p. 48-75, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rua/article/view/65668>. Acesso em: 6 abr. 2024.

HUAPAYA ESPINOZA, José Carlos; GRAPPI, Letícia Prata. Novas-velhas questões? [Re]visitando as teorias de John F. C. Turner sobre a “cidade informal” no Brasil. In: ENANPUR, 17º, 2017, São Paulo. **Anais do XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. São Paulo: ANPUR, 2019. Disponível em: <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenapur/article/view/2038>.

Acesso em: 11 maio 2023.

HUAPAYA ESPINOZA, José Carlos; CERQUEIRA, Laís da Silva. John F. C. Turner em Salvador: Aproximações à problemática habitacional brasileira. **RUA: Revista de Urbanismo e Arquitetura**, n. 11, p. 98-113, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rua/article/view/65671/36763>. Acesso em: 15 fev. 2024.

IRAZÁBAL, Clara. Da Carta de Atenas à Carta do Novo Urbanismo: qual seu significado para a América Latina? **Vitruvius**, 2021. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.019/821>. Acesso em: 7 fev. 2025.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

JACQUES, Paola Berenstein. Breve histórico da Internacional Situacionista – IS. **Vitruvius**, ano 03, n. 035, abr. 2003. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.035/696>. Acesso em: 5 abr. 2023.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **La revolución urbana**. Madrid: Editora Alianza, 1976.

LERNER, Jaime. **Acupuntura urbana**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2011.

LIMA, Carlos Henrique Magalhães de. A nuvem e a rua: novos movimentos urbanos nas metrópoles brasileiras. In: ENANPUR, 2017, São Paulo. **Anais do XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. Rio de Janeiro: ANPUR,

2017. Disponível em: http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%209/ST%209.2/ST%209.2-01.pdf. Acesso em: 4 ago. 2024.

LINARES LINARES, Carol Pierina. **CO.lectivos ¿entidad o condición?** 2018. 137 p. Dissertação (Mestrado em Comunicación Arquitectónica). Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Madrid, Madri, 2018. Disponível em: <https://oa.upm.es/62619/>. Acesso em: 12 ago. 2022.

LISIAK, Janaína; SILVA, Thiago. A urbanização da favela Brás de Pina: um ponto de inflexão enquanto episódio. **Cronologia do Pensamento Urbanístico**, 2025. Disponível em: <https://cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1565#:~:text=A%20urbaniza%C3%A7%C3%A3o%20da%20favela%20Br%C3%A1s,ponto%20de%20inflex%C3%A3o%20enquanto%20epis%C3%B3dio>. Acesso em: 12 fev. 2025.

LOBOSCO, Tales. Práticas urbanas e produção do espaço em ocupações informais. **GeoTextos**. Salvador, v. 5, n. 2, p. 25-48, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/1486/1/3167.pdf> Acesso em: 4 jan. 2025.

LYDON, Mike; GARCIA, Anthony. Tactical urbanism: short-term action for long-term change. **Nova York**: Island Press, 2015. Disponível em: https://issuu.com/streetplanscollaborative/docs/tactical_urbanism_vol._2-portuguese. Acesso em: 3 jul. 2024.

MACEDO, Adilson Costa. A Carta do Novo Urbanismo Norte-americano. **Vitruvius**, ano 07, n. 082, mar. 2007. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.082/262>. Acesso em: 21 out. 2024.

MARICATO, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 17, n. 48, p. 151–166, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9928>. Acesso em: 7 mar. 2025.

MARICATO, Ermínia; COLOSSO, Paolo. Da Cidade Segregada à Cidade Insurgente. **Outras Palavras**, São Paulo, 11 dez. 2017. Disponível em: <https://outraspalavras.net/cidadesemtranse/da-cidade-segregada-a-cidade-insurgente/>. Acesso em: 04 fev. 2025.

MARQUES, Monique. Por um urbanismo de guerrilha. **Cadernos PPG-AU/FAUFBA**. Salvador, v. 10, n. 1, p. 131-150, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/ppgau/article/view/60432>. Acesso em: 14 jul. de 2024.

MARTÍN-MARISCAL, Amanda; FERNÁNDEZ-VALDERRAMA, Luz. Procesos colaborativos en la arquitectura contemporánea: ¿creatividad colectiva? In: **Colección INVESTIGACIONES IdPA_02**. Sevilla, 2016. p. 141-158. Disponível em: <https://idus.us.es/server/api/core/bitstreams/c0419fc3-b782-4a40-bb4b-1b931d499b31/content>. Acesso em: 12 set. 2024.

MCGUIRK, Justin. **Ciudades radicales: un viaje a la nueva arquitectura latinoamericana**. Madrid: Turner Publicaciones, 2015.

MEDELLÍN CÓMO VAMOS. **Análisis de la evolución de la calidad de vida en Medellín 2004-2007**. Medellín: Medellín Cómo Vamos, 2024. Disponível em: <https://www.medellincomovamos.org/biblioteca/digital>. Acesso em: 10 mar. 2024.

MELO, Luís Cláudio de Melo Brito Rocha; SANTOS, Camila Andrade dos; TEIXEIRA, Júlio Monteiro; ALMENDRA, Rita. Perspectivas para placemaking no Brasil no contexto do design e da arquitetura: revisão da literatura do conceito e análise de casos de referência. **Cuadernos del Centro de Estudios en Diseño y Comunicación**, Buenos Aires, n. 213, p. 173-189, 2024. Disponível em: <https://dspace.palermo.edu/ojs/index.php/cdc/article/view/10987>. Acesso em: 20 fev. 2025.

MENDES, Izabel Cristina Reis. **Programa Favela-Bairro: uma inovação estratégica? Estudo do Programa Favela-Bairro no contexto do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro**. 2007, 203 p. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São

Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16136/tde-03052007-144846/publico/dissertacao.pdf#page=22.12>. Acesso em: 6 set. 2024.

MENEZES, Cícero. Henri Lefebvre publica "Le droit à la ville". **Cronologia do Pensamento Urbanístico**, 2024. Disponível em: <https://cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1556>. Acesso em: 30 jan. 2024.

MONTANER, Josep Maria. **Depois do Movimento Moderno: Arquitetura da segunda metade do século XX**. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.

MONTANER, Josep Maria. Colectivos de arquitectos: En la arquitectura colectiva, la obsesión individualista por la autoría se diluye y la obra se vuelve más social y más plural. **El País**, Madri, 06 fev. 2013. Disponível em: https://elpais.com/ccaa/2013/02/06/catalunya/1360177819_587334.html. Acesso em: 15 mar. 2024.

MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida. **Arquitetura e política: ensaios para mundos alternativos**. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

MONTANER, Josep; MUXÍ, Zaida. **Política e Arquitetura: Por um urbanismo do comum e ecofeminista**. São Paulo: Olhares, 2021.

MONTANER, Josep Maria. **A condição contemporânea da arquitetura**. São Paulo: Gustavo Gili, 2016.

MONTANER, Josep Maria. **Do diagrama às experiências, rumo a uma arquitetura de ação**. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.

MONTEIRO, Louise Brunet de Figueiredo. **Urbanismo Tático e o Planejamento Urbano: ações e reações no contexto da cidade contemporânea**. 2019, 101 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Projeto Urbano) – Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto, Porto, 2019. Disponível em: <https://intervencoesestemporarias.com.br/wp-content/uploads/2020/10/Urbanismo-Tatico-e-o-Planejamento-Urbano-acoes-e-reacoes-no-contexto-da-cidade-contemporanea.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2025.

NAHOUM, Benjamín. **Algunas claves**. Reflexiones sobre aspectos esenciales de la vivienda cooperativa por ayuda mutua. Montevideo: Trilce, 2013.

NEL-LO, Oriol. **La ciudad en movimiento**. Crisis social y respuesta ciudadana. Madrid: Díaz & Pons, 2015.

NOGUEIRA, Pedro Caetano Eboli; PORTINARI, Denise Beruezo. Urbanismo tático e a cidade neoliberal. **Arcos Design**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, 2016, p. 177-188, 2017. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/arcosdesign>. Acesso em: 03 jul. 2022.

NOVICK, Alicia. La ciudad, el urbanismo y los intercambios internacionales. Notas para la discusión. **Revista Iberoamericana de Urbanismo**, Barcelona, [S.I.] n. 1, p. 4-13, 2009. Disponível em: <https://upcommons.upc.edu/handle/2099/12252>. Acesso em: 23 mar. 2022.

OLIVEIRA, F. M. G.; SILVA NETO, M. L. Do direito à cidade ao direito dos lugares. **Urbe**. Revista Brasileira de Gestão Urbana, [S.I.], nº 12. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.e20190180>. Acesso em: 22 ago. 2024.

PALERÓ, Juan Santiago. **Arquitectura participativa**: Un estudio a partir de tres autores: Turner, Habraken y Alexander. 2017, 180 p. Córdoba: Editorial de la Facultad de Arquitectura, Urbanismo y Diseño de la Universidad Nacional de Córdoba, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Juan-Paler%CC%83o/publication/354528665_Arquitectura_participativa_Un_estudio_a_partir_de_tres_autores_Turner_Habraken_y_Alexander/links/613cef1e4e1df271062e96c9/Arquitectura-participativa-Un-estudio-a-partir-de-tres-autores-Turner-Habraken-y-Alexander.pdf. Acesso em: 16 mar. 2024.

PONTUAL, Virgínia. Louis-Joseph Lebret na América Latina: um exitoso laboratório de experiências em planejamento humanista. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 19, n. 1, p. 195, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2017v19n1p195>. Acesso em: 26 fev. 2025.

PRÊMIO PREFERIA VIVA - PREFERIA VIVA. Resultado final da seleção do Prêmio Periferia Viva 2024. Brasília, DF. Disponível em: <https://iniciativas-mapadasperiferias.cidades.gov.br/edital/4#info>. Acesso em: 01 fev. 2025.

PROEXT - PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO (PROEXT). Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade (ACCS). Universidade Federal da Bahia, 2025. Disponível em: <https://proext.ufba.br/accs>. Acesso em: 8 jan. 2025.

PRÓSPERO, Victor. Relevância e ambivalências da arquitetura e do urbanismo no regime militar (1964-1985). **Revista Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 1-20, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/zxz9z6q9RmxG3gWtCmT893P/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 abr. 2024.

PROYECTO NN. Nosotros. Informações sobre o Proyecto NN. Disponível em: <https://proyectonn.com/nosotros/> Acesso em: 15 nov. 2023.

PULHEZ, Mariana Martins. Fronteiras da desordem: saber e ofício nas experiências de Hélio Oiticica no Morro da Mangueira e de Carlos Nelson Ferreira dos Santos em Brás de Pina. **Revista do IEB**, São Paulo, n. 47, p. 94-114, set. 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/34617/37355>. Acesso em: 25 fev. 2025.

QUEIROZ, Igor; RABELO, Gabriela; CHAVIER, Janaína; VIEIRA, Leonardo; MIGILIANO, Milene; VALLADÃO, Solange. **Notas sobre o Moderno:** a(s) Carta(s) de Atenas e a emergência do Team X. Salvador: Cronologia do Pensamento Urbanístico, 2025. Disponível em: https://cronologiadourbanismo.ufba.br/leituras.php?id_leitura=26. Acesso em: 01 fev. 2025.

RAU+E. Residência Acadêmica em AU+E: Histórico. Universidade Federal da Bahia, 2025. Disponível em: <https://residencia-aue.ufba.br/pt-br/historico>. Acesso em: 8 jan. 2025.

REDE MORADIA E ASSESSORIA. Site oficial, 2025. Disponível em: <https://www.moradiaassessoria.org.br/>. Acesso em: 8 jan. 2025.

REDE MORADIA. **Práticas Territoriais: Atividades desenvolvidas pelos grupos da Rede Moradia-Assessoria**, 2025. Disponível em: <https://www.moradiaassessoria.org.br/>. Acesso em: 15 jan. 2025.

REIS, Dila. Criado o Fórum Nacional da Reforma Urbana. **Cronologia do Pensamento Urbanístico**, 2025. Disponível em: <https://cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1406>. Acesso em: 8 jan. 2025.

REIS, Lara de Barros Ramos. **Arquitetura em Coletivo**: os desafios de coletivos de arquitetura em tempos neoliberais. 2022. 118 p. Dissertação (Mestrado) Curso de Arquitetura, Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2022. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/104778>. Acesso em: 15 jan. 2024.

RESTREPO, Nataly Montoya. Urbanismo social en Medellín: una aproximación a partir de la utilización estratégica de los derechos. **Estudios Políticos**, [S. I.], n. 45, p. 205–222, 2014. Disponível em: <https://revistas.udea.edu.co/index.php/estudiospoliticos/article/view/20203>. Acesso em: 17 mar. 2025.

RIOS SIERRA, Jerónimo. **Colombia (2016-2021)**: De la paz territorial a la violencia no resuelta. 2021. Disponível em: <https://pt.everand.com/book/509473674/Colombia-2016-2021-De-la-paz-territorial-a-la-violencia-no-resuelta>. Acesso em: 10 abr. 2024.

ROLNIK, Raquel. Prefácio. In: MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaída. **Política e Arquitetura**: Por um urbanismo do comum e ecofeminista. São Paulo: Olhares, 2021. p 7-11.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2019.

ROSA, Marcos. **Microplanejamento**. Práticas urbanas criativas. São Paulo: Editora de Cultura, 2011.

ROY, Ananya; ALSAYYAD, Nezar. **Urban Informality:** Transnational Perspectives from the Middle East, Latin America, and South Asia. Nova Iorque: Lexington Books, 2004.

SÁ, Ana Isabel Junho A. de. Cidades de código aberto: por um urbanismo de segunda ordem. **V!RUS**, São Carlos, n. 10, 2014. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus10/?sec=4&item=5&lang=pt>. Acesso em: 19 mar. 2024.

SACCONI, Davide. Arquitetura como práxis: apontamentos sobre o legado da Arquitetura Nova. **Revista arq.Urb**, [S.I.], n. 29, p. 31-40, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.37916/arq.urb.vi29.487>. Acesso em: 4 mar. 2025.

SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 16, p. 31-49, jun. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/63CscvjkSmfXqPbKttkDfn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 4 mar. 2025.

SÁNCHEZ MAZO, Liliana Maria. **Medellín: uma cidade construída a "várias mãos"? Participação e política urbana na transformação da cidade popular contemporânea.** 2017, 359 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tde-05072017-112601/>. Acesso em: 23 mar. 2024.

SÁNCHEZ MAZO, Liliana Maria. Cidade construída a várias mãos? A experiência de Medellín-Colômbia. In: III Encontros Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2014, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPARQ, 2014, p. 1-16. Disponível em: <https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/Artigos/ST/ST-HDC-001-4-Liliana.Mazo.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2025.

SANTOS, Patrícia Monteiro Santoro dos. **Participação em políticas públicas de urbanização de favelas:** a gestão (não) compartilhada do PAC – caso Alemão. 2020.188 p. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Universidade

Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.prourb.fau.ufrj.br/integrantes/patricia-monteiro-santoro-dos-santos/>. Acesso em: 21 jan. 2025.

SASSEN, Saskia. Ciudad Global: introducción a un concepto. In: **Las múltiples caras de la globalización**. Madrid: BBVA, 2009. p. 62. Disponible em: <https://trabajosocialunam.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/08/saskia-sassen-concepto-de-ciudad-global.pdf>. Acesso em: 1 set. 2024.

SAULE JÚNIOR, Nelson. **O direito à cidade como paradigma da governança urbana democrática**. [S.I.], 2005. 8 p. Disponível em: <https://polis.org.br/publicacoes/o-direito-a-cidade-como-paradigma-da-governanca-urbana-democratica/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

SCHLACK, Elke; ARAUJO, Kathya. Espacio público: registros alternativos para pensar y construir el espacio público en ciudades de Latinoamérica. **Revista INVI**. Santiago do Chile, v. 37, n. 106, p.1-23 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5354/0718-8358.2022.68886>. Acesso em: 07 jul. 2024.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Empresa Júnior – o que é? E como funciona?**. Brasília, DF: Sebrae c2021. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ap/artigos/empresa-junior-o-que-e-e-como-funciona,e3a048ae422fe510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 01 fev. 2024.

SEGRE, Roberto. Arquitetura. In: **Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe**. [S.I.]: USP, 2025. Disponível em: <https://sites.usp.br/portallatinoamericano/es-espanol-arquitectura>. Acesso em: 11 fev. 2025.

SILVA, Bárbara. Ficção e realidade na Arquitetura Radical Italiana. **Poiésis**, Niterói, v. 19, n. 31, p. 39-60, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/330735252_Ficcao_e_realidade_na_Arquitetura_Radical_Italiana. Acesso em: 06 mar. 2025.

SILVA, Marcos Solon Kretli. Redescobrindo a arquitetura do Archigram. **Vitruvius**, a. 04 n. 048, maio 2004. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.048/585>. Acesso em: 14 fev. 2025.

SOUZA, Diego Beja Inglez de. **Reconstruindo Cajueiro Seco**: Arquitetura, política social e cultura popular em Pernambuco (1960-64). 2008. 276 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-02082010-115837/publico/Reconstruindo_CS_DBIS.pdf. Acesso em: 07 fev. 2025.

STAVRIDES, Stavros. **Espaço Comum: A cidade como obra colectiva**. Lisboa: Orfeu Negro, 2021.

SUAREZ, Naia Alban. Coletivos de arquitetura na América Latina: influências, micropolíticas e transgressões. In: GORDILHO-SOUZA, Angela; CUNHA, Márcio. Cotrim; SUAREZ, Naia Alban. **Pesquisa em projeto e extensão na pós-graduação em arquitetura e urbanismo**. Salvador, 2020. p. 350-387.

TEOBALDO, Izabela Naves Coelho. A cidade espetáculo: efeito da globalização. **Sociologia**: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, v. 20, n. 16, p. 31-49, 2017. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2282>. Acesso em: 16 maio 2024.

TONELLA, Celene. Políticas urbanas no Brasil: marcos legais, sujeitos e instituições. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 28, n. 1, p. 1-20, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/bJXnyw9HfzBzJb3nR6gx8CJ/>. Acesso em: 7 maio 2024.

TORRES TOVAR, Carlos Alberto. **Ciudad informal colombiana**: barrios construidos por la gente. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Artes, 2009. Disponível em: https://issuu.com/procesosurbanosinformales/docs/ciudad_informal_colombiana. Acesso em: 10 jun. 2022.

TURNER, John F. C. Habitação de Baixa Renda no Brasil: Políticas atuais e oportunidades futuras. **Arquitetura**, n. 68, p. 17-19, 1968.

TURNER, John F. C. Una nueva visión del déficit de la vivienda. In: LEWIS, David (org.). **El crecimiento de las ciudades**. Barcelona: Gustavo Gili, 1972.

TURNER, John F. C. **Housing by People**: Towards Autonomy in Building Environments. New York: Pantheon, 1976.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (org.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2002.

VILAÇA, Ícaro; CONSTANTE, Paula. (org.). **Usina**: entre o projeto e o canteiro. São Paulo: Edições Aurora, 2015.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VALLADARES, Licia do Prado. A descoberta do trabalho de campo em "Aspectos Humanos da Favela Carioca". In: FREIRE, Lícia L. et al. (org.). **Favelas cariocas: ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

VELASCO, Thaís. Habitação como direito social: a Lei de ATHIS, sua aplicabilidade e desafios. In: XX Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2023, Belém. **Anais...** Belém: ANPARQ, 2023, p. 1-18. Disponível em: <https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st09-26.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2025.

WILDEROM, Mariana; RECAMÁN, Luiz. O sentido das possibilidades de uma contra-hegemonia na arquitetura. **V!RUS**, São Paulo, n. 24, p. 1-16, 2022. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/papers/v24/734/734pt.php>. Acesso em: 07 jul. 2024.

YÚDICE, George. Modelos de desarrollo cultural urbano: ¿gentrificación o urbanismo social? **Alteridades**, Ciudad de México, v. 18, n. 36, p. 1-15, jul./dez.

2008. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-70172008000200005. Acesso em: 10 jun. 2022.

ZABALBEASCOA, Anatxu. La arquitectura de la red social. **El País**, Madri, 20 mar. 2011. Disponível em: https://elpais.com/diario/2011/03/20/eps/1300606012_850215.html . Acesso em: 15 mar. 2024.

ZABALBEASCOA, Anatxu. Tras el tsunami de la crisis. **El País**, Madri, 20 out. 2012. Disponível em: https://elpais.com/cultura/2012/10/17/actualidad/1350477728_747257.html . Acesso em: 15 mar. 2024.

ZERBINATO, Isabel Mayumi Garcia; AVELAR, Laura Melo; REZENDE, Lucas Augusto Rocha; OLIVEIRA, Luísa Melo Garcia de. Gestão e planejamento urbano em Medellín: considerações acerca do direito à cidade e do empreendedorismo urbano. **Revista Ímpeto**, Alagoas, [S.I.], v. 11, p. 88-107, 2021. Disponível em: <https://seer.ufal.br/index.php/revistaimpeto/article/view/12591/9387>. Acesso em: 22 ago. 2025.

ZEIS JÁ! **Quem somos**. 2025. Disponível em: <https://www.zeisja.org/>. Acesso em: Acesso em: 15 jan. 2025.

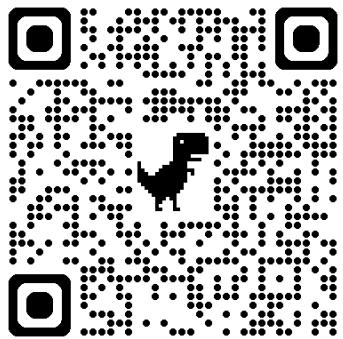
ZUQUIM, Maria de Lourdes; SÁNCHEZ MAZO, Liliana María; BRANDÃO, Ana Júlia Domingues das Neves. Intervenções contemporâneas em cidades da América Latina: práticas recentes de intervenção urbana em áreas informais. Brasil – Colômbia In: XVII Congresso ARQUISUR, 17., 2013, Córdoba. **Anais do XVII Congresso ARQUISUR**. Córdoba: Arquisur - Asociación de Escuelas y Facultades de Arquitectura Públicas del Mercosur, 2013. Disponível em: <http://nappiacweb.fau.usp.br/wp-content/uploads/2020/01/interven%C3%A7%C3%A3o-B5es-contempor%C3%A2neas-em-cidades-da-am%C3%A9rica.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2024.

ZYLBERSZTAJN, Breno Eitel. **John F. C. Turner: vida, obra e sua contribuição para a revisão da política habitacional nos anos 1970**. 2018. 149 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://dspace.mackenzie.br/items/5756be70-2eaf-41a7-bace-63949f8ed157>. Acesso em: 14 jul. 2024.

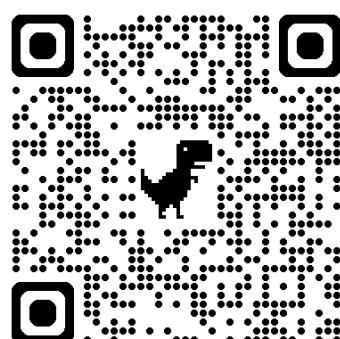
APÊNDICES

APÊNDICE 1 – REDES SOCIAIS DOS COLETIVOS ESTUDADOS.

Estes Qrcode's tem a coletânea de todos as postagens feitas pelos dois coletivos estudados. Elas demonstram parte das metodologias, ferramentas e impactos das ações dos coletivos, e como eles escolhem apresentar essas informações para as redes virtuais. Foram utilizadas na pesquisa para entender e conectar diversos pontos como as parcerias, atores envolvidos, financiamentos e ações que os coletivos apoiam.



COLETIVO ESCALAR



FUNDACIÓN OASIS URBANO

APÊNDICE 2 - TABELA COM INFORMAÇÕES GERAIS DO COLETIVO ESCALAR.

FICHA DO COLETIVO ESCALAR*	
NOME DO COLETIVO:	COLETIVO ESCALAR
ANO DE FUNDAÇÃO	2019
ANO DE ENCERRAMENTO	///
EQUIPE	Clara Araújo, Mariana Pardo, Luisa Gusmão, Caroline Liu, Raísa Santos , Lara Espinheira, Eric Estevão e Laís Cerqueira
PARTICIPANTES FIXOS	Clara Araújo, Mariana Pardo, Luisa Gusmão, Caroline Liu, Raísa Santos , Lara Espinheira, Eric Estevão e Laís Cerqueira
DIRETORIA	Clara Araújo, Mariana Pardo, Luisa Gusmão, Caroline Liu, Raísa Santos , Lara Espinheira e Laís Cerqueira
PARCERIAS**	REDE ATPN, UFBA, ZEIS JÁ, REDE MORADIA E ASSESSORIA, FORUM POPULAR DE SEGURANÇA PÚBLICA DA BAHIA // FUNDO BRASIL, HABITAT PARA A HUMANIDADE E CAU
LINHA DE TRABALHO	Grupo que atua no campo da Assessoria Técnica Popular, em Salvador, formado por estudantes e profissionais de Arquitetura, Urbanismo e Geografia, que trabalha junto a movimentos sociais e organizações comunitárias
ATUAÇÃO	As ações desenvolvidas buscam respeitar a história e a memória local, contribuindo com lutas e reivindicações em torno da justiça racial, social e ambiental. Entre nossos objetivos estão o direito à moradia digna, à cidade e ao território, tendo em perspectiva também o direito à participação e a articulação entre diferentes sujeitos e saberes.
INFORMAÇÕES GERAIS	Instagram: https://www.instagram.com/coletivoescalar/ Site: https://coletivoescalar.wixsite.com/my-site e-mail: coletivo.escalar@gmail.com

* Estes dados foram autorizados pelos coletivos para serem divulgados.
 ** As parcerias mudam de acordo com o projeto a ser executado. Nesta tabela foram colocados todos os parceiros, independente do projeto.

Tabela 4 - Ficha do Coletivo Escalar. Fonte: Autoria própria, 2025.

APÊNDICE 3 - TABELA COM INFORMAÇÕES GERAIS DA FUNDACIÓN OASIS URBANO.

FICHA DO COLETIVO FUNDACIÓN OASIS URBANO	
NOME DO COLETIVO:	Fundación Oasis Urbano
ANO DE FUNDAÇÃO	2013
ANO DE ENCERRAMENTO	-
EQUIPE	Cielo Holguín, Maximilian Becker, Albert Kreisel, Nina Pawlicki, Tobias Schrammek, Dubian Monsalve, Elys Torreglosa, Cleyda Murillo, Arbej Gomez, Juan Aristizabal, Ana Betancur, Alejandro Arteaga, Karl Becker, Juliana Gutierrez, Moritz Ahlert, Roberto Rodelo, Julián González, Diego Ortiz, Lina Tobon, Juan Pablo Cadavid, Angela Holguin.
PARTICIPANTES FIXOS	Cielo, Nina, Max, Albert, Tobias y Dubián
DIRETORIA	Cielo Holguín, Maximilian Becker, Albert Kreisel
Aliados	
PARCERIAS**	Oasis Urbano co-produce estrategias inclusivas para transformações holísticas de barrios urbanos. Nosotros entendemos los asentamientos informales no como un problema sino como una parte esencial de la solución para los desafíos más urgentes que las ciudades están enfrentando hoy y en el futuro. Conectamos a comunidades locales con la academia, organizaciones civiles y culturales, el sector privado y público, para intercambiar conocimientos y experiencias. En laboratorios multidisciplinarios e interculturales, estos actores a menudo divididos se encuentran en terreno para discutir, diseñar, construir y divertirse juntos. Las acciones colectivas crean confianza y prueban el potencial de la co-producción en procesos abiertos de diseño con resultados sorprendentes. Encontrando lenguajes comunes, creamos puentes entre iniciativas de base y planteamientos descendentes, y activamos la co-creación de una ciudad digna de vivir para todos sus habitantes.
LINHA DE TRABALHO	Entendemos los asentamientos informales no como un problema sino como una parte esencial de la solución para los desafíos más urgentes que las ciudades están enfrentando hoy y en el futuro. Conectamos a comunidades locales con la academia, organizaciones civiles y culturales, el sector privado y público, para intercambiar conocimientos y experiencias.
ATUAÇÃO	Entendemos los asentamientos informales no como un problema sino como una parte esencial de la solución para los desafíos más urgentes que las ciudades están enfrentando hoy y en el futuro. Conectamos a comunidades locales con la academia, organizaciones civiles y culturales, el sector privado y público, para intercambiar conocimientos y experiencias.
INFORMAÇÕES GERAIS	Instagram: https://www.instagram.com/fundacionoasisurbano/ Site: https://www.oasisurbano.org/est#about E-mail: hello@oasisurbano.org
* Estes dados foram encontrados no site do coletivo.	
** As parcerias mudam de acordo com o projeto a ser executado. Nesta tabela foram colocados todos os parceiros do ano de 2023.	

Tabela 5 - Ficha da Fundación Oasis Urbano. Fonte: Autoria própria, 2025.

APÊNDICE 4 – MODELO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA REALIZADA COM OS COLETIVOS DE ARQUITETOS URBANISTAS.

NOMBRE DEL COLECTIVO - XXXX

RESPONSABLE POR EL COLECTIVO EN LA ENTREVISTA

• EN RELACIÓN CON EL PROPIO COLECTIVO

¿Cómo explicaría el colectivo XXX a alguien / qué es el XXXX?

- ¿Quiénes son las personas que participan en el colectivo? Cantidad y profesiones
- ¿Cuál es el objetivo del XXX?

¿Por qué el nombre XXX?

Cuento un poco cómo y por qué se formó el colectivo

- ¿En qué año empezaron?
- ¿Por qué decidisteis crear/organizar el XXXX?

¿Dónde estudiaron las personas que participan del XXX?

¿Creen que la universidad fue importante para la formación y escoja de hacer XXX?

¿Hay alguna referencia académica o de autores (por ejemplo, relacionada a temáticas como espacio público, participación...) que vosotros utilizan en las intervenciones? ¿O esto no es importante para el trabajo del XXX?

¿Hay algún debate interno sobre conceptos y cuestiones que envuelven el grupo XXX y sus acciones?

¿Cómo entienden el concepto de "derecho a la ciudad"?

- ¿Utilizan alguna referencia o metodología de autores latinoamericanos?

¿Hay algún libro, autor o textos que creen que sean importante para entender los trabajos del XXX? El XXX hizo algún libro? (sobre sus acciones o sobre el propio grupo?)

¿Qué importancia tiene el XXX para los propios participantes?

¿Trabajan el XXX de forma voluntaria?

¿Cómo se las arregla el grupo para mantenerse económicamente?

¿Hay algún grupo que XXX haya utilizado como referencia?

¿El XXX tiene alguna inclinación política?

¿Hay o ya hubo conflictos internos sobre las acciones, cómo hacerlas o de otras cuestiones? ¿Si sí, como resuelven?

¿Cómo es la relación entre los colectivos y las empresas privadas? ¿Hay alguna exigencia de ellos con los trabajos que hacen?

2. EN RELACIÓN CON LAS ACTUACIONES

¿A qué se dedica el XXX?

¿Cómo clasifican sus acciones? (ej: experimental, urbana, cultural, física, de transformación de realidades?)

¿Cómo los proyectos llegan en el XXX?

¿Quién piden los proyectos? Por ejemplo: ¿el alcalde, las comunidades o ustedes mismos?

¿De qué manera/cuál es la metodología de actuación del XXX en los espacios elegidos?

- ¿Cómo es el proceso de desenvolvimiento de un proyecto?

¿XXX considera que su colectivo trabaja de forma participativa con la comunidad?

 ¿Si sin, como e porque?

¿Cómo ven sus transformaciones? ¿Son de carácter político, cultural, de transformación urbana o otros?

¿Cuántos proyectos ha realizado en la ciudad?

¿Cuáles son los lugares de intervención?

- Si trabaja con “zonas informales” ---- ¿Por qué el XXX eligió trabajar en locales de “zonas informales”?

¿Cómo eliges los lugares donde harás los proyectos / intervenciones?

- ¿En diferentes lugares o siempre en los mismos?

¿Ya han hecho algo fuera de Medellín?

¿Existe alguna relación previa entre el XXX y el espacio elegido?

¿Qué intervención destacarías en la trayectoria del grupo, y porque?

¿Cuál fue el proyecto con más éxito? Porque?

¿Y Cuál no tuve tanto éxito? Porque?

¿Para ustedes, cuál es la importancia del grupo para la ciudad?

¿Cuál es el mejor resultado de sus propias acciones en la ciudad?

¿Existe algún tipo de colaboración entre XXX y otros colectivos/grupos de la ciudad?

- ¿Existe una red de colectivos o actuaciones en la ciudad de Medellin? ¿O en Colombia?
- ¿Tienen vínculo o hacen parcerías con otros colectivos/grupos en otros sitios de la América Latina? ¿Si sin, cuáles son?
- ¿Creen que hay una relación entre sus acciones y las acciones de otros grupos en el mundo y específicamente en Latinoamérica?

¿Quién hace viable financieramente la ejecución de los proyectos?

¿Lo que el grupo entiende por experimentación de la ciudad? ¿El grupo piensa que experimentar la ciudad hace parte de una de las acciones del XXX?

APÊNDICE 5 – MODELO DO QUESTIONÁRIO REALIZADO COM OS COLETIVOS.

ENCUESTA

Esta encuesta busca entender las relaciones entre los colectivos y otros actores de la ciudad.

* Indica una pregunta obligatoria

1. E-mail *

2. Nombre del Colectivo *

3. Nombre de la persona *

4. ¿Existe alguna relación/parecería entre el la Fundación y alguna universidad? *

Marque todas que se aplican.

- Sí, trabajamos junto a los grupos de investigación
- Sí, trabajamos con los estudiantes
- Sí, trabajamos con un colectivo de la facultad
- Sí, trabajamos junto con clases en las acciones
- Sí, solo es posible hacer un proyecto junto con la Universidad
- No
- Otro: _____

5. Quieres hacer algun comentario sobre la pregunta de arriba?

6. ¿Existe alguna relación/parecería entre la Fundación y la administración pública? *

Marque todas que se aplican.

- Sí, somos invitados por ellos
- Sí, los invitamos
- Sí, participamos de convocatorias
- Sí, solo es posible hacer un proyecto junto con la administración pública
- No
- Otro: _____

7. Quieres hacer algun comentario sobre esta pregunta de arriba?

8. ¿Existe alguna relación/parcería entre la asociación comunitaria/comunidad y el a Fundación? *

Marque todas que se aplican.

- Sí, somos convidados por ellos
- Sí, los convidamos
- Sí, participamos de convocatórias
- Sí, solo es posible hacer un proyecto junto con la asociación comunitaria/comunidad
- No
- Outro: _____

9. Quieres hacer algun comentario sobre esta pregunta de arriba?

10. ¿Existe alguna relación/parecería entre la Sociedad Colombiana de arquitectos y la Fundación? *

Marque todas que se aplican.

- Sí, somos convidados por ellos
- Sí, los convidamos
- Sí, participamos de convocatórias
- Sí, solo es posible hacer un proyecto com la Sociedad Colombiana de Arquitectos
- No
- Outro: _____

11. Quieres hacer algun comentario sobre esta pregunta de arriba?

12. ¿Existe alguna relación/parecería entre la Fundación y los movimientos sociales, como por ejemplo que luchan por el derecho a la vivienda o ciudad? *

Marque todas que se aplican.

- Sí, somos convidados por ellos
- Sí, los convidamos
- Sí, participamos de convocatórias
- Sí, solo es posible hacer un proyecto con los movimientos sociales
- No
- Outro: _____

13. Quieres hacer algun comentario sobre esta pregunta de arriba?

14. ¿Existe alguna relación/parecería entre la Fundación y las empresas privadas? *

Marque todas que se aplican.

- Sí, somos convocados por ellos
- Sí, los convidamos
- Sí, participamos de convocatorias
- Sí, solo es posible hacer un proyecto con los movimientos sociales
- No
- Outro: _____

15. Quieres hacer algun comentario sobre esta pregunta de arriba?

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE 6 – MODELO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM OS LÍDERES COMUNITÁRIOS.

XXX – NOMBRE DEL COLECTIVO
NOMBRE DEL LÍDER

- ¿Cuénteme cómo se convirtió en líder comunitaria?
- ¿Cuál son los colectivos que ya hicieran proyectos con Moravia, además de la fundación oasis urbano?
- ¿Cómo es el contacto con los colectivos de arquitectura?
- ¿Como fue el proceso para hacer la tese de maestría?
- Como son los procesos de junto con los colectivos?
- Hay participación de la comunidad?
- Como es la participación de la comunidad?
- ¿Hay algún debate interno sobre conceptos y cuestiones que envuelven el grupo XXX y sus acciones?
- ¿Las personas trabajan de forma voluntaria?
- ¿Cómo es para tener dinero para hacer las acciones?
- ¿Hay o ya hubo conflictos internos sobre las acciones, cómo hacerlas o de otras cuestiones? ¿Si sí, como resuelven?
- Las metodologías son escogidas junto con la comunidad? O son presentadas las maneras para quien vas participar?
- Quien son las instituciones que participan?
- ¿Cómo ven sus transformaciones? ¿Son de carácter político, cultural, de transformación urbana o otros?
- ¿De qué manera/cuál es la metodología de actuación del XXX en los espacios elegidos?
 - ¿Cómo es el proceso de desenvolvimiento de un proyecto?
- ¿ XXX considera que su colectivo trabaja de forma participativa con la comunidad?
 - ¿Si sin, como e porque?
- ¿Qué intervención destacarías en la trayectoria del grupo, y porque?
- ¿ Cuál fue el proyecto con más éxito? Porque?
- ¿ Y Cuál no tuve tanto éxito? Porque?
- ¿Para ustedes, cuál es la importancia del trabajo con los colectivos para la ciudad?
- ¿Quién hace viable financieramente la ejecución de los proyectos?
- ¿Lo que el grupo entiende por experimentación de la ciudad? ¿El grupo piensa que experimentar la ciudad hace parte de una de las acciones del XXX?

- **EN RELACIÓN CON EL PROPIO COLECTIVO**

¿Cómo explicaría el colectivo XXX a alguien / qué es el XXXX?

- ¿Quiénes son las personas que participan en el colectivo? Cantidad y profesiones
- ¿Cuál es el objetivo del XXX?

¿Por qué el nombre XXX?

Cuento un poco cómo y por qué se formó el colectivo

- ¿En qué año empezaron?
- ¿Por qué decidisteis crear/organizar el XXXX?

¿Dónde estudiaron las personas que participan del XXX?

¿Creen que la universidad fue importante para la formación y escoja de hacer XXX?

¿Hay alguna referencia académica o de autores (por ejemplo, relacionada a temáticas como espacio público, participación...) que vosotros utilizan en las intervenciones? ¿O esto no es importante para el trabajo del XXX?

¿Hay algún debate interno sobre conceptos y cuestiones que envuelven el grupo XXX y sus acciones?

¿Cómo entienden el concepto de "derecho a la ciudad"?

- ¿Utilizan alguna referencia o metodología de autores latinoamericanos?

¿Hay algún libro, autor o textos que creen que sean importante para entender los trabajos del XXX? El XXX hizo algún libro? (sobre sus acciones o sobre el propio grupo?)

¿Qué importancia tiene el XXX para los propios participantes?

¿Trabajan el XXX de forma voluntaria?

¿Cómo se las arregla el grupo para mantenerse económicamente?

¿Hay algún grupo que XXX haya utilizado como referencia?

¿El XXX tiene alguna inclinación política?

¿Hay o ya hubo conflictos internos sobre las acciones, cómo hacerlas o de otras cuestiones? ¿Si sí, como resuelven?

¿Cómo es la relación entre los colectivos y las empresas privadas? ¿Hay alguna exigencia de ellos con los trabajos que hacen?

2. EN RELACIÓN CON LAS ACTUACIONES

¿A qué se dedica el XXX?

¿Cómo clasifican sus acciones? (ej: experimental, urbana, cultural, física, de transformación de realidades?)

¿Cómo los proyectos llegan en el XXX?

¿Quién piden los proyectos? Por ejemplo: ¿el alcaldía, las comunidades o ustedes mismos?

¿De qué manera/cuál es la metodología de actuación del XXX en los espacios elegidos?

- ¿Cómo es el proceso de desenvolvimiento de un proyecto?

¿XXX considera que su colectivo trabaja de forma participativa con la comunidad?

 ¿Si sin, como e porque?

¿Cómo ven sus transformaciones? ¿Son de carácter político, cultural, de transformación urbana o otros?

¿Cuántos proyectos ha realizado en la ciudad?

¿Cuáles son los lugares de intervención?

- Si trabaja con “zonas informales” ---- ¿Por qué el XXX eligió trabajar en locales de “zonas informales”?

¿Cómo eliges los lugares donde harás los proyectos / intervenciones?

- ¿En diferentes lugares o siempre en los mismos?

¿Ya han hecho algo fuera de Medellín?

¿Existe alguna relación previa entre el XXX y el espacio elegido?

¿Qué intervención destacarías en la trayectoria del grupo, y porque?

¿Cuál fue el proyecto con más éxito? Porque?

¿Y Cuál no tuve tanto éxito? Porque?

¿Para ustedes, cuál es la importancia del grupo para la ciudad?

¿Cuál es el mejor resultado de sus propias acciones en la ciudad?

¿Existe algún tipo de colaboración entre XXX y otros colectivos/grupos de la ciudad?

- ¿Existe una red de colectivos o actuaciones en la ciudad de Medellin? ¿O en Colombia?
- ¿Tienen vínculo o hacen parcerías con otros colectivos/grupos en otros sitios de la América Latina? ¿Si sin, cuáles son?
- ¿Creen que hay una relación entre sus acciones y las acciones de otros grupos en el mundo y específicamente en Latinoamérica?

¿Quién hace viable financieramente la ejecución de los proyectos?

¿Lo que el grupo entiende por experimentación de la ciudad? ¿El grupo piensa que experimentar la ciudad hace parte de una de las acciones del XXX?